

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Patrick Batista Gomes

**APARELHOS IDEOLÓGICOS DA NOVA DIREITA: atuação de institutos liberais
brasileiros nas eleições de 2018**

Juiz de Fora
2022

Patrick Batista Gomes

**APARELHOS IDEOLÓGICOS DA NOVA DIREITA: atuação de institutos liberais
brasileiros nas eleições de 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gomes, Patrick.

Aparelhos ideológicos da nova direita : atuação de institutos liberais brasileiros nas eleições de 2018 / Patrick Gomes. -- 2022. 319 p.

Orientador: Rodrigo de Souza Filho
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Aparelhos Privados de Hegemonia. 2. Institutos Liberais. 3. Bolsonarismo. 4. Ideologia. I. Souza Filho, Rodrigo de, orient. II. Título.

Patrick Batista Gomes

**APARELHOS IDEOLÓGICOS DA NOVA DIREITA: atuação de institutos liberais
brasileiros nas eleições de 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 11 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcelo Braz Moraes dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Souza Filho, Professor(a)**, em 22/02/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 22/02/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BRAZ MORAES DOS REIS, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0689243** e o código CRC **F6E2D302**.

Dedico este trabalho aos homens e mulheres que lutam por uma sociedade verdadeiramente livre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Rodrigo, meu orientador e amigo, por ter me ajudado grandemente na produção deste trabalho, demonstrando a generosidade e a sensibilidade de um grande educador. Sinto-me privilegiado por ter realizado esta pesquisa sob a orientação de uma referência profissional e intelectual.

À professora Malu Duriguetto e ao professor Marcelo Braz pelas importantíssimas considerações realizadas na banca qualificação e por terem aceitado participar da banca de defesa. Estendo os agradecimentos aos professores e amigos Cristina Bezerra e Claudio Gurgel por se disponibilizarem à suplência da banca.

Agradeço ao professor José Paulo Netto - “nosso marxista impenitente e sem repouso” (para usar as acertadas palavras do Marcelo Braz) - pelas aulas primorosas seguidas por ricas conversas nos espaços da UFJF, fundamentais para a escolha do meu objeto.

Meus sinceros agradecimentos aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, pelas aulas, pelos ensinamentos, pelas amizades e pelas provocações. Aos colegas da turma de 2017 pela amizade e por terem me ajudado, desde o processo de seleção, com conversas, dicas e apoio, em especial, Jaqueline, Paulo, Marcela, Jéssica, José Amilton, Anderson, Lailah e Raphael. Também sou grato a todos os meus colegas de turma do mestrado por terem tornado este período de estudos inesquecível.

Agradeço às pessoas que, de formas diversas, foram muito importantes nesta trajetória: Renata Cabral, Rosemarie Teixeira, João Claudino, Thaise Justen, Nicole Almeida, Cíntia Rocha, Celso, Tebaldi e Letícia.

Agradeço à Capes, pelo auxílio que contribuiu para que eu me dedicasse exclusivamente ao Mestrado.

Meus mais profundos agradecimentos àquelas pessoas que sempre me deram apoio, torcem diariamente por mim e ocupam um lugar especial no meu coração: meus pais, Marilene e Odizon, minha irmã, Paola e meu amor, Carol. Amo vocês.

“E a felicidade, ainda que tardia, deve ser conquistada.
E que ninguém mais agradeça pelas migalhas do cotidiano.”

Sérgio Vaz.

RESUMO

O presente trabalho consiste na análise de um grupo de institutos brasileiros responsáveis pela difusão do ideário liberal com alcance intra e extra-classe. Enquanto aparelhos ideológicos responsáveis por operações de hegemonia, os referidos institutos contribuem com a formação de uma rede de organismos políticos, culturais, pedagógicos e midiáticos responsáveis pela propagação de sua própria concepção de mundo. Além de atuar na produção de consensos, estes intelectuais coletivos elaboram e executam estratégias que visam interferir diretamente na ossatura do Estado e arregimentar novos intelectuais dispostos a preservar seu projeto para a sociedade. A partir de chaves teóricas oferecidas por Antonio Gramsci, compreende-se que tais aparelhos privados de hegemonia se articulam, intimamente, ao Estado estrito. No intuito de nos aproximarmos de um conhecimento concreto acerca desta conexão, procedemos na tarefa de investigar ações e posicionamentos dessas organizações em relação à chapa presidencial encabeçada pelo ex-capitão do Exército, Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2018. A campanha do então candidato pelo Partido Social Liberal - PSL caracteriza-se pela defesa de valores e propostas neoconservadoras e neoliberais e foi executada a partir de um núcleo neofascista. A pesquisa identificou apoio majoritário dos institutos à campanha de Jair Bolsonaro, por intermédio de seus associados, além de zonas de convergência entre as propostas de governo e as concepções dos institutos, sobretudo, na agenda econômica.

Palavras-chave: Ideologia; aparelhos privados de hegemonia; Estado integral.

ABSTRACT

This work consists of an analysis of a group of Brazilian institutes responsible for the diffusion of liberal ideas with intra- and extra-class reach. As ideological apparatuses responsible for hegemonic operations, these institutes contribute to the formation of a political, cultural, pedagogical and media organizations network responsible for the propagation of their own world conception. In addition to acting in the production of consensus, these collective intellectuals elaborate and execute strategies that aim to interfere directly in the structure of the State and recruit new intellectuals willing to preserve their project for society. Based on theoretical keys offered by Antonio Gramsci, it is understood that such private devices of hegemony are intimately linked to the strict State. In order to better achieve a concrete knowledge about this connection, we proceeded with the task of investigating the actions and positions of these organizations in relation to the presidential ticket headed by the former army captain, Jair Messias Bolsonaro, in the 2018 elections. The campaign of the then candidate for the Social Liberal Party - PSL is characterized by the defense of neoconservative and neoliberal values and proposals and was carried out from a neo-fascist core. The research identified majority support from the institutes to the Jair Bolsonaro campaign, through their associates, as well as areas of convergence between the government's proposals and the institutes' conceptions, above all, on the economic agenda.

Keywords: Ideology; hegemonic private apparatus; integral state

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Outdoor publicitário do Instituto Liberdade com citação de Ayn Rand.....113
- Figura 2 – Panfleto publicitário “Ação Humana Roraima” - Mises Brasil126

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– Variação do quantitativo de think tanks parceiros da Atlas Network entre 2019 e 2020.....	81
Quadro 02	– Institutos brasileiros parceiros do Atlas Network em 2020.....	81
Quadro 03	– Colunistas do Instituto Liberal em 2020.....	98
Quadro 04	– Gestão do Instituto de Estudos Empresariais 2018 - 2021.....	104
Quadro 05	– Conselho de Governança do Instituto Millenium em 2020.....	117
Quadro 06	– Vereadores eleitos pelo MBL em 2016.....	133
Quadro 07	– Confiança nas Instituições ICJBrasil referente à 2017.....	151
Quadro 08	– Websites dos institutos liberais analisados.....	179
Quadro 09	– Artigos do Instituto Liberal selecionados para a pesquisa.....	180
Quadro 10	– Autores estrangeiros com textos publicados no site do IMB entre 22 de julho a 28 de outubro de 2018.....	220
Quadro 11	– Aparelhos privados de hegemonia analisados na pesquisa.....	231
Quadro 12	– Posicionamento dos institutos em relação à candidatura de Jair Bolsonaro.....	232
Quadro 13	– Posicionamentos tendenciais dos institutos em relação às ações e propostas do candidato Bolsonaro - busca restrita.....	234
Quadro 14	– Posicionamentos tendenciais dos institutos em relação às ações e propostas do candidato Bolsonaro - busca ampliada.....	234
Quadro 15	– Associados do Instituto de Estudos Empresariais em 2020.....	257
Quadro 16	– Especialistas do Instituto Millenium em 2020.....	264
Quadro 17	– Lista de articulistas convidados do Instituto Millenium em 2020.....	302
Quadro 18	– Equipe econômica do Governo eleito de Jair Messias Bolsonaro.....	309

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
ADVB-RS	Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul
AEF	American Economic Foundation
AIB	Ação Integralista Brasileira
APH	Aparelhos Privados de Hegemonia
ASP	Associação das Siderúrgicas Privadas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CIA	Central Intelligence Agency
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas (Partido)
DRU	Desvinculação de Receitas da União
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Ecisa	Engenharia, Comércio e Indústria S.A.
EPL	Estudantes Pela Liberdade
ESG	Escola Superior de Guerra
Federasul	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FEE	Foundation for Economic Education
FESSP-ESP	Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
HACER	Hispanic American Center For Economic Research
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IEA	Institute of Economic Affairs
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IHS	Institute for Humane Studies
IIDP	Índice Internacional de Direitos de Propriedade
IL	Instituto Liberal
IL-RS	Instituto Liberdade
IMB	Instituto Von Mises Brasil
IMIL	Instituto Millenium
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MAC	Movimento Anticomunista
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NED	National Endowment for Democracy
NOVO	Partido Novo
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Padrão de Desenvolvimento Capitalista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEN	Partido Ecológico Nacional
PLP	Padrão Liberal Periférico
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PV	Partido Verde
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
RELIAL	Red Liberal de América Latina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFL	Students for Liberty
SFLB	Students for Liberty Brazil
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	A relação dialética entre sociedade civil e estado: uma leitura à luz de Antonio Gramsci	31
2.1	Estrutura e superestrutura.....	32
2.2	Estado integral.....	34
2.3	Ocidente e oriente.....	40
2.4	Guerra de movimento e guerra de posição.....	41
2.5	Hegemonia.....	43
2.6	Partidos políticos.....	46
2.7	Intelectuais.....	48
2.8	Pequena política e grande política.....	51
2.9	A questão da ideologia.....	53
3	O pensamento liberal-conservador e estratégias ideológicas de dominação de classe	59
3.1	Observações sobre o liberalismo.....	61
3.2	Relação conservadorismo / liberalismo.....	67
3.3	O neoliberalismo e os institutos liberais.....	73
3.4	Institutos liberais no Brasil da ditadura à conjuntura atual: breve panorama.....	84
3.4.1	O complexo IPES/IBAD.....	84
3.4.2	Os institutos liberais e a redemocratização.....	89
3.5	Caracterização dos institutos liberais.....	92
3.5.1	Instituto Liberal (IL).....	93
3.5.2	Instituto de Estudos Empresariais (IEE).....	101
3.5.2.1	Fórum da Liberdade.....	105
3.5.3	Instituto Liberdade (IL-RS).....	107
3.5.4	Instituto Millenium (IMIL).....	113
3.5.5	Instituto von Mises Brasil (IMB).....	122
3.5.6	Estudantes pela Liberdade (EPL) e Students for Liberty Brazil (SFLB).....	128

3.5.6.1	Movimento Brasil Livre (MBL).....	132
3.5.6.2	Students for Liberty Brasil.....	134
4	Os institutos liberais e a eleição de Jair Messias Bolsonaro.....	138
4.1	A candidatura de Jair Messias Bolsonaro: neofascismo, neoconservadorismo e hegemonia neoliberal.....	138
4.1.1	“O Caminho da Prosperidade”: Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro.....	169
4.1.1.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	169
4.1.1.2	Agenda 2 - Política econômica.....	172
4.1.1.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	175
4.1.1.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	176
4.2	Análise do posicionamento dos institutos liberais quanto às propostas do candidato Bolsonaro.....	178
4.2.1	Instituto Liberal (IL).....	180
4.2.1.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	186
4.2.1.2	Agenda 2 - Política econômica.....	188
4.2.1.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	189
4.2.1.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	192
4.2.1.5	Considerações.....	193
4.2.2	Instituto de Estudos Empresariais (IEE).....	194
4.2.2.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	197
4.2.2.2	Agenda 2 - Política econômica.....	199
4.2.2.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	199
4.2.2.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	200
4.2.2.5	Considerações.....	201
4.2.3	Instituto Liberdade (IL-RS).....	202
4.2.3.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	205
4.2.3.2	Agenda 2 - Política econômica.....	206
4.2.3.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	206
4.2.3.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	207
4.2.3.5	Considerações.....	207
4.2.4	Instituto Millenium (IMIL).....	208

4.2.4.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	212
4.2.4.2	Agenda 2 - Política econômica.....	214
4.2.4.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	216
4.2.4.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	218
4.2.4.5	Considerações.....	218
4.2.5	Instituto von Mises Brasil (IMB).....	219
4.2.5.1	Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas constitucionais.....	223
4.2.5.2	Agenda 2 - Política econômica.....	224
4.2.5.3	Agenda 3 - Combate ao marxismo cultural.....	226
4.2.5.4	Agenda 4 - Combate à corrupção.....	227
4.2.5.5	Considerações.....	227
4.2.6	Students for Liberty Brasil (SFLB).....	229
5	Considerações Finais	230
	Referências	239
	Apêndices	257

1 INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada é resultado de uma análise de determinados *think tanks*¹ brasileiros responsáveis pela difusão do ideário liberal com alcance intra e extra-classe. Nossa pesquisa privilegiou a observação da estrutura de tais *aparelhos privados de hegemonia* (APHs) a partir de seus objetivos, *intelectuais*, financiadores, suas estratégias e como se articulam com a *sociedade política*. No intuito de contribuir para uma compreensão concreta da relação existente entre estes institutos, enquanto representantes formais da *sociedade civil*, e o Estado, em seu sentido estrito, nos lançamos na tarefa de investigar o posicionamento dessas organizações em relação à chapa presidencial encabeçada pelo ex-capitão do Exército, Jair Messias Bolsonaro, para as eleições de 2018.

A pesquisa consistiu em uma análise das opiniões emitidas oficialmente pelos institutos e por alguns de seus principais *intelectuais orgânicos*. Nos concentramos nas publicações feitas entre os dias 22 de julho de 2018 (data de confirmação do candidato Jair Messias Bolsonaro à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL)) e o dia 28 de outubro de 2018 (data do segundo turno das eleições). Considera-se que tal recorte compõe um contexto histórico marcado por importantes acontecimentos do ponto de vista político e social que repercutem nas configurações do Estado brasileiro e na maneira como a riqueza socialmente produzida se distribui. Entre estes relevantes acontecimentos, podemos citar eventos ocorridos entre os anos de 2013 e 2018, dentre os quais: 1) as amplas manifestações de junho e julho de 2013 que, para além de seus efeitos imediatos, influenciaram certa rotina de protestos massivos organizados por segmentos do campo político de direita (fato não muito comum em décadas anteriores); 2) a emergência de grupos conservadores e reacionários que compõem a chamada “nova direita” e a

¹ Não há univocidade conceitual quanto aos *think tanks* mas, em vias gerais, podemos defini-los, juntamente com Rigolin e Hayashi (2012) e Rocha (2015), como instituições juridicamente formais e sem fins lucrativos, que exercem influência por meio da produção de conhecimento tendo como objetivos finais a alteração da opinião pública e mudanças em políticas públicas e/ou legislações. O ideário dos *Think Tanks* normalmente está vinculado aos princípios liberais/neoliberais. Nossa pesquisa trata destes institutos, analiticamente, enquanto aparelhos privados de hegemonia (APHs).

consequente “onda conservadora”² que vem protagonizando o cenário político brasileiro; 3) o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e a derrubada da presidente eleita Dilma Rousseff; 4) a prisão do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva em uma evidente estratégia de impedi-lo de participar dos pleitos eleitorais; 5) o pacote de *contrarreformas*³ aprovadas, com destaque para a Emenda Constitucional 95 - que limita por vinte anos os gastos sociais - e a contrarreforma trabalhista - instrumentalizada pela Lei Federal Nº 13.467 de 2017 e 6) a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República.

As amplas manifestações ocorridas entre junho e julho de 2013 no Brasil, conhecidas como “Jornadas de Junho”, recorrentemente são interpretadas como um momento de inflexão política com efeitos consideráveis. Tal interpretação não é por acaso, afinal, desde 2013, assistimos a uma marcante polarização que, a grosso modo, dividiu grande parte da população brasileira; fez emergir pautas e debates até então restritos a uma pequena parcela da sociedade e gerou, conseqüentemente, mudanças significativas na formação e articulação da *sociedade política*. Além disso, verificou-se a ascensão da chamada “onda conservadora” e seus efeitos nos poderes legislativo e executivo.

Inicialmente protagonizados pela insatisfação com o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, logo essas manifestações alastraram-se por centenas de

² A expressão “onda conservadora” foi utilizada por Guilherme Boulos após o primeiro turno das eleições de 2014 para retratar um fenômeno observável, segundo ele, desde 2013. O conservadorismo existente neste movimento é referido “não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita” (BOULOS, 2016, p. 20).

³ A opção pelo uso da expressão *contrarreforma* deriva-se das perspectivas de inspiração gramsciana apresentadas por Behring (2003) e Coutinho (2012). De acordo com Coutinho, embora a expressão *contrarreforma* tenha aparecido poucas vezes na obra de Gramsci, ela possui um precioso valor analítico. Gramsci utiliza o termo para se referir à (contra)Reforma Católica ante à Reforma Protestante, mas não só. O sentido da expressão remete a um momento de restauração relativamente semelhante à *revolução passiva* mas podemos supor, juntamente com Coutinho, “que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’, mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’, como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho” (COUTINHO, C. N., 2012, p. 121). Coutinho também nos lembra que o comum é que as *contrarreformas* sejam apresentadas não como uma “restauração”, mas como uma “reforma”. Behring (2003) contribui ao apontar a forma utilitarista da palavra “reforma” - no contexto do neoliberalismo - quando esta visa a retirada de direitos sociais.

idades brasileiras e abarcaram inúmeros outros motes - que perpassaram os mais diversos espectros políticos, da esquerda revolucionária ao neofascismo. Durante os protestos, ecoavam palavras de ordem contra a corrupção (em sua maioria de forma genérica) e a favor da melhoria dos serviços públicos, principalmente centrados na educação, no transporte e na saúde.

Nas considerações de Ruy Braga (2015), a insatisfação de parcelas populacionais que reivindicavam melhores investimentos em serviços públicos está relacionada aos seguintes aspectos: na educação, a busca por melhores condições de estudos para a adesão aos cada vez mais escassos e concorridos postos de trabalho formais; no transporte, os efeitos da segregação espacial “que acompanhou a financeirização das terras urbanas e o deslocamento forçado de trabalhadores em condições precárias de vida e de trabalho para as periferias mais distantes das cidades” (BRAGA, 2015, n.p.) e, acerca da saúde, o adoecimento de camadas cada vez maiores de trabalhadores derivado da intensificação do ritmo e da rotatividade do trabalho que cria uma procura crescente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Diversas análises feitas por intelectuais democratas, socialistas e comunistas “no calor do momento” enxergaram nas mobilizações de 2013 uma possibilidade concreta de fortalecimento do enfrentamento popular ao capitalismo. Afinal, os protestos demonstravam insatisfação com a democracia burguesa, com as contradições do modelo urbano voltado para o mercado e o viciado sistema político brasileiro⁴ - mesmo que estas questões nem sempre estivessem explícitas nos cartazes e palavras de ordem, era contra seus efeitos que muitos se levantaram. Entretanto, a partir da articulação de determinados segmentos burgueses, através de suas agências e organizações, foram se orientando os rumos das manifestações de forma a impedir o fortalecimento das exigências progressistas.

Os eventos que se seguiram promoveram o fortalecimento de relevantes atores da sociedade civil. Entre estes atores, podemos indicar determinados *aparelhos privados de hegemonia* que visam difundir o ideário de cariz liberal na sociedade. A partir do cenário de protestos registrados em 2013, emergiram agências como o Instituto Millenium (IMIL), o Instituto Liberal (IL) e o Estudantes

⁴ Ver, por exemplo, o compilado de textos publicados sob o título “Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil” (MARICATO, E. et al, 2013).

Pela Liberdade (EPL) - este através de sua célula de mobilização, Movimento Brasil Livre (MBL). A despeito do fato destes institutos existirem anos antes de 2013⁵, o período de ebulição dos debates políticos colocou muitas dessas coletividades burguesas em inédita evidência. Além disso, pôde-se observar o papel destes e de outros significativos grupos na organização de novas manifestações - após a fase mais espontânea e amorfa - com direcionamentos mais precisos.

Melo (2015) nos lembra que a “nova direita” internacional vinha tomando as ruas em diversos protestos pelo mundo, como no Tea Party, em 2009, que mobilizou mais de cem mil (100.000) pessoas em Washington contra o Governo Obama - considerado por parcelas neoconservadoras norte-americanas como um “governo comunista”. Em 2013, Rodrigo Constantino, então colunista da Revista Veja, exortava os manifestantes das Jornadas de Junho a se articularem na promoção de um “Tea Party brasileiro”. Constantino estava buscando, na interpretação de Melo,

definir uma linha de atuação naquele processo, alertava para seus partidários para a necessidade de rechaçar qualquer possibilidade do movimento brasileiro se configurar em algo semelhante ao Occupy Wall Street, sendo necessário desde já “plantar as sementes de um Tea Party brasileiro”. E como não existe limites para o mimetismo colonizado, obviamente que surgiu nas redes sociais o tal “Tea Party Brasil” (MELO, 2015, p. 09).

Atendendo ao chamado de Constantino e de diversos outros intelectuais orgânicos da burguesia nacional, a partir de 2014, a prática de protestos de rua ganhou contornos mais nítidos no que concerne ao ideário político. Se, por um lado, representavam-se movimentos sociais de esquerda e centro-esquerda, muitos dos quais em defesa do governo Dilma Rousseff, das políticas sociais e da democracia, por outro, cresciam as manifestações coloridas pelo amarelo das camisas da Seleção Brasileira de Futebol em apoio ao então candidato à presidência Aécio Neves (PSDB). Estes encontros ocorriam em meio a pedidos de retorno da ditadura e palavras de ordem como “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora corruptos”. Os movimentos de rua de 2014 do campo à *direita* tinham como principais

⁵ Como veremos no capítulo 3, o Instituto Liberal foi fundado em 1983, o Instituto Millenium se formou em 2005 (ainda sob o nome de Instituto da Realidade Nacional) e o Estudantes Pela Liberdade foi oficialmente lançado em 2012 (CASIMIRO, 2016).

organizadores o movimento Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) fortemente impulsionados por estratégias de agitação via redes sociais (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015).

As manifestações de 2014 giraram, no primeiro semestre, em torno da realização da Copa do Mundo de Futebol que ocorreria no país no meio do ano. Cartazes e agitações que relacionavam a carência de serviços públicos e os altos recursos financeiros investidos em estádios uniam, em certa medida, grupos à esquerda e à direita do espectro ideopolítico. Além desta característica, o fato de as manifestações de 2014 terem sido mobilizadas a partir de mídias sociais, como *blogs* e páginas do *site facebook*, geram certa similitude com 2013. Mas as semelhanças ficam por aí. Diferentemente dos difusos protestos de 2013, a Copa do Mundo gerava certa articulação discursiva que relacionava corrupção, gastos públicos desnecessários, má administração e o Governo Dilma Rousseff.

Para Céli Regina Jardim Pinto (2019), o ponto de inflexão discursiva que viria influenciar a forma como as manifestações posteriores ocorreriam foi a abertura da Copa no dia 12 de junho de 2014, marcada pela grande vaia sofrida por Dilma Rousseff. De acordo com Céli Pinto,

A novidade em 2014 é que o campo da centro-esquerda estava desorganizado e o campo da centro-direita tomava a dianteira, sendo capaz de, a partir da exploração de um sentimento anti-Dilma, construir um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, painelaços nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidente e até uso pornográfico de sua imagem (PINTO, 2019, p. 42).

A reeleição da presidente Dilma Rousseff fez inflamar ainda mais os protestos contra o Partido dos Trabalhadores. Tomando como exemplo a cidade de São Paulo, enquanto em 2014 o maior protesto da direita abarcou aproximadamente vinte mil (20.000) pessoas⁶, no dia 15 de março de 2015 foram às ruas em torno de duzentas e dez mil pessoas (210.000) - segundo o instituto de pesquisa Datafolha⁷ -

⁶ Protesto ocorrido no dia 22 de outubro de 2014 organizado pelo movimento “Vem Pra Rua” cujas principais palavras de ordem foram “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora Corruptos” (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015).

⁷ A estimativa de número de manifestantes varia entre 210 mil (Datafolha) e 1 milhão (Polícia Militar de São Paulo) (OLIVEIRA, 2016; TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015).

convocados pelo MBL, Vem Pra Rua e a página de *facebook* “Revoltados Online”. Nas considerações de Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), no ano de 2015, pela primeira vez, organizações sem tradição do campo de luta à esquerda conseguiram mobilizar uma quantidade tão grande de pessoas em um protesto. De fato, desde as “Diretas Já”, as grandes manifestações de rua concentravam-se em torno de pautas progressistas e eram puxadas, muitas vezes, por partidos de esquerda e centro-esquerda, sindicatos e movimentos populares. Nas palavras de Hoeveler e Melo (2016, p. 46), o ano de 2015 “ficará marcado na história do Brasil como o da volta da direita organizada para as ruas”.

Em relação às diferenças entre as jornadas de 2013 e as manifestações da direita em 2015 ressalta-se que, nas primeiras, compondo de forma significativa a heterogeneidade das manifestações, estavam presentes massas de jovens trabalhadores oriundos de periferias, com renda menor do que 3 salários mínimos e usuários de serviços públicos - os representantes das camadas médias da sociedade representavam, durante boa parte das Jornadas de Junho, em torno de 25% dos manifestantes. Já nas manifestações de direita ocorridas em março e abril de 2015, predominava uma população adulta, na faixa etária entre 30 e 50 anos, majoritariamente branca e com renda acima de 5 salários mínimos - os mais pobres, com renda de até três salários mínimos não passavam dos 20% (BRAGA, 2015).

Importante mencionar que, para além de blogueiros e agências “sem fins lucrativos”, a grande imprensa também cumpriu um importante papel na divulgação das manifestações conservadoras de 2015. A atenção dada aos protestos e as opiniões de colunistas e apresentadores de TV reverberavam como uma convocação à participação pela “cidadania”, “contra a corrupção”, “a favor do Brasil” e, direta ou indiretamente, a favor do *impeachment* da presidente eleita. Atenção muito menor foi dada às manifestações em defesa da então presidente Dilma Rousseff no dia 13 de março de 2015.

Utilizando estratégias de fotografia, editoração e ofertando poucas páginas para os atos pró-Dilma, jornais de grande circulação no Brasil passaram a impressão de que as manifestações populares eram relativamente pequenas e aparelhadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Em análise comparativa elaborada por Oliveira (2016), verifica-se uma nítida ação propagandística do Grupo Estadão, do Jornal Folha de São Paulo e dos jornais das Organizações Globo. Assim, fortalecidas pelos grandes monopólios comunicacionais, as manifestações em verde-amarelo de 2015 tiveram impacto decisivo para a deposição da presidente Dilma Rousseff - que se deu em 2016 sob uma evidente manobra parlamentar e jurídica amparada no *consenso* fomentado por um conjunto de *aparelhos privados de hegemonia* burgueses.

No início do mês de abril de 2017, o então presidente Michel Temer (PMDB) concedeu uma entrevista à TV Band em que verbalizou declarações que geraram imediata repercussão nas redes sociais da *internet*. No vídeo, Temer diz que o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), só deu sequência aos pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff porque a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) manifestou voto contrário a Cunha no Conselho de Ética da Câmara⁸. O vídeo chegou a ser apresentado pela defesa de Dilma Rousseff como prova no processo de contestação⁹ do *impeachment* mas, como ficou notório, não surtiu efeito. A sequência dada ao processo pelo impedimento da presidente seria então uma espécie de vingança de Cunha ao PT e à Dilma Rousseff.

O episódio acima não elucida toda a rede de interesses em torno da deposição do governo do PT. Nas considerações de Braz (2017) mesmo diante de um governo voltado para os interesses do grande capital e seus representantes brasileiros e, acrescentamos, aplicando uma agenda *ultraliberal*¹⁰ a partir de 2015,

⁸ A palavras ditas por Michel Temer na entrevista foram: “Em uma ocasião, ele [Eduardo Cunha] foi me procurar – e isso era umas duas horas da tarde, mais ou menos – dizendo: ‘Olha, eu hoje vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente – e eram dez ou doze pedidos –, porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética’. Eu disse: ‘Ora, que bom. Muito bom. Assim acaba com essa história de você estar na oposição, etc. Até porque, convenhamos, eu sou o vice-presidente da República, do PMDB, e fica muito mal essa situação de você, a todo momento, estar se posicionando como opositorista’”. Fonte: TEMER admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara. **Congresso em Foco** – UOL. Disponível em: <https://tinyurl.com/yy86pxvv>. Acesso em: 16 ago. 2018.

⁹ DEFESA de Dilma nega crime de responsabilidade – **Bom dia Brasil – G1**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2otvkvk>. Acesso em: 16 ago. 2018.

¹⁰O emprego da expressão “ultraliberal” visa acentuar a preponderância dos aspectos mais radicais característicos da tradição liberal em agendas políticas e entre ideólogos. Entre esses aspectos, estão: a defesa do livre-mercado e da livre-iniciativa; da redução ou extinção do Estado estrito - sobretudo do Estado social; das privatizações; da redução ou extinção das leis trabalhistas; da desregulamentação financeira e da manutenção do direito

Dilma foi deposta pois não era mais vista como capaz de gerenciar os interesses capitalistas como foi anteriormente – a exemplo do ex-presidente Luiz Inácio “Lula da Silva”, preso e impossibilitado de participar dos pleitos eleitorais de 2018. Proeminentes parcelas da burguesia precisavam de um governo que não cedesse o mínimo aos trabalhadores. A política de colaboração de classes, mesmo dando respostas em nível da *concertação social* – aquém mesmo de um *reformismo de pacto social* – precisava ser superada.

O Golpe ocorreu internamente à ordem democrática tendo como sujeitos fundamentais a burguesia “cosmopolita” subordinada e a burguesia imperialista. A base social que deu sustentação ao Golpe inclui parte considerável da “classe média”, mas contou com parcelas das camadas populares a partir do ordenamento discursivo “anticorrupção” e “anti-esquerdista”. O processo foi operacionalizado pela grande mídia oligopólica, o Parlamento, o Poder Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público, sobretudo a partir da chamada “Operação Lava-jato”. O Golpe de 2016 contou com o apoio de Igrejas Evangélicas (principalmente neopentecostais) e com a grande contribuição de organizações empresariais sem fins lucrativos responsáveis pela disseminação da ideologia de mercado (Druck e Filgueiras, 2019).

O ex-presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva concedeu uma longa entrevista poucos meses antes de ser preso em ação da Polícia Federal (atuando pela Operação Lava-jato) - Lula se entregou no dia 07 de abril de 2018. Em um dado momento da entrevista, transcrita no livro "A Verdade Vencerá: O povo sabe por que me condenam" (LULA DA SILVA, 2008), Lula argumenta que o Instituto Millenium (IMIL) seria responsável pela articulação das notícias veiculadas em alguns dos principais canais de informação do Brasil no intuito de gerar apoio popular para a derrubada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Nas palavras do ex-presidente, o golpe que depôs a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016

foi pensado de fora para dentro, não dentro do governo. Foi de uma parte da elite brasileira, do poder econômico brasileiro, aliado ao sistema financeiro, aliado a interesses multinacionais, aliado ao interesse de desmontar o sistema financeiro brasileiro, sobretudo dos

à propriedade privada. A expressão “ultraliberal”, portanto, é citada no presente texto sem, necessariamente, concorrer com o conceito de “neoliberalismo” que será abordado no capítulo 3.

bancos públicos, aliado aos interesses de entregar a Petrobras para o capital estrangeiro. E da mídia, que é o carro-chefe. Nada disso teria acontecido se não houvesse um acordo com a mídia. **Não se fala mais de uma coisa chamada Millenium. Várias vezes eu tentei abrir discussão sobre o Instituto Millenium, e nós chegamos a um momento da história em que a capa das revistas era praticamente a mesma** (LULA DA SILVA, 2018, p. 145, grifos nossos).

Perguntado pelo entrevistador Juca Kfourri sobre a relação entre o Instituto Millenium e as capas das revistas, Lula respondeu:

O Instituto Millenium é o grande articulador do meio conservador nos meios de comunicação, formando gente, discutindo manchetes, pautas. Antigamente, a *Veja* disputava com a *Época*, e a manchete era guardada em cofre. As manchetes da *Folha* e do *Estadão* eram segredos de Estado (LULA DA SILVA, 2018, p. 145).

As suspeitas de Lula quanto ao *poder* do IMIL em influenciar, juntamente ao oligopólio midiático, na deposição de uma presidente e na prisão de um ex-presidente cotado como principal candidato para as eleições presidenciais de 2018 vão ganhando fundamento quando analisamos os integrantes e a organização do Instituto. Atuam ou já atuaram no Instituto figuras como Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, Roberto Civita, ex-presidente do Conselho de Administração e diretor editorial do Grupo Abril, além de figuras midiáticas como Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Pedro Bial, Merval Pereira e José Nêumanne Pinto. O IMIL conta, ainda, com o apoio de grandes grupos de comunicação como Estadão e RBS.

O IMIL é apontado, não só pelo ex-presidente petista, mas por diversos analistas, como um dos principais apoiadores do Golpe de 2016 e da prisão de Lula. Seu papel seria, entre outros, o de fomentar e articular noticiários contra o Partido dos Trabalhadores e incentivar a imagem de que a crise econômica era resultado das políticas sociais e dos gastos excessivos promovidos pelo PT. De fato, entre as atividades desenvolvidas pelo Instituto encontra-se o projeto “Millenium nas Redações”, responsável por dar coesão ideológica a grandes agências de comunicação¹¹.

¹¹ Retornamos ao tema na seção 3.5.4

Sob aplausos e desconfianças dos setores conservadores ligados ao IMIL e outros *think tanks* liberais, o governo de Michel Temer (2016 - 2018), que se seguiu ao afastamento de Dilma Rousseff, promoveu a aceleração do ajuste fiscal e desmonte de políticas sociais; facilitou o avanço de agentes privados sobre o fundo público gerando o aprofundamento das expressões da “questão social”. Destaca-se, entre as ações do Governo, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congela por vinte anos o gasto público que se destina a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a assistência social e a educação e a chamada *Reforma Trabalhista* com destaque para a instauração do trabalho intermitente. Também foi no seio das articulações do Governo Temer que surgiu a proposta que culminaria na *contrarreforma* previdenciária.

Registra-se que, a despeito do discurso falacioso de que as contrarreformas seriam necessárias dada a insuficiência de recursos públicos para a manutenção de políticas sociais, o gasto com juros e amortizações da dívida consumiram 39,7% do orçamento geral da União (SOUZA E SOARES, 2019). Ademais, o Governo Temer viabilizou a aprovação do Projeto de Lei nº 4.567/16 autorizando a exploração do pré-sal brasileiro à petrolíferas multinacionais - o que inviabiliza a utilização dos recursos do pré-sal em áreas sociais. A esta resolução, soma-se a Medida Provisória nº 795 de 2017 aprovada na Câmara dos Deputados concedendo isenção fiscal na ordem de 1 trilhão de reais à petrolíferas estrangeiras. Ainda incorporam-se às medidas citadas, como informam Souza e Soares (2019),

a proposta em votação do “Novo Refis” (o programa de refinanciamento das dívidas com a União) que estipula em 543 bilhões de reais o perdão do setor empresarial com a União; e o “presente” à bancada ruralista, através do perdão de aproximadamente 10 bilhões em dívidas com a Previdência Social. (...) O resultado deste cenário é que, apenas em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Receita Federal estipulam um valor aproximado de 406 bilhões de reais em renúncias tributárias (SOUZA & SOARES, 2019, p. 16).

Portanto, um dos focos do Governo Temer foi viabilizar e acelerar o processo de acumulação de capital em detrimento da redistribuição da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, as medidas do governo foram interpretadas por Alexandre

Schwartzman, ex-diretor do Banco Central no governo Lula e um dos especialistas do Instituto Millenium¹², como positivas do ponto de vista da conjuntura e das transformações institucionais (SCHWARTSMAN, 2018). Avalia que medidas como a chamada *Reforma Trabalhista* e a criação do teto dos gastos foram importantes para uma suposta solidez no legado institucional. Mas ressalta que muitas das tarefas de redução dos gastos sociais, tarefas estas tratadas pelo economista como positivas para o país (como a *contrarreforma* da Previdência), ficaram para o sucessor de Temer na presidência.

A visão de Schwartzman, de que o Governo Temer promoveu medidas importantes do ponto de vista econômico - que, como sabemos são importantes para a acumulação de capital e não para a melhoria objetiva das condições econômicas da classe trabalhadora - ganharam a reverberação de outros intelectuais do livre-mercado, como Rodrigo Constantino que, em participação na Rádio Jovem Pan, praticamente replicou o texto de Schwartzman¹³ e Lucas Berlanza então ocupante da cadeira de Diretor-presidente do Instituto Liberal. Concordando com Schwartzman, Berlanza acrescenta, em texto publicado em 28 de dezembro de 2018, que

Se o governo Bolsonaro conseguir promover as reformas urgentes, a começar pela previdenciária, e avançar na seara das privatizações e na inserção do país na rota do comércio global, o governo Temer será visto pela História como o governo de transição e preparação, que operou as primeiras transformações necessárias para recuperar o Brasil e para facilitar as alterações estruturais seguintes. Se, no entanto, a partir de janeiro, tudo der errado, estará na História como um governo “enxuga-gelo”, entre outros que já tivemos, que equacionou um drama mexicano, mas cujas reformas não foram suficientes para efetivamente alterar o rumo nacional. Não creio que a segunda hipótese esteja descartada, mas torço sinceramente pela primeira (BERLANZA, 2018).

Os eventos em tela - das manifestações de junho de 2013 à eleição de Jair Messias Bolsonaro - carregam uma forte ligação entre si, principalmente quando

¹² Um perfil de Alexandre Schwartzman pode ser visto no apêndice B.

¹³ CONSTANTINO, Rodrigo. Afinal, qual é o legado econômico de Michel Temer? Arquivo de vídeo. **Canal Jovem Pan News no Youtube**. 27 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tjLo3J>. Acesso em: 25 jun. 2019.

analisamos a realidade em sua concretude. Este rico e complexo cenário é atravessado pela crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011); pela atualização das heranças autocráticas do Brasil aliada a um movimento neofascista em escala global; interesses burgueses nacionais e imperialistas; o protagonismo do Poder Judiciário e uma acachapante crise política que, até a presente data, não parece estar próxima de terminar. Outro elemento relevante, que perpassa todos os episódios acima mencionados, é a participação ativa de diversos aparelhos Privados de hegemonia difusores da ideologia de mercado.

Os *think tanks* liberais atuaram intensamente na convocação para manifestações da direita; na organização de parcelas empresariais; na incitação pública a favor de interesses burgueses e na homogeneidade dada às matérias de grandes jornais e revistas que passaram a trabalhar articuladamente em situações chave. Além, é claro, de manterem e atualizarem suas estratégias de propagação ideológica intra e extra-classe e penetrarem na *sociedade política* de maneira *imediata* - na equipe de governo do presidente Jair Bolsonaro e elegendo seus representantes - e *mediata* elaborando políticas, orientando e direcionando os agentes do Estado em sentido estrito.

Nossa pesquisa visa contribuir com as análises críticas da conjuntura atual, buscando elementos que ajudem a caracterizar este corpo intelectual que compõe a chamada “nova direita”. Buscamos compreender como determinados APHs defensores do livre-mercado permeiam, dialeticamente, a *sociedade política*, e atualizam a forma de dominação de determinados setores da burguesia nacional. Cabe à presente pesquisa, portanto, observar onde determinados institutos de difusão do ideário liberal concentram suas ações e quais posicionamentos adotam face às relevantes pautas da economia (principalmente no que diz respeito aos preceitos *ultraliberais*), da política (sobretudo no que concerne à democracia) e da cultura (a partir da suposta influência do “marxismo cultural” na sociedade) em relação ao então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro.

Nosso critério de escolha dos institutos analisados se deu a partir da tese de doutoramento em História de Flávio Henrique Casimiro (2016). Casimiro analisou um conjunto de APHs de ação política e ideológica representantes da burguesia nacional. Constatou que estas diversas instituições fazem parte de uma ampla

estratégia de atualização das bases de dominação política e ideológica de relevantes frações burguesas no Brasil após a redemocratização. Ademais, estes institutos passaram a fornecer uma moderna estrutura para a chamada “nova direita”.

Dos vinte e seis APHs analisados pelo historiador, seis são destacados no Capítulo IV sob o título “Ação doutrinária, consenso e sociabilidade do capital: a agressividade da nova direita” (p. 237). Nesta seção, são analisados institutos que objetivam a produção de consenso e naturalização dos pressupostos do capital, além de educarem novos quadros de intelectuais orgânicos. Além disso, diz o autor, estes APHs atuam “costurando ou mediando conflitos inter-burgueses, assim como ampliando e capilarizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu próprio alcance institucional” (p. 237-238). Importante mencionar que estes institutos não necessariamente possuem a tarefa exclusiva de difusão de ideias, mas também podem ser ferramentas de organização de ações políticas, formação de quadros, articulação e desenvolvimento de objetivos táticos-operacionais.

Os institutos liberais analisados por Casimiro no capítulo supracitado foram: Instituto Liberal (IL), Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Instituto Liberdade (IL-RS), Instituto Millenium (IMIL), Instituto Von Mises Brasil (IMB) e o Estudantes Pela Liberdade (EPL) - com destaque para sua célula de mobilização, o Movimento Brasil Livre (MBL). Entretanto, nossa pesquisa empírica não contará com o Estudantes Pela Liberdade (EPL), que deixou de ter ligação com o Students for Liberty (SFL) e se apresentava desmobilizado no recorte da pesquisa (ano de 2018). Em seu lugar, analisaremos o Students for Liberty Brazil (SFLB) (que tomou o lugar do EPL como representante do SFL).

A partir da observação do objeto escolhido, que sejam, determinados *aparelhos privados de hegemonia* de difusão neoliberal, pudemos estimar que estes cumprem um importante papel na preservação/manutenção da relação de dominação de classe. Para este fim, fazem uso de estratégias e mecanismos pedagógicos e persuasivos que visam gerar consenso em torno das ideias de preservação da sociedade de mercado. Sendo assim, observando o movimento destes institutos na relação capital x trabalho, supomos que tais APHs atuam como

um braço do capital. Partimos da assertiva de que estes institutos agem na conformação do Estado de acordo com os interesses de frações da classe dominante. Para uma aproximação com a concretude refletida do nosso objeto de análise, foi considerada a incidência de múltiplas determinações que compõem a realidade em sua totalidade e a ciência de que o presente trabalho contribui com uma diminuta parcela de tais determinações.

No capítulo seguinte, apresentamos uma breve exposição conceitual a partir da obra do comunista italiano Antonio Gramsci, que deixou um grande legado intelectual no Brasil e no mundo, tamanha a riqueza e originalidade de suas análises. Gramsci postula, nas últimas décadas, como um dos maiores representantes da tradição marxista e, como aponta Carlos Nelson Coutinho (2011a), influenciou - e continua a influenciar - pensadores marxistas e não-marxistas. No Brasil, o comunista italiano tem figurado entre os maiores inimigos teóricos da direita conservadora¹⁴. São diversas as áreas do conhecimento, no âmbito das ciências parcelares, em que seus escritos são considerados. Ademais, deixou um léxico que é utilizado amplamente no debate político, mesmo que, muitas vezes, de forma equivocada (BIANCHI, 2008).

Para os fins da presente pesquisa, fez-se necessária a utilização de chaves teóricas do pensador italiano que nortearam o autor na compreensão de variados elementos do movimento interno das relações sociais. Categorias como *Estado integral* - ou *ampliado*¹⁵ -, *sociedade civil*, *hegemonia*, *intelectuais*, entre outras, foram de grande valor para a compreensão do papel que determinados institutos de difusão ideológica - enquanto *aparelhos privados de hegemonia* (APHs) - possuem na sociedade brasileira. Na presente análise, considera-se que não se pode

¹⁴ Gramsci tem sido alvo preferencial de grande parcela da chamada “nova direita” brasileira com destaque para um de seus mais influentes ideólogos, Olavo de Carvalho. Uma consistente análise acerca da relação entre Olavo de Carvalho e o pensamento gramsciano pode ser encontrada em Patschiki (2012).

¹⁵ A expressão contida nos *Cadernos do Cárcere é Estado Integral* (em tradução para o português). *Estado ampliado* é um termo que, na argumentação de Liguori (2007), é deduzível da obra gramsciana e indica melhor a relação de unidade-distinção. Liguori pontua que, quem primeiro utilizou a expressão *Estado ampliado* foi Christine Buci-Glucksmann, em 1975, apontando para uma *ampliação conceitual* do Estado na obra de Gramsci.

dissociar um aparelho privado de hegemonia das relações sociais historicamente produzidas.

A partir do pensamento de Gramsci, foram extraídas bases para a compreensão do fenômeno dos *think tanks* liberais e seu papel no embate pela hegemonia da sociedade civil e a conquista/manutenção do poder político. Portanto, coube, no segundo capítulo, um esforço de síntese de algumas categorias gramscianas consideradas na presente dissertação. Partiu-se, portanto, de uma das mais abrangentes e concretas categorias desenvolvidas por Gramsci (COUTINHO, C. N., 2011b), que seja, *Estado integral* e a relação dialética entre *sociedade civil* e *Estado estrito*.

O terceiro capítulo apresenta observações sobre o liberalismo e suas derivações/atualizações. Foram apresentadas leituras liberais do próprio liberalismo e perspectivas críticas a respeito do polissêmico conceito. Foi traçada uma relação entre o conservadorismo e o liberalismo, demonstrando que, a despeito de interpretações que sugerem oposição entre estes conceitos, há sim uma íntima relação entre tais. O presente trabalho perpassou por importantes nomes do conservadorismo e do pensamento liberal que influenciam, até hoje, os *intelectuais* da chamada “nova direita”.

Em seguida, foi analisado o neoliberalismo e sua relação com os institutos liberais contemporâneos. O trabalho apresenta um breve apanhado histórico do pensamento neoliberal e as principais obras que o embasam. Para tal, recorreu-se à análises de autores como Anderson (1995), Netto (1995), Rocha (2018) e apresentaram-se elementos da atuação de pensadores como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper e sua ligação com a Sociedade de Mont Pèlerin e outros aparelhos privados de hegemonia que surgiram posteriormente. Observou-se como a crise do capital, radicalizada nos anos 1970, abriu caminho para a proliferação e solidificação de institutos liberais em várias partes do mundo. Entre esses APHs, está o Atlas Network que cumpre o significativo papel de articulador e financiador de outros *think tanks* pelo mundo, entre os quais, todos os analisados na presente pesquisa.

Na sequência, coube à presente pesquisa retroceder ao período pré-1964 para observar o complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

(IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Para essa finalidade, recorreu-se ao clássico trabalho desenvolvido por René Dreifuss (1981). Este autor elucida como uma rede organizada na *sociedade civil* contribuiu decisivamente para a implantação da ditadura empresarial-militar a partir de 1964. O IPES guarda similaridades importantes com institutos atuais, como o Millenium, entre as quais, a geração de um clima de medo de uma suposta ameaça comunista e a ligação íntima com grandes empresas e com a mídia oligopólica.

Examinou-se ainda elementos que compunham o ambiente de redemocratização, nos anos 1980, que criou a necessidade de atualização da forma com que a burguesia nacional e associada se articula. Daí, surgem importantes aparelhos privados de hegemonia, entre os quais, o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais.

Em seguida, foram apresentados os institutos selecionados e buscou-se demonstrar suas principais características e ações estratégicas. Os institutos analisados nesta pesquisa ancoram-se no campo da sociedade *civil* e exercem uma importante função na preservação e ampliação da dominação de classe, oferecendo ferramentas pedagógicas que visam a criação de consenso em torno da ideologia de livre-mercado. Partimos da hipótese de que grande parte de suas ideias, originadas, sobretudo, a partir da chamada Escola Austríaca de Economia e da Escola de Chicago, vêm permeando a sociedade política e incidem na forma como o poder estatal lida com questões pertinentes à política e à economia reafirmando o que Gramsci chamou de *Estado integral*.

Fechando o terceiro capítulo, procedemos à apresentação dos seis institutos selecionados, indicando dados sobre sua criação, forma de atuação e principais características. Constatamos que, a partir da atividade de determinados aparelhos privados de hegemonia, formou-se uma rede de organismos políticos, pedagógicos e midiáticos responsáveis pela propagação ideológica de sua própria concepção de mundo. Formando assim bases para a manutenção da dominação de classes protagonizada por determinados segmentos da burguesia nacional e transnacional. Estes intelectuais coletivos pautam-se pela defesa dos ditames da sociedade de mercado elaborando e aplicando estratégias operacionais que visam impregnar a

opinião pública, interferir diretamente na ossatura do Estado e arregimentar novos intelectuais dispostos a preservar seu projeto para a sociedade.

Parte da pesquisa consistiu em observar os conteúdos expressos nas apresentações dos institutos (missão, visão e valores; estatuto; carta de princípios e afins) e nas publicações feitas por parcela dos seus intelectuais. A partir da análise das diretrizes dos institutos e das publicações de seus intelectuais, o que se pretendeu foi se aproximar da compreensão do posicionamento destes intelectuais coletivos quanto às propostas do então candidato Bolsonaro a fim de contribuir para a caracterização dos institutos.

No intuito de nos aproximarmos de um conhecimento concreto acerca da relação entre os APH's em tela e o Estado brasileiro, o quarto capítulo visou analisar alguns aspectos da relação existente entre o conjunto de institutos liberais apresentados no capítulo 3 e o então candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro.

O capítulo 4 se organiza em duas partes: a primeira centrada na caracterização e apresentação das propostas de Governo de Jair Messias Bolsonaro no período eleitoral de 2018. A segunda parte do capítulo consiste em uma pesquisa do posicionamento dos institutos liberais listados no capítulo 3 em relação a determinadas agendas governamentais no período das eleições. Estas agendas constam na proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro e dizem respeito a pautas que transitam entre a política, a economia e a cultura. Esta divisão temática se dá por motivos meramente analíticos, visto que, compreendemos tais dimensões enquanto partes dialeticamente articuladas à totalidade social. São quatro as agendas selecionadas: 1) o respeito do Governo Bolsonaro às instituições democráticas constitucionais; 2) a agenda econômica do candidato - com ênfase na política fiscal, privatizações e Reforma da Previdência; 3) o combate ao chamado "marxismo cultural" e 4) o combate à corrupção.

Por fim, constatamos alguns importantes movimentos dos institutos, no sentido de, em um primeiro momento, defenderem candidaturas mais "puramente liberais", como João Amoedo (NOVO) mas, com o desenvolvimento das eleições e o fortalecimento de Jair Bolsonaro enquanto opção eleitoral viável e, sobretudo, após sua ida ao segundo turno contra o candidato Fernando Haddad (PT), os institutos

analisados deram apoio majoritário ao candidato do PSL. Em grande medida, este apoio se deu mediante a suposta aprovação que o mercado financeiro e o empresariado ofereceram ao candidato Bolsonaro. Este, prometia a liberalização da economia e apresentava uma equipe econômica *ultraliberal*, cuja composição, inclusive, contava com diversos articulistas de institutos liberais brasileiros. A pesquisa demonstrou ainda que o *antipetismo* estava presente - em graus variados - em *todos* os Institutos, contribuindo para o enorme apoio ao candidato Bolsonaro.

2 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: UMA LEITURA À LUZ DE ANTONIO GRAMSCI

Gramsci definiu a “filosofia da práxis”, ou seja, a teoria marxiana voltada para a emancipação da classe trabalhadora, como “historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história” e sugeriu que é nesta linha “que deve ser buscado o filão da nova concepção do mundo” (GRAMSCI, 1999, p. 155).

Ao centrar-se no debate sobre a política, a cultura e a ideologia, Gramsci não rompeu com a compreensão estrutural dos fundadores do materialismo histórico-dialético. Preservou a historicidade e a totalidade em suas análises bem como a consideração das múltiplas determinações que circundam o objeto em análise. De acordo com Coutinho (2011a), Gramsci não viu necessidade de prolongar ou atualizar a crítica da economia política já tão bem trabalhada por Marx, Engels e Lênin.

O aparente protagonismo da política em diversas análises deixadas pelo pensador sardo se dá pela necessidade de atualizar o pensamento marxiano/engelsiano no que concerne aos conflitos constantes na superestrutura - campo de disputa entre as classes. Nota-se, no entanto, a centralidade da relação dialética na obra gramsciana entre estrutura e superestrutura, economia e política, objetividade e subjetividade.

De acordo com Liguori (2006), o pensamento Gramsciano, longe de romper com o método inaugurado por Marx, representa certa “novidade” em relação ao pensamento marxiano: a maior importância dada para o papel do Estado e da política. Nas palavras de Liguori:

Enquanto Marx pensa a relação dialética da sociedade e do Estado a partir da sociedade, Gramsci pensa esta relação dialética da sociedade e do Estado a partir do Estado, “corrigindo” e “reequilibrando” um progressivo desequilíbrio interpretativo (LIGUORI, 2006, p.09).

Seguindo a trilha deixada por Marx, Gramsci considerou que o complexo das relações sociais de produção historicamente condicionadas impõe às sociedades

determinados limites de possibilidades. Então, o comunista sardo se concentrou nos componentes político-ideológicos que conduziram a uma práxis revolucionária considerando que “de acordo com o método dialético, a vida social é um terreno dinâmico de alternativas, de luta de tendências, que são resolvidas pela e na luta entre vontades coletivas” (DURIGUETTO & SOUZA FILHO, 2014, p. 07). Portanto, Gramsci defendeu que traços históricos fundamentais podem ser modificados pela ação consciente de coletividades humanas. A política aparece como uma práxis que possibilita a tomada de consciência em busca da emancipação humana ainda que sob as determinações interpostas pelas bases materiais.

2.1 ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Para compreendermos a perspectiva gramsciana acerca do *Estado*, julgamos necessário realizar uma apreciação quanto ao entendimento do autor sobre a relação dialética entre *estrutura* e *superestrutura*. Sua análise tem partida na elaboração marxiana contida no Prefácio de 1859 da obra “Para a Crítica da Economia Política” onde se lê:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 2008, p. 47).

A orientação gramsciana oriunda da análise de Marx quanto à base estrutural - que compreende as relações sociais de produção - e a superestrutura explicitam uma relação em que a estrutura possui centralidade e a superestrutura fornece aportes para a compreensão - e modificação - da dinâmica social. A política é analisada por Gramsci considerando-se a historicidade e a totalidade. Ao contrário de determinadas interpretações que pretendem alocar a teoria gramsciana na seara do politicismo ou atribuindo ao autor uma inversão entre a estrutura e a superestrutura, o que está proposto nos *Cadernos* é uma leitura ontológica da

política considerando esta como uma expressão das relações sociais de produção. A estrutura econômica, para Gramsci, não se resume às relações técnicas de produção, mas “é o modo pelo qual os homens estabelecem seu metabolismo com a natureza e produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas sobretudo suas próprias relações sociais globais.” (COUTINHO, C. N. 2011a, p. 116).

A relação entre *estrutura* e *superestrutura* constitui um nexo de unidade-distinção (LIGUORI, 2007), o que Gramsci chamou de *bloco histórico* - uma unidade dialética entre elementos que compõem a realidade concreta. À forma dos *Cadernos*: "A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo¹⁶ do conjunto das relações sociais de produção" (GRAMSCI, 1999, p. 250). Assim, podemos concordar com Liguori (2007) quando este diz que não é *sociedade civil* o conceito fundamental de Gramsci, mas sim o *bloco histórico*.

Tal aceção contesta, por um lado, as interpretações economicistas e deterministas quanto às relações sociais de produção e, por outro lado, as apreciações insuficientes da realidade que costumam ignorar a importância da estrutura econômica na realidade social. De fato, Gramsci preocupava-se com as adequações *imediatas* de alguns pensadores que tentaram transpor as determinações da estrutura econômica diretamente para a explicação de fenômenos superestruturais. Segundo o pensador italiano, “a pretensão [...] de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo” (GRAMSCI, 1999, p. 238). Ainda segundo Gramsci, tal empreendimento deve ser confrontado com obras do próprio Marx em que este, ao discutir a política e a História, toma *cautelos* em suas investigações concretas.

Sobre essas cautelas, Gramsci se refere a três elementos: o primeiro versa sobre a dificuldade de qualquer identificação estática da estrutura. A política sempre será reflexo de tendências do desenvolvimento econômico/estrutural. Entretanto, destaca o autor, essas tendências não necessariamente devem se realizar. Para Gramsci, qualquer “fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada

¹⁶ Coutinho nos lembra que Gramsci considera este “reflexo” “não um epifenômeno, mas algo que tem uma densidade ontológico-social” (COUTINHO, C. N., 2011a, p. 116).

depois que ela superou todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses” (GRAMSCI, 1999, p. 239). Outra cautela de mediação refere-se ao equívoco de corresponder todo e qualquer ato político da classe dominante como efeito imediato da estrutura. Gramsci aponta para a complexidade das tomadas de decisão, para os erros estratégicos, cálculos mal-feitos, ou mesmo disputas intra-classe. Por fim, o autor aponta a necessidade de se levar em conta “que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade” (GRAMSCI, 1999, p. 239).

Dito de outra maneira, o que Gramsci propõe, é uma visão efetivamente dialética sobre a relação entre estrutura e superestrutura, sem espaço para qualquer politicismo ou mecanicismo imediatista. A superestrutura, nesta relação, não é uma simples manifestação fenomênica advinda da estrutura mas possui, em si, “estatuto e legalidade próprios, a partir de seus nexos com a dimensão objetiva da vida social” (DURIGUETO & SOUZA FILHO, 2014, p. 09).

2.2 ESTADO INTEGRAL

Ao elaborar a categoria *Estado integral*, Gramsci teria, segundo Coutinho (2011b), promovido um desenvolvimento original de alguns conceitos básicos de Marx e Engels que denotavam o caráter de classe no Estado. Marx e Engels consideram que o Estado, enquanto expressão das relações de classe, possui a função de preservação do domínio de uma fração da sociedade sobre a totalidade. A gênese do Estado, na perspectiva marxiana, está na divisão de classes, portanto, findando a divisão de classes da sociedade, finda-se o Estado. O Estado, em análise concreta, serve à preservação da exploração de uma classe por outra, garantindo que os interesses de uma determinada classe apareçam como o interesse de todos.

Bianchi (2008) demonstra que o ponto de partida para a análise gramsciana do Estado compreende este como expressão superestrutural de uma determinada forma de organização social produtiva. Consequentemente, a conquista do poder pelas classes subalternas é indissociável da afirmação de uma nova configuração nas relações sociais de produção. A unidade existente entre a estrutura econômica e

a superestrutura política e ideológica reflete-se na classe que detém a propriedade dos meios de produção e o domínio político.

Na análise de Coutinho (2011b), diferentemente de determinados Estados aos quais se defrontaram Marx e Engels, fortemente pautados pela coerção, o que Gramsci vê e analisa em sua época histórica é a generalização de um conjunto de Estados mais complexos. Nas palavras de Coutinho, Gramsci pôde assistir “a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários” (2011b, p. 24)¹⁷.

A sociedade do capital, em sua fase monopolista, passa a abarcar um amplo tecido de organizações sociais e políticas. Entre os atores que compõem o que Gramsci chamou de *sociedade política* (o Estado, propriamente dito) e *sociedade econômica* (relações sociais burguesas de produção), surge progressivamente, nas palavras de Coutinho, “uma rede de organizações com um papel efetivo na vida política, na medida em que estas organizações são peças decisivas nos mecanismos de reprodução da sociedade como um todo” (COUTINHO, C. N., 2011b, p. 24), ou seja, a *sociedade civil*. Este conceito aparece na obra gramsciana como um meio de enriquecimento de uma teoria marxista do Estado a partir de novas determinações.

Para o desenvolvimento do conceito de *sociedade civil* e, conseqüentemente, sua concepção de Estado em sentido ampliado, Gramsci parte, segundo Coutinho,

¹⁷ Cabe ponderar que os “Estados” à época de Marx e Engels carregavam particularidades temporais e geográficas que se relacionavam ao desenvolvimento e organização das relações sociais de produção daquele quadro histórico. De acordo com Marx, “A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O ‘Estado atual’, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. (...) ‘O Estado atual’ é uma ficção” (MARX, 2012, p.42). Portanto, a partir de Marx, considera-se incorreto afirmar que há apenas *um Estado* (ou um *tipo de Estado*) na época de Marx e Engels. Compreende-se que a coerção característica de determinados Estados do século XIX, não os torna restritos ou unicamente pautados na força (das leis e das armas). Souza Filho (2013) nos diz que em diversas passagens (desde sua “juventude” até as obras mais “amadurecidas”), Marx demonstra interesse pelas questões atinentes ao Estado que já demonstrava capacidade de dar certas respostas materiais à classe explorada. Além disso, Marx aponta o Estado como *locus* fundamental para a conquista dos interesses da classe trabalhadora, mesmo nos momentos de direção burguesa da burocracia de Estado.

do “reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa.” (COUTINHO, C. N., 1992, p. 73). Hegel e, posteriormente, Marx e Engels, não tiveram como analisar certas determinações que se desdobrariam juntamente com o desenvolvimento do capitalismo. Ao analisar a visão hegeliana acerca dos partidos e das associações - estes como uma “trama ‘privada’ do Estado” -, Gramsci diz que

em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia). [...] Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel (ao menos muito superiores), mas tinha o sentido das massas, por sua atividade jornalística e de agitação. O conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística (GRAMSCI, 2007, p. 119).

Portanto, a partir de Gramsci, vemos que Marx não pôde conhecer determinadas formas organizativas que acompanharam o desenvolvimento capitalista e a complexificação do Estado (em suas diversas manifestações geográficas).

A definição gramsciana de *sociedade civil* se distingue da concepção marxiana. Acerca da perspectiva de Marx sobre a sociedade civil, este considerava, já em 1843, que, na obra hegeliana, o Estado se apresentava como sujeito, conquanto a sociedade civil era o predicado e, a partir da perspectiva materialista, inverteu tais papéis analiticamente: “Família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte” (MARX, 2010, p. 30). Unindo as influências da dialética do próprio Hegel e o materialismo de Feuerbach, Marx diz que

a divisão do estado em família e sociedade civil é *ideal*, isto é, necessária, pertence à essência do Estado; família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências espirituais reais da vontade; elas são modos de existência do Estado; família e sociedade civil se fazem, *a si mesmas*, Estado. Elas são a força motriz. Segundo

Hegel, ao contrário, elas são *produzidas* pela Ideia real (MARX, 2010, p. 30).

As análises mais “maduras” de Marx não negaram suas conclusões obtidas em 1843, mas avançaram e complexificaram a compreensão da relação entre Estado e sociedade civil. Na leitura de Liguori (2007), em Marx, tanto elementos estruturais quanto superestruturais estão presentes na sociedade civil, mesmo que o pensador alemão tenha colocado centralidade na estrutura (esta enquanto relações sociais de produção). Portanto, para além da “inversão hegeliana” da relação existente entre Estado e sociedade civil, Marx critica uma suposta dicotomia existente entre “esfera pública e esfera privada [e] rejeita de algum modo o confinamento do político ao Estado e do socioeconômico à sociedade” (LIGUORI, 2007, p. 44). Analisando dialeticamente, Marx demonstra que a política perpassa todos os momentos (estrutural e superestrutural) e é essa perspectiva que aproxima Gramsci do comunista alemão.

No entanto, terminologicamente, Marx se referia à *sociedade civil* representando as relações sociais de produção, enquanto Gramsci dotou a expressão de um sentido que traduz o conjunto de organizações que elaboram e difundem ideologias. Essas organizações não estão, necessariamente, na *sociedade política* ou *econômica* - como, por exemplo, as escolas, as igrejas, os jornais, os sindicatos e, poderíamos adicionar ao conceito, os *think tanks*. Ademais, diz Coutinho:

Ao contrário do que fazem hoje muitos pensadores liberais e social-democratas, Gramsci não trata a sociedade civil como uma zona neutra situada “para além do Estado e do mercado”. Ao contrário, ele a considera como parte do Estado, como uma decisiva arena da luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar hegemonia (COUTINHO, C. N., 2011b, p. 25).

A concepção gramsciana de *sociedade civil* vai indicar que os processos de socialização da política entre o final do século XIX e início do século XX resultaram em uma nova esfera social. Por outro lado, a *sociedade política* - por vezes chamada por Gramsci de *Estado em sentido estrito* ou *Estado-coerção* - indica os

instrumentos utilizados pela classe dominante para a preservação do monopólio legal da coerção. Cumpre, portanto, função organizativa diferente da *sociedade civil* na forma de articular a vida em sociedade. Em síntese, a *sociedade civil* e a *sociedade política*, enquanto dois grandes “planos superestruturais”, atuam na manutenção e promoção dos interesses de uma classe fundamental articuladas a uma determinada base econômica - juntas, formam o *Estado integral*. Nas palavras de Gramsci,

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

A fórmula supracitada que associa Estado com coerção e sociedade civil com hegemonia, apresenta-se como uma expressão sintética, simplificada, mas não representa uma rigidez quanto ao papel de cada esfera na sociedade. A análise gramsciana, trazida em diversas partes dos seus estudos carcerários, demonstra uma relação complexa na qual o autor visa dar conta das tarefas hegemônicas do Estado que se apresentavam como novidade. As especificidades contidas na *sociedade civil* e na *sociedade política* não afastam a necessidade de identificá-las, dialeticamente, como integrantes de um todo articulado¹⁸. Suas funções são “organizativas e conectivas”:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de

¹⁸ Bianchi alerta para a interpretação recorrentemente equivocada dos conceitos gramscianos no que se refere a supostos antagonismos. Para o autor, interpretações difundidas, como as de Norberto Bobbio, levam à uma falsa relação opositora entre “estrutura e superestrutura, sociedade política e sociedade civil, ditadura e hegemonia” (BIANCHI, 2008, p. 173), quando, na realidade, entre essas esferas há uma unidade.

comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Por oposição às ideias de defesa do livre mercado que abarcam uma suposta separação orgânica entre a *sociedade civil* e o *Estado*, diz Gramsci:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, 2007, p. 47).

Na relação unitária/distintiva entre *sociedade política* e *sociedade civil*, é nesta última, tendencialmente, que as classes buscam obter *hegemonia*, visto que se trata de uma esfera social em que há relativa liberdade para a adesão ou não por parte dos indivíduos aos organismos que a compõem. A estes organismos *relativamente* autônomos quanto à *sociedade política*, Gramsci designou o conceito de *aparelhos privados de hegemonia* (APHs). Desta forma, “as classes buscam exercer sua *hegemonia*, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições através da *direção político-intelectual* e do *consenso*” (COUTINHO, C. N., 2011b, p. 26). Por outro lado, a *sociedade política* se caracteriza pela coerção e a legitimidade jurídica que integram sua dominação sobre a sociedade através do ferramental da burocracia executiva e militar.

Assim, para além das funções, outra distinção (do ponto de vista analítico) entre a *sociedade civil* e a *sociedade política* encontra-se, efetivamente, na materialidade particular de cada uma. Os portadores materiais da *sociedade política* são os aparelhos repressivos do Estado - da burocracia executiva ao poderio legitimado da força. Já os *aparelhos privados de hegemonia* - enquanto organismos coletivos e *relativamente* autônomos quanto à sociedade política - são os portadores materiais da *sociedade civil*. Neste aspecto, reside a novidade trazida por Gramsci:

“a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito” (COUTINHO, C. N., 1992, p. 77). Portanto, na busca pelo consenso (de forma ativa e organizada) como base de dominação, criou-se determinadas organizações em nível social que portam uma materialidade específica das relações sociais de hegemonia. E é com essa “legalidade própria” que a *sociedade civil* consegue promover a mediação entre a estrutura econômica e a *sociedade política*.

2.3 OCIDENTE E ORIENTE

A relação/diferenciação existente entre *sociedade civil* e *Estado* é, na avaliação de Gramsci, dinamizada de formas diferentes no *Ocidente* e no *Oriente*. Já em 1924, portanto anos antes de ser preso e iniciar a elaboração de seus escritos carcerários, Gramsci observou que, na Rússia, as massas foram para as ruas e, em um movimento revolucionário, tomaram o poder em 1917. Tal movimento seria extremamente dificultado na Europa Central e Ocidental, já que, nesta região, havia uma superestrutura complexa oriunda de um maior desenvolvimento capitalista. Tal característica

torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, 2011, p. 93).

A distinção metafórica entre *Oriente* e *Ocidente*, que tem como ponto central a relação entre *sociedade civil* e *Estado*, é fundamental para a compreensão da categoria de *Estado integral*. Este tema será melhor trabalhado em seus escritos carcerários, nos quais Gramsci tenta responder por que a crise econômica e uma suposta situação revolucionária na Europa do início dos anos 1920 não conduziram a uma vitória dos trabalhadores como a ocorrida na Rússia em 1917. Em suas considerações sobre as diferenças entre a Rússia e a Europa Ocidental e Central Gramsci diz que, no *Oriente*, “o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” enquanto no *Ocidente* “havia entre o Estado e a sociedade civil uma

justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Importante mencionar que a caracterização de uma dada formação social enquanto *ocidental* ou *oriental* não se resume a uma adequação geográfica, mas às suas características sócio-históricas. Ao analisar a formulação de Marx e Engels sobre “revolução permanente” a partir do contexto da Revolução Francesa (do jacobinismo de 1789 ao “9 de termidor”) e as estratégias revolucionárias de 1848, Gramsci observa que tal fórmula

é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França) (GRAMSCI, 2007, p. 24).

Gramsci indica que, na experiência de 1848, havia maior autonomia da *sociedade civil* em face do Estado. No entanto, o desenvolvimento da socialização das forças produtivas levou também ao aumento da socialização da participação política gerando uma estrutura mais robusta nas democracias modernas. A partir de 1870, as sociedades europeias teriam passado a se “ocidentalizar” e isso reverberaria nas estratégias socialistas pela superação da ordem. A “fórmula da ‘revolução permanente’, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula da ‘hegemonia civil” (GRAMSCI, 2007, p. 24). No mesmo texto, Gramsci prossegue com uma analogia entre a “arte política” e a “arte militar” e sugere que “a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (p. 24). Seguindo este raciocínio, conclui Gramsci que um Estado torna-se vitorioso em uma guerra quando a prepara de maneira metódica em tempos de paz, ou seja, posicionando-se estrategicamente no tabuleiro geopolítico.

2.4 GUERRA DE MOVIMENTO E GUERRA DE POSIÇÃO

O desenvolvimento das democracias modernas, tanto em suas manifestações vinculadas à sociedade política quanto à sociedade civil, é comparada por Gramsci às trincheiras e às fortificações permanentes em uma guerra de posição. A democracia é, para Gramsci, um dos elementos fundamentais que permitem movimentos *parciais*, enquanto, anteriormente, o movimento *constante* caracterizava a guerra como um todo. Coutinho (1992) assinala, a partir da formulação gramsciana, que a

necessidade de uma nova estratégia não é imposta apenas pela diferença sincrônica, simultânea, entre sociedades “ocidentais” e “orientais”, mas também pela diferença diacrônica - no interior das sociedades hoje “ocidentais” - entre períodos marcados pela debilidade da organização de massas (onde se impunha a “guerra de movimento”, o choque frontal com o Estado-coerção) e períodos de intensa socialização da política (onde a conquista paulatina de posições ocupa o lugar central na estratégia operária) (COUTINHO, C. N., 1992, p. 90).

Assim, a *guerra de movimento*, o “ataque frontal”, poderia ser a estratégia mais eficaz aplicada tanto contra um governo geograficamente oriental no século XX, quanto à França do primeiro quartel do século XIX. Mas não seria a forma mais eficaz em sociedades complexificadas a partir do processo de “ocidentalização”, estejam elas geograficamente à leste ou oeste.

Gramsci redefine a função da *guerra de movimento* para uma dimensão tática. No processo de “ocidentalização”, a *guerra de movimento* torna-se, cada vez mais, *guerra de posição*. O que não significa a supressão do movimento no processo revolucionário. A formulação gramsciana indica que a estratégia central da revolução nos países ocidentais deve ser a *guerra de posição*. Nas palavras do comunista italiano, “nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas”, assim, a “mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados” (GRAMSCI, 2007, p. 72-73).

Confrontando-se teoricamente com Trotsky, Gramsci demonstra que havia certa supervalorização da guerra de movimento em um contexto de

“ocidentalização” e complexificação da política. Os próprios desdobramentos surgidos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) demonstram que as estratégias políticas se colocaram em outro patamar de determinações. As discordâncias com Trotsky se relacionam com o embate que colocava a questão da continuidade das lutas revolucionárias após 1917, que colocaram de um lado a tática da “frente única” de Lenin e a teoria da “revolução permanente” de Trotsky. Gramsci considerava que Lenin foi quem melhor compreendeu a natureza política da moderna *guerra de posição*: “Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente” (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Gramsci compreendia que a classe revolucionária deveria atuar na política moderna planejando a acumulação de recursos econômicos, sociais e políticos necessários à conquista do poder. De acordo com Ciccarelli, todos os conflitos políticos e militares que ocorreram entre 1848 e 1918 “se ressentiram do advento da nova guerra de posição”. Além dos enfrentamentos físicos, armados, os exércitos confrontaram-se com “recursos humanos, técnicos e sociais postos à disposição da ampliação de massa da produção industrial” (CICCARELLI, 2017, p. 707). Na era moderna da arte militar, em que não só os combatentes são importantes, mas toda a massa da população, a *guerra de posição* envolve toda a população de um país. Não só no fornecimento de grupos para compor as tropas militares, mas também para a “produção e mobilização político-ideológica de tais recursos” (CICCARELLI, 2017, p. 707).

Portanto, para Gramsci, a partir da segunda metade do século XIX, tanto a ciência política quanto a estratégia militar podem ser vistas como a expressão de uma única *guerra de posição*. A compreensão do sardo acerca da *guerra de posição* relaciona-se a outros campos categóricos de grande importância, tais como a *hegemonia*, que é resultado da ação intelectual, política e moral dos dirigentes sobre os dirigidos.

2.5 HEGEMONIA

Sobre a perspectiva de Gramsci quanto ao relevante conceito de *hegemonia*, nos diz Bianchi (2018), que o tema é apresentado já no primeiro caderno carcerário. Lá, analisa as forças políticas existentes no *Risorgimento*¹⁹. Adiante, o comunista italiano desenvolve a apreciação sobre a hegemonia exercida no *Risorgimento* através do partido dos moderados do Piemonte e apresenta um determinante critério metodológico. Tal critério versa sobre a leitura de que

a supremacia²⁰ de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando se exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002b, p. 62).

Gramsci destaca que apesar da atividade hegemônica e a direção eficaz dos grupos afins terem início anteriormente à conquista do poder, ela só se realiza de fato quando as forças dirigentes podem viabilizar um programa cultural e pedagógico após a mobilização do aparelho de Estado (BIANCHI, 2018). Daí a posição estratégica ocupada pelos intelectuais, em articulação com a formação da hegemonia. Cabe pontuar, a partir de Duriguetto (2014) que, na obra gramsciana, “os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo ‘autônomo e independente’” (p. 267).

Em uma leitura gramsciana das sociedades de tipo ocidental - ou seja, de capitalismo mais avançado, com uma *sociedade civil* forte e um Estado mais complexo -, a estabilidade do processo de reprodução capitalista depende que, além de *dominante*, a burguesia se firme como uma classe *dirigente*. Ou seja, para que a exploração de classe ocorra de maneira estável, o projeto burguês deve se sobrepor

¹⁹ Processo de unificação italiana que resultou na formação do Estado Nacional entre 1848 e 1871.

²⁰ Por *supremacia*, compreendemos, juntamente com Coutinho (1992), como um momento de unidade (guardadas suas devidas particularidades) entre os pares conceituais “hegemonia e dominação”, “consenso e coerção” e “direção e ditadura”. Assim, *supremacia* não se confunde com *hegemonia*.

aos interesses das classes subalternas. Para usar uma expressão de Marx e Engels, a *dominação* de classe no capitalismo requer que seja amplamente aceita a “ideologia carola e hipócrita dos burgueses [que] expressa seus interesses particulares como interesses universais” (MARX & ENGELS, 2007, p. 180). Isso significa que a classe dominante capitalista necessita colocar sob sua direção política e intelectual não somente seus pares, mas aqueles que se inscrevem subalternamente. Esta constatação denota uma *dominação hegemônica* da burguesia - ou de parcelas da burguesia - e uma capacidade tácita de equilibrar *coerção e consenso*.

A *hegemonia* se constitui em uma relação de relativo equilíbrio entre o *consenso* junto a parcela populacional dominada e a *coerção*. Esta, quando exercida de maneira excessiva em relação ao *consenso*, pode significar uma crise de *hegemonia*. Cabe dizer que, mesmo no momento da *coerção*, esta deve estar minimamente amparada por um *consenso* de parte significativa dos dominados. A máquina coercitiva do Estado ao mesmo tempo que constrange as classes subalternas, deve presumir elementos de aceitação que necessitam estar abarcados no senso comum. Assim, a *hegemonia* burguesa na sociedade provém de inúmeros artifícios materiais e ideológicos postos em prática através do Estado e da *sociedade civil* - a partir de seus *aparelhos privados de hegemonia*. De acordo com Gramsci,

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, **expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados**. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 2007, p. 95, grifos nossos).

Portanto, para o exercício da *hegemonia* de uma classe ou fração de classe, vemos uma nítida relação contributiva que combina mecanismos da *sociedade civil* - a partir de seus *aparelhos privados de hegemonia*, como os órgãos responsáveis direta ou indiretamente pela criação de uma “opinião pública” - e a organização política. A partir daí, destaca-se um importante elemento que Gramsci apresenta como fundamental na disputa por *hegemonia*, que é o *partido político*.

2.6 PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos aparecem para o italiano como reflexo e nomenclatura de determinadas classes sociais exercendo o papel de *intelectual coletivo*. Os partidos surgem, “desenvolvem-se, decompõem-se e se renovam na medida em que diversos estratos das classes sociais em luta sofrem deslocamentos de real alcance histórico” (GRAMSCI, 2011, p. 84). Além disso, diz Gramsci, “experimentam mudanças radicais em suas condições de existência e de desenvolvimento, adquirem uma maior e mais clara consciência de si e de seus próprios interesses vitais” (ibidem, p. 84). Os partidos podem possuir a função social de causar a *catarse*, ou seja, o momento de superação das disputas *econômico-corporativas* e a chegada ao momento *ético-político*. Denota-se assim um momento de expansão da consciência de classe resultante da relação contributiva entre os “simples” (aqueles que “sentem”, mas nem sempre compreendem ou sabem) e os intelectuais (aqueles que “sabem”, mas nem sempre compreendem ou sentem).

A definição gramsciana de *partido* estava para além da forma específica de organização formal, ou seja, para além dos partidos representativos da esfera política. O autor diz que “os ‘partidos’ podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação de partidos’” (2007, p. 326). Suas análises pautavam-se mais fortemente na função que tais organizações exercem na elevação de consciência de classe e sua inserção nas lutas por *hegemonia*. Propôs uma observação do conjunto social historicamente constituído que acompanha os partidos e a série de implicações que vão muito além da atuação parlamentar. Para o comunista sardo,

Somente do quadro de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país (GRAMSCI, 2007, p. 87).

Partindo do princípio, já indicado, de que há dirigidos e dirigentes, governados e governantes, Gramsci aponta para os partidos como a melhor forma de elaboração da capacidade de direção de determinado grupo social nos embates pela *hegemonia*. Bianchi (2008) nos lembra que a disputa por *hegemonia* não se resume a uma luta entre “concepções de mundo”, mas também envolve a disputa entre aparelhos privados que dão suporte materiais às ideologias e agem em sua organização e difusão. O partido, enquanto *aparelho de hegemonia* cumpre uma função de articular consensos, disputando com ou somando-se a outros aparelhos (como sindicatos, associações, escolas e demais partidos), orientado pelo grupo que o dá razão de existir. Portanto, os partidos - sendo eles apresentados em sua forma *stricto* ou *lato* - e demais aparelhos de hegemonia contribuem para a perpetuação da classe no poder, ampliando o Estado.

Considera-se que um elemento que diferencia o partido formal (*stricto*) das demais formas de partido (*lato*) é que o primeiro além de dinamizar o processo de difusão de determinados valores, tem como objetivo fazer a síntese direcionada à disputa de poder político. Gramsci atribuía uma grande importância ao que chamava de “Moderno Príncipe” - um partido formal que atue em diversas frentes e não apenas de forma parlamentar. De acordo com Virgínia Fontes (2017), Gramsci achava de suma importância a constituição de um partido que

entenda ser o ponto de síntese entre diversas formas associativas dos subalternos e que, compreendendo suas especificidades, permita sua elevação para além dos limites da consciência imediata ou corporativa (e mesmo estatal) sem eliminá-las, para atuar na grande política, naquela que lida com as opções de vida social, lutando pela superação das formas de reprodução das inúmeras subalternidades (FONTES, 2017, p. 211).

Gramsci indica que o partido é o mecanismo que pode cumprir, no âmbito da sociedade civil, a mesma função desempenhada pelo Estado “de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais” (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Por outro lado, o partido em sentido amplo (*lato*) - peguemos como exemplo os institutos analisados no presente trabalho - operam principalmente na difusão de ideias e valores, na elaboração de formas operacionais e na defesa de interesses de classe. Tais entidades que podem ser interpretadas analiticamente enquanto partidos, também podem ser instrumentos que contribuem decisivamente para as vitórias nos pleitos eleitorais, mesmo não sendo partidos eleitorais. Estes podem assumir o papel de “nervo articulador (quartel-general)” (FONTES, 2017) de determinadas frações de classe. Para os fins da análise do nosso objeto de pesquisa, que sejam, os aparelhos privados de hegemonia que atuam como partido em sentido *lato*, cabe destacar as atividades de ampliação da rede de organização cultural, difusão de ideias, movimentos políticos e iniciativas pedagógicas que difundem a concepção de mundo de extratos da classe dominante.

2.7 INTELECTUAIS

Na relação funcional entre a *sociedade civil* e a *sociedade política*, os *intelectuais* exercem um papel fundamental: são representantes dos grupos em disputa que atuam na hegemonia social e nos governos cumprindo funções subalternas. Os intelectuais vinculados ao grupo no poder possuem a função de preservar o consenso da população quanto aos princípios defendidos por este grupo que se espriam pela sociedade historicamente através do prestígio obtido por intermédio de sua posição de dominação e de suas funções na produção. Quando o consenso não é possível, ou quando há certa resistência de parcelas da população quanto aos preceitos do grupo no poder, cumpre-se o papel da coerção dada pela legitimidade jurídica do Estado.

Ao se debruçar sobre as análises acerca dos intelectuais, Gramsci parte de uma inquietação que gira em torno da seguinte pergunta: “Os intelectuais são um

grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2001, p. 15). O autor dos *Cadernos* reconhece a complexidade da questão dada a diversidade de categorias intelectuais historicamente existentes. No entanto, apresenta duas formas de processo histórico de constituição dos intelectuais que julga as mais importantes e devem ser consideradas. A primeira forma refere-se ao fato de que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2011, p. 15).

Neste caso, o comunista sardo utiliza o exemplo do empresário capitalista que exerce uma função social intelectual que cria e subordina outras funções intelectuais. O corpo técnico e teórico - ou seja, as outras camadas intelectuais oriundas da necessidade de homogeneidade e consciência das práticas econômicas, sociais e políticas - cumprirá papéis orientados pelos empresários, sobretudo a elite empresarial. Nas palavras de Gramsci, estes empresários devem “possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 2001, p. 15). Ou, no mínimo, essa elite empresarial deve estar apta a escolher os prepostos a quem delegar a organização das relações fora da empresa. Esses *intelectuais orgânicos*, que se constituem a partir de uma determinada classe, se especializam em parcelas “da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (GRAMSCI, 2001, p. 16).

A segunda forma importante de constituição histórica dos intelectuais citada por Gramsci se refere ao seguinte:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais

preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Gramsci cita, como exemplo clássico, a categoria dos eclesiásticos que preservaram, por muito tempo, o monopólio de tarefas importantes, tais como “a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc.” (GRAMSCI, 2001, p. 16).

A questão dos intelectuais possui uma importância fundamental nas análises gramscianas dado o fato destes serem atores centrais na disputa pela hegemonia - arena de embates privilegiada para a superação da sociedade do capital. O tema dos intelectuais na obra gramsciana se manifesta na análise da relação existente entre “dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados” ou, em outros termos, “em um estudo sobre a construção e o exercício da supremacia de uma classe ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade” (BIANCHI, 2008, p. 75).

Para Gramsci, assim como todos os homens são, até certo ponto, filósofos, são também intelectuais, visto que, mesmo nas tarefas laborais menos sofisticadas exercem sua intelectualidade. Mas há uma diferenciação entre o potencial intelectual intrínseco aos homens e como essa intelectualidade é exercida nas relações sociais. Alguns homens, segundo o italiano, possuem o papel de intelectuais estritos, cumprindo uma função específica na sociabilidade. Neste sentido, de acordo com Coutinho, Gramsci considera intelectuais

todos os que contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar ou consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele, são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social (COUTINHO, C. N., 2011b, p. 29-30).

Desta forma, há uma distinção entre os intelectuais responsáveis, por exemplo, por *criar* novas concepções de mundo e os demais intelectuais responsáveis pela difusão. Essa distinção soma-se à diferença entre os *intelectuais orgânicos* e *intelectuais tradicionais*. Em síntese, os primeiros são constituídos diretamente de uma classe e atuam para lhe dar consciência além de promover sua

hegemonia enquanto os últimos, como citados anteriormente, vinculam-se à instituições herdadas de sociabilidades anteriores. Na busca pela hegemonia, uma classe não apenas cria seus próprios intelectuais (orgânicos), mas assimila os intelectuais tradicionais. Trazendo tais interpretações para a sociedade burguesa em sua forma contemporânea, podemos supor que a classe hegemônica abarca não somente seus intelectuais orgânicos (sejam eles burgueses ou prepostos burgueses) como também instituições da sociedade civil (intelectuais coletivos).

Gramsci aponta para uma relação mediada entre os intelectuais e a esfera da produção, diferentemente dos grupos sociais fundamentais de classe *imediatamente* conectados. Tal mediação se dá “em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente ‘funcionários’” (GRAMSCI, 2001). A relação entre os diversos grupos intelectuais e os grupos sociais fundamentais ocorre de forma mais ou menos orgânica, mais ou menos estreita em diversos graus. Portanto, as funções dos intelectuais articulam-se à função de hegemonia exercida na sociedade civil e do “domínio direto” exercido através do Estado. Neste sentido, os intelectuais apresentados por Gramsci cumprem funções organizativas e conectivas entre a hegemonia social e o governo político, atuando como prepostos de um grupo dominante. Nas palavras do comunista italiano, estes intelectuais cumprem as seguintes funções:

- 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21).

2.8 PEQUENA POLÍTICA E GRANDE POLÍTICA

Uma importante chave teórica utilizada por Gramsci que muito nos auxilia na compreensão da organização política contemporânea é o par conceitual *pequena política* e *grande política*. Nos Cadernos lemos que:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

A partir das considerações de Gramsci, vemos que a política pode tanto ser orientada, de forma intencional ou não, à preservação hegemônica da classe no poder (*pequena política*) quanto ao momento de *catarse*, ou seja, ao momento de transformação social profunda - aquele momento que se relaciona à chamada *grande política*. Debruçando-se sempre dialeticamente na questão, o pensador comunista não isola tais conceitos na prática social, mas compreende que ambos estão imbricados nas relações sociais de produção e na relação de classe que as caracteriza. A *Grande política* - a política da mudança de regime, fundação de Estados, das alterações profundas nas relações econômicas - pode se fazer presente também quando se opera a *pequena política* - aquela que atua de forma imediata nos conflitos do cotidiano.

Embora as disputas por hegemonia estejam, em última instância, ligadas à *grande política*, podem ser dinamizadas na *pequena política*. Como alerta Coutinho (2010) “*seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam*” (p. 30, itálicos originais). A Europa foi palco de grandes embates por hegemonia, muitas vezes protagonizados por partidos que propunham projetos diferentes de organização social. Podemos pensar, por exemplo, nos processos que levaram ao “socialismo real” na União Soviética ou ao nazi-fascismo na Itália e na Alemanha como expressões de *grande política*, de mudanças significativas no *status quo*. Mesmo nos regimes democrático-burgueses,

encontravam-se partidos com projetos societários díspares, sobretudo até o terceiro quartel do século XX. No entanto, a chamada “época neoliberal”, ou seja, a formatação político-ideológica do capitalismo contemporâneo, tem como uma de suas principais características e tendências o ocultamento das questões profundas no que concerne à política e à economia.

A preservação da ordem posta na sociedade resulta, muitas vezes, da atuação preventiva e conservadora por parte da classe dominante que busca evitar qualquer mudança radical que prejudique seus interesses. Assim, deve-se investir esforços na contenção de ideias “radicais” e na geração de *consenso* em torno do ideário dominante. Embora os esforços burgueses (enquanto classe dominante) possam ter como finalidade a preservação da ordem nos termos da *grande política*, encontramos, constantemente, um movimento tático em nível de *pequena política*. Além disso, como ressalta Coutinho,

uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como ‘bizarra e heteróclita’, com frequência contraditória, que orienta - muitas vezes sem plena consciência - o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens (COUTINHO, C. N., 2010, p. 30).

Portanto, no intuito de caracterizar as relações de hegemonia na contemporaneidade, Carlos Nelson Coutinho decidiu falar nos termos de uma “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, C. N., 2010, p. 29). Esta chave explicativa apresentada por Gramsci e habilmente incorporada por Coutinho para suas reflexões acerca da “era da servidão financeira”, nos ajuda a compreender o momento atual no Brasil.

2.9 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

Para Marx, a ideologia é um fenômeno superestrutural, historicamente condicionado, ligado às relações sociais de produção. Marx dotou o conceito de um caráter eminentemente negativo. No entanto, estamos lidando com um autor que perquiria seu objeto de análise dialeticamente. Para Marx, a ideologia se apresenta

como a consciência invertida gerada a partir de uma sociedade que se move de forma invertida. Marx preocupava-se em descobrir onde residiria a materialidade dessas ideias, convencido de que as ideias não se formam e não se propagam descoladas do movimento real, das relações sociais.

Uma famosa citação de Marx e Engels nos dá o norte da compreensão de como opera-se ideologicamente a aceitação e naturalização em torno de determinados preceitos. N'A *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) dizem que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX & ENGELS, 2007, p. 47, itálicos originais).

Assim, as ideias dominantes se manifestam enquanto uma expressão ideal da forma de organização social dominante. Portanto, essas ideias “são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (ibidem, p. 47). As indicações de Marx e Engels derivam da análise concreta da sociedade: se existe uma classe que domina os mais diversos âmbitos da vida social, é natural que esta classe entreponha sua visão de mundo no restante da população, de forma consciente ou não.

Na obra supracitada, os autores fazem uma contundente crítica à filosofia neo-hegeliana a partir de uma visão histórico-materialista. Demonstram que as relações sociais de produção incidem decisivamente nas formas de consciência. Não há, portanto, qualquer autonomia conceitual em face à materialidade da vida concreta. A ideologia da Alemanha do século XIX (objeto central na análise), segundo a crítica proferida pelos autores, operava em um distanciamento da realidade, gerando assim uma consciência ilusória sobre a sociedade, o Estado e a própria natureza humana. Esta visão nublada ou mesmo enganosa acerca da realidade teria surgido da própria divisão social do trabalho, se desenvolvendo a partir da progressão de uma relação social que se sobrepõe às vontades individuais. Além disso, a divisão do trabalho também se expressa entre a classe dominante nas

segmentações que cumprem as funções do “trabalho espiritual” e “trabalho material” (p. 47).

Ao tratarmos da organização burguesa devemos levar em consideração a existência de uma camada de “ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência” (Ibidem, p. 48). Os estratos burgueses responsáveis pelo trabalho material “se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios” (ibidem, p. 48).

Durante sua vida, Gramsci não teve contato com os textos que compõem a obra “A Ideologia Alemã” de Marx e Engels. Portanto, não pôde, assim como Lênin²¹, captar todos os elementos críticos de Marx e Engels que radicalizaram a *ideologia* em um sentido negativo. Mesmo assim, as contribuições de Gramsci quanto ao papel da ideologia nas relações sociais conseguem captar o essencial da perspectiva marxiana-engelsiana. Em boa medida suas interpretações vêm do Prefácio de 1859 da Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 2008) em que Marx fala das “formas ideológicas” ou seja, “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas” (MARX, 2008, p. 48). Para Liguori, é deste ponto que Gramsci deriva sua leitura “inovadora”, mas concordante com Marx e Engels em relação às “formas”. O autor dos *Cadernos* “utiliza a batalha que o último Engels conduz para restabelecer uma visão dialética do nexo estrutura-superestrutura com o objetivo de afirmar a importância e a ‘eficácia histórica’ das ‘esferas ideológicas’” (LIGUORI, 2017, p.785).

Não há um estudo sistematizado do filósofo italiano sobre a ideologia e, além disso, o termo apresenta variações de aplicação nas páginas dos *Cadernos do Cárcere*. Na obra máxima de Gramsci, *ideologia* aparece como “sistema de ideias políticas” em sentidos variados (utiliza expressões como “ideologia mazziniana”,

²¹ Lênin, bem como uma gama de marxistas e socialistas dos séculos XIX e XX, trataram o termo ideologia de forma relativamente “neutra”. Para Lênin, diferentemente do que pensava Marx e Engels, colocava-se a questão nos seguintes termos: “Uma vez que nem sequer se pode falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas operárias ao longo do seu movimento, o problema se coloca somente da seguinte maneira: ou ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio-termo” (LÊNIN, 2020, p. 57).

“ideologia liberal”, “ideologia maçônica”, “ideologia meridional”, “ideologia patriótica”). Ao juízo de Liguori, “o lema é usado em referência a camadas e grupos sociais” (LIGUORI, 2017, p. 788).

Mas alguns pontos importantes apresentados por Gramsci enriquecem o entendimento do papel da ideologia nas relações sociais, principalmente quando articulamos o termo à *hegemonia*, ao *senso comum*, à geração de um espírito crítico revolucionário e ao funcionamento da *estrutura ideológica*.

O espírito crítico, de acordo com Gramsci, pode surgir até mesmo do *senso comum*. Mesmo que este carregue incoerência e superficialidade, ainda pode possuir um “núcleo sadio”: o “bom senso” (GRAMSCI, 1999, p. 98). Mas, Gramsci recomenda cautela quanto à superestimação do *senso comum* visto que há limites e inconsistências nesta forma de dar respostas às questões da realidade. Além disso, a partir de um trabalho ideológico bem sucedido, a burguesia pode converter sua *visão de mundo* em *senso comum*, reafirmando sua *hegemonia*.

O termo *ideologia* possuía, em sua origem, uma demasiada carga de percepção sensorial - o empirismo exagerado ao qual Gramsci se colocava contra. Gramsci apontava para o “materialismo vulgar” existente no primeiro conceito de ideologia criado por filósofos franceses. A intenção destes filósofos estava em dissecar as ideias para se alcançar supostos “elementos originais”, ou seja, chegar “às sensações, das quais, supostamente, as idéias derivavam” (KONDER, 2002, p. 104).

Gramsci avalia que Marx e Engels fizeram uma crítica vigorosa da *ideologia* ao mesmo tempo em que representavam o movimento de sua superação. Mas Gramsci reflete acerca do sentido excessivamente pejorativo do termo, o que “modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia” (GRAMSCI, 1999, p. 237). Assim, de acordo com Gramsci, há uma confusão gerada quando se utiliza a expressão ideologia para se referir tanto à “superestrutura necessária de uma determinada estrutura” quanto “às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos” (ibid, p. 237). E é da seguinte forma que Gramsci reconstitui o processo deste equívoco:

1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

A desqualificação total da ideologia impediria, de acordo com Gramsci, a superação das distorções ideológicas. Além disso, essa visão dificultaria uma análise mais complexa do pensamento ideológico. Assim, Gramsci deu atenção às diferenças que compõem a ideologia. Aponta para a necessidade de uma distinção entre “ideologias historicamente orgânicas” - aquelas necessárias à estrutura econômica - e as “ideologias arbitrárias, racionalísticas, ‘voluntaristas’” (GRAMSCI, 1999, p. 237). Gramsci está se referindo, primeiramente, ao valor psicológico das ideologias, que são historicamente necessárias. As ideologias orgânicas, na perspectiva do comunista italiano, orientam as coletividades humanas e dão consciência para as pessoas, demarcando, inclusive, o posicionamento destas diante da sociedade. Conquanto as “ideologias arbitrárias” incidem-se sobre ações individuais, polêmicas, etc. Pensando sempre dialeticamente, Gramsci acrescenta que, mesmo as ideologias arbitrárias não são completamente inúteis, já que “funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma” (ibidem, p. 238).

Portanto, a ideologia do ponto de vista gramsciano não é essencialmente negativa, afinal existem “ideologias” de diferentes matizes que formam um plano necessário da consciência e do conhecimento. A superioridade da “ideologia marxista” se dá pela consciência histórica que compreende a luta de classes. O marxismo não nega as contradições mesmo que se apresente, a partir da perspectiva gramsciana, também como uma ideologia. Na leitura que Liguori, o que Gramsci identifica como elemento comum entre a “ideologia marxista” e as outras ideologias é “o fato de ter uma determinada *utilidade* para um grupo social”, mas a ideologia derivada do pensamento de Marx “não se disfarça como algo acima de ou além da história” (LIGUORI, 2017, p.786, itálico original).

Gramsci recorre a Marx para dizer que a “persuasão popular” tem, com frequência, “a mesma energia de uma força material” o que conduz, na perspectiva de Gramsci, ao fortalecimento da ideia de *bloco histórico*: as forças materiais seriam

o *conteúdo* e as ideologias *a forma*. Mas, bom ressaltar, Gramsci adota essa distinção de maneira apenas didática e abstrata, já que “as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1999, p. 238).

As disputas por *hegemonia* são disputas de *ideologias* que, de maneira alguma se resumem a uma “batalha de ideias” pura e simplesmente. Afinal, essas *ideias* possuem uma *estrutura material*, lastreada na realidade concreta, que são articuladas em torno de *aparelhos privados de hegemonia*.

A *estrutura ideológica* da classe dominante, ou seja, “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 2001, p. 78) é um importante elemento gerador da *opinião pública* e é um objeto ao qual Gramsci identificava grande necessidade de ser estudado. Este estudo deveria ser direcionado, inicialmente, à parte por ele considerada mais “dinâmica” desta estrutura ideológica: o setor editorial em geral. Ou seja, editoras, jornais e revistas de diversos tipos.

Na contemporaneidade, os APHs militantes das ideias neoliberais e neoconservadoras cumprem, em diversos momentos, este papel “dinâmico” da *estrutura ideológica*. Afinal, atuam 1) fazendo o trabalho de divulgação das ideias do livre mercado e do conservadorismo através de seus mecanismos próprios, como *sites*, *blogs*, eventos e afins e 2) na organização da imprensa tradicional como vemos, por exemplo, no programa “Millenium nas Redações” oferecido pelo Instituto Millenium, apresentado no terceiro capítulo do presente trabalho.

Mas a imprensa, apesar de mais dinâmica, não é a única parte importante da *estrutura ideológica*. diz Gramsci,

tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (GRAMSCI, 2001, p. 78).

Temos, portanto, que a *estrutura ideológica* apresenta-se na forma das “trincheiras” e “fortificações” a serem combatidas pela classe revolucionária. O primeiro passo, como indicado anteriormente, é o estudo e o conhecimento do

campo de atuação ideológica organizado pela burguesia. A superação da hegemonia burguesa perpassa o reconhecimento de como funcionam *aparelhos privados de hegemonia* responsáveis pela geração do *senso comum* e da proliferação ideológica que naturaliza os pressupostos da dominação de classe.

Por fim, cabe uma breve explicação terminológica que pretende evitar quaisquer confusões nas páginas que seguem. Distintivamente, quando aplicarmos a expressão *ideologia* no presente trabalho, estaremos nos remetendo ao conceito em seu aspecto negativo - a formação de uma consciência que inverte a verdade, oculta importantes determinações, naturaliza pressupostos e pretende universalizar ideias particulares. Por outro lado, indicaremos caso a palavra *ideologia* esteja sendo utilizada no sentido "*historicamente orgânico*", como apresentado por Gramsci. O conceito de *ideologia* será majoritariamente aplicado enquanto *ideologia liberal* que possui, entre seus seus núcleos, as visões que defendem o livre mercado, a propriedade privada e que a acumulação da riqueza socialmente produzida e o poder na sociedade representam, tão somente, "a retribuição ao talento, à capacidade e ao esforço pessoal" (OSÓRIO, 2014, p. 110).

3 O PENSAMENTO LIBERAL-CONSERVADOR E ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DE DOMINAÇÃO DE CLASSE

As estratégias de dominação de classe que perpassam a geração de um consenso intra e extra-classe atravessam constantes atualizações. As *estruturas ideológicas* de cada tempo respondem às necessidades históricas que se põem entre a classe dominante e a conquista/manutenção de sua dominação. Nesta pesquisa, analisamos determinados *aparelhos privados de hegemonia* que se articulam às estratégias de dominação surgidas do processo de redemocratização do Brasil no final dos anos 1980.

As entidades associativas vinculadas aos interesses do capital - enquanto organizações da sociedade civil - analisadas na presente dissertação são portadoras materiais da função social da hegemonia e articulam-se com a sociedade política, constituindo o Estado integral. São importantes elementos na moderna *guerra de posição* representando as trincheiras avançadas que condicionam a atuação do Estado democrático de acordo com interesses de frações de classe.

A importância destes *aparelhos privados de hegemonia* se dá, entre outros motivos, pelo dinamismo citado por Gramsci (2001, p.78) e por poderem cumprir a função de verdadeiros “estados maiores”. Este modelo de iniciativa burguesa ancorada na sociedade civil (mas sempre articulada à sociedade política) não é novidade, decerto. Mas os *think tanks* em tela apresentam características que nos interessam na compreensão da contemporaneidade e de como se dá, após as devidas atualizações, as estratégias de dominação em âmbito nacional articulado ao capitalismo imperialista.

Esses institutos ligam-se, frontalmente, ao crescente movimento ocorrido nas últimas décadas chamado de “nova direita”. As ideias e práticas de valorização do individualismo, da meritocracia, da economia de mercado e, em maior ou menor medida, da agressividade contra as classes subalternas, encontram campo privilegiado em determinados institutos que se declaram como difusores das ideias da “liberdade”. Discurso conveniente que alimenta um imaginário em torno da suposta “liberdade” relacionada à *sociedade civil* em contraposição à opressão promovida através dos instrumentos do Estado. A relação entre sociedade civil,

representante dos interesses individuais, e o Estado é afirmada por segmentos liberais-conservadores como se fosse antagônica e inconciliável. No entanto, sabemos que o que move as iniciativas que visam a redução do Estado, é a tentativa de obtenção da riqueza socialmente produzida transmutada em recursos estatais; a redução do Estado social e a *utilização* do Estado enquanto veiculador das garantias da acumulação fornecendo empréstimos, infraestrutura, formação de força de trabalho, elaboração e execução de pesquisas, coerção contra as classes subalternas e garantias jurídicas.

Ao analisar diversos aparelhos privados de hegemonia de difusão do ideário liberal no Brasil, Casimiro (2016) referiu-se a estes como uma organização estratégica de setores “liberal-conservadores” da burguesia. Isto nos leva à questão: tais associações, que apresentam-se como *liberais*, podem ser caracterizadas como *conservadoras*? Cientes da polissemia conceitual em torno do liberalismo e do conservadorismo, inicia-se este capítulo levantando breves considerações no intuito de uma aproximação da definição mais coesa do liberal-conservadorismo.

3.1 OBSERVAÇÕES SOBRE O LIBERALISMO

De acordo com Matteucci (1998) há uma ordem de três fatores que impedem uma definição consensual em torno do conceito de liberalismo: primeiramente, a ligação histórica entre liberalismo e democracia. Ambas construções históricas se confundem em diversos momentos, dada a origem e desenvolvimento consoantes - ao menos no que tange à democracia moderna. Mas a distinção entre ambos é necessária visto que o liberalismo é o elemento que permite diferenciar tipos de democracias. Assim, a democracia liberal se distingue, por exemplo, da democracia plebiscitária. Em segundo lugar, não há um momento sincrônico da história liberal: o liberalismo se manifesta em locais e períodos diferentes, do ponto de vista de sua gênese e desenvolvimento. Matteucci diz que

enquanto na Inglaterra [o liberalismo] se manifesta abertamente com a Revolução Gloriosa de 1688-1689, na maior parte dos países da Europa continental é um fenômeno do século XIX, tanto que podemos identificar a revolução russa de 1905 como a última revolução liberal (MATTEUCCI, 1998, p. 687).

Por último, não seria possível falar em termos de uma “história-difusão” do liberalismo. O autor alerta para o fato de que, embora a tradição liberal britânica tenha incidido determinantemente no mundo moderno, esta influência é cronologicamente e geograficamente variável. Se o liberalismo inglês possui uma “essência”, esta se defronta com as particularidades políticas, sociais e históricas que, em alguns casos, permitem que o “liberalismo” de determinados países não passe de uma forma secundária em relação à original. Ainda há a questão dos referenciais históricos do *termo* liberalismo. A expressão pode indicar um partido político, um movimento, uma ideologia ou até uma ética, uma estrutura institucional ou “a reflexão política por ela estimulada para promover uma ordem política melhor, justamente a ordem liberal” (MATTEUCCI, 1998, p. 687). Com as observações apresentadas, Matteucci chega a um esforço de delimitação para o liberalismo:

o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área atlântica), embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, a Índia e o Japão) (MATTEUCCI, 1998, p. 687).

A delimitação preliminar apresentada pelo autor contribui com uma compreensão abstrata e bem geral do termo, alocando o liberalismo em um dado esquadro histórico e geográfico, mas pouco diz a respeito do conceito qualitativamente. O texto de Matteucci promove ainda um esforço de síntese quanto às várias dimensões do termo (o adjetivo liberal; o substantivo liberdade; a relação entre o liberalismo e a civilização moderna; o liberalismo e a idade burguesa; as etapas do Estado liberal e o Estado liberal hoje).

Quanto à função adjetiva da palavra liberal, temos o agravante das particularidades geográficas: na Inglaterra e na Alemanha o termo liberal pode indicar um posicionamento de “centro” no espectro político; nos Estados Unidos, os liberais podem ser aqueles que se enquadram mais à esquerda; na Itália, os liberais são aqueles que nitidamente defendem a propriedade privada e a liberdade econômica. Enfim, o adjetivo é relativo à formação sócio-histórica do país e ao objeto ao qual pretende-se fazer oposição (autoritarismo, comunismo, socialismo,

conservadorismo, intervencionismo e outros). A diversidade da terminologia liberal e seus derivados levou até mesmo Friedrich Hayek, por vezes descrito como um dos “pais do neoliberalismo”, a propor a renúncia ao termo (MATTEUCCI, 1998).

Do ponto de vista do liberalismo enquanto orientação político-econômica, surgem as variações que só aumentam a dificuldade de uma definição coesa. Reconhecendo as várias vertentes internas ao campo liberal, o próprio Instituto Liberal (IL) escreve em sua linha editorial que respeita a variedade de tendências expressas por seus articulistas - “liberais clássicas, liberais conservadoras, sociais liberais ou libertárias” além das “premissas teóricas de diferentes escolas econômicas liberais”²². De forma geral, independentemente das variações e limites, o liberalismo indica *a defesa de uma suposta liberdade comercial, com pouca (ou nenhuma) atuação interventiva do Estado (sobretudo na economia), vinculado à defesa da propriedade privada enquanto norma jurídica e do capitalismo enquanto modo de produção.*

Há uma evidente diferenciação entre o liberalismo do ponto de vista discursivo, teórico ou ideológico por um lado e o liberalismo realmente existente por outro. No plano concreto, o liberalismo, em sua fase “clássica”, ocorreu na Europa até o segundo terço do século XIX. Entretanto, as concepções que tinham, no plano político, a defesa do Estado mínimo e, no plano econômico, a mediação da sociedade a partir do “livre mercado”, se desfizeram, na prática, a partir da era monopolista no capitalismo (NETTO, 1995). O mercado nunca foi efetivamente “livre” desde o surgimento do capitalismo na Europa, mas a partir do último terço do século XIX, evidenciou-se a consolidação da atuação direta do Estado na mediação das relações sociais. Seja com presença maciça (como na União Soviética, no nazi-fascismo ou no Estado de bem-estar social) ou nas conjunturas de redução da envergadura do Estado *social* (como no atual avanço neoliberal em que o Estado continua grande, mas destinando cada vez menos recursos para os subalternos) o Estado é peça fundamental na valorização do valor. De uma forma ou de outra, o mero fato de existirem complexos mecanismos legais e um amplo aparato coercitivo que assegure a propriedade privada, torna o Estado um elemento *necessário* para a reprodução das relações sociais do capital formando o Estado integral.

²² Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/il-linha-editorial>. Acesso em: 16 abr. 2020.

No plano ideológico, o liberalismo foi favorecido, historicamente, pela associação com determinados preceitos de uma suposta “liberdade”. A propaganda pró-liberalismo se beneficiou, em boa medida, do horror das Grandes Guerras; das interpretações em torno dos chamados Estados totalitários (ARENDR, 2013) e de outros episódios mais particulares, como as ditaduras na América Latina. Assim, o liberalismo ganhou, muitas vezes, um *status* de representante político e econômico da “liberdade” humana e da democracia. Entretanto, as componentes democráticas existentes no liberalismo clássico, diz Netto (1995, p. 86), “foram concretizadas nos ordenamentos políticos modernos graças às lutas sociais conduzidas pelos trabalhadores”. O liberalismo é a corrente ideológica *par excellence* do capitalismo pois promete um mundo de liberdade e igualdade - crença necessária para as relações sociais de exploração e domínio do capital. Esta falsificação histórica contribuiu bastante para a preservação ideológica, política e cultural do liberalismo.

No Brasil, o ideário de inspiração liberal chegou relevantemente no início do século XIX, principalmente a partir da Independência em 1822. A historiadora Emília Viotti da Costa (1999) aponta para as singularidades do liberalismo brasileiro que só podem ser analisadas observando-se as particularidades sócio-históricas do país. Aqueles que aderiram ao liberalismo no Brasil no início do século XIX eram interessados, em via de regra, na economia de exportação e importação. Era uma fração composta substancialmente por latifundiários e escravocratas. Muitos dos quais ansiavam a manutenção da estrutura tradicional de produção, mas libertando-se da dominação portuguesa, garantindo o direito à propriedade privada e penetrando em uma lógica de maior liberdade comercial. No intuito de fortalecer a autonomia da burguesia em detrimento do poder real, diversos liberais brasileiros tinham a intenção de aumentar o poder legislativo, parlamentar, à semelhança do modelo inglês.

Costa (ibidem, p. 134) assinala que as “estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem” além de “valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir”. A burguesia brasileira alocava-se no interior de uma contradição que punha de um lado o sistema escravagista e patronal e, do outro, as novas ideias liberais que vinham inflamando a

Europa. O discurso liberal da burguesia brasileira aparentemente chocava-se, durante o século XIX, com a prática. Em síntese:

A condição colonial da economia brasileira, sua posição periférica no mercado internacional, o sistema de clientela e patronagem, a utilização da mão-de-obra escrava e o atraso da revolução industrial – que no Brasil só ocorreu no século XX –, todas essas circunstâncias combinadas conferiram ao liberalismo brasileiro sua especificidade, definiram seu objeto e suas contradições e estabeleceram os limites de sua crítica. Em outras palavras, a teoria e a prática liberais no Brasil, do século XIX, podem explicar-se a partir das peculiaridades da burguesia local e da ausência das duas classes que na Europa constituíram o seu ponto de referência obrigatório: a aristocracia e o proletariado (COSTA, 1999, p. 134).

As contradições e singularidades brasileiras assinaladas por Emília Viotti da Costa, levaram Schwarz a cunhar a expressão “as ideias fora do lugar” para se referir à colisão entre as ideias liberais e o interior das relações sociais no Brasil. Schwarz diz que “*adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor*” (SCHWARZ, 2000, p. 18, itálicos originais). Ressalta que na relação entre latifundiários, escravos e os homens livres, os últimos relacionam-se com os primeiros a partir da lógica do *favor*. Fossem profissionais liberais ou pequenos proprietários, os “livres” tinham suas satisfações de necessidade garantidas a partir de uma informalidade que na ordem do discurso passou a beber dos preceitos liberais europeus. Mas, apesar do discurso, originado na promessa de uma suposta liberdade e igualdade de condições jurídicas, o que se construiu no país tropical foi uma organização em que o *favor* se apresentou como uma “*mediação quase universal*” (ibidem, p. 16).

Schwarz observa que, no Brasil, as ideias trazidas da Europa não condiziam com a sociabilidade real. Destaca que o parasitismo, o modelo de produção (pré-capitalista) e a relação de dependência do Brasil aliados à hegemonia intelectual oriunda da Europa teriam contribuído para a criação deste deslocamento - as ideias que estavam fora de seu lugar, uma “inadequação”. A ideologia liberal burguesa surge no Brasil alicerçada no nexos entre latifundiários escravocratas e comerciantes nacionais com o capital mundializado (e em expansão). Portanto, seria

inevitável a “presença entre nós do raciocínio econômico burguês - a prioridade do lucro, com seus corolários sociais - uma vez que dominava no comércio internacional, para onde nossa economia era voltada” (SCHWARZ, 2000, p. 13).

O liberalismo - enquanto conjunto de ideias - trazia, de fato, benefícios importantes para a burguesia nacional; em alguma medida havia uma simpatia às ideias de livre mercado, de garantias jurídicas vinculadas à propriedade privada, entre outras. Por outro lado, a escravidão, a informalidade do favorecimento pessoal entre outros elementos deixavam, em tese, o liberalismo brasileiro “fora do lugar”.

Carlos Nelson Coutinho (2011) identifica no texto de Schwarz uma dialética “curiosa e paradoxal” entre adequação e inadequação. Para Coutinho, a relação dialética entre adequação e inadequação vai se alterando conforme a subordinação do Brasil frente ao capitalismo mundializado vai deixando de ser formal para ser real. Enquanto a relação de dependência do Brasil vincula-se *formalmente* ao governo português e à economia mercantil e, internamente, o país mantém-se em um estágio pré-capitalista, a lógica da “inadequação” dos preceitos liberais parecem fazer mais sentido. No entanto, ao passar de uma subordinação *formal* para uma subordinação *real*, ou seja, vinculada ao capitalismo internacional em expansão e ao capital industrial e financeiro, “as ideias importadas vão cada vez mais ‘entrando em seu lugar’, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar” (COUTINHO, C. N., 2011, p. 43-44).

A partir das considerações de Coutinho, inferimos que há certa adequação entre elementos aparentemente contraditórios (como o liberalismo e a escravidão). Losurdo (2006) nos lembra que os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo, grandes difusores do ideário liberal no mundo, se utilizaram grandemente da escravidão de mulheres e homens negros para interpor sua dominação econômica e cultural no mundo moderno. Muitos dos que defendiam a “liberdade” e a “democracia”, evocados até hoje como heróis da liberdade, eram eles mesmos escravocratas ou lucravam com a escravidão: “Em trinta e dois anos dos primeiros trinta e seis de vida dos Estados Unidos” diz Losurdo, “quem ocupa o cargo de Presidente são os proprietários de escravos provenientes da Virgínia” (ibidem, p. 24). Ao se separarem, pois, do constrangimento de possuírem massas de escravos em seus territórios, países como Estados Unidos e Inglaterra (já fortalecidos no

cenário internacional pelo acúmulo de capital) ainda fizeram por lucrar substancialmente com a escravidão que persistiu, por exemplo, no Brasil até 1888.

Apologistas da ideologia liberal historicamente tentam desvencilhar a imagem do liberalismo das práticas escravagistas, segregacionistas e conservadoras. Seja por reconhecer que algumas práticas sociais são retrógradas e “desumanizadoras” ou pela intenção de mistificar as relações desiguais inerentes ao liberalismo, liberais dos mais diferentes matizes rechaçam a alcunha de “conservador”. Já que, diferentemente dos conservadores, eles estariam a serviço da “liberdade”, do “desenvolvimento”, do “avanço”, da “ação civilizatória” ou seja, da não conservação.

3.2 RELAÇÃO CONSERVADORISMO / LIBERALISMO

Recusamos a caracterização do conservadorismo enquanto um conjunto homogêneo de ideias. Reconhecemos que há “conservadorismos” e uma breve apreciação sobre o termo se faz necessária. O problema começa pelo fato do conservadorismo ser um posicionamento relacional. Quem conserva, quer conservar algo específico em relação a outra coisa. Temos, por exemplo, o chamado “conservadorismo nos costumes” que permeia o senso comum contemporâneo e associa-se a um conjunto de práticas vinculadas à moral confessional, que nega as diferentes formas religiosas (e não religiosas) ou de organização familiar em relação às tradicionalmente praticadas. Mas existe uma orientação que define o conservadorismo em termos mais sofisticados do que aquele que permeia o senso comum.

O influente conservador Michael Oakeshott parte do princípio de que o conservadorismo não pode ser confundido com uma “ideologia”. Tal afirmação - equivocada a partir de nossa concepção acerca da ideologia - deriva-se do fato de o conservadorismo não ser encarado como um sistema de ideias, mas algo supostamente ligado a um determinado ceticismo, uma negação de ideias “imaginativas” ou “utópicas”. Para Oakeshott, ser conservador “significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma” ou seja, uma “disposição”, uma preferência por “certas formas de conduta e certas condições

das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a tomar determinadas decisões” (OAKESHOTT, 2014, p. 4).

Projetando uma investigação que articule o conservadorismo à política - instância da vida social que nos interessa neste trabalho - poderia um indivíduo com disposição conservadora não ser um político conservador? João Pereira Coutinho, um proeminente conservador português, diz que

embora uma disposição conservadora nem sempre implique uma preferência pelo conservadorismo político, a verdade é que uma política conservadora tenderá a partilhar os traços característicos da disposição conservadora *tout court*. Tal como os homens de disposição conservadora, o conservadorismo político também transportará para a esfera da governança esse gosto pelo próximo, pelo suficiente, pelo conveniente - recusando a “felicidade utópica” que é típica da atitude revolucionária (COUTINHO, J. P., 2014, p. 24).

Para além de negar as “utopias” progressistas, o autor alerta para o fato de que uma disposição política conservadora não apenas nega a “utopia” revolucionária, como também se distingue do reacionarismo. Nesta perspectiva, o conservadorismo de João Pereira Coutinho se aproxima do de Anthony Quinton quando este afirma que um reacionário é um “revolucionário do avesso” (QUINTON apud COUTINHO, J. P., 2014). Neste viés, que enxerga o conservadorismo como uma posição política que rejeita mudanças sociais bruscas (sejam estas mudanças reacionárias ou revolucionárias), enxerga-se um “potencial de violência e desumanidade que a política utópica transporta” (COUTINHO, J. P., 2014, p. 26), sejam os apelos utópicos uma fuga para o futuro ou para o passado. Quando voltados ao futuro, ou seja, em uma revolução como a de 1789 (Revolução Francesa), tal movimento estaria baseando-se em especulação, em uma “razão abstrata” que não garantiria as conquistas almejadas e criaria episódios de grande instabilidade.

Edmund Burke (1982), parlamentar inglês entre 1766 e 1794 se notabilizou como um ferrenho opositor à Revolução Francesa. Burke, em quem João Pereira Coutinho e diversos outros conservadores atuais²³ ancoram parte de seu

²³ Ver, por exemplo, Luiz Felipe Pondé, um dos mais conhecidos filósofos do *mainstream* brasileiro e representante da “nova direita”. Em artigo intitulado “Conservar o quê?”

conservadorismo, defendia que a Revolução de 1789 provocaria, para além do desmoronamento da velha ordem, a deslegitimação de valores tradicionais e a destruição de uma herança material e espiritual que levou gerações para ser formada. Burke não vislumbrava retorno ou permanência do absolutismo, mas defendia a monarquia parlamentar britânica, que teria levado séculos para se formar daquela maneira e não a partir de uma revolução abrupta e violenta.

A Burke podemos atribuir a fundação do conservadorismo moderno, neste caso, o conservadorismo de cariz *liberal*. A perspectiva burkeana admite mudanças em termos “reformistas”, mas com base em experimentações lentas, evitando-se assim as tempestuosas consequências de uma revolução orientada por uma utopia. Mas, acerca desta forma de tratamento conservador às lutas dos subalternos, recorremos à Carlos Nelson Coutinho: “Todos conhecemos o modo pelo qual o pensamento conservador continua até hoje a chamar desdenhosamente de ‘utópicas’ as tentativas ‘racionais’ de criar uma nova ordem social” (COUTINHO, C. N., 2013). Para o pensamento conservador mais sofisticado há um pecado na racionalidade. Como os humanos são falhos, a racionalidade humana também é falha e a experimentação lenta seria o melhor caminho. Nada mais conveniente para aqueles que querem preservar as estruturas de privilégios, poder e dominação.

Por outro lado, temos camadas liberais em que a alcunha de “conservador” não parece ser bem recebida. De acordo com Lorde Acton, um historiador liberal inglês do século XIX,

Em todos os tempos sempre foram raros os verdadeiros amigos da liberdade, e os triunfos desta se deveram a minorias que prevaleceram associando-se a grupos cujos objetivos freqüentemente diferiam dos seus; e essa associação, que é sempre perigosa, algumas vezes se revelou desastrosa, ao propiciar aos adversários justos motivos de oposição (ACTON apud HAYEK, 1972).

publicado pela Folha de São Paulo em 13 de outubro de 2008, Pondé cita Burke para fundamentar o conservadorismo e diz: “Conservar o quê? A dúvida para com as soluções racionais e ‘científicas’ apressadas, e as fórmulas políticas de ‘gabinete’. Conservar a consciência da longa experiência humana com sua própria loucura. Isso não implica em recusar mudanças, implica sim em prudência com as ilusões de que os humanos sejam facilmente racionais, belos e bons”. Disponível em: <https://bit.ly/3rlzgg9>. Acesso em: 12 jul. 2020.

O britânico, tido como um expressivo nome do liberalismo²⁴, demonstra que há diferenciação entre liberais e conservadores. A história nos mostra que conservadorismo e liberalismo não são sinônimos, de fato, muito embora dividam interesses comuns. Entre tais interesses, está a necessidade de manutenção da propriedade privada frente às ofensivas socialistas (sejam elas realmente socialistas ou interpretadas enquanto tal).

O excerto de Lord Acton, anteriormente citado, é utilizado pelo economista austríaco Friedrich Hayek como epígrafe de um de seus textos mais conhecidos. Trata-se de “Por que não sou conservador” - *post scriptum* da obra “Os Fundamentos da Liberdade” (HAYEK, 1972). Nesta exposição, Hayek justifica seu posicionamento contrário ao conservadorismo que, segundo ele, “não oferece um objetivo alternativo”, pois prende-se à permanência e resiste às mudanças. Mas, de acordo com o austríaco, por vezes, liberais e conservadores juntam-se para combater as supostas interferências que os movimentos progressistas tenderiam a causar nas liberdades individuais.

Embora o posicionamento de Hayek fosse considerado por alguns como *conservador* - sendo ele, inclusive, um dos autores de cabeceira de diversos conservadores -, o austríaco defende que sua posição “é bem diferente daquela à qual tradicionalmente se costuma atribuir o termo” (p. 378). Tratando-se de uma perspectiva relativa, o conservadorismo apresenta diferenças que, segundo Hayek, contribuem com uma suposta confusão. Um conservador estadunidense, por exemplo, seria considerado um liberal na Inglaterra, visto que a tradição norte-americana se forjou sobre o liberalismo. Anotadas as possíveis confusões ora reproduzidas, Hayek contrapõem-se ao imobilismo conservador. Diz que “uma das principais características da atitude conservadora é o medo da mudança, uma desconfiança tímida em relação ao novo enquanto tal”. Enquanto isso, o posicionamento liberal se basearia “na coragem e na confiança, na disposição de permitir que as transformações sigam seu curso, mesmo quando não podemos prever aonde nos levarão” (HAYEK, 1972, p.380).

²⁴ Ver o texto “O papel de Lord Acton como herói da liberdade” no *site* do Instituto Liberal. Disponível em: <https://bit.ly/34Y5Xc3>. Acesso em: 16 set. 2019.

Lembre-mo-nos que o livro “Os Fundamentos da Liberdade” (*The Constitution of Liberty* no original) foi lançado pela primeira vez em 1960 pela Universidade de Chicago. Portanto, as argumentações de Hayek eram produzidas em meio às políticas de Bem-estar Social e ao intervencionismo Estatal na economia a partir dos países de capitalismo central. Anteriormente, na obra “O Caminho da Servidão” de 1944 (2010), já defendia a ideia de que tais políticas seriam trágicas para a sociedade como um todo. Portanto, Hayek estava na posição de alguém que considerava suas ideias de livre mercado, de soluções meritocráticas, e defesa da desigualdade social como um *status* a se alcançar. Isso o diferenciaria dos conservadores para quem as mudanças bruscas poderiam não ser adequadas. Daí a relutância de se caracterizar como alguém conservador.

Embora negue ser associado ao conservadorismo, Hayek, como toda uma geração de intelectuais²⁵, desde 1848²⁶, pretende a conservação do *status quo*. Isso, evidentemente, se definirmos o *status quo* enquanto o modo de produção capitalista, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho para a acumulação de capital. Assim, de maneira relacional, embora Hayek pretendesse vender uma ideia de que seu ideário representava um progresso ou uma evolução societária, a realidade concreta nos mostrou que o neoliberalismo associa-se mais ao conservadorismo - ou até mesmo ao reacionarismo quando tenta desfazer conquistas históricas das classes subalternas. Carlos Nelson Coutinho nos lembra que

Não é casual que o neoliberalismo apresente todas as suas propostas de desconstrução dos direitos sociais como “reformas”, quando, na verdade, estamos diante de contrarreformas. Portanto, é cada vez mais necessário adotar um ponto de vista crítico para perceber os locais em que, por trás de afirmações supostamente reformistas e até pseudorrevolucionárias, oculta-se o novo pensamento conservador (COUTINHO, C. N., 2013).

²⁵ “Intelectuais” sempre na concepção gramsciana.

²⁶ O ano de 1848 ficou marcado pelo conjunto de revoluções na Europa, iniciadas em Paris no mês de fevereiro, em que a classe trabalhadora postou-se como sujeito revolucionário antagonista à classe burguesa. Os dezoito meses de direção proletária, brutalmente reprimidas pelas forças da burguesia, causaram marcas profundas na luta de classes e aprofundamento nas investidas ideológicas da burguesia (NETTO, s.d.).

Uma “disposição conservadora” como a apresentada por Oakeshott ou, simplesmente, conservadorismo na política ou nos costumes cumprem, de fato, uma função ideológica de valores resguardados historicamente pela tradição. E se tratando do Brasil, estamos falando, em grande medida, de preservação de estruturas relativas ao patriarcado, preconceito de classe e toda sorte de manutenção dos apanágios de determinados grupos.

A difusão deste ideário conservador é facilitada, segundo Barroco, “pela *reificação* que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações” (BARROCO, 2015, p.624). Soma-se a isto o *irracionalismo* pessimista, anti-humanista, individualista, não afeito à verdade objetiva. Há uma ojeriza conservadora ao conhecimento e uma iniciativa de escamotear as contradições sociais naturalizando seus efeitos. Desta forma,

O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo (ibid, p.624).

A ofensiva ideológica²⁷ do capitalismo, a partir da crise de acumulação dos anos 1970, contou com uma atualização do conservadorismo que passou a se incorporar a elementos neoliberais. Eis a expansão do *neoconservadorismo*, que tem sua origem no interior do capitalismo imperialista após a Segunda Guerra Mundial. Este movimento se colocou contra as manifestações identitárias, culturais e ambientais a partir dos anos 1960, defendendo preceitos neoliberais, militaristas/armamentistas e balizado pela moral cristã e a chamada “família tradicional” (BARROCO, 2015; MELLO, 2015).

Desta forma, o *neoconservadorismo* designa-se como “forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais” (BARROCO, 2015, p.624). A finalidade de determinadas investidas *neoconservadoras* é a abertura dos mercados sem qualquer restrição por parte do Estado. A este, cabe a coerção jurídica e policial direcionada àqueles que se

²⁷ “Ideológica” sempre em seu sentido “negativo”, mistificador.

dispõem a contestar a ordem ou viver de forma diferente da preconizada pela tradição. Assim, acima da objetividade da ciência, da historicidade e da noção de totalidade, alguns grupos ancoram suas preferências políticas e de organização da sociedade em torno de argumentos moralistas. As expressões da “questão social”, para determinados grupos neoconservadores, seriam consequência de uma desagregação moral. Daí, o apelo à ordem coercitivamente aplicada, como solucionadora dos problemas de ordem moral que resultariam nos “problemas sociais”. O apelo moralista tem caminho azeitado pela mistificação das relações sociais em que estão ocultas suas reais determinações socioeconômicas e naturalizadas práticas que são historicamente determinadas.

Esta amálgama entre o pensamento neoliberal e o conservadorismo atualizado caracteriza a chamada “nova direita” e lança bases para a compreensão do caso brasileiro no bojo de um movimento mais amplo, reflexo de uma corrente política de nível transnacional. Podemos verificar que as ditaduras chilena e argentina nos anos 1970 tiveram o apoio do tradicionalismo católico; o governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, contava com a influência de fundamentalistas cristãos; na Inglaterra de Thatcher, o conservadorismo era emblemático e, no Brasil, assistimos a uma verdadeira ascensão de grupos fundamentalistas neopentecostais que, em diversos momentos se aglutinam em torno de associações em defesa de práticas neoliberais (MELO, 2015, p. 9). Não há, portanto, ineditismo nos aspectos liberal-conservadores - e mesmo alguns elementos reacionários - na “nova direita” brasileira.

Portanto, observa-se que o neoconservadorismo contribuiu com a sustentação e legitimidade do neoliberalismo a partir dos anos 1970. Mas esta legitimidade vem sendo perseguida (e conseguida) desde os primórdios do fenômeno através da atuação fundamental de aparelhos privados de hegemonia difusores do ideário liberal.

3.3 O NEOLIBERALISMO E OS INSTITUTOS LIBERAIS

As raízes do neoliberalismo podem ser encontradas logo após a II Guerra Mundial e, na consideração de Anderson (1995), o movimento originou-se em torno

das conclusões contidas na obra “O Caminho da Servidão” do austríaco Friedrich von Hayek. O livro de Hayek (2010) caracteriza-se pela crítica feroz ao Estado intervencionista. Para o autor, o planejamento econômico de Estado que qualificava não só a União Soviética, mas também os países de capitalismo central, poderia levar as sociedades ao totalitarismo - daí o título de sua obra mais conhecida (“O caminho da servidão”). Outro marco do neoliberalismo foi o lançamento da obra “A sociedade aberta e seus inimigos” de Karl Popper, publicada em 1945, um ano após “O caminho da servidão”.

Em 1947, Hayek e Popper somam-se a mais trinta e cinco estudiosos - em grande parte economistas - em Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os estudiosos estavam o norte-americano Milton Friedman e o austríaco Ludwig von Mises - estes, juntamente com Hayek e Popper, viriam a ser considerados grandes ícones do pensamento neoliberal -, além de outros inimigos da política de bem-estar social europeia e do New Deal estadunidense. O grupo discutiu os rumos políticos e econômicos da sociedade pós-guerra e começou a traçar estratégias de combate contra “o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 9). Era a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, um potente aparelho privado de hegemonia centrado na difusão da ideologia liberal.

Havia, obviamente, variações teóricas entre os apologistas da tradição liberal, inclusive, no interior da Sociedade de Mont Pèlerin. Mas as ideias de Hayek e Friedman se destacaram por promoverem alicerces teóricos mais sólidos à *ofensiva neoliberal* (NETTO, 1995). E tais ideias, elementares ao pensamento neoliberal, se sustentam na argumentação teórica que preconiza a redução do Estado estrito como fundamental para a preservação da democracia e a necessária mediação social centrada no mercado.

A Sociedade de Mont Pèlerin se tornou o principal fomentador das ideias liberais em uma época em que a intervenção do Estado na economia parecia ter dado estabilidade ao capitalismo. Da organização suíça, surgiam discursos que colocavam o suposto “igualitarismo” do pós-guerras como inimigo da liberdade individual e da concorrência - esta supostamente geraria a prosperidade de todos. Também vinham da Sociedade de Mont Pèlerin e seus principais intelectuais a

defesa da desigualdade como um valor positivo - pois era vista como funcional para a prosperidade capitalista.

Outra importante iniciativa que visava a geração de consenso em torno das ideias de livre-mercado, mas originado em solo estadunidense, foi a *Foundation for Economic Education* (FEE), criada em 1946. A associação foi resultado da idealização de Leonard Read e foi, por muito tempo, financiada pela fundação filantrópica Willian Volker (ROCHA, 2018). A FEE se mostra um importante aparelho privado de hegemonia responsável pela educação da população norte-americana sem uma ligação *imediate* com o Estado estrito. Esta autonomia relativa em face da política institucional promovia, entre outros efeitos, a impressão de uma instituição desinteressada e confiável.

Em 1956 surgiu a Freedom School, fundada por um radialista anticomunista chamado Robert LeFevre na cidade de Colorado Springs, estado do Colorado, EUA. O foco da Freedom School era mais voltado, efetivamente, à educação escolar. Entre os professores que lecionaram na escola estão importantes personalidades divulgadoras das ideias neoliberais, como Leonard Reed, Frank Chodorov (que editava a Revista Freeman, publicada pela FEE) além de Milton Friedman e Ludwig Von Mises (ROCHA, 2018). Seguiram-se formando outros APHs com características de *think tanks* pró-mercado a partir de iniciativas de intelectuais do FEE, como o Liberty Fund, no estado de Indiana e o Institute for Humane Studies (IHS). O primeiro foi criado por Pierre F. Goodrich, filho do empresário e ex-governador de Indiana James P. Goodrick. O último foi fruto da iniciativa de F. A. Harper, no estado da Califórnia.

Para além das produções acadêmicas oriundas da Escola Austríaca e da Escola de Chicago, existiam outras iniciativas que se incorporavam ao discurso antioletivista e anticomunista difundido pelos institutos. Contra as políticas de bem-estar social e a intervenção do Estado na economia, juntaram-se anarco-capitalistas, libertários, minarquistas e objetivistas - este último grupo, fundamentado pelo Romance “Revolta de Atlas” de Ayn Rand²⁸. Neste ponto, observamos certa heterogeneidade entre os defensores do livre-mercado a partir

²⁸ Retornaremos à Ayn Rand na seção 3.5.3 quando citarmos o evento “Ayn Rand Conference Brasil” realizado pelo Instituto Liberdade.

dos anos 1940. Por um lado, vemos um bloco de intelectuais pautados na fundamentação acadêmica/científica com foco na economia e na política e, por outro, uma defesa do livre-mercado a partir de fundamentos morais e filosóficos. E, a despeito de algumas distinções e discordâncias práticas e teóricas, muitas destas ideias encontraram nos *think tanks* pró-mercado abrigo e divulgação.

Do ponto de vista do público em geral, tais ideias não encontraram eco entre as décadas de 1950 e 1960, visto que as medidas keynesianas estavam gerando sucessivos crescimentos econômicos e uma sensação de que o capitalismo teria encontrado seu norte. A “Era de Ouro”, para usar a expressão de Eric Hobsbawm (1995), foi um período de crescimento econômico e melhoria das condições objetivas de grande parte da população dos países capitalistas centrais. No entanto, a marginalidade de Hayek, Friedman e seus companheiros acabaria a partir da década de 1970.

As crises monetária de 1972 e do petróleo em 1973 - para citarmos apenas alguns fenômenos decorrentes da crise de acumulação capitalista (MANDEL, 1982; MÉSZÁROS, 2011) - lançaram luz para alternativas às medidas político-econômicas hegemônicas até então. Para pensadores como Hayek (2010), a crise seria solucionada com estabilidade monetária, redução dos gastos sociais, reformas de cunho fiscal, redução de impostos para as grandes fortunas e o aumento racional do desemprego - enfraquecendo assim os sindicatos de trabalhadores. Embora houvesse, durante os anos 1970, certa relutância de grande parte dos partidos do *mainstream* quanto à políticas ultraliberais (HOBBSAWM, 1995), uma barreira estava se rompendo e os associados de Mont Pèlerin estavam conseguindo destaque. O prêmio Nobel de economia de 1974 dado a Friedrich Hayek e o de 1976 a Milton Friedman prenunciaram a avalanche neoliberal que mudaria paradigmas superestruturais em diversas partes do mundo.

Importante mencionar que determinadas experiências neoliberais já estavam em execução no Chile desde 1973 com a ditadura de Pinochet. A partir das eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 o neoliberalismo se consolidaria hegemonicamente em nível global. E ganharia ainda mais amplitude a partir dos anos 1990 após a queda do chamado *socialismo real*. Este último evento, somado ao colapso do Estado de bem-estar

social, foram importantes na consolidação do discurso contrário ao planejamento econômico de Estado e o fortalecimento da propaganda ideológica orientada pela centralidade do mercado na organização da sociedade.

Cabe destacar que a radicalização do neoliberalismo em nível global não representa uma mudança qualitativa nos fundamentos do modo de produção capitalista. Ou seja, mantêm-se os “pressupostos da subsunção real do trabalho no capital tais como estudados por Marx” (FONTES, 2005, p. 92).

Importantes intelectuais coletivos cumpriram um significativo papel para a consolidação das ideias neoliberais, dentre os quais, os chamados *think tanks* sediados em países de capitalismo central. Até os anos 1970 não havia, nos Estados Unidos, mais do que 70 entidades do tipo ativos na política. Este relativamente pequeno grupo de instituições era discreto e atuava em pesquisas na área de políticas públicas, sem grande apelo na influência da chamada opinião pública, portanto, não atuava voltado à geração de consenso das grandes massas. Entretanto, a partir de 1973, com a criação da Heritage Foundation, o cenário se modificou (ROCHA, 2015).

A Heritage Foundation é, nas últimas décadas, um dos *think tanks* de maior destaque no mundo. Tem como objetivo a formulação e promoção de políticas públicas de caráter conservador e define-se como defensora da lógica do livre mercado, dos princípios individualistas, do Estado mínimo e da defesa de valores tradicionais norte-americanos com certo viés nacionalista. Suas ações estratégicas de comunicação se direcionam a parlamentares, membros do Congresso estadunidense, formuladores de políticas públicas do Poder Executivo, para a mídia e comunidades acadêmicas²⁹. De acordo com Camila Rocha (2015), A Heritage Foundation foi responsável pela criação de um novo *modus operandi* de ação estratégica que caracteriza esta e outras instituições semelhantes como *think tanks* “ativistas”. Em seu rastro surgiram diversos outros institutos de difusão de ideias de livre mercado com práticas agressivas e interesses políticos delimitados e bem objetivos. Se até 1970 os *think tanks* não passavam de 70, a partir do ano 2000, só nos Estados Unidos, o número de instituições atuantes deste tipo passou dos 300.

²⁹ Disponível em: <https://www.heritage.org/about-heritage>. Acesso em 16 jul. 2019.

Caminhando no sentido da ampliação do Estado, nos termos gramscianos, estas organizações, antes discretas, passaram a atuar de forma intensa na sociedade política. Na interpretação de Rocha,

Até o final da década de 1960 tais organizações se recusavam deliberadamente a apoiar esforços relacionados ao que ocorria em Washington, mas mudaram de opinião em vista do aumento do que consideraram ser um inoportuno “ativismo estatal” promovido pelo governo na época, o qual passaram a combater por meio do financiamento de think tanks engajados na “batalha de ideias” em prol da diminuição do papel do Estado na economia (ROCHA, 2015).

Assim, a orientação destes novos APHs orbitava a formação de novos quadros de intelectuais, da formulação de políticas públicas pró-mercado e estratégias de persuasão em busca do consenso das massas em torno da lógica neoliberal. Podemos interpretar esta iniciativa como parte de uma estratégia de segmentos burgueses para lidarem com a crise de acumulação dos anos 1970. Com a contribuição da militância estratégica dos *think tanks* “ativistas” - sobretudo estadunidenses e ingleses - algumas políticas de inspiração neoliberal começaram a ser implantadas em graus variados nos governos de Jimmy Carter (1977-1981) nos Estados Unidos e James Callaghan (1976-1979) na Inglaterra. A ainda modesta penetração da ortodoxia neoliberal e anti-keynesiana nos governos de Carter e Callaghan prognosticavam o que viria a seguir com Reagan e Thatcher.

Neste contexto, emerge um importante personagem que contribuiria para a alavancagem da forma de organização dos institutos de defesa da ideologia neoliberal em todo o mundo: o ex-piloto da Força Aérea Real Britânica, Antony Fisher. Grande entusiasta das ideias dos intelectuais de Mont Pèlerin, Fisher foi pessoalmente à London School of Economics em 1947 falar com Hayek e pedir conselhos sobre a melhor forma de colocar suas ideias em prática. O conselho de Hayek teria sido a criação de uma fundação no âmbito da sociedade civil, sem ligação com partidos políticos formais - da mesma forma que fez ao criar a Sociedade de Mont Pèlerin. Além disso, teria aconselhado Fisher a não se aventurar em uma militância política filiado a um partido (formal). Nas palavras de Jesus

Huerta de Soto, um importante pensador espanhol representante da Escola Austríaca,

Hayek quis sempre manter-se à margem da atividade política. Mais ainda, considerava incompatíveis o papel do intelectual, que tinha que fazer da verdade científica a referência orientadora da sua vida, e o papel do político, constantemente obrigado a submeter-se à vontade da opinião pública de cada momento, para conseguir votos (SOTO, 2010, p. 110).

Hayek estaria buscando certa solidez na implementação das medidas neoliberais ao obter o convencimento de intelectuais e a alteração do estado da opinião pública. Assim, seguindo seu conselho, Fisher criou em 1955 o Institute of Economic Affairs (IEA), uma significativa organização privada que operou na divulgação do neoliberalismo com publicações e diversas atividades. Alguns dos esforços de Antony Fisher foram recompensados em meio à onda de criação de APHs de caráter neoliberal dos anos 1970. Em 1975 foi convidado para ser co-diretor do *think tank* canadense Fraser Institute. No ano de 1977 fundou, em Nova Iorque, o Center for Economic Policy Studies (que depois mudou o nome para Manhattan Institute for Policy Research). Em 1979 Fisher fundou o Pacific Institute for Public Policy enquanto se dedicava ao desenvolvimento do Center for Independent Studies na Austrália. Mas foi em 1981 - período em que o Institute of Economic Affairs atuava dentro do Governo Thatcher fornecendo quadros e assessores técnicos - que Fisher fundou, em Washington, a Atlas Economic Research Foundation (em 2013 passou a usar o nome Atlas Network, mantendo o antigo nome em seus registros legais). É uma espécie de *meta think tank* que nasceu com o intuito de ser um centro organizativo de outros institutos de direita e das novas filiais do IEA em países de língua não-inglesa (ROCHA, 2015).

Em 1987 a Atlas se associou ao Institute for Humane Studies (IHS), fundado por F. A. Harper - acadêmico norte-americano integrante da Sociedade de Mont Pèlerin. A parceria deu mais robustez à Atlas Network na missão de expandir o número de *think tanks* pró-mercado mundo afora. Segundo Rocha,

Para conseguir “abarrotar o mundo” de organizações que atuavam nos moldes do IEA, o vínculo com a Sociedade de Mont Pèlerin foi

fundamental, não só porque os diretores da Atlas participavam dos encontros promovidos periodicamente pela Sociedade, aproveitando o ensejo para trocar ideias e experiências, mas também porque esses encontros eram ocasiões em que Fisher conseguia angariar quadros dirigentes, financiadores, doadores e demais apoiadores para a articuladora norte-americana (2015, p. 269).

De acordo com o *site* oficial da Atlas Network, seu financiamento é fruto da “generosidade de fundações, indivíduos e corporações”³⁰. Entre seus financiadores, estão os bilionários irmãos Koch³¹, que atuam em diversos ramos produtivos, comerciais e financeiros. Como se trata de uma organização sem fins lucrativos, todas as doações feitas nos Estados Unidos são dedutíveis de impostos. No entanto, segundo Fang (2017), diversos *think tanks* associados ao Atlas são discretamente financiados pelo Governo norte-americano através do Departamento de Estado e a Fundação Nacional para a Democracia (NED em inglês). Ademais, a Atlas Network funciona como uma extensão tácita da política externa dos Estados Unidos. Este fato sinaliza para a necessidade de futuras análises do papel da Atlas Network como braço ideológico do imperialismo norte-americano, sobretudo, na América Latina.

Comparativamente, em 2019, a rede mantinha sob sua égide 483 parceiros em 96 países em todos os continentes. Eram 183 parceiros nos Estados Unidos, 134 na Europa e Ásia Central e 87 na América Latina³². Em 2020, o número total de instituições parceiras caiu para 447 - uma queda de 7,45%. Esta queda foi puxada, sobretudo, pela redução de parcerias com instituições norte-americanas e europeias.

³⁰ Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org>. Acesso em: 08 jul. 2019

³¹ Charles e David Koch possuem, cada um, mais de 50 bilhões de dólares e figuram entre as 12 pessoas mais ricas do mundo em 2019, segundo a Forbes. A fortuna da família Koch está entre os três maiores patrimônios familiares do mundo. Disponível em <https://www.forbes.com/billionaires/#4e498702251c>. Acesso em 12 jul. 2019.

³² Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>. Acesso em 08 jul. 2019

Quadro 01 - Variação do quantitativo de *think tanks* parceiros da Atlas Network entre 2019 e 2020

Região	Associados em 2019	Associados em 2020	Variação (%)
Estados Unidos	183	157	-14,20%
Europa e Asia Central	134	108	-19,40%
América Latina e Caribe	87	99	+13,79%

Fonte: Elaboração própria com base no *site* do Atlas Network. Disponível em: www.atlasnetwork.org. Acessos: 25 jul. 2019; 08 ago. 2020.

Apesar da redução do número global de associados, nota-se um aumento constante nas parcerias latino-americanas e caribenhas. O número de Organizações latino-americanas ligadas ao Atlas era 72 no ano de 2015 (ROCHA, 2015), 79 em 2017 (BAGGIO, 2017), 87 no ano de 2019 e, em 2020, são 99 os associados. Este crescimento pode indicar um aumento da atuação do *meta think tank* na região.

No Brasil, eram quatorze associadas em 2019 - incluindo-se aí todos os institutos analisados na presente pesquisa³³. Em 2020 houve a inclusão do Observatório do Empreendedor³⁴.

Quadro 02 - Institutos brasileiros parceiros do Atlas Network em 2020

Nome	Sede
Instituto Atlantos	RS
Instituto de Estudos Empresariais	RS
Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte	MG
Instituto de Formação de Líderes de São Paulo	SP
Instituto de Formação de Líderes de Santa Catarina	SC

³³ Atualmente, o Estudantes Pela Liberdade não faz mais parte da Atlas Network. Isso se deve à expulsão que a versão brasileira do Students for Liberty sofreu pela matriz em 2016. Em seu lugar, figura a Students for Liberty Brasil - célula reformulada do SFL no país. A questão será discutida na seção 3.5.6.

³⁴ Em seu *website* o Observatório do Empreendedor se define como “uma associação independente, apartidária e sem fins lucrativos destinada a promover os valores liberais e melhorar o ambiente de negócios no Brasil por meio do monitoramento regulatório, análise de impacto e conscientização”. Disponível em <<https://oemp.org.br/sobre>>. Acesso em 08 set. 2020.

Instituto Liberal	RJ
Instituto Liberal de São Paulo	SP
Instituto Liberdade	RS
Instituto Ludwig von Mises Brasil	SP
Instituto Millenium	RJ
Instituto Líderes do Amanhã	ES
Livres	RJ
Centro Mackenzie de Liberdade Econômica	SP
Students for Liberty Brasil	SP
Observatório do Empreendedor	SC

Fonte: Elaboração própria com base no *site* do Atlas Network. Disponível em: www.atlasnetwork.org. Acesso em: 25 jul. 2020.

A Atlas fornece a seus associados ajuda em dinheiro, apoio operacional, treinamentos e poderosos *networkings*. Isso se reflete na pouca variação encontrada nos “princípios”, “valores” e “missão” de todas as organizações parceiras da Atlas, como bem observou Baggio (2016). Praticamente todos os aparelhos privados de hegemonia vinculados à Atlas apresentam em suas orientações a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, das liberdades individuais, da limitação de ação dos governos e das responsabilidades individuais. Nota-se também que são muito recorrentes entre os parceiros da Atlas a divulgação de obras das grandes referências da Escola Austríaca, como Mises e Hayek e da Escola de Chicago, como Milton Friedman.

O presidente da Atlas Network entre 1991 e 2018 foi o argentino radicado nos Estados Unidos Alejandro Chafuen. Além de presidente da Atlas, Chafuen é fundador e presidente do Conselho do Hispanic American Center For Economic Research (HACER) - instituição criada em 1996, sediada em Washington, que se dedica a promover ideias ultraliberaes na América Hispânica e entre hispanoamericanos que moram nos Estados Unidos (BAGGIO, 2016). Chafuen participou do evento promovido pela Atlas Network denominado *Latin America Liberty Forum 2017* ocorrido em Buenos Aires, Argentina. Lá, segundo a densa

matéria de Lee Fang para o portal *The Intercept*, Chafuen teria celebrado vitórias recentes, frutos das atividades que a Atlas desenvolve nas últimas décadas. De acordo com a matéria,

Nos últimos 10 anos, os governos de esquerda usaram “dinheiro para comprar votos, para redistribuir”, diz Chafuen, confortavelmente sentado no saguão do hotel. Mas a recente queda do preço das commodities, aliada a escândalos de corrupção, proporcionou uma oportunidade de ação para os grupos da Atlas Network. “Surgiu uma abertura – uma crise – e uma demanda por mudanças, e nós tínhamos pessoas treinadas para pressionar por certas políticas”, observa Chafuen, parafraseando o falecido Milton Friedman. “No nosso caso, preferimos soluções privadas aos problemas públicos”, acrescenta (FANG, 2017).

Entre as pessoas “treinadas para pressionar certas políticas” estão integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), grandes articuladores das manifestações que contribuíram para a derrubada de Dilma Rousseff. Chafuen conta que esteve presente nos protestos de 2015: “Estive nas manifestações no Brasil e pensei: ‘Nossa, aquele cara tinha uns 17 anos quando o conheci, e agora está ali no trio elétrico liderando o protesto. Incrível!’” (CHAFUEN *apud* FANG, 2017).

Para além da atuação do Atlas Network, da Sociedade de Mont Pèlerin e de outros aparelhos privados de hegemonia em franco exercício, a ascensão do neoliberalismo se deu como movimento de readequação burguesa em torno da necessidade da acumulação, não devendo ser confundida com um movimento meramente conspiracionista ou “idealista” de pensadores ultraliberais. As soluções apresentadas pelos teóricos da Escola de Chicago e da Escola Austríaca cairiam *como uma luva* aos interesses de grandes corporações.³⁵

³⁵ Devemos mencionar que, a partir dos anos 1970, o mundo assistiu à transição da rigidez do *fordismo* para a chamada *acumulação flexível* (HARVEY, 2009). Este processo se deu por meio de uma veloz implantação de novas formas de organização e tecnologias produtivas. Para Harvey, a acumulação flexível se ampara na flexibilidade dos processos e do mercado de trabalho. Além disso, flexibilizaram-se os produtos e os padrões de consumo. Para os trabalhadores, este processo significou maior intensificação nos processos de trabalho, juntamente com a aceleração da “requalificação” necessária para atendimento das novas demandas do capital. Outrossim, a partir dos anos 1970, verificamos a aceleração no tempo de giro na produção, circulação e consumo das mercadorias acompanhado da efemeridade de mercadorias e práticas sociais.

3.4 INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL DA DITADURA À CONJUNTURA ATUAL: BREVE PANORAMA

A preservação das estruturas de poder e a atualização das estratégias de dominação burguesa contaram com o apoio fundamental de diversas entidades associativas liberais, conforme dito anteriormente. Entre outras funções, determinados institutos cumprem o papel de naturalizar os pressupostos do capital e mudar a opinião pública de acordo com os interesses de classe, além de interferir diretamente nas decisões em nível de Estado estrito.

O pesquisador uruguaio René Dreifuss traz significativas colaborações que nos permite compreender a efetivação de táticas e estratégias realizadas pela “sociedade civil empresarial” (em seus termos). O autor demonstra a íntima relação existente entre determinados aparelhos privados de hegemonia e importantes encadeamentos políticos. Uma de suas principais pesquisas tem, como objeto, o *modus operandi* utilizado pelo complexo IPES/IBAD e sua relação com o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart.

3.4.1. O complexo IPES/IBAD

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) emergiram após a renúncia de Jânio Quadros à presidência em 1961 e a posse de João Goulart. Enquanto Jânio agradava parcelas empresariais a partir de seu conservadorismo, *Jango* vinha de uma tradição trabalhista, assim como Getúlio Vargas, e se comprometia com reformas populares.

A implantação da ditadura empresarial-militar no Brasil em 1964 perpassou por uma rede organizada que deu legitimidade ao golpe. René Armand Dreifuss argumenta que a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek havia inflamado os interesses multinacionais e associados que tornaram-se “a força sócio-econômica dominante” (DREIFUSS, 1981, p. 71). A busca pelo consenso em torno da aceitação de determinados preceitos, incluindo-se a mudança de regime em 1964, se deu com a articulação entre integrantes da *sociedade política* representada fortemente (mas não unicamente) pelos militares e da *sociedade civil*

por intermédio de “diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional” e “administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia”. Este grupo articulava-se em torno de *aparelhos privados de hegemonia*, como *intelectuais orgânicos* de um novo bloco em formação.

Entre estes APHs, cumpriram um importante papel no golpe de 1964 e na procedente ação política do Estado o complexo IPES/IBAD. Os institutos atuavam como braço ideológico, tático e estratégico e eram compostos por intelectuais da classe dominante - entre militares, empresários, pesquisadores - e representaram uma reação da burguesia nacional³⁶ vinculada a interesses transnacionais, ao que eles consideravam uma ameaça comunista no Brasil. As organizações foram importantes na articulação ideológica que geraria o consenso necessário para que a deposição de Goulart não se desse apenas através da coerção, mas também com aceitação de parcelas populacionais consideráveis.

O IBAD surgiu em 1959 como alternativa ao controle da administração paralela do Estado e do *lobbying* promovido a partir dos “interesses multinacionais e associados”. Essa fração empresarial da classe dominante, chamada por Dreifuss de *elite orgânica*³⁷ ambicionava permear diretamente o Estado estrito e gerar *consenso* a partir de ações políticas e ideológicas instrumentalizadas por grupos de ação. O IBAD foi o primeiro grupo de ação a ter notoriedade neste sentido (Dreifuss, 1981).

³⁶ Dreifuss argumenta que, a partir da Segunda Guerra mundial, o capitalismo brasileiro, “tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital ‘nacional’, que fora predominante no governo de Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. Mesmo nesse último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de *joint ventures* (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras” (DREIFUSS, 1981, p. 49).

³⁷ Juntamente com Hoeveler e Melo considera-se que o conceito de “elite orgânica” cunhado por Dreifuss tem sua matriz no conceito gramsciano de *intelectual orgânico*. Dreifuss considera como intelectuais orgânicos um grupo de gerentes e tecnoempresários vinculados “a um projeto político de uma fração qualquer do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa” (HOEVELER e MELO, 2014, p. 20). A elite orgânica, portanto é um grupamento de agentes político-ideológicos qualificados em planejar e executar políticas de classe, representando uma consciência de classe mais avançada objetivando um projeto de Estado próprio.

O instrumento emergiu alegando-se defensor da democracia e teve entre seus fundadores Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner. O IBAD contava com a participação de integrantes de entidades como o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), American Chambers of Commerce e outras. Além disso, participaram do Instituto integrantes proeminentes da Escola Superior de Guerra (ESG) e importantes figuras das tradicionais associações de classe do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os integrantes do IBAD, estava Ivan Hasslocher, um integralista³⁸ que atuava como diretor-geral do Instituto. Ivan já foi apontado como agente ligado à CIA (Agência Central de Informações dos Estados Unidos) com atuação no Brasil, na Bolívia e no Equador. O IBAD chegou a ser denunciado como uma operação política da CIA no Rio de Janeiro se constituindo como uma organização de estratégia anticomunista (DREIFUSS, 1981).

A penetração do IBAD na *sociedade política* se deu de diversas maneiras, como, por exemplo, na aproximação direta com parlamentares como João Mendes da Costa Filho, da Ação Democrática Parlamentar (ADP). A ADP acabou por tornar-se um canal do IBAD no Congresso já nos primeiros momentos de existência do Instituto. Através do IBAD,

os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (DREIFUSS, 1981, p. 102).

O IBAD ligava-se a diversas organizações, majoritariamente conservadoras, como o Centro Dom Vital, ligado à Igreja Católica e articulava suas ações com organizações paramilitares como o Movimento Anticomunista (MAC), o Movimento

³⁸ O integralismo foi um movimento político brasileiro de extrema-direita surgido na década de 1930. Foi motivado por ideais e práticas fascistas. O movimento foi fundado sob a nomenclatura de “Ação Integralista Brasileira” (AIB) em 1932, quando o jornalista Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro.

Democrático Brasileiro (diferente do partido eleitoral de mesmo nome), a Organização Paranaense Anticomunista e a Cruzada Libertadora Militar Democrática. A estas organizações, o IBAD oferecia recursos materiais, técnicos e humanos.

O Instituto atuava diretamente nas eleições, mesmo que de forma velada, como no apoio à Jânio Quadros nos pleitos eleitorais presidenciais de 1960. O líder do IBAD, Ivan Hasslocher, foi instado, segundo Dreifuss, “por Gladstone Chaves de Mello, assessor político do Movimento Popular Jânio Quadros, a apoiar a campanha de Jânio Quadros, o que foi feito finalmente” (DREIFUSS, 1981, p. 103). Mas a notoriedade do IBAD viria mesmo na ação efusiva durante o Governo de João Goulart, sobretudo nas eleições de 1962, em que pôde contar com grandes fundos econômicos para influenciar nas eleições. O IBAD foi ainda responsável pela coordenação de ações políticas de “indivíduos, associações e organizações ideologicamente compatíveis” (p. 103). Os esforços políticos do IBAD, nas eleições de 1962 ao Congresso Nacional, eram coordenados com o IPES, o qual Hasslocher era membro. Assim,

A duplicação e interligação de pessoal, as fontes financeiras comuns e a ação simbiótica eram tão fortes que levaram o líder do IPES, Jorge Oscar de Mello Flores, a comentar que o “IPES havia meramente se aglutinado ao IBAD”. Ele deveria ter dito o mesmo a propósito da interação do IPES com os escritórios técnicos, os militares da ESG [Escola Superior de Guerra] e os empresários multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981, p. 103).

As articulações em torno da criação do IPES - assim como ocorreu com o IBAD e o CONCLAP - começaram durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a quem aqueles que formariam o complexo IPES-IBAD não tinham simpatia. Mas foi a chegada de Jango à Presidência, em setembro de 1961 que precipitou a formação oficial do IPES (em 29 de novembro de 1961). O Instituto fundamentava-se publicamente como uma entidade que visava promover estudos no sentido de “melhorias sociais no Brasil”. Apresentava-se como uma organização de “respeitáveis homens de negócio”, patriotas, que cumpririam a tarefa de analisar, juntamente com acadêmicos, técnicos e empresários, as decisões do Estado para

garantir que prevalecesse a democracia no país. Aos integrantes do IPES caberiam tarefas que levariam ao desenvolvimento do Brasil, como um todo, nada tendo a ver com interesses classistas ou particulares.

O discurso, no entanto, escamoteava as intenções da disseminação político-ideológica que criava rejeição ao presidente Goulart e às reformas de base, além de desestabilizar movimentos progressistas e socialistas. O IPES atuava também na articulação direta no Congresso Nacional e na incitação da derrubada do presidente. O Instituto foi responsável por campanhas midiáticas relevantes contra o Governo e aliados e exercia pressão econômica sobre as empresas que apoiassem João Goulart. De acordo com Dreifuss (1981), o que unia os fundadores do IPES, a despeito de uma certa heterogeneidade ideológica, eram as “relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado” (ibidem, p. 163).

O lançamento do IPES se deu sob a aprovação de diversos órgãos de imprensa, como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *o Correio da Manhã* e *a Última Hora*, além do “conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara, enquanto outras figuras políticas, eclesiásticas e intelectuais aplaudiram da mesma forma o seu aparecimento” (ibidem, p. 163). O IPES atuava juntamente à emissoras de rádio e TV e jornais de pequeno e longo alcance. Além de promover a distribuição de panfletos, publicações de livros, realização de palestras e até mesmo veiculação de conteúdo nos cinemas produzindo filmes documentários propagandísticos. Estes conteúdos eram responsáveis pela criação de um cenário de medo frente a uma suposta “ameaça comunista”.

O ferramental organizado pelo IPES era de amplo alcance. O Instituto era cuidadoso ao produzir conteúdos quando os direcionava a públicos-alvos específicos, promovendo uma agressiva ação ideológica extra e intra-classe. Aproveitava-se de diversos mecanismos disponíveis como, por exemplo, o decreto nº 21.240 de 04 de abril de 1932, assinado por Getúlio Vargas, que tornava obrigatória a exibição de “filmes educativos” feitos no Brasil em salas de cinema de todo o território. O brasileiro que, por ventura, fosse assistir a um filme protagonizado por Charlton Heston em 1962, provavelmente assistiria também a “Nordeste: Problema número um” - filme encomendado pelo IPES, produzido pela

Atlântida Cinematográfica e pelo cineasta francês Jean Manzon e transmitido antes da película principal (GASPAR, D. M., 2012).

O IPES agia como centro estratégico, enquanto o IBAD operava como uma unidade tática, sendo que o IBAD destinava-se a mais ações práticas secretas, se expondo mais do que o IPES. Inclusive, a publicização do financiamento praticado pelos Estados Unidos ao IBAD levou este a se abrigar no interior do IPES.

Dreifuss promoveu uma vigorosa análise comparativa entre as propostas apresentadas pelo IPES e o IBAD, através de sua “elite orgânica” e as políticas efetivadas nos primeiros anos de regime civil-militar e constatou uma ligação direta. Na mesma toada, observou que muitos dos intelectuais destes institutos passaram a ocupar cargos importantes na administração federal a partir de 1964. Os objetivos do grupo que se articulou para a derrubada do presidente João Goulart puderam, de forma imediata, penetrar no Estado - em seu sentido estrito. Este fato demonstra o fortalecimento da capacidade de *direção* da fração industrial burguesa nacional e associada sobre os demais segmentos burgueses direcionando a política do governo ditatorial no sentido dos interesses do grande capital.

O Estado brasileiro cumpriu um importante papel ao viabilizar as mudanças necessárias ao grande capital preservando a ordem, a partir do que poderíamos considerar uma *revolução passiva*. O aparato jurídico e militar da *sociedade política* contribuiu para a perseguição e repressão da organização das classes subalternas. Esta atuação se deu, portanto, a partir do fortalecimento de *aparelhos privados de hegemonia*, de atuação da *sociedade civil* organizada destinada à formação da *opinião pública* em torno do consenso ativo tanto no interior da burguesia, quanto em relação a parcelas consideráveis da classe trabalhadora. A atuação destes mecanismos hegemônicos introduziram não somente uma unidade estratégica à burguesia nacional, como a incorporação de lideranças e organizações ligadas à classe trabalhadora aos projetos de acumulação capitalista.

3.4.2 Os Institutos Liberais e a Redemocratização

O *modus operandi* do complexo IPES/IBAD guarda semelhanças com *think tanks* surgidos recentemente, como o Instituto Millenium. A começar pela

congregação de intelectuais de diferentes matizes que têm em comum a defesa da propriedade privada, dos valores da meritocracia e do livre mercado. Além disso, ambas associações empresariais estão intimamente ligadas a instituições sediadas no centro econômico do capitalismo. O IPES era ligado à American Economic Foundation (AEF) conquanto o IMIL recebe apoio direto do Atlas Network. Até mesmo a emergência da organização guarda semelhanças, visto que ambas surgiram como reação a governos considerados populares ou “esquerdistas” (Jango em 1962 e Lula em 2005). A ligação orgânica entre estes aparelhos privados de hegemonia e a imprensa também é notável, bem como são parecidas as estratégias de divulgação em jornais e revistas das ideias de livre mercado e os ataques à esquerda. Por fim, mas sem querer esgotar as semelhanças entre os institutos, nos lembra Pastore,

em ambos [IPES e IMIL] pôde ser notada a dedicação em divulgar livros que tem grande peso ideológico no que se refere a depreciar os movimentos de esquerda e enaltecer as vantagens do capitalismo. São amplamente divulgados pelo Instituto Millenium livros cujo conteúdo, na maioria da vezes, chulo possui um teor pseudo-intelectual como *Manual do perfeito idiota latino-americano*, *A volta do idiota*, *O país dos petralhas*. Inclusive consta nessa lista um livro que o IPES também se preocupou em publicar que é *A revolução dos bichos* de George Orwell, a partir disso é possível observar que o medo do “perigo vermelho” ainda ronda as elites brasileiras (PASTORE, 2012, p. 72).

O Instituto Millenium e o complexo IPES/IBAD demonstram uma prática burguesa de organização para dar conta das necessidades históricas colocadas para preservação da acumulação de capital. Outro importante momento levou ao surgimento de entidades associativas moldadas à forma da Sociedade de Mont Pèlerin. A partir do processo de redemocratização, ainda na primeira metade dos anos 1980, surgiram o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) (CASIMIRO, 2016; GROSS, 2004). A emergência destas organizações mantidas por frações da burguesia nacional se deu, portanto, durante o processo de abertura política e os debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte. O intuito, de acordo com Gros (2004) era fazer frente às forças populares na disputa da formação institucional/legal da Nova República.

O Instituto Liberal, fundado em 1983 e “precursor dos aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil” (CASIMIRO, 2016, p. 238), agarrou-se ao desafio e às oportunidades da instância constituinte do final dos 1980 para promover o ideário liberal em benefício de frações da classe burguesa (GROS, 2004).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo conteúdo viria a contemplar desde demandas populares e trabalhistas quanto liberais e conservadoras, acirram-se novas disputas em torno da regulamentação de leis ordinárias. Destaca-se aí a legislação trabalhista e a previdenciária que, desde os anos 1990, pautam intensas disputas que, a grosso modo, colocam de um lado aqueles que defendem a preservação e ampliação de direitos sociais e, de outro lado, os que buscam reduzir os gastos públicos sociais e aumentar a capacidade de lucro empresarial.

O ambiente dos anos 1980/90 era de ampliação das possibilidades democráticas. Além do voto representativo, surgiram dispositivos de democracia direta como, por exemplo, o artigo 14 da Constituição que prevê a realização de referendos, plebiscitos e propostas de iniciativa popular e as experiências de orçamento participativo e conselhos. Portanto, um contexto de grande importância para a difusão ideológica do liberalismo que, para além de políticos, empresários e prepostos burgueses, deveria alcançar as massas. Neste momento, surgem diversos Institutos Liberais, alguns dos quais diretamente vinculados ao IL. Segundo Gros,

Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros, os Institutos Liberais constituem-se como entidades civis, cujo eixo central de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo (2004, p. 144).

A emergência desses grupos de defesa do pensamento liberal não se relaciona com ganhos econômicos imediatos, mas com a construção da hegemonia burguesa em torno de consensos relativos aos benefícios da sociedade de mercado, da livre concorrência, da meritocracia, entre outros.

A criação e estruturação de diversos aparelhos privados de hegemonia por parte da burguesia brasileira resultam, como aponta Casimiro (2016), de uma estratégia mais ampla de redefinição e atualização da dominação burguesa. Entre estes aparelhos privados de hegemonia encontram-se os institutos que formulam projetos de poder e difundem a ideologia voltada à centralidade do mercado. O intelectual coletivo de frações intra-burguesas gera condições para a configuração do aparelho do Estado em relação ao quadro nacional de dominação, como internacional - no conjunto do capitalismo global.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTITUTOS LIBERAIS

Analisamos um conjunto de institutos que funcionam como responsáveis por operações de hegemonia. Estes *aparelhos privados de hegemonia* ajudam a formar uma rede de organismos políticos, culturais, pedagógicos e midiáticos responsáveis pela propagação ideológica de sua própria concepção de mundo. Formando assim bases para a manutenção da dominação de classes protagonizada por determinados segmentos da burguesia nacional e transnacional. Atuando como partidos, em sentido *lato*, norteiam-se pela defesa da sociedade de mercado elaborando e aplicando estratégias operacionais que visam impregnar a opinião pública, interferir diretamente na ossatura do Estado e arregimentar novos intelectuais dispostos a preservar seu projeto para a sociedade. Este projeto societário, embora gerido por determinadas frações de classe, abarca a totalidade social e representa, acima de intenções particulares, os interesses de uma determinada classe. Como bem assinala Virgínia Fontes,

A condensação de núcleos estratégicos das classes dominantes não se confunde diretamente com interesses setoriais específicos, sendo formuladores do e para o conjunto da classe. Constituem um polo de poder propriamente político, mobilizador e tensionador das classes dominantes para o enfrentamento de classes, apenas aparentemente fora do Estado. E é dessa posição que atuam incessantemente, por dentro do Estado e de fora dele (FONTES, 2017, p. 218).

Estes institutos guardam conexão direta com organismos transnacionais sediados em países de capitalismo central, como o *Atlas Network*, que oferece

treinamento, apoio operacional e *networkings* poderosos. Este fato revela a necessidade de observar o movimento dos institutos liberais brasileiros em uma perspectiva global. São subordinados e contributivos, dialeticamente, à ordem social do capital em sua manifestação recente - caracterizadas pela hegemonia do capital financeiro. Estes institutos somam-se a mais de 800 mil organizações da sociedade civil fisicamente sediadas no Brasil em 2021³⁹. Indicando uma complexificação das relações sociais do país ou, nos termos gramscianos, sua ocidentalização.

3.5.1 Instituto Liberal (IL)

Ao acessar o *site* do Instituto Liberal⁴⁰ no ano de 2019, era observado, logo na capa, o anúncio de um produto denominado “Curso de Escola Austríaca”. Por um “investimento” (como denominam no *site*) de cento e quarenta e nove reais (R\$149,00) o interessado teria acesso à palestras em vídeo sobre “a Escola de Salamanca”, “a praxeologia de Mises”, “a liberdade segundo Hayek”, a “Teoria Austríaca de Ciclos Econômicos” entre diversos outros temas. O curso foi oferecido e ministrado pelo presidente do IL, Rodrigo Constantino. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e MBA em Finanças pelo IBMEC, Constantino foi colunista da Revista “Veja”, do Jornal “O Globo” e da Revista “Valor Econômico”, além de ser um dos membros fundadores do Instituto Millenium⁴¹.

Constantino conta na descrição do curso, em primeira pessoa, que durante sua graduação na PUC-RJ não ouvia falar dos principais nomes da “Escola Austríaca de Economia”. Sua formação, segundo ele, era fortemente pautada pelo keynesianismo e só iria conhecer nomes como Hayek e Mises através de seu ex-chefe, Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago, Paulo Guedes. A trajetória de Constantino o colocou como um dos maiores nomes brasileiros na defesa do ideário neoliberal e traduz, em boa medida, os caminhos traçados pelo IL

³⁹ Estas informações podem ser encontradas, de forma detalhada, no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disponível em: <https://mapaossc.ipea.gov.br/>. Acesso em 16 set. 2021.

⁴⁰ Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 09 maio 2019

⁴¹ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/Rodrigo-Constantino>. Acesso em 09 maio 2019

- sobretudo a partir de 2013, ano em que Constantino assumiu a presidência do instituto.

O IL atua na promoção de cursos e organização de eventos, além de fazer parcerias com o intuito de divulgar as ideias de livre mercado. Entre os eventos organizados pelo IL, está o “Núcleo de Formação Liberal”, formado em maio de 2020, em parceria com o Instituto Libercracia, o Grupo de Estudos Dragão do Mar e o Projeto Pragmata. O Núcleo promove debates e reflexões em torno de obras previamente divulgadas, tal qual um grupo de estudos, em plataforma *online*. A primeira edição concentrou-se em obras de Friedrich Hayek, a segunda em Joaquim Nabuco e, em sua terceira edição, promoveu debate sobre Edmund Burke.

O Instituto Liberal surgiu em 1983 a partir da ação de intelectuais orgânicos burgueses objetivando a difusão das ideias neoliberais no Brasil. Segundo seu estatuto, o Instituto Liberal não possui fins lucrativos e não deve possuir vínculo político-partidário. Apresenta-se como um organismo dedicado à pesquisa, produção e divulgação das ideias de valores do mercado e está estreitamente influenciado pela Escola Austríaca de Economia.

Na apreciação de Gros (2003), não se deve admirar que, diante da conjuntura incerta a partir da redemocratização dos anos 1980, parcelas da burguesia nacional optassem pela visão austríaca do neoliberalismo. Já que a Escola Austríaca se caracteriza como uma versão do neoliberalismo que se constitui em uma fé incondicional ao livre mercado e uma pungente desconfiança à democracia, mesmo que esta fosse a democracia burguesa.

Sua criação foi capitaneada por Donald Stewart Jr. - empresário e engenheiro civil falecido em 1999. Após a criação do IL, no Rio de Janeiro, outras sete filiais foram implantadas em outros seis estados e no Distrito Federal. De acordo com o IL, originalmente, o Instituto foi criado com a intenção de publicar obras de pensadores liberais em português e atuar na divulgação do pensamento liberal em palestras, estudos, pesquisas e seminários. Já foram publicados mais de oitenta obras pelo Instituto, além de folhetos, panfletos e estudos. Ainda segundo o IL, seu fundador teve a iniciativa de criar o Instituto quando percebeu a necessidade de divulgação das ideias liberais no país como reação à uma suposta presença de ideias

estatizantes, sobretudo, nas escolas, na mídia e no mercado editorial⁴². O próprio Donald Stewart Jr. teria traduzido livros como “Ação humana” e “Intervencionismo - uma análise econômica” de Ludwig von Mises e foi autor de obras como “O que é liberalismo?” e “A organização da sociedade segundo uma visão liberal”. O fundador do IL participou de outros aparelhos privados de hegemonia internacionais, como o Institute of Economic Affairs, o Liberty Fund, o CATO Institute, a Heritage Foundation, a Atlas Foundation, o Fraser Institute e fez parte da Sociedade de Mont Pèlerin. Teve a influência de pessoas como Anthony Fisher, fundador do Institute of Economic Affairs (IEA) e da Atlas Network.

Para além da difusão de ideias, Donald Stewart Jr. buscava a reconfiguração do papel do Estado brasileiro a partir da proposição de políticas públicas e de alterações, por exemplo, na forma como ocorriam as licitações de obras no país. Não nos parece trivial citar que Stewart Jr era presidente da Ecisa (Engenharia, Comércio e Indústria S.A.), fundada em 1949 e uma das maiores empreiteiras durante o governo civil-militar. De acordo com Campos (2012),

A firma foi responsável por obras como a Rio-Bahia, estação de tratamento do Guandu, Brasília, o paulista hospital das Clínicas, o edifício-sede do Banco do Brasil em Brasília, trecho da ferrovia do Aço, além de rodovia na Tanzânia. Suas especialidades, no entanto, eram as obras portuárias e metroviárias, tendo a Ecisa participado de terminais para a Petrobrás, porto de Maceió, obras em estaleiros, terminal de contêineres em São Paulo, ampliação do porto no Paraguai, além de trechos dos metrô do Rio e de São Paulo. Apesar da forte atuação no setor de obras públicas, outro ponto forte da companhia eram as edificações comerciais urbanas e sua exploração, como o *shopping center* Conjunto Nacional de Brasília e supermercados no Rio, pertencentes à empresa (CAMPOS, 2012, p. 85).

Stewart Jr. era um proeminente empresário com vinculações a outras empreiteiras estrangeiras com quem fazia parcerias em diversas obras de grande porte no Brasil e em outros países. Uma das insatisfações do empreiteiro durante os anos em que prestava serviços ao governo brasileiro era o atraso dos pagamentos e ingerências governamentais que ocorriam em contraste a outros países - cujos

⁴² Disponível no *site* do Instituto Liberal: <https://bit.ly/3twIFeG>. Acesso em 12 maio 2019.

pagamentos pelos serviços não atrasavam. Chegou mesmo a dizer que determinadas entidades da área da construção preferiam a adulação ao governo a fazerem valer seus direitos (CAMPOS, 2012).

Ao fundar o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Stewart Jr., seguindo os mesmos passos de Hayek e Anthony Fisher, visava a emersão das ideias liberais na cena política brasileira apostando em ações de longo prazo. Tinha como objetivo rearranjar as bases de consenso entre parcelas da classe dominante e “formadores de opinião” visando desenvolver um projeto hegemônico neoliberal no Brasil lançando mão de métodos pedagógicos e persuasivos. Por meio dessas estratégias discursivo-ideológicas, de acordo com Casimiro (2011),

o Instituto Liberal começa a se diferenciar qualitativamente no momento em que passa a representar um projeto de sociedade e incorporar os interesses de outros estratos sociais, como setores intelectuais, acadêmicos, jurídicos etc. (p. 28-29).

Longe de ser um “vão solo e aventureiro” do empresário Donald Stewart Jr., o IL contou, desde sua fundação, com a articulação de grandes empresários e *intelectuais* da Escola de Chicago. A formação do Instituto se deu com a participação ativa de personalidades como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco) e Winston Ling (Olivebra). Sendo uma organização juridicamente sem fins lucrativos, o IL se mantém, desde o ano de fundação, através de recursos de instituições internacionais e uma série de mantenedores que abarcam empresas de pequeno, médio e grande porte. Desde sua formação, o IL pôde contar com ao menos duzentos e vinte e nove mantenedores, entre os quais, empresas dos mais diferentes segmentos - algumas figuram (ou figuraram) entre as maiores empresas do Brasil.

O presidente do IL desde 2018 é o jornalista Lucas Berlanza. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Berlanza é editor dos sites “Sentinela Lacerdista”⁴³ e “Boletim da Liberdade”⁴⁴. Além disso, é autor dos livros

⁴³ Disponível em <<http://www.sentinelalacerdista.com.br/>>. Acesso em 26 jul. 2020.

⁴⁴ Disponível em <www.boletimdaliberdade.com.br>. Acesso em 26 jul. 2020

“Guia Bibliográfico da Nova Direita – 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro” (2017) e “Lacerda: A Virtude da Polêmica” (2019). O primeiro livro, publicado pela primeira vez em 2017 é prefaciado por Rodrigo Constantino e oferece resenhas de trinta e nove obras que teriam influenciado na formação da chamada “nova direita” brasileira. De acordo com Constantino,

Trata-se de um ótimo resumo das principais bandeiras liberais, pela pena de um jovem brasileiro que deseja resgatar pensadores importantes, mas negligenciados, ou fazer um elo entre eles e os contemporâneos que, se conseguem enxergar mais longe, é só porque subiram no ombro de gigantes (CONSTANTINO, 2017, p.07).

As resenhas transitam por pensadores como Bastiat, Hayek, Mises e Merquior. Passam por autores como Donald Stewart Jr, Joaquim Nabuco, Carlos Lacerda e nomes como Margaret Thatcher e Winston Churchill - estes dois últimos na sessão intitulada “Grandes ícones da política internacional”. Uma parte considerável do livro é destinada ao ataque à Rousseau, chamado de “O avô do mal do século” e Marx, cujas teses teriam deixado “um rastro grotesco de sangue”.

O discurso propagandístico anticomunista é seguido por dois textos que tentam desvenciliar o liberalismo e o capitalismo do nazi-fascismo. Apresentando textos de Mussolini e Hitler e, mais uma vez, acusando os marxistas, dessa vez de fazerem propaganda antiliberal, Berlanza tenta buscar os elementos que distanciam os movimentos fascistas italianos e alemães do século passado do pensamento liberal.

O último livro de Berlanza é uma obra apologética do empresário, político, jornalista e escritor liberal Carlos Lacerda (1914-1977). No livro, Berlanza retrata Lacerda como um defensor da liberdade que se opunha aos “demagogos, populistas, falsários, vendedores de sonhos” (BERLANZA, 2019, p.12) . É sabida a história de oposição entre Lacerda e Getúlio Vargas⁴⁵ - este um dos que carregam as alcunhas desferidas por Berlanza na citação anterior. O ex-deputado Udenista é representado na obra como um “expoente parlamentar, egresso das hostes trevasas

⁴⁵ Sobre os emblemáticos episódios que perpassam a biografia de Carlos Lacerda, ver o verbete “Carlos Frederico Werneck de Lacerda” no *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <https://bit.ly/3nxQmGn>. Acesso em: 19 ago. 2020.

que se pôs a combater” (se referindo ao passado comunista de Lacerda). A ode segue dizendo que Lacerda “usou as únicas armas cabíveis: as da Verdade, as dos princípios robustos da civilização ocidental”. E prossegue:

Sabia ele que esses princípios e essas liberdades, por mais belos que sejam, não são fáceis. Construimos todos eles, erguemos, sofisticamos, mas não consolidamos. “O preço da liberdade é a eterna vigilância” era o lema da legenda a que se filiou a na qual travou todas as suas batalhas para dar ao Brasil um futuro (...) É preciso estar sempre vigilante. A sociedade precisa de sentinelas mobilizadas pelo espírito da persistência. Vigias que documentem, acompanhem e confrontem as imoralidades do poder estabelecido. Ele foi uma dessas sentinelas. Onde sua eloquência e sua oratória genial se faziam presentes, os interesses mesquinhos dos falsários estremeciam de pavor, o castelo de cartas das suas traquinagens se expunha, desnudo, aos olhos conscientes da crítica mais arguta. Eles o temiam. Eles o odiavam (BERLANZA, 2019, p.13).

Além do presidente executivo Lucas Berlanza e do presidente do Conselho Deliberativo Rodrigo Constantino, compõem a direção do IL o vice-presidente Antônio Claret Jr. - advogado e ex-presidente de Conselho na Federação das Indústrias de Minas Gerais - e Diego Reis, que opera como designer. Em 2020, contabilizavam-se vinte e oito colunistas no instituto.

Quadro 03 - Colunistas do Instituto Liberal em 2020

Nome	Breve biografia
Alex Pipkin	Doutor em Administração - Marketing pelo PPGA/UFRGS. Mestre em Administração - Marketing pelo PPGA/UFRGS Pós-graduado em Comércio Internacional pela FGV/RJ; em Marketing pela ESPM/SP; e em Gestão Empresarial pela PUC/RS. Bacharel em Comércio Exterior e Adm. de Empresas pela Unisinos/RS. Professor em nível de Graduação e Pós-Graduação em diversas universidades. Foi Gerente de Supply Chain da Dana para América do Sul. Foi Diretor de Supply Chain do Grupo Vipal. Conselheiro do Concex, Conselho de Comércio Exterior da FIERGS. Foi Vice-Presidente da FEDERASUL/RS. É sócio da AP Consultores Associados e atua como consultor de empresas. Autor de livros e artigos na área de gestão e negócios.
Antônio Claret Jr.	Advogado com especialização em Direito Tributário pela PUC/MG e em Gestão Empresarial pela FDC. Foi presidente de Conselho na Federação das Indústrias de Minas Gerais, bem como de Comissão na OAB/MG. Atuou como Procurador Geral de Legislativo municipal,

	e como Subsecretário de Meio Ambiente de Minas Gerais. Atualmente, é Diretor-Geral da Agência Reguladora de Água e Esgoto de Minas Gerais e Professor da pós-graduação da PUC/MG
Bernardo Santoro	Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ), Mestrando em Economia (Universidad Francisco Marroquín) e Pós-Graduado em Economia (UERJ). Professor de Economia Política das Faculdades de Direito da UERJ e da UFRJ. Advogado e Diretor-Executivo do Instituto Liberal.
Carlos Junior	É jornalista. Colunista dos portais "Renova Mídia" e a "A Tocha". Estudioso profundo da história, da política e da formação nacional do Brasil, também escreve sobre política americana.
Catarina Rochamonte	Catarina Rochamonte é Doutora em Filosofia, vice-presidente do Instituto Liberal do Nordeste e autora do livro "Um olhar liberal conservador sobre os dias atuais".
Fernando Fernandes	Graduado em Direito (UFRJ). Mestrando em Filosofia (UERJ).
Gabriel Wilhelms	É licenciado em Música e graduando em Ciências Econômicas, atua como colunista e articulista político.
Hiago Rebello	Graduado e Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense.
Ianker Zimmer	Jornalista diplomado pela Universidade Feevale (RS). Trabalhou no Jornal NH e na Rádio ABC - ambos veículos do Grupo Editorial Sinos. É colunista do Instituto Liberal, do site Opinião & Crítica e colabora com conteúdos ao Political Science (Fleekus - EUA). Também trabalha como assessor de imprensa e comunicação. Autor do livro "A Filosofia do Fracasso - ensaios antirrevolucionários".
João Luiz Mauad	João Luiz Mauad é administrador de empresas formado pela FGV-RJ, profissional liberal (consultor de empresas) e diretor do Instituto Liberal. Escreve para vários periódicos como os jornais O Globo, Zero Hora e Gazeta do Povo.
Juliano Oliveira	É administrador de empresas, professor e palestrante. Especialista e mestre em engenharia de produção, é estudioso das teorias sobre liberalismo econômico.
Leonardo Correa	Advogado e LLM pela University of Pennsylvania, articulista no Instituto Liberal.
Lucas Berlanza	Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lucas Berlanza é editor dos sites "Sentinela Lacerdista" e "Boletim da Liberdade" e autor dos livros "Lacerda: A Virtude da Polêmica" e "Guia Bibliográfico da Nova Direita – 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro".
Luan Sperandio	Estudou Direito na Universidade Federal do Espírito Santo e especializou-se em Desenvolvimento Humano na Fucape Business

	School. É pesquisador do Ideias Radicais, consultor político e editor do Instituto Mercado Popular. Escreve para o Instituto Liberal desde 2014.
Lucas Pagani	Acadêmico de Economia da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).
Lucas Sampaio	Estudante de Direito e Presidente da Juventude Libertária de Sergipe, membro da Rede Liberdade. Faz análises políticas sob um viés liberal/libertário e escreve sobre realpolitik, Guerra Política, Guerra de Narrativas, táticas de persuasão, como debater e como difundir as ideias de liberdade de maneira prática e sem ideologismos.
Marcel Balassiano	É mestre em Economia Empresarial e Finanças (EPGE/FGV), mestre em Administração (EBAPE/FGV) e bacharel em Economia (EPGE/FGV).
Mario Guerreiro	Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor do Depto. de Filosofia da UFRJ. Membro Fundador da Sociedade Brasileira de Análise Filosófica. Membro Fundador da Sociedade de Economia Personalista. Membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da UniverCidade.
Pedro Henrique Alves	Filósofo, colunista do Instituto Liberal, ensaísta do Jornal Gazeta do Povo e editor na LVM Editora.
Rafael Valladão	Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Colunista do Burke Instituto Conservador, coordenador do Students for Liberty. É professor voluntário de Sociologia em pré-vestibular desde 2014.
Ricardo Bordin	Atua como Auditor-Fiscal do Trabalho, e no exercício da profissão constatou que, ao contrário do que poderia imaginar o senso comum, os verdadeiros exploradores da população humilde NÃO são os empreendedores. Formado na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) como Profissional do Tráfego Aéreo e Bacharel em Letras Português/Inglês pela UFPR.
Ricardo Vélez-Rodríguez	Mestre em Filosofia (PUC/RJ). Doutor em Filosofia (UGF). Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa". Coordenador do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos. Professor Emérito na Escola de Comando e Estado Maior do Exército.
Roberto Ellery	Roberto Ellery, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), participa de debate sobre as formas de alterar o atual quadro de baixa taxa de investimento agregado no país e os efeitos em longo prazo das políticas de investimento.
Roberto Rachewsky	Roberto Rachewsky é empresário da área de comércio exterior.

	Fundador do Instituto Estudos Empresariais (IEE), do qual foi vice-presidente (1984-85) e presidente (1986-87). Também fundou o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, do qual foi vice-presidente na década de 1980. Participou da diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul (ADVB-RS) e da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul). Atualmente, é conselheiro do IEE.
Rodrigo Constantino	Presidente do Conselho do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL). Rodrigo Constantino atua no setor financeiro desde 1997. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA de Finanças pelo IBMEC. Constantino foi colunista da Veja e é colunista de importantes meios de comunicação brasileiros como os jornais "Valor Econômico" e "O Globo". Conquistou o Prêmio Libertas no XXII Fórum da Liberdade, realizado em 2009. Tem vários livros publicados, entre eles: "Privatize Já!" e "Esquerda Caviar".
Rubem Novaes	PhD em economia pela Universidade de Chicago e colaborador do Instituto Liberal-RJ. Foi professor da EPGE/FGV, diretor do BNDES e presidente do SEBRAE.
Thiago Kistenmacher	Thiago Kistenmacher é estudante de História na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Tem interesse por História das Ideias, Filosofia, Literatura e tradição dos livros clássicos.
Vinícius Montgomery de Miranda	Graduado e Mestre pela Universidade Federal de Itajubá, MBA em Gestão Financeira pela UNITAU. Consultor de Empresas e Professor de Economia e Finanças.

Fonte: Elaboração própria. Informações disponíveis em: <https://www.institutoliberal.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2020; www.institutomillenium.org.br. Acesso em 10 jun. 2020.

3.5.2 Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

O Instituto de Estudos Empresariais surgiu em 1984 por iniciativa de vinte empresários do estado do Rio Grande do Sul. Este mesmo grupo viria a formar o braço gaúcho do Instituto Liberal em 1986 (Instituto Liberal do Rio Grande do Sul - posteriormente denominado Instituto Liberdade). O IEE nasceu com o propósito de formar líderes empresariais alinhados aos preceitos da economia de mercado e livre iniciativa, além de estarem integrados ao desafio de uma organização empresarial liberal no contexto do processo de redemocratização. De acordo com o *site* do IEE, o Instituto surgiu a partir de empresários que teriam vivenciado um regime autoritário no Brasil e estavam lidando com o suposto domínio de políticas intervencionistas

nos debates constituintes. O IEE, bem como o Instituto Liberal, se afirma um *think tank* liberal, sem fins lucrativos e sem compromissos político-partidários, sindicais ou classistas⁴⁶ - embora atue como uma instituição patronal e visivelmente vinculada a uma classe.

Ainda de acordo com o IEE,

Com 34 anos de existência, o IEE foi reconhecido pelo seu trabalho na formação de lideranças empresariais e na divulgação e promoção da cultura da liberdade. Em 2007 o Instituto recebeu o Templeton Freedom Award Grant como uma das mais promissoras instituições globais para defesa da liberdade. Já em 2013, foi reconhecido pela revista Forbes como o Think Tank que realiza o maior evento de discussão de ideias da América Latina, o Fórum da Liberdade. Foi classificado também como uma das 150 organizações que mais influencia transformações políticas, sociais e econômicas do mundo no ranking 2013 do Global Go to Think Tanks, organizado pela Universidade da Pennsylvania.⁴⁷

Os aportes de financiamento do Instituto provêm, assim como dos demais aparelhos privados de hegemonia apresentados neste trabalho, de associados e de significativas parcelas empresariais. Em 2020, o IEE contava com 185 associados (apêndice A), ligados a grandes empresas brasileiras e era patrocinado por companhias como o grupo CMPC (mercado de celulose), Grupo Ultra (um dos maiores grupos empresariais do Brasil que atua na área de combustíveis, farmácias e armazenagem de grãos líquidos), Banco Agiplan, Belmondo (investimentos imobiliários), Carrion Advogados, Dana Holding Corporation (tecnologia automotiva), Dallasanta (empreendimentos imobiliários), Faculdade Decision de Negócios (parceira da Fundação Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul), Évora S.A. (Companhia que atua na industrialização e comércio de materiais de polipropileno), Irani (uma das maiores indústrias brasileiras de produção de papel para embalagens), Lojas Lebes (varejista sul-rio-grandense), Pottencial Seguradora, Tomasseto Engenharia e Vokin investimentos⁴⁸. A lista de patrocinadores demonstra

⁴⁶ Disponível em <https://iee.com.br/quem-somos>. Acesso em 08 maio 2019

⁴⁷ Disponível em <https://iee.com.br/quem-somos>. Acesso em 08 maio 2019

⁴⁸ Disponível em <https://iee.com.br/patrocinadores>. Acesso em 09 maio 2019

que ainda prevalece uma forte vinculação do IEE ao empresariado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Gros (2003), também já fizeram parte do grupo de investidores do IEE empresas como: Gerdau (siderurgia), Localiza (maior locadora de automóveis da América Latina), Suzano (papel e celulose), Araújo (maior rede de drogarias de Minas Gerais), Mendes Junior (construção pesada), Stamac (construção de geradores), Banco Itaú e TAM Linhas Aéreas.

O Instituto de Estudos Empresariais inscreve-se no campo de intelectuais coletivos consoantes ao Instituto Liberdade (IL-RS), visto que muitos de seus intelectuais atuam em ambos institutos, mas o funcionamento organizacional ocorre de maneiras diferentes. O IEE atua como uma organização de acesso restrito, objetivando maior homogeneização na formação de seus intelectuais orgânicos. Para ingressar no Instituto, o postulante deve ser indicado por um dos membros e ser aprovado pela diretoria. Além do mais, para ser aceito, o indicado deve ter entre vinte (20) e trinta e dois (32) anos de idade e estar ligado organicamente a uma empresa, seja liderando ou na linha de sucessão. Assim, o IEE faz valer sua orientação de “preparar novas lideranças” no âmbito empresarial do país. De acordo com o historiador Flávio Henrique Casimiro,

A característica fundamental do IEE, enquanto aparelho privado de hegemonia, é a sua mobilização no sentido da formação de quadros de novos intelectuais orgânicos de atuação política e defesa dos valores neoliberais. O programa de formação de jovens lideranças empresariais executado através de cursos, colóquios e palestras, promovidos pelo IEE para o treinamento e formação de seus associados, trouxe empresários e autoridades de diferentes áreas de atuação de várias partes do País. Muitos destes são provenientes dos Institutos Liberais, professores de Economia e de Direito, também vinculados a outras entidades liberais, assim como representantes da sociedade política (CASIMIRO, 2016, p. 283).

A gestão do Instituto é trocada anualmente, gerando certa rotatividade entre as funções de seus membros. O IEE se divide organizacionalmente entre: Presidência e vice-presidência; Diretorias financeira, de eventos, de formação, de comunicação e de “relações institucionais e Fórum da Liberdade”; um conselho fiscal e um conselho deliberativo.

Quadro 04 - Gestão do Instituto de Estudos Empresariais 2018 - 2021

Função	Gestão 2018-2019	Gestão 2019-2020	Gestão 2020-2021
Presidente	Giovana Stefani	Pedro de Cesaro	Júlia Evangelista Tavares (desde abril/2020)
Vice Presidente	Pedro de Cesaro	Júlia Evangelista Tavares	Gabriel Picavêa Torres
Diretor(a) Financeiro	Rafael do Prado Colla	Marcelo Bertuol	Laura Cimenti
Diretor(a) de Eventos	Júlia Evangelista Tavares	Bárbara Veit	Felipe Vargas
Diretor(a) de Formação	Diego Jardim Carvalho	Sillas Neves	Vítor Nunes
Diretor(a) de Comunicação	Fernanda Lacroix Thomasi	Theodora Ciocari	Paola Magnani
Diretor(a) de Relações Institucionais e Fórum da Liberdade	Caio Beltrão Rizk	Roberto Andrade	Eduardo Afonso
Conselho Fiscal	Marcelo Lima Bertuol	Laura Cimenti	Fernanda Ritter
	Pedro de Marchi Calazans	Gustavo Hüning	Rodrigo Paim
	Sillas Battastini Neves	Fabio Steren	Victoria Jardim
	Felipe Gottardo Morandi (suplente)	Eduardo Afonso Gonçalves	Gabriela Lamb (suplente)
Conselho Deliberativo	Carlos Fernando Souto	Carlos Fernando Souto	Carlos Fernando Souto
	Michel Zavagna Gralha	Michel Zavagna Gralha	Carlos Smith
	Paulo Costa Fuchs	Paulo Costa Fuchs	Carolina Fuhrmeister
	Roberto Rachewsky	Roberto Rachewsky	Júlio Lamb
	Rodrigo Tellechea Silva	Rodrigo Tellechea Silva	Wagner Lenhart

Fonte: Elaboração própria a partir do site: www.iee.com.br. Acesso em 07 ago. 2020.

Durante os anos 1990, o IEE desenvolveu projetos direcionados a universidades, organizando publicações e promovendo debates em ambientes acadêmicos. Desta forma, mantinha uma estratégia de difusão ideológica e produção de consenso, além de ampliar seus quadros. Em 1999, o IEE passou a

organizar, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o *Fórum Universidade-Empresa*. O evento contava com palestrantes líderes empresariais que contavam suas experiências, além de discutir temas relacionados ao livre mercado. Além destas atividades, o IEE produziu a série de livros “Pensamentos Liberais”, lançada em 1994 e a revista bimestral “Leader”. Mas certamente o principal e mais profícuo feito do Instituto é a realização do Fórum da Liberdade.

3.5.2.1 *Fórum da Liberdade*

A primeira edição do Fórum da Liberdade ocorreu em 14 de abril de 1988 e contou com as palestras de Roberto Campos (economista, professor, escritor, diplomata e político brasileiro), Donald Stewart Júnior (Diretor-presidente da Ecisa Engenharia e então Diretor-presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro), Roberto Bornhausen (Presidente do Unibanco e Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo), Amaury Temporal (Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil), César Rogério Valente (Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul – Federasul), Manoel Francisco do Nascimento Brito (Presidente do Sistema Jornal do Brasil), Luiz Antônio Medeiros (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), Flávio Antônio Corrêa (Presidente das Empresas Ogily&Mather), Jorge Gerdal Johannpeter (Diretor-presidente do Grupo Gerdau/Presidente da Associação das Siderúrgicas Privadas - ASP), Jorge Wilson Simeira Jacob (Presidente do Grupo Fenícia/Presidente do Instituto Liberal de São Paulo), Henry Maksoud (Diretor-presidente do Grupo Visão) e o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello.⁴⁹

Os Fóruns posteriores contaram com outros destacados nomes da iniciativa privada, da imprensa e do meio acadêmico. Além disso, palestraram em diversas edições (sobretudo nos anos eleitorais para a presidência) integrantes da sociedade política, tais como: Roberto Caiado, Roberto Freire, Fernando Gabeira, Paulo Maluf, Ciro Gomes, José Serra, Leonel Brizola, José Dirceu, Eduardo Suplicy e Luiz Inácio

⁴⁹ Disponível em: <<http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/>>. Acesso em 09 maio 2019.

“Lula” da Silva⁵⁰. De 1988 a 2019 passaram pelo evento mais de trezentos e cinquenta (350) palestrantes, sendo mais de uma centena estrangeiros e cinco Prêmios Nobel, como os economistas estadunidenses representantes da Escola de Chicago James McGill Buchanan Jr. (vencedor do Nobel em 1986), Gary Becker (Nobel de Economia em 1992), James Heckman (vencedor do Nobel de 2000) e Douglass North (Nobel de Economia em 1993), além do Peruano Mario Vargas Llosa (jornalista, escritor e político, ganhador do Nobel de Literatura).

Segundo o IEE, o Fórum da Liberdade tem como objetivo analisar “questões sociais, políticas e econômicas através do amplo debate de opiniões bem como da proposição de caminhos alternativos em direção a uma sociedade mais livre e próspera”⁵¹. O Fórum contribui para a qualificação do Instituto de Estudos Empresariais como um potente intelectual coletivo de ação estratégica político-ideológica e formação de intelectuais orgânicos burgueses. A ampla divulgação, a audiência e o protagonismo de seus participantes posicionam o Fórum como um dos maiores eventos de disseminação do ideário liberal do hemisfério Sul.

Para além das palestras, o Fórum da Liberdade também é um importante espaço organizativo de parcelas da burguesia nacional, em que se apresentam propostas de estratégias político-ideológicas, balanços de ações e *networking*. Há, durante o Fórum, espaços reservados para a formação de redes de contatos e a chamada “Arena da Liberdade” - local exclusivo para experiência com os principais palestrantes do evento disponível apenas para os congressistas *VIP*. Curiosamente, mas não surpreendentemente, o local chamado de “Arena da *Liberdade*” é uma área exclusiva e impenetrável pelo público “comum”.

A importância do Fórum como momento de organização de significativas parcelas burguesas se expressa também no fato de ser o *locus* de lançamento de novas estratégias de dominação. Foi no Fórum da Liberdade de 2006 que houve o

⁵⁰ Lula palestrou no Fórum da Liberdade no ano eleitoral de 1989 apresentando-se como um candidato que, se eleito, governaria não só para os “operários”, mas também para outros segmentos da sociedade, como os “donos de empresa”. Foi aplaudido quando disse, no início de sua explanação, que não era marxista, nem comunista. 2º Fórum da Liberdade, Painel 2. Disponível em: FÓRUM DA LIBERDADE. **Canal do Youtube**. Disponível em: <https://bit.ly/3rlveo8>. Acesso em 07 maio 2019.

⁵¹ Disponível em <<http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/>>. Acesso em 09 maio 2019.

lançamento oficial do Instituto Millenium, seguido pela apresentação do Instituto Mises Brasil (2010) e do Estudantes pela Liberdade (2012) (MELO, 2017).

3.5.3 Instituto Liberdade (IL-RS)

O Instituto Liberdade surgiu como Instituto Liberal do Rio Grande do Sul a partir da organização de empresários gaúchos em 1986. Foi a primeira afiliada do Instituto Liberal fora do Estado do Rio, que iniciou o processo de descentralização da organização. A fundação do IL-RS se deu com a participação de integrantes do Instituto de Estudos Empresariais e do Empresário Jorge Gerdau Johannpeter que, na época, presidia o Conselho Nacional dos Institutos Liberais. Um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto Liberdade é Winston Ling (fundador da Olvebra e da Petropar). Desde seu nascimento, o IL-RS pôde contar com um robusto Conselho de Mantenedores composto por algumas das maiores corporações sul-rio-grandenses: Gerdau (siderurgia), Olvebra (alimentos), Petropar (holding que controla empresas fornecedoras de bens intermediários para indústria de consumo, passou a se denominar com a marca “Évora” desde 2013), Supermercados Real, Encol (construção civil) e lochpe (gigante de peças automotivas) (GROS, 2010).

A partir de 11 de maio de 2004, o IL-RS passou a utilizar o nome Instituto Liberdade (ainda fazendo uso da sigla IL-RS). Em sua página na *internet*, o IL-RS se caracteriza, de forma similar a outros institutos analisados, como

uma organização da sociedade civil (ONG), sem fins lucrativos, mantida por contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem qualquer vinculação político-partidária e não tem relação de subordinação com organizações nacionais ou internacionais⁵².

O IL-RS desenvolveu suas atividades sob a direção de importantes empresários do Rio Grande do Sul, advogados e grandes grupos liberais como o Liberty Fund, dos Estados Unidos, e a Sociedade de Mont Pèlerin. O Instituto organiza-se em torno de um Conselho Administrativo, um Conselho Acadêmico e um

⁵² Disponível em <<http://institutoliberalidade.com.br/o-instituto/sobre/>>. Acesso em: 22 jul. 2019

Conselho Fiscal. Entre 2015 e 2019, seu presidente foi Bruno Zaffari, empresário do ramo imobiliário e ex-presidente do Instituto de Estudos Empresariais.

Atualmente, o presidente do Instituto Liberdade é Roberto Rachewsky, empresário da área de comércio exterior, fundador do IEE e do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, além de ser colunista do Instituto Liberal e figurar entre os especialistas do Instituto Millenium. Além disso, Rachewsky foi diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul (ADVBR) e da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul). Além de Rachewsky, compõem a diretoria do IL-RS Victoria Jardim, vice-presidente (que possui a experiência de ser coordenadora regional do *Students for Liberty*, membro-fundadora e presidente do Instituto Atlantos e consultora financeira do Instituto de Estudos Empresariais), Gabriela Bratz Lamb, diretora de relações institucionais (assessora do empresário Winston Ling, associada do Instituto de Estudos Empresariais, ex-articulista do Instituto Liberal, ex-coordenadora do Estudantes Pela Liberdade) e Lucas de Oliveira Corrêa, diretor de comunicação.

A ação político-ideológica do IL-RS gira em torno da geração de consenso e capacitação de novos quadros de intelectuais orgânicos que visam cumprir a propagação das ideias e dos valores neoliberais, sobretudo, a partir dos preceitos defendidos pela Escola Austríaca de Economia. Casimiro elencou algumas das principais ações de difusão ideológica do Instituto Liberdade ou com sua participação:

a organização de programas de formação e complementação acadêmica, como o “Curso de Direito e Economia: uma visão econômica do direito” e o “Curso de extensão de Formação de Lideranças Instituto Liberdade”; a participação e Lançamento do Índice de Liberdade Econômica (Heritage Foundation, um dos maiores Think Tanks liberais do mundo); a participação e Lançamento do chamado “Índice de Direitos de Propriedade” (IIDP); o programa de naturalização de valores liberais denominado “Hora da Realização Humana”; a organização e/ou participação em eventos de difusão e formação de quadros de novos intelectuais, como os Colóquios Instituto Liberdade e Ciclo de Colóquios LatinoAmericano do Instituto Liberdade; o programa de auto-promoção institucional e difusão ideológica neoliberal promovida a partir de debates e palestras, entre elas, as temáticas: “Com o foco no Reino Unido: RS

& UK, o marketing possível”, “Com o foco nos Estados Unidos da América”, “Debate sobre Cuba e Direitos Humanos”, entre muitas outras; e a disponibilização em seu endereço eletrônico, de uma biblioteca digital com vasta lista de obras liberais (CASIMIRO, 2016, p. 299-300).

A estratégia de formação do Instituto é direcionada, entre outros, aos acadêmicos com o intuito de preparar novos formadores de opinião no meio universitário. Até certo ponto, esta estratégia se assemelha à aplicada pelo Estudantes Pela Liberdade (que veremos adiante) pois, além da formação e organização estudantil em nível universitário, o IL-RS também promove disputas de espaços dentro das Universidades. Juntamente com o IEE, o IL-RS alimentou uma aproximação com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) desenvolvendo atividades em conjunto com a PUC e, inclusive, instalando sua sede no Parque Científico e Tecnológico da Universidade (GROS, 2010).

Além do público universitário, o IL-RS desenvolveu estratégias pedagógicas para jovens e crianças estudantes. Como a “Conversa sobre o Liberalismo” ocorrida em 2009 para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal de Porto Alegre - RS. O tema da palestra, era “a aplicabilidade das ideias liberais e seus limites”. O diretor do projeto e representante do Instituto na ocasião foi o atual deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Novo, Fábio Ostermann⁵³. Nas considerações de Casimiro, o IL-RS busca, com ações como essa, “naturalizar os pressupostos neoliberais e ‘educar/formar’ novos quadros de intelectuais, partindo da sua difusão ideológica, tanto no ambiente escolar, como nos meios universitários” (CASIMIRO, 2016, p. 302).

O IL-RS se articula a outras dezenas de organizações nacionais e internacionais que são apresentadas como “parceiras”. Entre essas parcerias, podemos destacar a já citada Atlas Network, a Fundación Internacional para la Libertad (FIL), a Fundación Libertad, o Institute of Economic Affairs, o Institute for Democracy and Economic Affairs, a Liberty Fund, o Instituto Libertad y Desarrollo, a Sociedade de Mont Pèlerin, a Libertarian International Organization, entre outras. As parcerias rendem ao IL-RS não só conexões formais, como participação em

⁵³Mais informações sobre Fabio Ostermann estão na seção 3.5.6 que versa sobre o Estudantes Pela Liberdade.

eventos. A partir da parceria com a Red Liberal de América Latina (RELIAL) e o Instituto Friedrich Naumann, o IL-RS organizou o Ciclo de Colóquios Latino-Americano do Instituto Liberdade realizado em 2010. O tema do Colóquio foi “Direitos de Propriedade como uma ferramenta para reduzir a pobreza”.

A atuação do Instituto Liberdade direcionada ao público em geral pode ser medida, em parte, por sua atuação nas redes sociais. Em setembro de 2020, sua página oficial no *facebook*⁵⁴ possuía 8.300 seguidores. Algo muito inferior aos 3 milhões de seguidores do Movimento Brasil Livre⁵⁵ ou mesmo os 100 mil seguidores do Instituto Liberal⁵⁶. O baixo engajamento pode evidenciar uma estratégia tímida no que diz respeito à agitação (diferentemente do modelo de atuação do MBL), além do fato de estarem mais voltados para o Estado do Rio Grande do Sul e de dedicarem seus esforços à formação de intelectuais intraclasse.

Em 2019, o IL-RS promoveu o “Ayn Rand Conference Brasil” em parceria com o Ayn Rand Institute e o Ayn Rand Center Latin America. A conferência ocorreu com o apoio do Students for Liberty Brazil, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto Atlantos. Os promotores do evento o chamaram de “a primeira conferência Objetivista no Brasil”⁵⁷. Foram reunidos diversos intelectuais, alguns considerados os “principais intelectuais” a atuar no Ayn Rand Institute para discutir o tema: “Individualismo versus Coletivismo - O conflito ético que afeta nossa vida”.

Ayn Rand nasceu na Rússia em 1905 e mudou-se para os Estados Unidos em 1926. A romancista e filósofa escreveu uma obra amplamente divulgada pelos liberais. Trata-se do romance “*Atlas Shrugged*” escrito em 1957 e traduzido como “A Revolta de Atlas” (RAND, 2012) nas mais recentes edições em português. Rand é responsável pelo desenvolvimento de uma filosofia centrada no egoísmo que chamou de “objetivismo”. Nesta visão há o conceito do homem enquanto ser heroico, os homens devem buscar sua própria felicidade que é o propósito moral da sua vida. O que Rand chama de “realização produtiva” seria a atividade mais nobre dos homens, enquanto a razão seria seu único absoluto. A filosofia de Ayn Rand é a

⁵⁴ Disponível em <www.facebook.com/institutoliberalidade>. Acesso em 29 set. 2020.

⁵⁵ Disponível em <www.facebook.com/mblivre>. Acesso em 29 set. 2020.

⁵⁶ Disponível em <www.facebook.com/institutoliberal>. Acesso em 29 set. 2020

⁵⁷ Disponível em <<https://www.institutoliberalidade.com.br/modulos/noticias/1.php>>. Acesso em 16 jun. 2020.

filosofia do individualismo extremo, do suposto trabalho duro - suposto pois não considera a *exploração* do trabalho - e da busca particular da felicidade. Nega quase que totalmente o Estado dizendo, através de seu romance, que

As únicas funções corretas de um governo são: a polícia, para proteger o cidadão dos criminosos; o Exército, para proteger o cidadão de invasores estrangeiros; e os tribunais, para proteger a propriedade e os contratos das violações e fraudes, para resolver disputas por meio de regras racionais, de acordo com leis objetivas (RAND, 2012).

Rand defende o direito à propriedade privada ao extremo. Advoga uma suposta autossuficiência; vê a solidariedade como algo nefasto e demoniza funcionários públicos e qualquer regulação que iniba a liberdade individual. Seu discurso opera em um sentido que, convertido na economia política, ocupa um patamar de *ultraliberalismo*, mais radical do que figuras como Hayek.

A filósofa Skye C. Cleary, professora da Universidade de Columbia, diz que “Para muitos [filósofos], ela [Rand] nem chega a ser uma filósofa e não deveria ser levada a sério. O problema é que pessoas estão levando ela a sério. Em alguns casos, muito a sério” (CLEARY, 2018). O “Ayn Rand Institute” foi fundado três anos depois da morte de Ayn Rand, em 1982. A organização diz que seus livros já venderam mais de 30 milhões de cópias. O Instituto, parceiro do IL-RS, atua em escolas e universidades fazendo doações de livros e promovendo cursos. No início de 2018, a estimativa do Instituto era de doar quatro milhões de cópias do romance de Ayn Rand a escolas estadunidenses. O livro “A Revolta de Atlas” já chegou a ser considerado o mais lido dos Estados Unidos depois da Bíblia. No Brasil, liderou a lista de romances mais vendidos da Livraria Cultura em 2010⁵⁸.

Rand é amplamente citada nos *sites* dos institutos liberais analisados neste trabalho. Além do “Ayn Rand Conference Brasil”, já ocorreram outros eventos inspirados na autora e em sua obra máxima. A 29ª edição do Fórum da Liberdade, em 2016, teve como tema “Quem move o mundo”, focado no livro de Rand e contou com a participação de Yaron Brook, presidente do “The Ayn Rand Institute”.

⁵⁸A REVOLTA de Atlas já é o livro mais vendido da lista de ficção da livraria Cultura. **Instituto Millenium**. Disponível em <https://bit.ly/3A2NQgq>. Acesso em 21 ago. 2020.

O “Ayn Rand Conference Brasil” de 2019 contou com o discurso de abertura de Roberto Rachewsky, presidente do IL-RS. Em seu texto, reafirmou os principais posicionamentos da homenageada: “*A Revolta de Atlas*” e o Objetivismo, diz o presidente do IL-RS, “nos ajudam a entender os problemas do Brasil com mais profundidade e com esse objetivo que o Instituto Liberdade resgata, discute e promove o legado que Ayn Rand nos deixou” (RACHEWSKY, 2019). Na direção de um extremo individualismo egoísta, Rachewsky reafirma a posição de que a prosperidade possui uma suposta razão como instrumento, os direitos individuais como meio e “a própria vida e felicidade como fim”. Fala da necessidade de um “contrato social tácito, inquestionável e consensual”. Neste contrato “deve ficar estabelecido apenas que a vida é o padrão de valor essencial” e, para que essa vida seja vivida, “cada indivíduo possui direitos inalienáveis, sendo eles, o direito à liberdade, à propriedade e à busca da felicidade”. Sem qualquer constrangimento, conclui

O sistema político que integra esses princípios, conceitos e ideias, nunca, em momento algum da nossa história e em lugar algum do nosso território, foi sequer tentado. De todos os *-ismos* que já experimentamos, resta-nos para experimentar, apenas mais um, o capitalismo (RACHEWSKY, 2019).

Na prática, a promoção ideológica realizada pelo IL-RS não demonstra comprometimentos coletivos com a vida, a dignidade e a integridade daqueles que não possuem ou dispõem de forma precária os meios de sua subsistência. Nua e cruamente, assiste-se a atuação de um intelectual coletivo universalizando aquilo que é particular, incitando a geração de um *senso comum* que mistifica as relações sociais. E, como solução para as expressões da “questão social”, o instituto oferta soluções que, historicamente, aprofundam ainda mais a desigualdade e a miséria humana.

Figura 1 - Outdoor publicitário do Instituto Liberdade com citação de Ayn Rand



Fonte: *Fanpage* oficial do Instituto Liberdade no *facebook*. Disponível em: <https://bit.ly/34GYxG2>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Portanto, o Instituto Liberdade se alinha a outros aparelhos privados de hegemonia promovendo estratégias e ações que visam o consenso intra e extra-classe. Buscam, a exemplo dos outros institutos discutidos no presente projeto, a hegemonia das ideias liberais mais agressivas no seio da disputa de perspectivas políticas e econômicas. Uma das ações que particulariza o trabalho do IL-RS, é a promoção de atividades em escolas públicas, para além das Universidades. Nas considerações de Casimiro: “O chamado eixo gaúcho entre os APHs de doutrinação neoliberal, composto pelo IEE e IL-RS / Instituto Liberdade, pode ser considerado como o mais ativo nas tarefas de recrutamento, doutrinação e propaganda neoliberal” (2016, p. 307).

3.5.4 Instituto Millenium (IMIL)

O Jornal *O Estado de São Paulo* publicou, no dia 13 de abril de 2005, um manifesto intitulado “Revolucionando a Agenda Política”⁵⁹. O texto descreve uma reunião entre “intelectuais, economistas, empresários, jornalistas, políticos, membros e ex-membros da alta administração federal” e marca o lançamento do Instituto de Estudos da Realidade Nacional⁶⁰. O manifesto assinado por Patrícia Carlos de Andrade, Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis marca o posicionamento do Instituto na defesa dos princípios neoliberais e conservadores.

Além disso, na reunião geradora do manifesto, o Instituto apresentou-se como encarregado de preencher uma suposta lacuna na política brasileira que, de acordo com o texto, teria se expressado nas eleições de 2002. Segundo a publicação, os pleitos eleitorais de 2002 tiveram apenas candidatos “estatizantes”, entre os quatro com chances de vitória⁶¹. A referida constatação foi apresentada na reunião supracitada pelo economista Paulo Guedes. O apontamento denota o cariz radicalmente liberal da entidade já em sua formação, visto que os candidatos à presidência nas eleições de 2002, mesmo atendendo a anseios neoliberais em suas propostas e práticas, foram rotulados como “estatizantes e imbuídos em graus variáveis do ideário coletivista, originado na esquerda clássica, no populismo ou na direita oligárquica”.

Ainda de acordo com a publicação,

Falta-nos corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de avanço para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada.

Na busca pela expansão das relações sociais mediadas pelo mercado - privilegiando a propriedade privada dos meios de produção e as liberdades individuais - o grupo decidiu se organizar em torno de um *Think Tank* que, segundo a publicação, seria uma forma de organização que estaria ganhando destaque nos

⁵⁹ O texto foi, posteriormente, publicado no *site* do Instituto Millenium. Ver “Revolucionando a Agenda Política”. Disponível em: <https://bit.ly/3I7Jvel>. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁶⁰ Foi no Fórum da Liberdade de 2006 em Porto Alegre - RS que o Instituto recebeu o nome de Instituto Millenium (IMIL).

⁶¹ Os candidatos em questão eram Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS).

países de capitalismo central. Neste sentido, o IMIL se assemelharia a outros aparelhos privados de hegemonia de difusão de ideologia neoliberal, como o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais. Entretanto, há algumas particularidades que devem ser consideradas. Se o IL e o IEE surgiram no contexto de redemocratização dos anos 1980, o IMIL seria criado para dar respostas em nível de organização burguesa no contexto de ascensão dos chamados governos progressistas na América Latina⁶².

O IMIL é presidido, em 2020, por Priscila Pereira Pinto, Cientista política formada pela “Fordham University” de Nova Iorque, possui mestrado em Gerenciamento Político pela “George Washington University” - Washington DC e é pedagoga. Além disso, é empresária da consultoria Novas Gestoras⁶³. De acordo com sua presidente,

Olhando para trás, o que a gente percebeu é que o nosso papel foi essencial nesses últimos tempos para passar esse conteúdo [ideias liberais] para a sociedade civil, para instituições parceiras, para a mídia tradicional, para jovens e para empreendedores. As pessoas começaram a ter uma mudança de mentalidade. É uma abordagem diferente quando elas percebem que são responsáveis pela própria vida, próprias conquistas, dificuldades e vitórias. E, principalmente, que existem outras opções para um país onde um Estado domina tudo, controla tudo, controla a vida. Há uma alternativa a isso. A gente ajudou essa mudança de mentalidade, de percepção do mundo do brasileiro nos últimos dez anos.⁶⁴

Desde sua fundação até os dias atuais, o Instituto Millenium realizou diversas palestras, encontros e seminários em diversas partes do país. Duas das ações de maior destaque do IMIL são o programa “Millenium nas Redações”, em que se realiza palestras a profissionais de comunicação e o “IMIL na Sala de Aula” que consiste em oferecer, gratuitamente, palestras a estudantes de graduação em

⁶² Entre estes governos, podemos citar os presididos por Néstor Kirchner (2003 - 2007) na Argentina, Evo Morales (2006 - 2019) na Bolívia, Manuel Zelaya (2006 - 2010) em Honduras, Hugo Chávez (1999 - 2013) na Venezuela e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003 - 2011) no Brasil.

⁶³ Disponível em <<https://www.institutomillenium.org.br/author/priscila-pereirap/>>. Acesso em 06 ago. 2020.

⁶⁴ ‘A GENTE ajudou na mudança de mentalidade do brasileiro’, diz CEO do Instituto Millenium ao Boletim. **Boletim da Liberdade**. 27 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3I7PsZa>. Acesso em 13 jan. 2019.

diversas universidades brasileiras (públicas e privadas). Sobre o primeiro, de acordo o *site* do IMIL,

O projeto promove encontros entre especialistas da rede do Instituto Millenium e jornalistas. Eles acontecem nas redações e duram cerca de 1h15. O tema da palestra e o nome do especialista são decididos em conjunto. Os assuntos são variados, de acordo com o perfil de cada veículo, mas sempre relacionados com os valores do Instituto (democracia, Estado de Direito, economia de mercado e liberdade).⁶⁵

O programa, criado em 2011 pela presidente Priscila Pinto, é operado desde 2012 e consistiu no envio de especialistas do Instituto às redações de diversos meios de comunicação brasileiros de amplo alcance. Já receberam o evento, em suas vinte e cinco edições, veículos de comunicação de médio e grande porte como a revista “Exame”, o grupo “A Tarde”, os jornais “Diário do Comércio”, “Correio Brasiliense”, “Gazeta do Povo”, “Correio Popular”, “O Globo”, entre outros. De acordo com sua presidente, como “tínhamos uma rede de 120 especialistas no Instituto Millenium, nos perguntamos sobre o por que não convidar essas pessoas para palestrar nas salas de aula”⁶⁶. Priscila Pinto diz que o foco inicial para o programa eram universidades públicas, mas acabou sendo realizado também em unidades privadas de educação a convite destas. Como o convite é feito, em tese, pelos próprios alunos das universidades, o IMIL consegue penetrar nas universidades sem, necessariamente, passar pela “burocracia de reitoria, de conversas com mil departamentos entre universidades”, nas palavras de sua presidente.

Ao atuar na formação de intelectuais e na conformação da opinião pública através da mídia, este programa denota uma estratégia de geração de consenso na disputa por hegemonia em torno das ideias de livre mercado. Além disso, o Instituto

⁶⁵ Disponível em <https://www.institutomillenium.org.br/millenium-nas-redacoes>. Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁶ ‘A GENTE ajudou na mudança de mentalidade do brasileiro’, diz CEO do Instituto Millenium ao Boletim. Boletim da Liberdade. 27 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3I7PsZa>. Acesso em: 13 jan. 2019.

conta com reuniões periódicas entre os integrantes do Conselho de Governança e o Conselho Fiscal para planejamento de ações e conta com uma complexa organização administrativa (PATSHIKI, 2014).

Dos integrantes do velho oligopólio de comunicação do Brasil, muitos são representantes do IMIL. Seja na Câmara de Fundadores, entre os mantenedores ou integrando o Conselho de Governança, o Conselho Fiscal, o Comitê Gestor ou ainda como intelectuais “convidados” ou “especialistas” do Instituto, o IMIL conta com figuras notáveis e com grande capilaridade midiática, empresarial e acadêmica.

Quadro 05 - Conselho de Governança do Instituto Millenium em 2020

Nome	Breve biografia
Ricardo Diniz – Presidente	Ricardo Diniz é vice-presidente do Bank of America Merrill Lynch Brasil. Foi chefe da Thomson Reuters América Latina (2008), chefe da Reuters América Latina (2001) e Brasil Country Manager da Thomson Reuters (1997). Ricardo atuou no Banco CCF no Brasil e fundou a Meca Teleinformática, grupo vendido para “O Globo”. Foi gerente do Broadcast, grupo do ramo de negócios eletrônicos. É membro ativo do Presidents Organization Jovem. É graduado em administração. Estudou no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), na Universidade de Michigan, no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e na Universidade de Michigan.
Alex Szapiro	Presidente da Amazon no Brasil.
Dennis Wang	Dennis Wang foi vice-presidente de Operações do Nubank entre 2017 e o início deste ano.

Ilan Goldfajn	Economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Ex-professor na Brandeis University. No decorrer de outubro de 1996 tornou-se economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), permanecendo no cargo até janeiro de 1999. De fevereiro desse ano até setembro seguinte, quando retornou ao Brasil, foi consultor de organizações internacionais como o Banco Mundial, o FMI e as Nações Unidas, além de ter fornecido consultoria para o governo brasileiro e para bancos nacionais. Diretor de Política Econômica do Banco Central de 2000 a 2003, durante as gestões de Armínio Fraga e de Henrique Meirelles. Professor de Economia da PUC-RJ. Sócio e economista na Gávea Investimentos. Em janeiro de 2006 tornou-se diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças (IEPE-CdG). No mês de dezembro de 2006, Ilan Goldfajn fundou a Ciano Investimentos, sua própria gestora de recursos, que trabalhava com as mesmas linhas de investimento da Gávea e contava em sua equipe com alunos e ex-alunos de economia da PUC Rio. Geriu a empresa até agosto de 2008, quando anunciou sua saída para investir na Ciano Assessoria Econômica, fundada em setembro do mesmo ano e liderada por Goldfajn até abril de 2009, quando assumiu as funções de Economista Chefe e Sócio do Itaú-Unibanco. Em maio de 2016, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a posse do então presidente interino Michel Temer, Ilan Goldfajn foi convidado a assumir a presidência do Banco Central do Brasil, em substituição a Alexandre Tombini. Nessa ocasião desvinculou-se do Itaú, onde trabalhava há 7 anos, coordenando uma equipe de análise econômica que provia cenários para o banco e seus grandes clientes.
Luiz Gustavo Silva	Presidente da Fiagril, empresa que trabalha há 30 anos no setor agroindustrial.
Paulo César de Souza	Ex-presidente da Embraer, responsável por liderar o processo de "parceria" com a Beig.
Sebastião Ventura	Advogado especializado em Direito do Estado e Previdenciário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Certificado pelo Programa de Negociação de Harvard para Senior Executives. Foi Vice-Presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL. É conselheiro do Instituto Millenium e Cofundador do Instituto Dynamic Mindset, Colaborador do Public Seminar da The New School For Social Research – NYC, além de palestrante. Escreve sobre questões contemporâneas, envolvendo temas políticos, econômicos e constitucionais.

Elaboração própria. Fonte: www.institutomillennium.org.br. Acesso em: 02 jul. 2020; www.fgv.br/cpdoc. Acesso em: 26 jul. 2020.

Ao confrontar as linhas editoriais do IMIL com as de três dos jornais de maior circulação do Brasil - *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* -, Silveira (2013) não arrisca afirmar que exista uma ligação direta. Mas aponta diversas semelhanças que convergem com a defesa do campo de ideias neoliberais. Por exemplo, a autora levanta diversas publicações dos jornais e do IMIL para constatar a defesa da ideia de que a máquina pública é ineficiente e incorre constantemente no desperdício de recursos públicos.

É notável o fato de que grande parte dos textos publicados no portal de *internet*⁶⁷ do IMIL seja extraída de jornais de grande circulação, além de revistas como *Veja*, *Época*, *Isto É*, *Valor Econômico* entre outras. Em grande parte dos casos, os autores destas matérias figuram entre os articulistas do Instituto. Quando não é o caso, a matéria publicada no *site* é assinada como “Comunicação Millenium” e o crédito é dado no final da matéria apenas especificando o canal de onde foi retirado.

A busca de uma relação direta entre o IMIL e grandes canais de comunicação, no que se refere à linha editorial, nos parece uma redundância. Afinal, muitos dos seus integrantes já compõem os grandes grupos comunicacionais. Além disso, o Instituto e o oligopólio da comunicação estão imbricados em seus discursos ideológicos, como estão imbricados ao discurso da classe dominante quando se posicionam como defensora da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia ou da redução do uso de recursos públicos com políticas sociais. No que diz respeito à discussão de pautas e articulação dos conteúdos publicados nos grandes veículos de comunicação, vale ressaltar que a complexa organização administrativa do IMIL e as constantes reuniões entre seus membros, tornam completamente plausíveis as suspeitas de uma articulação que vise, por exemplo, a derrubada de governos.

Segundo Patschiki (2014), o IMIL busca um consenso intraclasses, inclusive fornecendo financiamento de pesquisas de opinião de acesso restrito aos associados e mantenedores. Além de atuar na disputa ideológica com as massas promovendo eventos e divulgando artigos de variados temas.

⁶⁷ Disponível em www.institutomillenium.org.br. Acesso em: 19 jan. 2019.

Em seu *site*, o Instituto Millenium descreve-se como

uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo⁶⁸.

Juridicamente, o IMIL se enquadra como uma instituição sem fins lucrativos, entretanto, seus parceiros figuram entre as empresas mais lucrativas do país e muitos de seus integrantes são, reconhecidamente, empresários de grande envergadura. O Instituto informa que não possui qualquer ligação partidária. Desta forma, a organização ancorando-se no campo da sociedade civil, em contraposição à política institucional e sua imagem depreciativa alimentada pela grande mídia nas últimas décadas.

Outra característica do Instituto Millenium - assim como dos outros aparelhos privados de hegemonia apresentados do presente projeto - é a bandeira de luta por uma suposta “sociedade livre”. Tal prerrogativa, quando aliada à defesa da “liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo” explicita diversos fundamentos da dominação de classe na sociedade capitalista. A “liberdade”, portanto, é a liberdade da manutenção da exploração da força de trabalho; de ter os monopólios preservados; de manter a maior parte dos meios de comunicação nas mãos de poucos indivíduos. E da parte das classes subalternas, a liberdade continuará a ser, de forma geral, a venda de sua força de trabalho pelo menor custo possível. Nas palavras de Marx,

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e

⁶⁸ Disponível em <<https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

solto e carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2017, p. 244).

Silveira (2013) define o Instituto Millenium como um *think tank* militante “de promoção e defesa de valores liberais com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens e empresários”. No entanto, “não conta com um corpo oficialmente remunerado de especialistas” (SILVEIRA, 2013, p. 51). Os intelectuais do IMIL são divididos entre “Especialistas” e “convidados”. Os convidados são intelectuais com publicações em diversos canais de mídia e participantes de outras organizações. Os especialistas possuem uma ligação mais íntima com o Instituto, podendo, inclusive, falar em nome deste (SILVEIRA, 2013).

A lista de especialistas do IMIL contou, em 2020, com duzentos e um membros (apêndice B). A capilaridade e influência de seus membros nos meios acadêmico, empresarial, político e midiático são consideráveis. O que dá ao IMIL a maior envergadura entre os institutos liberais brasileiros da atualidade. O quadro de convidados (apêndice C) não foge ao padrão. Figuras como o prêmio Nobel de literatura Mario Vargas Llosa, o diretor de cinema José Padilha e o sociólogo Demétrio Magnoli integram, juntamente a outros vinte e oito “notáveis”, o grupo de intelectuais ligados indiretamente ao instituto.

Entre seus associados e ex-associados, o IMIL lista cinco ex-presidentes do Banco Central do Brasil: Armínio Fraga (1999 - 2003), Pedro Malan (1993 - 1994), Henrique Meirelles (2003 - 2010), Ilan Goldfajn (2016 - 2019) e Gustavo Franco (1994 - 1995; 1997 - 1999). O Instituto conta com a presença de *intelectuais* orgânicos cuja experiência perpassa por altos cargos executivos nos “três setores”: setor público (Estado estrito), setor privado (empresas capitalistas) e no chamado “terceiro setor” (organizações sociais sem fins lucrativos).

Dentre os executivos que ocuparam cargos de presidência/direção no interior do IMIL com experiência em relevantes cargos nos chamados “três setores” temos:

1) Paulo Uebel, diretor executivo do Instituto Millenium entre 2008 e 2011, já foi, na iniciativa privada, membro do Conselho Fiscal do Grupo Votorantim e Conselheiro Administrativo da Évora S/A (2017 - 2018); entre instituições não-governamentais, foi ex-presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

(2005 - 2006) e ex-diretor da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande Sul - FEDERASUL e, por fim, ocupou cargos públicos como Secretário Municipal de Gestão da Prefeitura de São Paulo (2017 - 2018) e foi Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia no Governo Bolsonaro (2019 - 2020);

2) Gustavo Franco, além de ter presidido o Conselho de Governança do Instituto Millenium, ocupa a função de estrategista-chefe da Gestora de Investimentos Rio Bravo, foi presidente do Banco Central do Brasil e é professor do Departamento de Economia da PUC desde 1986;

3) Por fim, a presidente do Instituto em 2021, Marina Helena Santos é economista, com experiência de atuação no mercado financeiro junto a empresas como Itaú Asset, Banco Bradesco, Quest Investimentos, Mauá Capital e Bozano Investimentos. Marina formou chapa com Filipe Sabará para concorrer à prefeitura de São Paulo em 2020 pelo Partido Novo⁶⁹ e foi Diretora de Desestatização do Ministério da Economia em 2019 (sob o governo Bolsonaro). Além disso, fundou o “Movimento Brasil sem Privilégios”⁷⁰.

As sínteses biográficas anteriores demonstram uma profícua capacidade de trânsito entre setores tidos, no *senso comum*, como independentes. No entanto, nota-se uma íntima correlação entre estes setores, cuja expressão mais evidente é a presença de indivíduos ocupando cargos distintos e interferindo, diretamente, nos assuntos públicos e privados.

3.5.5 Instituto Von Mises Brasil (IMB)

O Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) se denomina como uma “associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”. Entre suas principais ações, o IMB destaca: 1) promover os ensinamentos da

⁶⁹ Marina Helena desistiu da candidatura após o líder da chapa, Filipe Sabará ter sido expulso do Partido Novo. Ver CANDIDATA a vice na chapa de Filipe Sabará anuncia que desistiu de concorrer à Prefeitura de SP. **Portal G1**. 24 out. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3K9R5XW>. Acesso em 21 dez. 2021.

⁷⁰ Disponível em : <https://www.institutomillenium.org.br/author/marina-helena-santos>. Acesso em 21, dez. 2021.

escola econômica conhecida como Escola Austríaca; 2) restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo e 3) defender a economia de mercado, a propriedade privada e a paz nas relações interpessoais e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade⁷¹. Ainda de acordo com o próprio Instituto,

O IMB acredita que nossa visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental. Portanto, esperamos que nossas ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos de tal forma que tais princípios sejam mais aceitos e substituam ações e instituições governamentais que somente: a) protegem os poderosos e os grupos de interesse, b) criam hostilidade, corrupção, e desesperança, c) limitam a prosperidade, e d) reprimem a livre expressão e as oportunidades dos indivíduos⁷².

O Instituto se fundamenta nos princípios da Escola Austríaca de pensamento econômico e possui a influência teórica de pensadores como Friedrich Hayek, Murray N. Rothbard e do economista que dá nome ao Instituto. Uma das principais funções do IMB é a geração de consenso em torno da ortodoxia neoliberal privilegiando a propriedade privada, a livre concorrência, a economia de mercado e uma profunda redefinição do papel do Estado na sociedade (CASIMIRO, 2016).

O IMB foi criado em 2009 e seu lançamento oficial ocorreu na edição de 2010 do Fórum da Liberdade (organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais). Seu principal fundador e presidente é Hélio Beltrão, também um dos fundadores do Instituto Millenium (IMIL), empresário do Grupo Ultra e filho do também chamado Hélio Beltrão, ex-ministro de Planejamento (1967 a 1969) e da Desburocratização (1973 a 1983) durante o regime civil-militar. Assim como Roberto Rachewsky é uma figura com uma relação orgânica com o Instituto Liberdade, Hélio Beltrão aparece como a figura mais importante do IMB.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Instituto, estão a disponibilização *online* de conteúdos, como uma biblioteca digital com acesso gratuito à diversos

⁷¹ Disponível em: <<https://www.mises.org.br/About.aspx>>. Acesso em 16 jun. 2019

⁷² Disponível em: <<https://www.mises.org.br/About.aspx>>. Acesso em 16 jun. 2019

livros dos pensadores da Escola Austríaca, um canal no *Youtube*⁷³, *podcasts*, artigos e a Revista Mises. O IMB também organiza conferências e seminários e promove até mesmo um curso de “pós-graduação em Escola Austríaca” reconhecido pelo Ministério da Educação e realizado em parceria com o Centro Universitário Ítalo Brasileiro⁷⁴. O Instituto também desenvolve dois programas chamados “Summer School”⁷⁵ e “Winter School”⁷⁶ direcionados a jovens interessados em ingressarem em uma carreira acadêmica. Normalmente estes seminários ocorrem durante alguns dias em locais afastados das grandes cidades, e colocam jovens que participam de um processo seletivo em contato com diversos professores da Escola Austríaca.

Destaca-se ainda ações de cunho “social” desenvolvidas pelo Instituto como a campanha “Ação Humana em Roraima”⁷⁷. A ação, que leva o nome do livro mais famoso de Ludwig von Mises (MISES, 2010), de acordo com o IMB, teria por finalidade “fornecer alimentação — e subsequente realocação — às pessoas necessitadas que estão nas ruas de Boa Vista, vivendo provisoriamente em condições sub-humanas”. A ação ocorreu em novembro de 2011 e contou com a participação ativa de seu fundador-presidente Hélio Beltrão. Os recursos para a execução da campanha, viria de doações através de plataformas virtuais em formato *crowdfunding*. Até 25 de outubro de 2018, de acordo com o Instituto, já teriam sido arrecadados a quantia de cem mil reais.

Não é frívolo o fato de que, em um país com tanta desigualdade e miserabilidade em todos os Estados, o Instituto tenha escolhido a Cidade de Boa Vista, capital de Roraima para executar um projeto social. Como mencionado pelo próprio Instituto, Boa Vista possuía, em 2018, 370 mil habitantes convivendo com “uma população estrangeira de aproximadamente 40 mil necessitados”. De acordo com o texto assinado pelo Instituto, o “resultado de anos de socialismo na Venezuela

⁷³Atualmente, o canal do Instituto Mises no Youtube conta com mais de 47 mil inscritos que possuem acesso à centenas de vídeos, muitos dos quais, protagonizados por Hélio Beltrão. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MisesYoutube>. Acesso em 16 jun. 2019.

⁷⁴ Disponível em <<https://www.pgea.com.br/>>. Acesso em 16 jun. 2019.

⁷⁵ Disponível em: <<https://summer.mises.org.br/>>. Acesso em 16 jun. 2019.

⁷⁶ Disponível em: <<https://winter.mises.org.br/>>. Acesso em 16 jun. 2019.

⁷⁷ AÇÃO humana em Roraima - uma campanha do IMB - Uma ajuda humanitária às vítimas do socialismo. **Instituto Mises Brasil**. 25 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/318QUdN>. Acesso em 16 jun. 2019.

é a maior miséria de sua história. Aproximadamente 2 milhões de pessoas já fugiram do país”.

A matéria supracitada é acompanhada por um vídeo publicado pelo Instituto dia 22 de outubro de 2018, seu presidente Hélio Beltrão, convoca as pessoas a participarem da campanha. Convoca as pessoas a doarem dinheiro para a execução da campanha e diz que

os liberais sempre tiveram responsabilidade social e esta é uma pequena contribuição que nós buscamos fazer para melhorar ou diminuir o sofrimento destas pessoas que estão buscando uma vida melhor no Brasil”. [...] A gente acredita que este tipo de iniciativa demonstra não só que a gente pode fazer mais pela sociedade, principalmente nós liberais que somos muito conscientes. Mas também ela demonstra que mesmo a assistência básica fundamental, até a ajuda humanitária ela é melhor provida e deve e pode ser provida pelo esforço voluntário das pessoas. [...] Até mesmo o Bolsa-família que é considerado o menos pior entre os programas governamentais por muita gente⁷⁸.

Beltrão segue em sua explanação fazendo críticas ao Programa Bolsa-família que, a despeito de ser “considerado o menos pior entre os programas governamentais por muita gente”, possui diversos problemas como as fraudes e a falta de uma melhor fiscalização. Para o presidente do IMB, programas como o “Ação Humana em Roraima” seria mais eficaz e propõe um exercício imaginativo à audiência:

se aquela parcela dos seus impostos que vai para programas sociais, ao invés de ser carreada para o governo, para que o governo faça este tipo de programas sociais, se fosse carreado para iniciativas como o Ação Humanitária Roraima, ou outras organizações sociais que você confia ou que sejam auditadas, ou que demonstrem que a vasta maioria dos recursos não está indo para a máquina administrativa, mas sim, chegando àquelas pessoas a quem o programa se destina. Vocês prefeririam direcionar isso para o governo ou para estes programas?

Na interpretação apresentada por Hélio Beltrão, deveria haver o controle por parte da iniciativa privada dos recursos a serem destinados à iniciativas sociais. A

⁷⁸ Disponível em <https://bit.ly/3KtdMXB>. Acesso em 16 jun. 2019.

lógica defendida pelo IMB, contribui para a disseminação do voluntarismo e da filantropia, identificando em dispositivos morais as expressões da “questão social” e a ineficiência do Estado para superá-las.

Figura 2 - Panfleto publicitário “Ação Humana Roraima” - Mises Brasil



Fonte: Disponível em: <https://bit.ly/3HUIbfc>. Acesso em: 16 jun. 2019.

O Instituto Mises Brasil se consolidou como um dos principais *think tanks* de difusão do ideário neoliberal atuando, principalmente, entre os mais jovens. Alguns possíveis efeitos de suas ações pedagógicas de disseminação do ortodoxismo ultraliberal da Escola Austríaca, talvez seja a disseminação de camisas e cartazes com a frase “Mais Mises, Menos Marx” que se fizeram presentes em manifestações desde 2013. A frase também passou a vigorar dentro de diversas universidades brasileiras através de adesivos e cartazes. Na análise de André Guimarães Augusto,

propor “Mais Mises e Menos Marx” nas universidades hoje é propor a difusão de uma ideologia aristocrática que prega a ditadura da elite, a formação de milícias privadas, a libertinagem da propriedade privada e o fascismo de mercado em lugar da luta de todo tipo de opressão e

autoritarismo que marcou cada momento da vida e da obra de Marx (AUGUSTO, 2016. p. 131).

Ludwig von Mises elenca o grupo de pensadores considerados “pais” do pensamento neoliberal. Foi professor de Hayek e um dos fundadores da já mencionada Sociedade de Mont Pèlerin. Entre as principais características de seu pensamento estão a liberdade econômica como suporte elementar da liberdade individual e uma defesa incondicional à propriedade privada. Sobre esta, cabe a consideração de que, em meados da década de 1920, Mises chegou a defender o fascismo como uma espécie de “mal necessário” para a defesa da propriedade privada contra o comunismo - uma lógica muito semelhante à encontrada entre liberais apologistas da ditadura brasileira ou do bolsonarismo. De acordo com André Guimarães Augusto (2016), sem abandonar o liberalismo, o fascismo seria um recurso de emergência e a coerção do Estado uma arma contra os supostos inimigos da sociedade. Nas palavras do próprio Mises, escritas em 1927,

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização européia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal (MISES, 1987, p. 53).

No contexto pós-guerras, o austríaco passou a utilizar uma retórica que tentava alocar o fascismo, o nazismo e o comunismo na mesma seara, a das ditaduras, contra os regimes ditos democráticos. Na famosa obra “Ação Humana” publicada pela primeira vez em 1949, diz Mises,

É muito comum, hoje em dia, recorrer a dois tipos ideais: o regime político dos partidos de esquerda (progressista) e o dos partidos de direita (fascistas). Entre os primeiros, encontram-se as democracias ocidentais, algumas ditaduras latino-americanas e o bolchevismo russo; o segundo compreende o fascismo italiano e o nazismo alemão. Esta tipificação é o resultado de um determinado modo de compreensão. Outro modo seria contrastar democracia e ditadura. Neste caso, o bolchevismo russo, o fascismo italiano, o nazismo

alemão e a ditadura latina americana fariam parte do tipo ideais ditadura e os sistemas ocidentais pertenceriam ao tipo ideal democracia (idem, 2010, p. 91).

Nota-se, nas produções de Mises, diversos elementos que a princípio podem parecer contraditórios ou resultado de autocríticas do autor. Mas estas aparentes contradições sintetizam a finalidade do pensamento de Mises, que é a defesa da propriedade privada e a manutenção da dominação de classe sob o modo de produção capitalista. Se nos pautarmos pelo pensamento de Mises, veremos que tanto a democracia liberal quanto os regimes autoritários possuem como principal função serem instrumentos da preservação do capitalismo.

Portanto, se os *intelectuais orgânicos* fundadores do Instituto Mises são realmente coerentes às ideias do austríaco, o apreço que possuem pela democracia é menor do que a afeição pela propriedade privada - nada que soe necessariamente como novidade quando observamos a parceria recorrente entre os ultraliberais fundamentados na Escola Austríaca e as frações mais conservadoras e reacionárias da sociedade.

3.5.6 Estudantes pela Liberdade (EPL) e *Students for Liberty Brazil* (SFLB)

A presente pesquisa tomou como parâmetro a tese defendida por Casimiro (2016) para elencar os institutos a serem analisados. O Estudantes pela Liberdade (EPL) é um destes institutos mas, por sua desvinculação da sede (*Students for Liberty*) em 2016, optamos por analisar o *Students for Liberty Brazil* (SFLB) e sua atuação em 2018. Na presente seção, entretanto, não nos furtamos em apresentar, brevemente, o EPL e sua derivação Movimento Brasil Livre.

Estudantes Pela Liberdade (EPL) foi uma organização associada ao *think tank* norte-americano *Students for Liberty*. Sua primeira apresentação foi, como mencionado anteriormente, no Fórum da Liberdade de 2012 e suas atividades direcionavam-se ao público jovem. Sua principal função era o recrutamento de jovens, principalmente universitários, para a formação de novos quadros de intelectuais orgânicos em defesa das ideias do livre mercado. O EPL se qualificava como

uma organização apartidária formada por jovens comprometidos com a promoção, a partir da Academia, de uma ordem social harmônica, justa e livre, ancorada no respeito às liberdades individuais, à propriedade privada e à vida humana (EPL *apud* CASIMIRO, 2016)⁷⁹.

O intelectual coletivo se articulava na disputa e ampliação de espaços de representação no meio acadêmico. As ações táticas e estratégicas do EPL perpassavam a promoção de eventos, grupos de estudo, militância panfletária e disputa de centros acadêmicos. Assim, atacando o que consideravam ser uma hegemonia do pensamento marxista nas universidades e fazendo uma disputa política e ideológica.

O EPL surgiu influenciado por outros aparelhos privados de hegemonia de difusão neoliberal discutidos no presente projeto. Tal influência se evidencia a partir da observação do grupo de fundadores do *think tank*. Um deles é Anthony Ling, formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Ling é associado do Instituto de Estudos Empresariais e um dos especialistas do Instituto Millenium. O jovem vem de uma família extremamente ativa na defesa do ideário neoliberal, fundadora e atuante em diversos aparelhos privados de hegemonia com grande influência entre o empresariado e os intelectuais liberais do Rio Grande do Sul. Seu pai, Willian Ling foi fundador e primeiro presidente do Instituto de Estudos Empresariais, presidente do conselho fiscal do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, membro do Conselho de Administração do Instituto Liberdade e do Conselho de Mantenedores do Instituto Millenium. Ademais, Willian Ling possui seu próprio aparelho privado de hegemonia: o Instituto Ling (CASIMIRO, 2016).

Outra figura importante elencada entre os fundadores do EPL é Fábio Ostermann, eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Novo. Em seu currículo, Ostermann aparece como diretor de relações institucionais do Instituto Liberal, dirigente do Instituto Liberdade, colunista convidado do Instituto Millenium e dirigente do Instituto Ordem Livre (outro aparelho privado de hegemonia voltado à defesa de valores liberais). Além de ser um dos organizadores do Movimento Brasil Livre (MBL).

⁷⁹ Desde 2016, o *site* que continha uma série de informações sobre o EPL (<https://epl.org.br>) está fora do ar. Assim, fazemos uso das citações e pesquisas realizadas por Casimiro (2016), Barbosa, (2017), Amaral (2015) entre outros.

Por fim, cabe mencionar mais um importante fundador do EPL: o publicitário Juliano Torres. Além de um dos fundadores, Juliano foi diretor-presidente do EPL desde sua fundação até dezembro de 2018. Cursou “Gestão de *Think Tanks*” na *Atlas Leadership Academy* - centro de ensino do Instituto Atlas Network⁸⁰. Foi presidente nacional do Partido Libertários entre 2009 e 2011, presidente estadual do Partido Novo em Belo Horizonte entre 2013 e 2015 e membro do conselho internacional e diretor de programas no Brasil pela *Students for Liberty* (SFL) entre 2014 e 2016.

Através de Juliano, o EPL passou a representar uma espécie de versão brasileira do *Students for Liberty*. Entretanto, em 2016, o SFL rompeu com o EPL alegando problemas de gestão e fortaleceu as atividades do *Students for Liberty Brasil*. Segundo argumento de Juliano Torres em novembro de 2016,

Há aproximadamente um mês, denúncias de má gestão foram levantadas contra os diretores da organização. Após o recebimento da denúncia, seguida de constantes atos contrários a princípios jurídicos básicos da ampla defesa e contraditório, como a retirada do acesso aos emails da diretoria, difamação pública e tentativas mil de sabotagem, o EPL visando encerrar este conflito de forma amigável e não combativa, imediatamente contratou uma auditoria externa e uma equipe de advogados para averiguar possíveis problemas. [...] Os e-mails do EPL foram bloqueados, as mídias sociais alteradas, e o site constantemente vítima de tentativas de tomada [sic]. A equipe foi ameaçada e desrespeitada, arquivos pessoais dos funcionários e banco de dados oficial do EPL foram deletados, houve pedido para que a equipe não trabalhasse no escritório, mas na casa de um funcionário do SFL, e finalmente, tomaram a página oficial da organização. [...] O EPL não pode e não irá se calar quanto a isso, e se o SFL deseja ter operações no Brasil, que o faça por mérito próprio, e não pela tentativa de difamar e usurpar o trabalho alheio.⁸¹

Após o rompimento, o EPL ainda manteve algumas atividades, mas, aparentemente, sem o mesmo impacto que obteve, sobretudo entre 2013 e 2016. Neste período, que abarca as Jornadas de Junho e o *impeachment* de Dilma Rousseff, o EPL demonstrou capilaridade e relevância entre os aparelhos privados de hegemonia de defesa das ideias liberais no cenário nacional. Sua estrutura

⁸⁰ Disponível em <<https://www.atlasnetwork.org/academy>>. Acesso em 17 jun. 2019.

⁸¹ EPL não virou SFL Brasil, diz Juliano Torres em nota no Facebook. **Boletim da Liberdade**. Disponível em: <https://bit.ly/3nwwELs>. Acesso em 17 jun. 2019.

administrativa, durante o período de maior protagonismo da organização, era composta por um conselho executivo, equipe de gestão e conselhos regionais, estaduais e locais estruturadas de acordo com seu “Programa de Coordenadores dos Estudantes Pela Liberdade” (CASIMIRO, 2016). Assim, o EPL conseguiu se espalhar por diversas universidades em várias Regiões do país.

Segundo Müller (2017), em 2017 trabalhavam na sede do EPL onze pessoas e, ao todo, estima-se que mais de três mil estudantes tenham se envolvido com a organização - alguns dos quais como coordenadores. Os coordenadores regionais seriam os responsáveis pela organização e supervisão das Conferências Regionais. Aos coordenadores estaduais caberia a organização das coordenações locais e grupos do estado. E o coordenador local, selecionado a cada semestre, se responsabilizaria pela unidade de ensino superior, sendo “a linha de frente do processo de doutrinação e recrutamento, assim como, principal responsável pela execução das atividades” (CASIMIRO, 2016, p. 352). Do ponto de vista tático, o EPL se propõe a desenvolver

consultoria e assistência a estudantes que desejam formar grupos em suas respectivas regiões; palestras e workshops em escolas, entidades estudantis e associações profissionais; rede de contatos entre estudantes, palestrantes, acadêmicos, intelectuais e entidades de âmbito nacional; realização e participação em eventos e campanhas; fornecimento de recursos educacionais, como livros e apostilas; e premiações para grupos que realizarem bons trabalhos (CASIMIRO, 2016, p. 352-353).

O EPL, desenvolveu o Programa de Grupos - forma de financiamento, organização e treinamento de grupos de estudo. O Programa se desenvolveu em torno de ofertas de serviços aos grupos participantes que prometia, entre outros benefícios, a participação em uma “comunidade global de ativistas, treinamentos online e presenciais, email marketing, gerenciamento de dados, entre outros” (EPL *apud* CASIMIRO, 2016, p. 353).

Através destas estratégias, o EPL pôde atuar na produção de consenso em torno das ideias de livre mercado e recrutamento de jovens intelectuais orgânicos militantes. Podemos supor que alguns efeitos de curto e médio prazos da estratégia do EPL puderam ser sentidos nas manifestações da direita em 2015 e 2016. Afinal,

diversos discursos defendidos pelos estudantes vinculados ao EPL entraram maciçamente no vocabulário das ruas nos meses que precederam a deposição da presidente Dilma Rousseff. Além do mais, foi a partir do EPL que surgiu um dos maiores protagonistas das manifestações em verde e amarelo de 2015 e 2016: o Movimento Brasil Livre (MBL).

3.5.6.1 Movimento Brasil Livre (MBL)

Segundo a jornalista Marina Amaral (2015), O MBL surgiu como uma marca do EPL para atuarem diretamente nas manifestações a partir de 2013. Ao entrevistar Juliano Torres, uma das lideranças do EPL, este teria dito que o motivo para a não vinculação oficial do EPL nos protestos seria uma restrição legal da Receita Federal Norte-americana, já que o EPL recebia recursos da Atlas Network e do Students for Liberty - estas, impedidas de desenvolver atividades “políticas”. Cabe aqui, uma longa mas esclarecedora citação que corresponde à transcrição da fala do ex-presidente do EPL:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. (TORRES *apud* AMARAL, 2015).

A manobra de criação de “uma marca” institucionalmente desvinculada dos *think tanks* norte-americanos, para além das questões legais, abriu um precedente para que diversos integrantes do MBL pudessem concorrer a cargos político-eleitorais, elevando assim o contingente político da direita. Nas interpretação de Melo (2017), ao criar o MBL, o grupo de intelectuais visou

criar uma marca que dialogasse com o patriotismo desmiolado de parcela da população – através do slogan “Brasil Livre” –, em oposição a tudo que cheirasse a esquerda, a começar evidentemente pelo próprio governo do PT, igualado, como se sabe, à corrupção (MELO, 2017).

O MBL era um dos grupos que estimulavam um suposto apartidarismo na articulação de manifestações e na organização de seus participantes. Entretanto, em seu “Manual de Instruções para Filiais Municipais” lançado em 2015, o MBL apresenta “regras” para a vinculação partidária de seus membros. Para a coordenação, o documento estipula a adesão a partidos tidos como “neutros” - PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSB, PPS, PTdoB, PRTB - devendo o filiado “apresentar justificativa para a manutenção de sua filiação – baseada, principalmente, em argumentos eleitorais e estratégicos” (MBL, 2015, p. 19). O documento proíbe os apoiadores e colaboradores de filiação ao PT, PSOL, PCB, PCdoB, PSTU e PCO. Seguindo essas orientações, o MBL conseguiu emplacar oito vereadores nas eleições municipais de 2016 distribuídos da forma exposta no quadro abaixo:

Quadro 06 - Vereadores eleitos pelo MBL em 2016

Vereador	Município	Partido
Carolina Gomes	Rio Claro - SP	PSDB
Emília Correa	Aracajú - SE	PEN
Fernando Holiday	São Paulo - SP	DEM
Filipe Barros	Londrina - PR	PRB
Homero Marchese	Maringá - PR	PV
Leonardo Braga	Sapiranga - RS	PSDB

Marschelo Meche	Americana - SP	PSDB
Ramiro Rosário	Porto Alegre - RS	PSDB

Fonte: elaborado pelo autor. Informações no *site* do Tribunal Superior Eleitoral: <https://bit.ly/34PlyKW>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Nas eleições parlamentares de 2018, o MBL elegeu cinco deputados federais e dois senadores. O “bancada do MBL” se assenta em partidos como o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o Partido Novo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, principalmente, o Democratas (DEM). Ainda em dezembro de 2018, integrantes do movimento chegaram a protocolar uma consulta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saberem se a formação de um novo partido poderia se dar a partir da coleta de assinaturas eletrônicas⁸².

A eleição de representantes às cadeiras parlamentares e as intenções de formar seu próprio partido, diferenciam o Movimento Brasil Livre de boa parte dos aparelhos privados de hegemonia liberais brasileiros que procuram se desvincular da associação direta com a política institucional.

3.5.6.2 *Students for Liberty Brasil*

O Students for Liberty Brasil apresenta em sua "Missão, Visão e Valores" as seguintes premissas: Missão: "Educar, desenvolver, e empoderar a próxima geração de líderes da liberdade"; Visão: "Uma rede global de líderes promovendo a liberdade em todos os aspectos da sociedade"; Valores: Integridade profissional, respeito ao indivíduo, comunidade meritocrática e liberalismo"⁸³. O instituto se apresenta como "a maior organização estudantil pró-liberdade do mundo em termos de número de líderes, eventos, e países com representantes".

O SFLB se caracteriza pela geração intra-classe de quadros de intelectuais a partir de processos educativos focados na liderança empresarial, gestão, marketing e organização de eventos. Tem como intuito, a partir de seus programas

⁸² ANTISSISTEMA, MBL quer até virar partido. *Jornal Estadão*. Disponível em: <https://bit.ly/327TRfo>. Acesso em 16 jun. 2020.

⁸³ Disponível em <<https://studentsforliberty.org/brazil/>>. Acesso em 09 out. 2020.

educacionais, formar "líderes" que serão, posteriormente responsáveis por educar a próxima geração. O instituto fomenta a criação de comunidades de defesa dos preceitos liberais que unam os valores comuns, sugerindo o que se espera na jornada de um "líder do SFLB": que este "Avance para papéis mais especializados de acordo com seus interesses" e "mude o mundo" abrindo seu próprio think tank, seu próprio negócio, "e muito mais". Em 2019, de acordo com o instituto, foram realizados 444 eventos, alcançando quase 30 mil pessoas. O SFLB possuía, no mesmo ano, 332 "líderes" por todo território do Brasil⁸⁴.

A proposta educacional do instituto gira em torno da educação do que chamam de "filosofia da liberdade". Neste objetivo, atuam em duas frentes: 1) ensinando jovens estudantes sobre os princípios da sociedade "livre" e 2) "identificando aqueles que já apoiam a liberdade, os fornecendo recursos para espalharem suas idéias". A organização ressalta que o foco do seu trabalho pedagógico não é o ensino profundo ou avançado, mas a proliferação de ideias gerais ou, como dizem, "uma educação fundamental, ao maior número de pessoas possível, sobre o significado da liberdade e os valores-chave do liberalismo clássico"⁸⁵.

Além de educar para a sociedade de mercado, o SFLB busca desenvolver "habilidades de liderança". O instituto acredita que para a efetivação de mudanças sociais direcionadas para o liberalismo, não basta o conhecimento e a coesão de ideias, mas é necessária uma estratégia de ação. Para tal, o SFLB fornece "treinamento e apoio para evoluir e desenvolver as habilidades de liderança" entre os voluntários. O objetivo seria o de ajudar seus intelectuais a serem "organizadores, gerentes, escritores, palestrantes e líderes mais eficazes". Portanto, uma característica geral que define o SFLB é a prática pedagógica que visa ampliar as orientações liberais quantitativamente, gerando novos propagadores do ideário liberal no sentido de uma rede mundializada. Para este fim, fornece recursos, *networking*, treinamento e infraestrutura para seus associados.

O *think tank* atua, diferentemente do antecessor, Estudantes Pela Liberdade, mais diretamente vinculado à sede, ofertando, inclusive, materiais na língua nativa

⁸⁴ Disponível em <<https://studentsforliberty.org/brazil/sobre-nos/>>. Acesso em 09 out. 2020.

⁸⁵ Disponível em <<https://studentsforliberty.org/brazil/sobre-nos/>>. Acesso em 09 out. 2020.

da organização. Embora se defina como uma organização horizontal que não se baseia “de cima para baixo” nem baseada em associações e filiais. Entre as estratégias de doutrinação e geração de consenso do aparelho, está o programa SFL Academy⁸⁶. A “academia” funciona em um ambiente de rede social *online* e *gamificado*, ou seja, opera em um formato de jogos que estimula o engajamento e o aprendizado dos estudantes. Permitindo que os jovens possam se relacionar com outros estudantes em diversas partes do mundo, potencializando uma homogeneização ideológica em nível global.

No interior do SFL Academy, encontram-se cursos como o “*Liberty 101*” dedicado aos princípios do liberalismo; “*Intro to Objectivism*” (Introdução ao objetivismo), curso ofertado em parceria com a Atlas Society sobre a filosofia fundada por Ayn Rand; “*Liberty In Africa*” (Liberdade na África), curso em parceria com seis organizações libertárias e liberais clássicas africanas; o “*Student Trainings*” (Treinamento de Estudantes), focado em transformar estudantes em ativistas pela causa liberal e o curso “*Freedom of expression*” (Liberdade de Expressão), dedicado a formação de argumentos em defesa do que consideram “liberdade de expressão”.

O instituto promove campanhas como a “*End The Drug War*” e “Brasil Empreende⁸⁷”. A primeira busca “conscientizar a respeito do fracasso da guerra às drogas” além de, segundo o instituto, “mostrar aos responsáveis por essas políticas em todo o mundo que a geração millennial está unida contra a violência, o desperdício, a corrupção, e os ataques à liberdade perpetrados pela guerra às drogas”. Já a campanha Brasil Empreende, se destina a disseminar, exclusivamente no Brasil, uma consciência pró-empresendedorismo e inovação. Além disso, a campanha visa potencializar o discurso que interpreta a burocracia e os impostos como obstáculos para os empreendedores comuns.

O SFLB organiza-se, no Brasil, a partir de 1) conselho responsável por supervisionar a estratégia de longo prazo e as obrigações legais da instituição; 2) equipe de apoio responsável pela supervisão das operações diárias da organização e 3) coordenadores regionais voluntários responsáveis pela supervisão dos líderes de suas regiões. Diferentemente de outros institutos analisados neste trabalho, o

⁸⁶ Disponível em <https://www.learnliberty.org/sfl-academy>. Acesso em 09 out. 2020.

⁸⁷ Disponível em <https://studentsforliberty.org/brazil/campanhas>. Acesso em 09 out. 2020.

SFLB não possui personalidades midiáticas, grandes empresários ou professores acadêmicos de destaque entre seus organizadores oficiais locais.

4 OS INSTITUTOS LIBERAIS E A ELEIÇÃO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

O presente capítulo está dividido em duas partes: a primeira visa caracterizar a candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República em 2018; a segunda parte, apresenta uma análise sobre o posicionamento político adotado por determinados institutos liberais no período.

4.1 A CANDIDATURA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO: NEOFASCISMO, NEOCONSERVADORISMO E HEGEMONIA NEOLIBERAL

Ao elaborar acerca do par dialético *grande política/pequena política*, Gramsci (2007) nos convida a pensar as relações de dominação considerando tanto seus aspectos estruturais quanto conjunturais. Qualquer apreciação referente a um governo ou um movimento político não se descola - como nos lega a tradição materialista dialética - das condições estruturais dadas. A eleição que alçou Jair Messias Bolsonaro à presidência da República no Brasil insere-se na quadra histórica cuja forma político-econômica hegemônica é a que chamamos de neoliberalismo.

Nas últimas décadas, as soluções encontradas diante das necessidades de autorreprodução do capital em um contexto de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011) têm levado a consequências perversas, entre as quais, a destruição dos recursos naturais - na relação sociometabólica entre o homem, a tecnologia e a natureza - e na destruição do próprio homem que, enquanto vendedor de força de trabalho, se vê em situação precária e direitos insuficientes, quando não vítima de violência física e moral promovida pelo Estado.

Dentro da crise estrutural do capital, houve picos de crise e, entre as mais importantes, está a de 2008 que iniciou nos Estados Unidos e, rapidamente, se espalhou de forma variada por diversos cantos do planeta. No Brasil, a contenção administrativa da crise permitiu certa estabilidade econômica até 2014. Assinalamos que, durante este período (2008 - 2014), houve intensa ofensiva do imperialismo em busca de recursos naturais, necessários para a reprodução capitalista. O ataque, capitaneado pelos Estados Unidos de forma direta ou indireta, atingiu as populações

de países do Oriente Médio, Norte da África, Europa Oriental e América Latina. A ação imperialista promoveu estrangulamento econômico, financiamento e treinamento de grupos destinados à desestabilização de governos e golpes institucionais (DEL ROIO, 2019). Na América Latina, assistimos a golpes (e tentativas de golpe) na Venezuela, Nicarágua, Cuba, Paraguai, Honduras, Equador e Peru. Os golpes marcam a intenção de aproximação dos governos às políticas de interesse do grande capital financeirizado.

O que identificamos, a partir de 2008, é uma crise de hegemonia do neoliberalismo e da democracia liberal. Para que as contrarreformas e as políticas econômicas neoliberais seguissem sendo realizadas, a burguesia apoiou-se, em diversos momentos, em instrumentos políticos coercitivos amparados em algum nível de consenso. A crise de hegemonia neoliberal e da democracia liberal afetou (e afeta), sobretudo, os países periféricos, de capitalismo dependente. Isso ocorre, em grande medida, por causa da inserção subordinada destes países na divisão internacional do trabalho e dos limites democráticos historicamente constituídos (DRUCK; FILGUEIRAS, 2020).

A desigualdade social ampliada pelo neoliberalismo afeta os mais pobres e as chamadas “classes médias” que vêem seus direitos serem suprimidos, os serviços públicos definhando e se sentem cada vez mais ameaçados pela violência urbana, pela instabilidade financeira e as incertezas quanto ao futuro. É um contexto muito favorável ao crescimento de movimentos que pretendem atacar os problemas econômicos e sociais com violência e soluções obscurantistas e simplistas, ou seja, é um contexto favorável ao fortalecimento do neofascismo.

O mundo vem sendo afetado, nos últimos anos, por uma avalanche da extrema-direita. Movimentos e partidos vêm ascendendo em profusão ao redor de ideias conservadoras, reacionárias e/ou fascistas. Todo esse movimento não encontra precedentes desde os anos 1930 (LÖWY, 2019). Diante de tal movimento, muitos daqueles que pensam a realidade contemporânea vêm discutindo se há ou não a reemergência do fascismo; se governos, como o liderado por Jair Messias Bolsonaro, podem ser categorizados como neofascistas ou se isso é um erro histórico e conceitual. Decerto, em cada país este fenômeno ocorre com características particulares, mas é nítido o avanço de ideias autoritárias,

nacionalistas e intolerantes (em nível religioso, étnico ou moral). Estes movimentos vêm acompanhados por elementos militaristas e produzem respostas violentas para as expressões da “questão social” e a crise de acumulação do capitalismo.

Para Löwy (2019), a caracterização dessa hodierna extrema-direita como fascista ou neofascista não pode ser generalizada, mas em algumas situações é válida⁸⁸. Como nos casos do partido grego “Aurora Dourada”, do partido CasaPound na Itália e outros partidos bálticos e do Leste Europeu. Além dos partidos com elementos racistas que vêm ganhando adeptos em diversos países do mundo. Assim, Löwy propõe que se designe como neofascistas “líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e, com frequência, raízes históricas nesse passado” (LÖWY, 2019). O autor reconhece que há elementos novos nestes movimentos contemporâneos, o que os diferencia, em diversos aspectos, da situação do início do século XX.

Chauí (2019) identifica que alguns governantes da atualidade alimentam uma relação direta com o “povo”, sem as mediações institucionais e, por vezes, se colocando contra as instituições. Esta seria uma característica clássica do fascismo. Além disso, hoje estariam evidentes outros elementos existentes no fascismo como “o discurso de ódio ao outro” em termos de “racismo, homofobia, misoginia”; o aprimoramento de práticas de controle, vigilância e censura e “o cinismo ou a recusa da distinção entre verdade e mentira como forma canônica da arte de governar” (CHAUÍ, 2019). Entretanto, mesmo diante de elementos fascistoides, a filósofa prefere chamar o neoliberalismo e suas particularidades atuais de novo totalitarismo.

A autora recusa a terminologia fascista ou neofascista a partir de três motivos: 1) o fascismo teria um aspecto militarista que não estaria presente atualmente. No caso do bolsonarismo, mesmo a motivação em torno do armamento da sociedade e da relação entre a família Bolsonaro e a milícia armada do Rio de Janeiro não poderiam ser identificados, segundo Chauí, “com a ideia fascista do povo armado”;

⁸⁸ No interior da tradição marxista, encontram-se formulações clássicas sobre o *fascismo* produzidas por autores como Gramsci (1999; 2007; 2002a; 1978), Trotsky (2012; 2011), Togliatti (1978) e Poulantzas (1977). Entretanto, optou-se por fazer um balanço das análises *atuais* sobre a relação entre o bolsonarismo e o neofascismo, considerando o objeto da pesquisa em tela.

2) para a filósofa, o fascismo propõe um nacionalismo extremado que não ocorre hoje, já que a “globalização [...] retira do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da sociedade”; 3) o fascismo se caracterizaria enquanto prática imperialista colonialista. Por outro lado, “a economia neoliberal dispensa esse procedimento usando a estratégia de ocupação militar de um espaço delimitado por um tempo delimitado para devastação econômica desse território”. Depois de completada a espoliação, o território seria abandonado.

Löwy (2019) nos lembra que diversas manifestações fascistas do passado não possuíam vocação imperialista, como o franquismo espanhol. Podemos acrescentar que, embora o contexto militar atual seja diferente daquele do entreguerras, há sim relevantes elementos militarizantes no discurso e na prática dessa extrema-direita atual. Apesar de uma breve imprecisão identificada por Löwy, a análise de Chauí sobre o atual momento do neoliberalismo traz elementos ricos, como sua visão acerca da ideologia dos novos governos autoritários:

com a expressão “marxismo cultural”, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apoia, e os diabólicos, que os contestam. Por orientação dos consiglieri, pretendem fazer uma limpeza ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando-se do ressentimento que a extrema direita tem por essas figuras. Como tais conselheiros estão desprovidos de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra “comunista” sem qualquer sentido preciso: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o status quo e o senso-comum [...]. São esses conselheiros que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., isto é, transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio (CHAUÍ, 2019).

Assim como Chauí, Boron (2019) também questiona a utilização terminológica do fascismo para descrever o presente. Para o autor, o fascismo não pode ser definido “por personalidades nem grupos”. Além disso, seria uma “forma excepcional do Estado capitalista com características absolutamente únicas e irrepetíveis”. Aponta para a democracia burguesa como modo ideal de dominação

capitalista e que o fascismo se apresentou como uma alternativa à crise profunda ocorrida entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. A “era do fascismo”, na expressão utilizada pelo autor, possuía condições especiais como: 1) o fenômeno do período entreguerras foi uma resposta de um “bloco dominante hegemônico por uma burguesia nacional” que resolveu “pela via reacionária e despótica” a crise de hegemonia oriunda da “inédita mobilização das classes subalternas e o aprofundamento do dissenso no interior do bloco dominante ao final da Primeira Guerra Mundial”. Conquanto hoje, a burguesia nacional “descansa no cemitério das velhas classes dominantes”, já que hoje quem reina é a burguesia “imperial e multinacional que subordinou e fagocitou seus congêneres nacionais”. Assim, sem uma burguesia nacional não existiria, segundo o autor, um regime fascista, pois faltaria seu principal protagonista; 2) Boron argumenta que os regimes fascistas foram radicalmente estadistas. Promoviam, segundo o autor, uma política antiliberal, protecionista, de expansão das empresas públicas, “protegendo as empresas nacionais do setor privado”; 3) os fascismos seriam regimes de massas, principalmente de camadas médias; 4) os fascismos foram “Estados raivosamente nacionalistas” que “travaram uma batalha para redefinir, a seu favor, ‘ a divisão do mundo’, enfrentando comercial e militarmente as potências dominantes”.

As considerações de Boron acerca da impossibilidade de uma definição dos movimentos contemporâneos em termos de fascismo e neofascismo se dirigem à categorização recorrente do governo de Jair Bolsonaro como “fascista”. Em sua interpretação, o fascismo é uma “categoria histórica’ e que já não pode ser reproduzida porque as condições que tornaram possível seu surgimento desapareceram para sempre”.

Por outro lado, nas considerações do professor Armando Boito Jr., movimentos como o bolsonarismo podem sim ser caracterizados como (neo)fascistas. Para o professor, fascismo é um gênero e o movimento fascista é “um movimento reacionário de massa enraizado em camadas intermediárias das formações sociais capitalistas” (BOITO Jr., 2019) [itálicos originais]. E este gênero contém espécies, como por exemplo: o fascismo alemão e italiano, ao qual chama de fascismo original e o caso brasileiro, que chama de neofascismo. Diz que é um erro caracterizar o fascismo europeu do início do século XX pela fração burguesa

hegemônica politicamente. Além disso, não seria correto tipificar o fascismo clássico a partir das pressuposições discursivas em torno do nacionalismo, militarismo e práticas imperialistas, fazendo “referências genéricas” a respeito. O autor comenta, acertadamente ao nosso ver, que tais “ideologias e práticas também estiveram ou estão presentes em democracias burguesas daquele e de outros períodos históricos” (BOITO Jr., 2019). Acrescenta que dentro de uma mesma forma de Estado (fascista ou não) são possíveis blocos de poder diferentes, o que leva, conseqüentemente, a formas diversas de política econômica, política social e política externa. A depender da relação de subordinação/dominação do país, pode-se sim ocorrer um governo fascista que aplique políticas econômicas e sociais neoliberais ou subordinadas ao imperialismo norte-americano.

Boito Jr. aponta para a necessária diferenciação entre a forma de Estado, o movimento e a ideologia. Uma ditadura fascista necessita de uma ideologia fascista e de um movimento social fascista que dá materialidade. No entanto, não necessariamente uma ideologia e um movimento de massas fascistas resultam em uma ditadura fascista - mesmo quando consegue alçar o poder institucional como no caso do bolsonarismo. Recorrentemente, diversos atores do bolsonarismo evocam a eliminação das esquerdas e das instituições democráticas e não é difícil de imaginar o bloco de poder que hoje domina o governo federal brasileiro rompendo com a democracia a partir de um golpe de Estado. Mas, como afirma Boito Jr., isso não quer dizer que, sob o governo Bolsonaro, estejamos sob um regime fascista:

No que respeita ao Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas ocupam a posição dominante – lograram, após alguns meses de governo, deslocar o grupo militar para um plano secundário e o grupo militar é propenso a outro tipo de ditadura. O que não temos no Brasil, pelo menos até agora, é um regime político fascista. O regime vigente no Brasil é uma democracia burguesa deteriorada e em crise (BOITO Jr., 2019).

A respeito da ideologia fascista e neofascista, Boito Jr. diz que estes movimentos reacionários são movidos por uma forma discursiva superficialmente crítica e ao mesmo tempo conservadora “sobre a economia capitalista e a democracia burguesa”. O movimento critica o grande capital ao mesmo tempo que

defende o capitalismo; critica a corrupção e o que chamam de “velha política” e defendem uma ordem autoritária. Assim, uma característica que constaria tanto no fascismo original como na versão brasileira atual, é a heterogeneidade de uma ideologia pouco sistemática. Nesta ideologia

se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído (Bolsonaro não proclamou abertamente em discurso transmitido nos telões da Avenida Paulista que a esquerda em seu governo deveria emigrar ou iria para a prisão?); o culto da violência (alguma dúvida sobre isso no que respeita ao bolsonarismo?); seu caráter principalmente destrutivo, negativo, não propositivo (Bolsonaro não esclareceu, para justificar sua falta de propostas positivas, que o governo dele será uma quimioterapia para o Brasil?); o irracionalismo (a terra é plana e o aquecimento global uma invenção, certo?); um nacionalismo autoritário e conservador (culto da homogeneidade da sociedade nacional e rejeição dos “desviantes”) e a politização do racismo e do machismo, ervas que brotam espontaneamente no solo da sociedade capitalista – na desigualdade de classe, na organização patriarcal da família, no autoritarismo da empresa capitalista – e que o fascismo alça, com o seu programa partidário, para a cena política (BOITO Jr., 2019).

Löwy (2019) concorda com Boito Jr. na caracterização do Bolsonaro como um neofascista, além de apontar méritos na caracterização feita acerca da ideologia neofascista do Bolsonaro. Mas não concorda com a definição que aloca o neofascismo enquanto um movimento de massa enraizado na classe média. Segundo Löwy, esta característica até pode ser encontrada na versão clássica do fascismo, mas nos dias de hoje, “Marine Le Pen e Bolsonaro – para citar dois exemplos de neofascismo – dispõe de amplo apoio entre setores das classes populares, inclusive entre operários” (LOWY, 2019).

Julgamos necessária a caracterização do atual movimento político representado por Bolsonaro e nos parece razoável alocar o bolsonarismo na seara dos movimentos neofascistas a despeito das evidentes diferenças entre o fenômeno atual e os do século passado. Notamos que alguns pensadores não alocam o bolsonarismo ou o próprio Bolsonaro como neofascistas por compreenderem que o fenômeno do fascismo é pontuado historicamente e irrepetível (BORON, 2019); ou que as existentes similaridades entre a versão clássica e a atual são insuficientes

(CHAUÍ, 2019). Portanto, muitas vezes a conceituação gira em torno da “ênfase” dada a determinados aspectos.

Diferentemente do nazismo, que se circunscreve em um período histórico determinado e está vinculado geograficamente à Alemanha, o fascismo possui variações cronológicas e territoriais, além de aspectos que se agregam paralelamente às características centrais. O fascismo normalmente está associado às crises econômicas do capitalismo. Muitos dos grupos sociais que aderem ao fascismo o fazem motivados por perdas econômicas e queda no *status* social. O contexto de crise facilita a adesão destes grupos sociais em movimentos que se pretendem contrários ao sistema. O fascismo possui um aspecto difuso com explicações simplistas para fenômenos complexos, muitas vezes lastreados no senso comum. Isso leva ao apelo emocional que orienta seus associados a agirem com violência (física e simbólica) contra o “outro”, este apontado como responsável pelas crises e por uma suposta degradação moral da sociedade.

No caso do Brasil, o “outro”, o inimigo a ser aniquilado (ou convertido), pode responder por variadas características relativas à orientação sexual (ex. homossexuais), etnia (indígena e negra), origem geográfica (nordestinos), gênero (mulheres), condição econômica (moradores de bairros periféricos ou moradores de rua) ou orientação política (ex. eleitores do Partido dos Trabalhadores). O fascismo brasileiro (correspondente ao bolsonarismo) costuma criminalizar ou desacreditar estes grupos sociais com explicações obscurantistas, preconceituosas e extremamente simplistas, por vezes alocando os heterogêneos grupos sociais opositores ao fascismo como “comunistas” ou “esquerdistas”. A direção fascista e neofascista, desacredita a democracia liberal e se move no sentido da emergência de um regime autoritário e policialesco que se alimenta e é alimentado pelo ódio confuso e a sensação constante de insegurança que atinge seus adeptos.

O bolsonarismo, enquanto um movimento neofascista brasileiro, possui algumas particularidades que envolvem a participação de religiosos (sobretudo evangélicos adeptos da teologia da prosperidade) e defensores da ideologia da meritocracia e do livre mercado. Conceituar o fenômeno do Bolsonarismo, em meio a outros similares, enquanto um movimento neofascista é, para além das similaridades e repetições, adotar um termo que denota a urgência histórica que se

impõe. Importa pontuar que no interior do movimento que alçou Jair Bolsonaro ao poder há segmentos que não se identificam diretamente com o neofascismo, mas a faceta neofascista protagoniza o atual momento da direção política brasileira.

Nesta quadra histórica, de crise de hegemonia neoliberal e avanço neofascista, parte considerável das justificativas apresentadas pelos neofascistas e pelos intelectuais vinculados à burguesia (alguns dos quais fazendo uso de potentes APHs) para explicar a crise econômica recorrem a três campos explicativos convergentes: 1) a crise fiscal é resultante do gasto excessivo do Estado com salários e programas sociais; 2) a corrupção dos políticos e dos servidores públicos promove o desvio de grandes parcelas de recursos públicos e 3) a incompetência administrativa de determinados agentes públicos impede a utilização eficiente dos recursos dispostos pelo Estado. A solução veiculada em grandes canais comunicacionais vinculados à burguesia para a superação da crise perpassa, portanto, pela redução dos gastos sociais e entrega das funções do Estado para a iniciativa privada. Ao mesmo tempo, incentiva-se os trabalhadores a serem empreendedores e fomentam ainda mais as políticas que têm aumentado a desigualdade social no mundo.

A vitória eleitoral de Bolsonaro e do *bolsonarismo* em 2018 pode ser considerada uma consequência direta das recentes estratégias de manutenção da dominação burguesa no país. O crescimento da extrema-direita veio arrastado, em grande medida, pela propaganda ideológica que pretendia retirar a hegemonia política do Partido dos Trabalhadores (PT).

Se os ataques ao PT não são, de forma alguma, um elemento novo na política brasileira, as manifestações de 2013 inaugurariam uma nova rotina de protestos que culminaria na justificativa da retirada do PT de cena. As manifestações de massa ocorridas em 2013 iniciaram com reivindicações em torno da melhoria de serviços públicos e, em um primeiro momento, foram rechaçadas por grandes veículos de comunicação. Entretanto, com o aumento e desenrolar dos protestos, a grande mídia oligopólica brasileira passou a ofertar seu apoio, exatamente quando ela mesma começou a pautar as manifestações (HOEVELER & MELO, 2016). A orientação das difusas e plurais manifestações de 2013 começou a ser talhada, primeiro, “separando o joio do trigo” ou seja, tentando separar “manifestantes

pacíficos” de “vândalos” (PESTANA, 2013). Assim, cumprindo a função de preservação da propriedade privada e deslegitimando qualquer manifestação de resistência violenta das classes subalternas. Em um segundo momento, a grande mídia, associada a outros importantes APHs, contribuiu para o norteamento ideológico dos protestos sob a forma de combate à corrupção. E essa foi uma das principais agendas presentes nas manifestações da direita nos anos seguintes.

A agenda anticorrupção é um importante instrumento de dominação pois mistifica as verdadeiras causas das mazelas sociais. As contradições do modo de produção capitalista e as dinâmicas das políticas econômicas e sociais neoliberais que causam efeitos concretos sobre a sociedade são ocultadas e substituídas por narrativas que atribuem à “corrupção” os problemas do país. Atua-se, portanto, nos marcos da *pequena política* que desvirtua e reduz as explicações orientadas pela *grande política* (GRAMSCI, 2007). Outrossim, a agenda anticorrupção é apresentada como um efeito quase natural da política, dos partidos e da “classe” política em geral. O elemento interpretado e divulgado como o mal maior do país vincula-se, portanto, ao Estado e suas instituições, isentando a “sociedade civil” de diversas responsabilidades.

A adesão maciça de vários estratos sociais ao discurso anticorrupção e antipolítica fortaleceu o desenvolvimento do neofascismo brasileiro e forneceu valiosos subsídios que levaram a ações, no âmbito jurídico, como a “Operação Lava Jato”⁸⁹. Inaugurada em março de 2014 no seio da Justiça Federal em Curitiba, a operação ganhou notoriedade e um enorme apelo popular. A ação iniciou investigando crimes relacionados a uma rede de postos de gasolina - daí o nome “Lava Jato” - mas, rapidamente foi direcionada à apuração de casos de corrupção envolvendo a Petrobrás. A Operação teve efeitos decisivos sobre o Partido dos Trabalhadores, mas não só. Enfraqueceu três importantes pilares que sustentavam a política econômica nacional: Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e empresas privadas voltadas à construção civil (DEL ROIO, 2019). Além disso, a operação publicizou o sistema vicioso da política brasileira, atingindo outros

⁸⁹ O Ministério Público Federal apresenta, em seu *website*, descrições sobre o funcionamento da Operação Lava Jato. Disponível em <https://bit.ly/3nvzzUq>. Acesso em 06 fev. 2021.

partidos e personagens políticos contribuindo ainda mais para o descrédito generalizado da política diante da chamada “opinião pública”.

O ex-juiz Sérgio Moro, figura central nas investigações da “Operação Lava-jato”, foi um dos responsáveis pela prisão do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva (este que estampou inúmeras matérias jornalísticas sob o adjetivo de “corrupto”⁹⁰, “chefe de quadrilha”⁹¹ e até “chefão do maior esquema corrupto da história da humanidade”⁹²). Embora fosse o juiz e não o promotor do processo, Moro foi representado amplamente pela mídia brasileira como o principal responsável pela prisão de Lula.

A prisão de Lula, vale ressaltar, satisfaz anseios de amplas parcelas da classe dominante e das classes médias inflamadas pelo *antipetismo*. Este, compreendemos como um fenômeno resultante de múltiplas determinações, entre as quais, o histórico preconceito de classe brasileiro articulado com recortes de gênero, etnia e regionalismo. O ódio de classe, que se expressa em ataques às práticas culturais e organizações das classes subalternas afeta, diretamente, o Partido dos Trabalhadores. Visto que o PT, com todas as suas contradições, é o principal partido (*stricto*) brasileiro de base popular desde a década de 1980. Naturalmente, isso faz do partido o mais atacado pelos setores burgueses e prepostos burgueses. Lula, Dilma e o PT aparecem em setores midiáticos como aqueles que se preservam no poder às custas da corrupção e dos programas de redistribuição de renda, como o Bolsa-família. Este discurso pode ser visto em diversas matérias em jornais e revistas, como a assinada por Gabriel Castro e Laryssa Borges na Revista Veja⁹³ (posteriormente publicada no *site* do Instituto Millenium⁹⁴) sobre as eleições presidenciais de 2014 que tinham Dilma Rousseff e Aécio Neves como principais candidatos. De acordo com os autores,

⁹⁰ ‘NÃO TENHO dúvidas de que o ex-presidente Lula é corrupto’, afirma Janot. **Revista Veja**, 26 set. 2019, Disponível em <https://bit.ly/3tCcTpo>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁹¹ DELATOR confirma: Lula era o chefe da quadrilha do petróleo”, **Revista Veja**, 02 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3KhrOLG>. Acesso em 21 fev. 2021.

⁹² LULA é o chefão do maior esquema corrupto da história da humanidade. **Jovem Pan**, 08 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33hAW2p>. Acesso em: 21 fev. 2021.

⁹³ BOLSA FAMÍLIA, o maior colégio eleitoral do Brasil. **Revista Veja**. 17 ago. 2014. Disponível em <https://bit.ly/3l5figi>. Acesso em 03 maio 2020.

⁹⁴ Disponível em <https://bit.ly/3qAnpMa>. Acesso em 03 maio 2020.

na disputa deste ano [eleições presidenciais de 2014], também está em jogo um “colégio eleitoral” muito mais poderoso – e leal: o dos beneficiados pelo Bolsa Família. São aproximadamente 40 milhões de eleitores, espalhados pelas 14,2 milhões de famílias que recebem o benefício. Esse grupo tende a votar na candidata petista com uma fidelidade incomparável. [...] Há mais beneficiários do programa na Bahia do que em São Paulo, cuja população é três vezes maior. Mais em Pernambuco do que em Minas Gerais. Mais no Maranhão do que no Rio de Janeiro. Isso ajuda a explicar por que o Nordeste se transformou em uma quase intransponível fortaleza eleitoral do petismo.

O preconceito emerge quando se faz uma associação imediata entre o recebimento dos recursos destinados ao Bolsa-família e a fidelidade eleitoral. Ignora-se o fato de que milhões de pessoas das Regiões Norte e Nordeste tiveram, durante os governos do PT, acesso ampliado às universidades, importantes obras de infraestrutura e outras melhorias de ordem material durante os governos do PT. A visão de que o Bolsa-família seria responsável direto pela opção de camadas populares ao PT sinaliza uma simplificação que, inclusive, desmerece a capacidade avaliativa da parcela mais pobre da população, sugerindo que esta “se vende” por uma pequena quantia de dinheiro.

A aproximação de Moro com Bolsonaro, já no período das eleições presidenciais de 2018, deu a roupagem que a campanha bolsonarista precisava em torno do “lavajatismo”, do antipetismo e do suposto combate à corrupção. A campanha focou na ideia de degradação moral supostamente imposta pela *esquerda* e a corrupção que o PT teria instalado no país. A agenda anticorrupção, uma estratégia presente em diversos momentos da História do Brasil, foi amplamente trabalhada pela burguesia nacional e difundida pela grande mídia, sendo determinante para o fortalecimento da direita.

Os episódios que seguiram a partir do Golpe de 2016 e a prisão de Lula, a “polarização” incentivada pela grande mídia e os discursos radicalizados em torno de falsificações históricas e as chamadas *fake news* ajudaram a criar o “caldo de cultura” que levaria à vitória um candidato não identificado com nenhum dos grupos que ocuparam a presidência desde a redemocratização. Conduzido por um núcleo central neofascista, Bolsonaro apresentava-se como uma espécie de *outsider* - a despeito de seus quase trinta anos como parlamentar -, apoiado por grande parcela

do empresariado, dos militares, dos evangélicos e cidadãos aderentes à ideologia anticorrupção.

O candidato favorito da burguesia no início de 2018, como identifica Deo (2019) era Geraldo Alckmin (PSDB). No entanto, este não demonstrava força para competir eleitoralmente com Lula (indicado como pré-candidato pelo PT) ou mesmo Haddad, que herdou, em setembro de 2018, a candidatura de Lula após sua impossibilidade jurídica de participação nos pleitos. A força eleitoral do PT trouxe a necessidade de aprofundamento do discurso *lavajatista*. Mas, ao se radicalizar o discurso anticorrupção, outros partidos e personagens políticos também seriam afetados (como o próprio PSDB). Bolsonaro, no entanto, era do “baixo clero”⁹⁵ da política. Sob um outro ângulo, podemos dizer que ele integrava as franjas do parlamento e não seria identificado com a massa política regular. Fontes (2017) nos diz que

A inaudita concentração e centralização de capitais favorece uma captura econômica dos partidos políticos (**excluindo-se, em parte, suas pontas extremas - os pró-fascistas e os revolucionários**), tornando-os indistintos e impondo uma pauta política crescentemente homogênea, contribuindo para indiferenciar os programas partidários (FONTES, 2017, p. 207, destaques nossos).

Este elemento soma-se à aprovação social diante dos militares (vinculação corporativa do Bolsonaro, que é capitão reformado do exército), seu discurso antissistema e anticorrupção (pautado em linguagem popular de conteúdo simplista) e reprodução de posturas morais condizentes com parte considerável do *senso comum* para formar um candidato eleitoralmente competitivo. Outro fato seria decisivo para que seu nome subisse nas pesquisas de intenção de voto. Jair Messias Bolsonaro sofreu um suposto atentado à faca em 06 de setembro de 2018 durante comício no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Este episódio foi utilizado como justificativa para a não participação nos debates televisivos (aos quais ele tinha desempenho pífio), mesmo quando já estava apto a participar. A partir deste incidente, a imagem eleitoral de Bolsonaro ficou ainda mais fortalecida.

⁹⁵ Ver JAIR Bolsonaro é o presidente de baixo clero. **Carta Capital**, 14 jul. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3FyJVJm>. Acesso em 21 fev. 2021.

Em relação ao apoio das classes subalternas ao candidato Bolsonaro, há de se destacar alguns elementos. Em primeiro lugar, a aprovação dos militares diante da “opinião pública”. De acordo com o Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil) realizado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao primeiro semestre de 2017, as Forças Armadas aparecem em primeiro lugar com 56% de confiança da população. Bem à frente do Congresso Nacional (7%), dos Partidos Políticos (7%) e do Governo Federal (6%).

Quadro 07 - Confiança nas Instituições ICJBrasil referente à 2017.

Instituição	Percentual de confiança da população
Forças Armadas	56%
Igreja Católica	53%
Redes Sociais (facebook, Twitter)	37%
Imprensa Escrita	35%
Emissoras de TV	30%
Grandes Empresas	29%
Ministério Público	28%
Polícia	26%
STF	24%
Poder Judiciário	24%
Sindicatos	17%
Congresso Nacional	7%
Partidos Políticos	7%
Governo Federal	6%

Fonte: elaboração própria com base no Relatório do Índice de Confiança na Justiça Brasileira referente ao 1º Semestre 2017 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017). Disponível em: <https://bit.ly/3fkZgCT>. Acesso em 23 jun. 2020.

Destaca-se que, em comparação com o mesmo levantamento realizado em 2013 - as Forças Armadas lideravam com 63%, seguidas pela Igreja Católica (47%) e o Ministério Público (44%) -, embora tenha havido uma queda de confiança entre

todas as instituições, as Forças Armadas permaneceram em primeiro lugar. O Governo Federal possuía, em 2013, 33% de confiança (bem superiores aos 6% de 2017) e o Congresso Nacional caiu de 17% para 7% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017).

Outro grupo social que forneceu valioso apoio ao candidato Bolsonaro foi o de pastores, lideranças e demais integrantes de igrejas evangélicas neopentecostais. Com grande capilaridade na sociedade brasileira, sobretudo entre os mais pobres e vulneráveis, igrejas com forte controle ideológico, político e cultural deram apoio massivo à Bolsonaro sob as mais diversas argumentações que vão desde a deturpação de programas como o “Escola Sem Homofobia”⁹⁶ que passou a ser chamado pejorativamente de “kit gay”, passando pelas *fakenews* transmitidas em serviços como o *Whatsapp* e o *Facebook* com conteúdos relacionando o candidato Fernando Haddad (PT) à pedofilia, corrupção e à difusão da chamada “Ideologia de gênero”⁹⁷. Parte da base de apoio evangélica de Bolsonaro (sobretudo dos evangélicos neopentecostais) possui forte presença midiática, como R. R. Soares, Pastor Silas Malafaia e o dono da Rede Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Bispo Edir Macedo. O apoio ao candidato Bolsonaro viria também da chamada “Bancada Evangélica” da Câmara dos Deputados⁹⁸. Para além das igrejas evangélicas e seus líderes, o ativismo neoconservador vem utilizando, nos últimos anos, de neologismos como “ideologia de gênero” como forma retórica persuasiva com vistas à mobilização política (JUNQUEIRA, 2018).

⁹⁶ O Projeto “Escola sem Homofobia” é um derivado do Programa “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual” lançado em 2004 pelo Governo Lula (Disponível em <https://tinyurl.com/y6uefr3u>. Acesso em 12 jun. 2019). Daí, surgiram inúmeras notícias de conteúdo falso em relação ao programa, vetado em 2011.

⁹⁷ A expressão “Ideologia de gênero” surgiu em um documento eclesiástico em 1998, uma nota da Conferência Episcopal do Peru, com o título “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. Antes disso, já haviam discursos inflamados entre conservadores norte-americanos acerca de uma suposta “doutrinação feminista” que “ao ser endossada por estudantes impotentes, ingênuas e irracionais, poderia abalar os alicerces das instituições educacionais, científicas e legais americanas” além de “fomentar ressentimentos e alienação na esfera privada”. Ademais, alega-se, entre outras coisas, que movimentos de esquerda, comunistas, feministas, entre outros, atuam, sobretudo nas escolas, ideologicamente subvertendo as leis divinas e desrespeitando as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres (JUNQUEIRA, 2018, p. 464).

⁹⁸ BANCADA evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro. Estadão, 04 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qHo3aN>. Acesso em 21 fev. 2021.

Anos antes das eleições de 2018, Jair Messias Bolsonaro já se alimentava politicamente de discursos conservadores relativos à chamada “Ideologia de gênero” e afins. Bolsonaro acusava o Partido dos Trabalhadores de promover entregas de um “kit em que se ensina a ser homossexual” e “um livro sobre sexo para crianças” (SALDAÑA, 2018). Os vídeos em que o ex-deputado aparece em sessões parlamentares acusando o PT e movimentos sociais de promoção da degradação moral já foram vistos por milhões de pessoas em suas redes sociais e em números difíceis de medir em outros meios, como no serviço *Whatsapp* (SALDAÑA, 2018).

Importante figura na estruturação da campanha e, posteriormente, do governo Bolsonaro é o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. O jornalista autor dos livros “O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras” (1996) e “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013) teria sido convidado para ocupar a cadeira de Ministro da Educação, mas teria negado o convite de Bolsonaro e indicado um nome histórico do Instituto Liberal, Ricardo Vélez Rodríguez, para o cargo. Carvalho indicou também o substituto de Vélez, Abraham Weintraub e o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, além de outros servidores⁹⁹. Olavo de Carvalho emprestou à campanha bolsonarista sua militância de décadas contra a esquerda. A luta ideológica em um movimento de extrema-direita como o Bolsonarista, consiste, em grande medida, no recrutamento de uma parcela considerável da população disposta a acreditar em teorias conspiracionistas. E Olavo de Carvalho é peça chave nesta incitação.

A campanha de Bolsonaro foi fortemente baseada no combate cultural à esquerda, ao chamado “marxismo cultural”, ao “gramscismo”, à “ideologia de gênero” e aos comportamentos que não condizem com a chamada “família tradicional brasileira”. Bolsonaro insistia em dizer que, caso fosse eleito, faria acordos internacionais sem “viés ideológico” e afirmou que “mais ou tão grave que a corrupção é a questão ideológica”¹⁰⁰.

⁹⁹ QUEM é Olavo de Carvalho, protagonista de polêmicas do governo Bolsonaro?. **Política - IG**. Disponível em <https://bit.ly/3Kf1MZx>. Acesso em 16 jun. 2020.

¹⁰⁰ BOLSONARO defende generais em ministérios e diz que presidentes anteriores nomearam terroristas. **Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://bit.ly/3GusdII>. Acesso em 06 ago. 2020.

O "gramscismo" a ser combatido não trata-se de algo novo no ideário da direita brasileira. A crise de direção da extrema-direita brasileira que levou ao fim da ditadura civil-militar, levou os militares a mirarem nas teorias de esquerda que eram debatidas no final dos anos 1970, como as de Gramsci. Sem uma guerra armada a travar, parcelas de militares apostaram em um combate contra as ideias atribuídas aos pensadores da esquerda (SECCO, 2019). Em 1994, Olavo de Carvalho publicou "A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci" (1994) em que descrevia Gramsci como "o profeta da imbecilidade, o guia de hordas de imbecis para quem a verdade é a mentira e a mentira a verdade" (CARVALHO, 1994, p. 43).

As ideias de Carvalho coadunam, em grande medida, com os trabalhos desenvolvidos pelo Gal. Sérgio Augusto de Avellar Coutinho. Ambos beberam da mesma fonte ideológica: o neoconservadorismo norte-americano existente nos anos 1980 e 1990, principalmente a vertente denominada *paleoconservatives*. De acordo com Eduardo Costa Pinto (2019), esta vertente do neoconservadorismo estadunidense se expandiu nos anos 1990 e 2000 e influenciou diretamente o Governo Trump nos Estados Unidos. Trata-se de um movimento conspiracionista que propunha uma ideia de guerra cultural contra os supostos adeptos do "gramscismo", do "marxismo cultural" e do "politicamente correto".

As ideias de Avelar Coutinho transcritas em obras como "A Revolução Gramscista no Ocidente" (2002) e "Cadernos da Liberdade" (2003) perpassam por análises acerca de uma suposta ameaça socialista no Brasil a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso que, na visão do General, representava o acesso dos "sociais democratas fabianos" ao poder. Os democratas fabianos seriam um grupo adjacente ao Movimento Comunista Internacional (MCI). A ascensão socialista ao poder seria amplificada com o Governo Lula - este marcado por ter participado "ativamente do Foro de São Paulo, do Fórum Social mundial" além de dar apoio ao Movimento Sem Terra (MST), instituições que, para Avelar Coutinho, "seriam alinhadas com os revolucionários marxistas e anarquistas do MCI" (PINTO, 2019).

As ideias do Gal. Coutinho ,

têm sido repetidas de forma sistemática por oficiais da reserva e pelo Comandante das Forças Armadas (Gal. Villas Boas) nos últimos anos. Nas Forças quando uma ideia passa a ser repetidas por muitos

oficiais, dada sua estrutura hierárquica, ele provavelmente decorreu de uma doutrina, ensinada nos bancos de formação (AMAM, ESG, ECEME, etc.) (PINTO, 2019).

Assim, compreendemos que as ideias difundidas pelo Gal. Coutinho dão certa organicidade à participação dos militares no movimento e no governo bolsonarista. Portanto, mais que uma participação corporativista, os militares são peças que operam de forma político-ideológica dentro do bolsonarismo, agindo como *intelectual coletivo*.

Por fim, uma peça chave na campanha que levou Jair Messias Bolsonaro à presidência é Paulo Guedes, Ph.D. em economia pela Escola de Chicago, figura importante do mercado financeiro - com vasta experiência - e um dos fundadores do Instituto Millenium. Foi fundador e sócio majoritário do grupo financeiro BR Investimentos e um dos fundadores do Banco BTG Pactual. Atuou como colunista do Jornal "O Globo" e Revista "Época" e já lecionou Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), além de ser ex-professor e um dos fundadores do IBMEC e ex-professor da Universidade do Chile durante a ditadura de Pinochet.

O jornalista José Roberto de Toledo (2018) chamou Guedes, no período eleitoral de 2018, ironicamente de candidato "a primeiro-ministro do eventual governo Bolsonaro", recebendo, juntamente com Moro, o *status* de "superministro". Não só pela importância do Ministério da Economia que passava a receber atribuições de outras pastas, mas por ser Paulo Guedes uma importante figura para demarcar o posicionamento econômico do Governo Bolsonaro diante da burguesia nacional associada. Guedes, nas palavras de Malu Gaspar, emprestou "ao ex-capitão um figurino liberal que nunca foi o dele" além de dar à campanha "um novo impulso e ganhou do próprio candidato o status de autoridade incontestada, o que foi ratificado pelo plano de governo apresentado em meados de agosto [de 2018]" (GASPAR, 2018).

Guedes se comprometia com soluções liberais ortodoxas, com o corte de gastos públicos e a manutenção do câmbio flutuante. Quando aceitou o convite de Bolsonaro, o economista foi responsável por criar uma ponte entre o candidato que

tinha chances reais de interromper as sucessivas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores e os setores empresariais defensores das *contrarreformas*. Guedes é uma figura que há décadas opera como intelectual orgânico da burguesia, sobretudo na esfera do capital financeiro.

O fato de ser convidado para atuar diretamente na sociedade política não ocorreu como um movimento natural. No convite que recebeu do presidente do PSL, Gustavo Bebianno, para compor a mesa na convenção que oficializou Bolsonaro como candidato, Guedes teria relutado e dito, em terceira pessoa, que “O Paulo Guedes fora da política partidária transfere mais credibilidade” (GASPAR, 2018). Guedes, como herdeiro da Escola Econômica de Chicago, sabe que a atuação empresarial na política costuma ser melhor sucedida de forma mediatizada.

Paulo Guedes e Olavo de Carvalho representam, nas palavras de Rocha e Puglia (2019), “uma amálgama ultraliberal conservadora”. Esta “amálgama”, é defendida, não só pelas figuras centrais em tela, mas por um conjunto de intelectuais atuantes na disseminação da dupla ideológica: “privatizar tudo” e “combater a hegemonia cultural esquerdista”.

A postura privatista foi incorporada ao discurso de Jair Bolsonaro no início de 2016, assim que entrou para o Partido Social Cristão (PSC). O PSC era presidido por Everaldo Dias Pereira, conhecido como Pastor Everaldo, candidato à presidência da República em 2014 e preso por corrupção em 2020¹⁰¹.

O bordão de campanha do Pastor Everaldo em 2014 era “Privatiza tudo!”. O chavão foi elaborado pelo advogado Bernardo Santoro¹⁰², então presidente do Instituto Liberal (IL). Após as eleições de 2014, Santoro empenhou-se em influenciar Jair Bolsonaro e seus filhos na adesão ao ultraliberalismo assim que chegaram ao PSC. Na época, segundo Rocha e Puglia, “o capitão da reserva era visto como um adepto inflexível do desenvolvimentismo nacionalista vigente na ditadura militar; porém, o jovem advogado não desistiu” (2019).

Em março de 2016, Eduardo Bolsonaro, um dos filhos de Jair Bolsonaro, matriculou-se em um curso de pós-graduação em “Economia Austríaca” pelo

¹⁰¹ PASTOR Everaldo e filhos são presos em operação que afastou Witzel do governo de RJ”. Portal G1, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3twDzYF>. Acesso em 06 set. 2020.

¹⁰² Um perfil de Bernardo Santoro encontra-se no apêndice B da presente dissertação.

Instituto Mises Brasil (IMB). Flávio, outro filho do Bolsonaro, então deputado estadual no Rio de Janeiro, concorreu à prefeitura da capital fluminense naquele ano acompanhado, em diversos eventos de campanha, por Bernardo Santoro e defendendo ideias liberais e neoconservadoras.

Em 2017, já posicionado como pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro passou a participar de diversos eventos promovidos por APHs liberais. A esta altura, Bolsonaro já havia ganhado a simpatia de uma parcela significativa da burguesia, como a do empresário gaúcho Winston Ling. Ling, um dos fundadores do Instituto Liberal, do Instituto Liberdade e associado do Instituto de Estudos Empresariais foi o responsável por apresentar Jair Bolsonaro à Paulo Guedes¹⁰³.

Em agosto de 2017, Bolsonaro migrou do PSC para o Partido Patriota, cujo secretário-geral era Santoro. Em dezembro de 2017, Rodrigo Constantino, do Instituto Liberal, sugeriu, publicamente, Paulo Guedes como ministro da Fazenda em caso de vitória de Bolsonaro. No início de 2018, Bolsonaro rompeu com o Patriota e se filiou ao Partido Social Liberal (PSL). Segundo Rocha e Puglia (2019), Bernardo Santoro só ficou sabendo da desfiliação a partir das notícias de jornais. Mesmo assim, Santoro, coordenador do Plano de Governo do candidato a governador pelo Rio de Janeiro Wilson Witzel, deu total apoio a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Apesar das desconfianças que diversos intelectuais orgânicos burgueses apresentaram em torno do “liberalismo” de Bolsonaro, este recebeu um amplo apoio dos defensores do livre mercado. Inclusive, apoio de operadores do mercado. Pinheiro (2018) entrevistou diversos operadores do mercado financeiro (entre gestores de fundos de investimento bilionários e “profissionais de bancos”) em 2018 visando descobrir onde habitava o amplo apoio dado por estes a Bolsonaro nas eleições de 2018. O próprio movimento da Bolsa de Valores demonstrou a opção do mercado por uma vitória de Bolsonaro: as últimas pesquisas de opinião antes das eleições do primeiro turno colocaram o então candidato do PSL na liderança aumentando a distância para o segundo colocado (Haddad, do PT), o que gerou alta da bolsa e queda do dólar. Para Pinheiro, que atua há anos como jornalista do

¹⁰³ JORNALISTA gaúcha revela como Bolsonaro conheceu Paulo Guedes, tudo providenciado pelo empresário Winston Ling”. Vide Versus Blog. 15 de novembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34YoFjN>. Acesso em 06 set. 2020.

mercado financeiro, “quando um investidor compra ações e vende dólares depois de uma pesquisa eleitoral favorável ao candidato do PSL, não se trata apenas de uma preferência. Ele está botando dinheiro nisso” (2018, s/nº).

A partir das entrevistas empreendidas por Pinheiro, este constatou que, a despeito de discordâncias que alguns investidores possuíam com Bolsonaro em relação a temas como “direitos humanos” e “minorias”, isto não evitou que o apoio fosse maciço. Este fato se dá, de acordo com o analista, por motivos diversos: 1) A presença de Paulo Guedes como fiador do governo junto aos liberais; 2) “Medo do PT” gerado pela gestão econômica de Dilma Rousseff e na promessa de Haddad de revogação do teto dos gastos e da reforma trabalhista; 3) “Manutenção da política econômica”: mesmo desconfiando da “conversão” de Bolsonaro à agenda liberal, alguns investidores “acreditam que a simples manutenção do curso atual da política econômica, com as medidas de ajuste propostas por Paulo Guedes, já seria melhor do que uma possível aventura com Haddad”; 4) As privatizações e uma suposta possibilidade de que as empresas estatais não sejam utilizadas “politicamente” como eventualmente seriam sob um governo petista; 5) “Efeito manada”: “como a maior parte dos investidores comprou esse Bolsonaro liberal na economia, simplesmente não dá para ficar de fora desse movimento”.

A agenda econômica da chapa Bolsonaro/Mourão, sob a responsabilidade de Paulo Guedes, deveria corresponder a determinadas expectativas de setores empresariais, entre as quais, o ajuste fiscal que, juntamente com as metas de inflação e o câmbio flutuante formam o chamado Tripé Macroeconômico, em vigência desde o segundo governo FHC. Os grandes meios de comunicação e outros APHs burgueses recorrentemente aventam a necessidade de zerar o déficit fiscal primário do Governo Brasileiro que, em 2018, fechou em R\$ 120,3 bilhões. Ao noticiar o déficit fiscal, os APHs burgueses não tocam, por exemplo, na necessidade de uma auditoria da dívida pública ou na taxaço de grandes fortunas como formas de equilibrar as contas públicas.

Em outubro de 2018, Guedes prometia zerar o déficit fiscal da União em um ano. Para tal, pretendia levantar recursos revertendo um modesto percentual das desonerações fiscais (10% a 20%) o que geraria uma receita de 30 a 60 bilhões de reais, segundo o economista. Entre outras medidas, cita a cessão da Petrobrás, que

geraria uma receita líquida entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões e a privatização da Eletrobrás, a qual renderia aos cofres públicos entre 16 e 27 bilhões de reais. Caso estas medidas não surtisserem efeito, Paulo Guedes investiria em outros caminhos, que exigiriam maior habilidade política do governo, como a Reforma da Previdência, outras privatizações e uma reforma administrativa¹⁰⁴.

Em uma entrevista na sede da Bozano Investimentos, a qual é sócio, no Rio de Janeiro, Guedes chegou a dizer “Tinha que vender tudo (...) Privatizar só no sapatinho, envergonhadamente, não. Tem que acelerar privatização para jogar na área social”¹⁰⁵. Curiosamente, o déficit fiscal é utilizado como justificativa para a implantação radical das políticas neoliberais, como as privatizações, a contrarreforma previdenciária, a redução dos gastos sociais e a contrarreforma administrativa.

Para melhor compreensão do sentido das medidas propostas por Paulo Guedes na economia, cabe uma breve consideração sobre o atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista brasileiro. O *Padrão de Desenvolvimento Capitalista* (PDC), tal como apresentado por Luiz Filgueiras (2018), é um conceito transdisciplinar que acompanha o pensamento de Marx no sentido de analisar a conjuntura e a estrutura dialeticamente considerando os aspectos econômicos, sociais e políticos. Esta análise incorpora a história e as especificidades econômico-sociais e políticas dos distintos países. A conjuntura, neste sentido, aparece como a forma de expressão da estrutura econômico-social em um dado momento e espaço.

Elemento chave no conceito de PDC, é o *Bloco Político no Poder* da forma desenvolvida por Poulantzas (1977), que se insere na convergência entre a estrutura e a conjuntura. O Bloco Político no Poder é formado por classes ou frações de classe que possuem o domínio do Estado em determinado período histórico e atuam na direção política que atenda a seus interesses. De acordo com Filgueiras,

¹⁰⁴ VEJA as propostas de Paulo Guedes, assessor econômico da campanha de Jair Bolsonaro. **Portal G1**. 21 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3GBVuRw>. Acesso em 12 ago. 2021.

¹⁰⁵ AYRES, Marcela. O que pensa Paulo Guedes, o cérebro econômico de Jair Bolsonaro. **Exame**. 28 maio 2018. Disponível em <https://bit.ly/3quNM62>. Acesso em 12 ago. 2021.

A classe ou fração que tem a capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais, a partir de seus interesses específicos – transformados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco –, mas também contemplando parcialmente outros interesses localizados em seu interior, assume a liderança e hegemonia do bloco no poder (FILGUEIRAS, 2018, p. 525).

Nas análises feitas a partir do PDC, são considerados determinados atributos no interior do processo de desenvolvimento capitalista: “*A natureza e o tipo de regulação da relação entre capital e trabalho*”; “*O caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas*”; “*O modo de inserção internacional do país*”; “*O lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação*”; “*O processo de criação e incorporação do progresso técnico*”; “*O modo de financiamento da acumulação*”; “*A estrutura de propriedade e a distribuição de renda e da riqueza*” e “*As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes*” (FILGUEIRAS, 2018, p. 525-527. Itálicos originais). Estes atributos ligam-se à relação interna e externa do país em análise, ou seja, considera-se a forma como o Estado nacional se articula no cenário internacional.

O Padrão de Desenvolvimento Capitalista, portanto, corresponde às características mais duradouras das relações econômico-sociais e políticas e, no interior deste padrão é que se estabelecem as fases conjunturais, ou seja, o exercício macroeconômico de curto prazo. O PDC, nesta perspectiva, subordina-se, dialeticamente, ao modo de produção, no caso, ao modo de produção capitalista e suas distintas formatações.

No caso brasileiro, o atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista surgiu no início da década de 1990, concomitantemente à chegada das práticas políticas e econômicas neoliberais. Filgueiras (2018) chama o PDC brasileiro deste período de Padrão Liberal Periférico (PLP). Nas palavras do autor,

O PLP é a forma concreta específica assumida pela mundialização do capital e o neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, configurado a partir de rupturas fundamentais com relação à estrutura econômico-social anterior, própria do Padrão de Substituição de Importações vigente até então no país, e como resultado das disputas entre distintas frações de classes de sua burguesia, e entre estas e as classes trabalhadoras (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

Assim, desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) até o presente momento, mantém-se o Padrão Liberal Periférico que, entre suas características gerais, encontramos o aumento da assimetria na relação entre capital e trabalho, com prejuízo deste último. Além disso, houve uma redefinição das relações intercapitalistas causadas pela abertura comercial-financeira e privatizações. Assim, o capital financeiro tornou-se dominante, ocupando a hegemonia que outrora era do capital industrial.

A abertura econômica causou o aumento da dependência financeira do Brasil, maior vulnerabilidade na divisão internacional do trabalho, desindustrialização e reprimarização das exportações - fortalecendo a produção de *commodities* e o agronegócio e gerando o protagonismo deste mercado na burguesia nacional. Ademais, nota-se que o capital estrangeiro passou a ter mais relevância do que o capital nacional. O atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista brasileiro também demonstra uma alteração no papel do Estado no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica. O Estado, segundo Filgueiras (2018), “se fragilizou financeiramente e perdeu capacidade de financiar e regular a economia e de operacionalizar políticas macroeconômicas” (p. 529).

Em resumo, o Padrão Liberal Periférico se caracteriza pela subordinação aos ditames neoliberais, sobretudo em relação à abertura comercial e econômica, as privatizações e a desregulamentação da economia sob a hegemonia do capital financeiro. As especificidades do PLP residem na relação de dependência e subordinação aos países de capitalismo central¹⁰⁶.

As características mais gerais do PLP são encontradas em todos os governos que assumiram o Estado brasileiro desde 1990 mas, no interior de cada governo, houve variações. Estas variações se expressam nos Regimes de Política Macroeconômica de cada fase. Para Filgueiras (2018), a primeira fase foi a de inserção das políticas neoliberais no país, durante o governo Collor (1990-1992); a segunda, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que marca a consolidação do neoliberalismo e da hegemonia do mercado financeiro no Brasil, com contrarreformas, privatizações, mudanças econômicas profundas (como

¹⁰⁶ Dependência e subordinação amplamente analisada por Ruy Mauro Marini (2005).

a implementação do Plano Real); a terceira fase surge com a introdução do tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) e fortalecimento do mercado de *commodities*, no segundo governo FHC (1999-2002) e o primeiro governo Lula (2003-2006); a quarta fase se caracteriza pelo crescimento de setores da burguesia interna articulada com o Estado, e este exercendo um maior papel decisório na economia, em comparação com as fases anteriores e posteriores. Manteve-se o tripé macroeconômico, mas de forma mais flexível. Este modelo caracteriza o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014); por fim, temos o momento caracterizado pela retomada da rigidez do tripé macroeconômico no segundo mandato de Dilma Rousseff e, após o golpe que a destituiu, se recompôs a hegemonia absoluta do capital financeiro e da burguesia cosmopolita, enfraquecendo setores do capital interno (como as grandes empresas de construção civil). O governo Temer avançou com as contrarreformas neoliberais fechando assim a quinta fase conjuntural no interior do atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

Portanto, no decorrer destes cinco momentos, são observados três importantes pontos de inflexão no bloco no poder e nos Regimes de Política Macroeconômica incentivadas pela conjuntura internacional:

a âncora cambial do Plano Real no primeiro governo FHC; o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante) rígido no segundo Governo FHC e em parte do primeiro governo Lula; esse mesmo tripé, flexibilizado no segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma; e, recentemente, a partir do segundo governo Dilma, e mais ainda do Governo Temer, retornou-se à aplicação rígida desse tripé (FILGUEIRAS, 2018, p. 530).

As propostas apresentadas na campanha de Jair Messias Bolsonaro à presidência - como em seu Plano de Governo que veremos adiante e nas declarações de Paulo Guedes no período eleitoral - não romperam com as características centrais do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico. Além disso, demonstram continuidade com a dinâmica radicalizada no governo de Michel Temer. Guedes defendeu, durante as eleições de 2018, a manutenção do tripé macroeconômico e a radicalização de políticas neoliberais, aumentando ainda

mais a subserviência do Brasil ao capital financeiro. Não à toa, diversos autores chamam a política sugerida por Guedes de “ultraliberal”, como a proposta de privatizar a previdência pública, implantando o sistema de capitalização¹⁰⁷.

Amplamente propagandeada pela grande mídia e em publicidades de diversos matizes, a necessidade de uma contrarreforma previdenciária se abrigou em um suposto déficit estrutural. O Estado brasileiro estaria arrecadando menos do que o necessário para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões. Surge, portanto, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287, de dezembro de 2016, que emergiu com força durante o governo de Michel Temer e avançou para ser debatida e votada durante o governo Bolsonaro.

De acordo com Filgueiras (2020), a vulgata do déficit fiscal não condiz com a realidade. Ao menos, não da forma como foi divulgada¹⁰⁸. Para o economista, "o déficit é fabricado por um artifício contábil que agride a Constituição Brasileira em vigor desde 1988" (2020, pos. 2473). O artigo 194 da Constituição Federal institui o direito universal à Seguridade Social composta pela Previdência Social, Assistência Social e Saúde. O financiamento deste conjunto de obrigações do Estado ocorre a partir de diversas receitas da forma como está disposta no artigo 195 da Constituição. Como cita Filgueiras, estão entre estas fontes "a contribuição de trabalhadores e empresas para o INSS relacionadas à folha salarial, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), PIS/PASEP, e outras menos importantes" (2020, pos. 2473). A receita proveniente dessas fontes, de acordo com o autor, "é sempre maior, ano a ano, do que as despesas com o conjunto da Seguridade Social" o que torna o orçamento da Seguridade Social superavitário.

Em 2016, ocorreu o primeiro déficit causado pelo aumento do desemprego e, conseqüentemente, a redução das contribuições. A queda das contribuições de trabalhadores e empresas foi utilizada para justificar a necessidade da Reforma da Previdência, mas desvinculando a Previdência Social da Seguridade Social. Além

¹⁰⁷ Ver KLIASS, Paulo. Paulo Guedes, exemplar aprendiz do ultraliberalismo. **Outras Palavras**. 08 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33hs5xm>. Acesso em 02 out. 2021.

¹⁰⁸ Ver, por exemplo: QUEM vai ajustar a Previdência?. **Isto É Dinheiro**. 01 dez. 2016. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/quem-vai-ajustar-a-previdencia/>>. Acesso em 07 set. 2020.

disso, utiliza-se a Desvinculação de Receitas da União (DRU) na ordem de 30% das receitas de Seguridade Social para pagamentos dos juros da dívida pública. Soma-se a este quadro, a política de desonerações fiscais, deixando de arrecadar bilhões de reais de empresas devedoras.

Para Filgueiras, o objetivo é claro:

transferir recursos da Seguridade Social para o capital financeiro e empurrar todos os trabalhadores que ganham um pouco mais de três salários mínimos para os Planos de Previdência privada, geridos pelos bancos (FILGUEIRAS, 2020, pos. 2487).

O Brasil (não exclusivamente) sofre pressões realizadas por instituições financeiras internacionais como bancos, fundos de pensão, seguradoras e de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial no sentido de promoção de contrarreformas que garantam o pagamento da dívida pública. E há grande ênfase no ataque aos recursos da Seguridade Social, com destaque para a Previdência Social (SILVA, 2018). A contrarreforma de 2016, consolidada em 2019, é apenas o episódio mais agressivo em face da redução da Previdência pública em benefício do avanço da previdência privada.

Juntamente com a contrarreforma previdenciária, as privatizações fazem parte da estratégia neoliberal de desenvolvimento (CARCANHOLO; BARUCO, 2011). Os programas de privatização são defendidos pelos intelectuais liberais, pois promoveriam a redução da intervenção do Estado na Economia. As privatizações fazem parte do movimento que visa uma suposta estabilização macroeconômica, com fomento da livre iniciativa que levaria à retomada dos investimentos privados, garantindo assim o crescimento econômico. A retirada do Estado de diversos setores estratégicos da economia nacional vem ocorrendo paulatinamente desde a redemocratização, juntamente com ela, vem a fragilização financeira e a redução da capacidade de investimento. Além disso, o Estado sofre com o aumento constante da subserviência aos ditames do mercado financeiro. O rápido crescimento da dívida pública, nas últimas décadas, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais e o redirecionamento das funções do Estado fazem parte da política macroeconômica que interessa à acumulação e centralização de capital, sobretudo,

a aquela parcela burguesa vinculada diretamente ao capital financeiro (FILGUEIRAS, 2006, p. 195).

Além da desconfiança quanto ao “liberalismo” praticado por Bolsonaro - amenizada pela presença de Paulo Guedes na campanha -, havia a dúvida quanto ao caráter democrático do candidato do PSL. Diversos setores sociais (de socialistas à mídia oligopólica) suscitaram dúvidas quanto ao respeito que o candidato teria à Constituição Federal e à democracia. Não era para menos, afinal, Bolsonaro já havia se comportado em diversos momentos de maneira antidemocrática, chegando a defender, em inúmeras ocasiões, o golpe civil-militar de 1964 e a utilização da tortura como instrumento político.

O vice-presidente da chapa bolsonarista, general do Exército Hamilton Mourão defendeu, dia 13 de setembro de 2018, a ideia de criação de uma nova Constituição “mais enxuta e focada em ‘princípios e valores imutáveis’”¹⁰⁹. Mourão defendeu que os novos textos constitucionais deveriam ser elaborados por um conjunto de “notáveis” e levados à votação popular através de plebiscito. Assim, a alteração da Constituição não precisaria passar pelo Congresso Nacional, afinal, segundo o atual vice-presidente, uma Constituição “não precisa ser feita por eleitos pelo povo”. Para ele,

Tudo virou matéria constitucional. A partir dela, surgiram inúmeras despesas. A conta está chegando, está caindo no nosso colo. Chegou o momento em que temos que tomar uma decisão a respeito.

As declarações de Mourão - que tinha como interlocutores cerca de quinhentas pessoas, entre as quais muitos empresários em Curitiba -, geraram movimentação de esferas da burguesia nacional defensoras formais da democracia liberal. No dia 08 de outubro de 2018, Bolsonaro foi convocado a explicar, no Jornal Nacional - telejornal da TV Globo - as declarações de Mourão citadas anteriormente. O ex-capitão respondeu que ele “desautorizou” o general e que ele (Mourão) “não

¹⁰⁹ “Vice de Bolsonaro defende nova Constituição sem Constituinte”. Folha de São Paulo, 13 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3FAv3KH>. Acesso em 21 jan. 2020.

poderia ir além daquilo que a Constituição permite”¹¹⁰. Além disso, o âncora do telejornal, Willian Bonner, citou uma fala de Hamilton Mourão em que este sugere um “autogolpe” com o auxílio das Forças Armadas, em caso de “anarquia” no país. Afirmação que, mais uma vez, foi rechaçada pelo candidato Bolsonaro:

A questão de autogolpe [sic], não entendi direito o que ele quis dizer naquele momento. Mas isso não existe. Se estamos disputando a eleição, é porque acreditamos no voto popular e seremos escravos da Constituição.

Importante recordar que esta “convocação” de Bolsonaro à explicar, na grande mídia monopolista, suas intenções no âmbito democrático, se deu concomitantemente à de seu concorrente pela presidência. Fernando Haddad esteve presente na mesma entrevista, respondendo sobre suas propostas de uma “nova constituinte”. O episódio demonstrou a estratégia de nivelar as propostas da chapa Bolsonaro/Mourão com as da chapa Haddad/Manuela no que tange ao respeito às leis e à democracia liberal.

Embora demonstrasse, em diversas ocasiões, apreço a regimes autoritários como, por exemplo, o governo ditatorial chileno de Pinochet¹¹¹ e o regime civil-militar brasileiro¹¹², além de fazer homenagens à notórios torturadores como Carlos Alberto Brilhante Ustra¹¹³, a pecha do autoritarismo e da antidemocracia acabou caindo, diversas vezes, sobre Lula/Haddad. Isto se deu como consequência da estratégia ideológica amplamente difundida através de APHs burgueses em que se relaciona

¹¹⁰ CARAZZAI, E. e VIZEU, Rodrigo. Bolsonaro e Haddad dizem que vão governar respeitando a Constituição. **O Globo**. 08 out. 2018. Disponível em <https://glo.bo/3qtsUMq>. Acesso em 21 jan. 2020.

¹¹¹ Em sua fala, no Plenário da Câmara Federal em 2014, Bolsonaro disse: “Fala-se, por exemplo, em Pinochet. Por que, no Chile, morreram mais pessoas do que no Brasil? Porque lá, em 1973, quando o Pinochet assumiu o poder, havia mais de 30 mil cubanos prontos para assumir o poder, no Chile. Nós estamos indo para o mesmo caminho aqui, e a sociedade e o Parlamento não acordam para isso, continuam acreditando no PT.”. “Discurso do(a) Deputado(a) JAIR BOLSONARO em 14/10/2014”. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 out. 2014. Disponível em <https://www.camara.leg.br>. Acesso em 21 jan. 2020.

¹¹² Em entrevista à Rádio Jovem Pan em 2016, o então deputado Bolsonaro repetiu uma frase dita em outras ocasiões: “o erro da Ditadura foi torturar e não matar”. DEFENSOR da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: ‘o erro foi torturar e não matar’. **Jovem Pan**, 08 jul. 2016. Disponível em <https://bit.ly/3FpLaul>. Acesso em 21 jan. 2020.

¹¹³ BOLSONARO diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é ‘herói brasileiro’. **G1 Política**. 08 nov. 2016. Disponível em <https://glo.bo/3HWGZrI>. Acesso em 21 jan. 2020.

os governos populares de esquerda na América Latina à ditaduras e à perda de liberdades individuais. Com a aproximação dos presidentes Lula e Dilma Rousseff a governos progressistas na América Latina, a ação propagandística sugeria, como uma consequência em caso de vitória de Haddad em 2018, “que o Brasil viraria uma Venezuela”. O discurso amparava-se na crise sofrida pelo país vizinho ao Brasil, cujas causas são atribuídas ao regime de perfil progressista das últimas décadas.

O Jornal Gazeta do Povo foi um destacado operador da difusão ideológica que tentou retirar de Bolsonaro a alcunha de antidemocrático e colocar em seu lugar o candidato do PT. O jornal curitibano, fundado em 1919, é considerado o maior jornal do Estado do Paraná e, em outubro de 2018 - mês do segundo turno das eleições presidenciais - anunciou ter sido o jornal mais lido no país. Foram 33,7 milhões de visitantes únicos em seu *website* - 600 mil a mais do que a página da Folha de São Paulo naquele mês (MARTINS, 2018).

O jornal publicou, em setembro de 2018, uma pequena matéria direcionada aos eleitores “indecisos” ou que não se identificavam nem com Bolsonaro, nem com Haddad. A matéria publicada por Fernanda Zaleski (2018) tinha como título “6 motivos pelos quais qualquer pessoa de centro pode votar em Jair Bolsonaro”. A matéria apresenta o que chamam de “extrema-esquerda” como composta por grupos que valem-se “do fato de possuírem muito mais recursos financeiros e disponibilidade de tempo televisivo” para promover uma “caçada implacável a Jair Bolsonaro”. A matéria tenta imputar à esquerda a promoção de ódio que teria resultado na suposta facada recebida por Jair Bolsonaro em campanha no dia 06 de setembro. Adélio Bispo, autor do suposto atentado, é apresentado no texto como “militante de extrema esquerda”. “O crime”, diz a matéria, “além de atroz agressão à vida humana, foi o mais afrontoso ato contra a democracia brasileira das últimas décadas”. Além disso, opositores do bolsonarismo são acusados de publicar *fakenews* e manipular a imagem do presidenciável do PSL aplicando a ele e seus apoiadores o adjetivo de “radicais”.

Os seis motivos apresentados pela matéria para convencer as pessoas “de centro” a votar em Bolsonaro são: 1) “*É o candidato mais representativo*”; 2) “*Depois do atentado, voto em Bolsonaro representa rejeição ao ódio e ao radicalismo*”; 3) “*Bolsonaro tem um plano econômico factível e positivo*”. A fotografia que estampa

esta parte do texto contém a imagem de Paulo Guedes, ao Lado de Bolsonaro; 4) *“Bolsonaro não apoia as atuais ditaduras latino-americanas”*. O Brasil estaria, de acordo com o texto, sob uma ameaça real: “a deterioração de sua democracia por propostas aplicadas em países vizinhos que se tornaram verdadeiras e cruéis ditaduras e que contam com o apoio de alguns candidatos nestas eleições.”; 5) *“O apoio a Bolsonaro é propositivo; não destrutivo e violento”*; este ponto, a publicação repete frase divulgada nas redes sociais do presidencial em que este diz:

NOSSA CONSTITUIÇÃO SERÁ O MAPA E OS PRINCÍPIOS LIBERAIS SERÃO A BÚSSOLA PARA NAVEGARMOS NO CAMINHO DA PROSPERIDADE. NÓS TEMOS OS FUNDAMENTOS E AS PESSOAS CERTAS PARA, FINALMENTE, TRAZER AO NOSSO PAÍS OS VALORES QUE ESTAMPAM A NOSSA BANDEIRA VERDE E AMARELA: ORDEM E PROGRESSO! (O CAMINHO DA PROSPERIDADE - Proposta de Plano de Governo, 2018, caixa alta sempre original do Plano de Governo).

Por último, o texto diz que 6) *“Seu Plano de Governo é expressamente comprometido com a Democracia e as Liberdades”*. Para justificar tal assertiva, cita as passagens do Plano de Governo de Bolsonaro em que este defende as leis e a Constituição Federal. O presidencial do PSL era então apresentado, por um dos veículos mais lidos do país naqueles dias, como vítima do ódio da esquerda, com as melhores propostas para o país e o candidato mais democrático.

Portanto, o então candidato Jair Messias Bolsonaro pôde, a partir de seus ideólogos e apoiadores, construir uma campanha que se aproveitou: da chamada “onda conservadora” que vinha tomando cada vez mais espaço na *sociedade política*; do chamado de setores empresariais interessados nas contrarreformas necessárias para a acumulação de capital; e do movimento ancorado em um suposto combate à corrupção que vinha protagonizando os telejornais com a chamada “Operação Lava-jato”. Uma síntese desta “amalgama” que une o consenso em torno das ideias liberais e da coerção fascistóide, sob a promessa de respeito às instituições, pode ser encontrada no “Projeto Fênix” que gerou a Proposta de Plano de Governo que norteou a campanha de Bolsonaro em 2018.

4.1.1 “O Caminho da Prosperidade”: Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro

A partir do debate anterior, extraímos quatro importantes agendas do candidato Bolsonaro, doravante indicadas, com base no Plano de Governo apresentado para as eleições de 2018. São elas:

- 1) O respeito de Bolsonaro às instituições democráticas constitucionais;
- 2) a agenda econômica (com ênfase na reforma previdenciária, política de privatizações e política fiscal);
- 3) combate ao chamado “marxismo cultural”;
- 4) combate à corrupção.

Os quatro temas destacados perpassam por dimensões políticas, econômicas e culturais. Esta divisão se dá apenas em caráter analítico, visto que integram a realidade social em sua totalidade. Em grande medida, são agendas que se relacionam com anseios tanto das classes subalternas, quanto da classe dominante. Certamente ficaram de fora da lista anterior importantes agendas do ponto de vista social, político, econômico e ambiental que extrapolariam os limites deste trabalho.

4.1.1.1 Agenda 1: O respeito de Bolsonaro às Instituições democráticas constitucionais

O Plano de Governo, intitulado “O CAMINHO DA PROSPERIDADE¹¹⁴”, possui, já na capa, elementos suficientes para uma boa apreciação. No canto superior esquerdo, consta o lema de campanha do governo, "BRASIL ACIMA DE TUDO; DEUS ACIMA DE TODOS" (caixa alta sempre original) amplamente difundido durante as eleições, o mote remete a princípios cristãos e nacionalistas. Acrescenta-se o versículo bíblico "E conhecereis a verdade, e a verdade vos

¹¹⁴ O CAMINHO DA PROSPERIDADE - Proposta de Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro. Disponível em <https://bit.ly/3KhBYvW>. Acesso em 06 ago. 2020.

libertará" (João 8:32). O título "O CAMINHO DA PROSPERIDADE" refere-se à obra "O Caminho da Servidão" de Friedrich Hayek (2010), denotando a referência liberal contida no Plano, como se percebe em suas páginas subsequentes: "A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão" (p. 07).

A primeira página do Plano de Governo possui três tópicos em que constam as expressões "CONSTITUCIONAL", "EFICIENTE" e "FRATERNAL". A expressão "EFICIENTE" é uma "palavra de ordem" em uma gestão que pretende atuar sob os preceitos do livre mercado. A eficiência, na administração pública, relaciona-se diretamente a uma determinada finalidade. A julgar pelo direcionamento teórico do Plano, podemos presumir que a eficiência esteja relacionada à utilização racional dos recursos públicos, neste caso, direcionados, em última instância, aos interesses de acumulação. Em grande medida, busca-se "eficiência" nos gastos da administração pública para garantir o pagamento da dívida pública. A expressão "FRATERNAL", mais a frente, se articulará à defesa de uma suposta liberdade. Já a primeira palavra da tríade - "CONSTITUCIONAL" - exibe a tentativa de demonstrar respeito às instituições democráticas estabelecidas na carta magna. Em uma página adiante lemos que "A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição, Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei!" (p. 06). O texto frisa o discurso de respeito às instituições e apresenta Bolsonaro enquanto uma opção estável na administração do Governo Federal.

Na página 11, dedicada à Constituição, se diz que

Mesmo imperfeita, Nossa Constituição foi feita por representantes eleitos pelo povo. Ela é a LEI MÁXIMA E SOBERANA DA NAÇÃO BRASILEIRA. Lamentavelmente, Nossa Constituição foi rasgada nos últimos anos, inclusive por muitos que deveriam defendê-la (p. 11).

Ao mesmo tempo em que defende, democraticamente, o respeito à Constituição Federal, o texto cita "imperfeições" na lei, mas não aponta quais. Da mesma forma, ao citar que a Constituição não foi cumprida nos últimos anos, não há uma descrição das ilegalidades encontradas.

Como resposta às desconfianças tanto dos liberais quanto dos democratas, o Plano diz que “Nosso conjunto de Leis será o mapa e a BÚSSOLA serão os princípios liberais democratas para navegarmos no caminho da prosperidade” (p. 11). Mais uma vez, uma menção à obra de Hayek. Em seguida, o texto traz uma afirmação relativa ao Foro de São Paulo: “Enfrentaremos o viés totalitário do Foro de São Paulo, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas” (p. 11).

O Foro de São Paulo é um tema de muita relevância no repertório da ala bolsonarista ligada a Olavo de Carvalho. Em 2019, quando o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) anunciou sua renúncia para assumir a embaixada brasileira em Washington DC - EUA, Carvalho publicou em sua conta do *site Twitter*: “Será que neste país NINGUÉM entende que a CPI do Foro de São Paulo É coisa mais urgente e importante?”¹¹⁵. Em outra publicação disse: “O Foro de São Paulo é mais danoso do que a perda de US\$ 1 trilhão” (SANCHES, 2019). As alegações em torno do Foro de São Paulo sugerem teorias conspiratórias e ligação do Partido dos Trabalhadores com organizações criminosas, sequestros e intenções totalitárias.

O Foro de São Paulo foi um encontro iniciado em 1990, após convocação de Lula, pelo Partido dos Trabalhadores e Fidel Castro, pelo Partido Comunista de Cuba, que reuniu dezenas de partidos de esquerda latino-americanos (dos mais diversos matizes) com o intuito de debater a organização das classes subalternas em torno do anti-imperialismo e anti-neoliberalismo.¹¹⁶

Na página 15 do Plano de Governo é dito que “Ninguém será perseguido, todos terão seus direitos respeitados. Todavia, investigações não serão mais atrapalhadas ou barradas”. Adiante, menciona-se que “A Justiça poderá seguir seu rumo sem interferências políticas e isso deverá acelerar as punições aos culpados” (p. 15). A apresentação da proposta de Plano de Governo, como se nota, tenta contornar a imagem “intervencionista” e autoritária do candidato.

Embora se pretenda responsável juridicamente, o Plano apresenta propostas questionáveis do ponto de vista legal. Por exemplo, na parte relativa ao “excludente

¹¹⁵ Disponível em <https://bit.ly/3tzeZC>. Acesso em 16 jan. 2020.

¹¹⁶ Sobre o Foro ver “Foro de São Paulo - Breve história e fundamentos”. Disponível em <<https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>>. Acesso em 21 jan. 2021.

de ilicitude”, o plano diz que para “reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes” deve-se, entre outras medidas, ampliar as garantias jurídicas para o exercício das atividades dos policiais (p. 32). Embora não esteja muito claro no plano, a proposta aponta para declarações anteriormente proferidas pelo ex-capitão no sentido de modificar o Código Penal Brasileiro¹¹⁷ em seu artigo 23, que trata do “excludente de ilicitude”. Para Bolsonaro, o Código Penal deveria ser modificado garantindo imunidade automática aos agentes de segurança pública. O Código Penal já abrange os policiais e garante respaldos do uso da força em legítima defesa, em estado de necessidade e em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

No mesmo sentido, inserem-se outras propostas na área da segurança que ferem princípios constitucionais. Por exemplo, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Esta proposta incide sobre o dispositivo contido no artigo 60 da Constituição Federal¹¹⁸ que trata das chamadas cláusulas pétreas, ou seja, que não podem ser alteradas por emendas constitucionais. A cláusula em questão, dirige-se aos direitos e garantias individuais.

4.1.1.2 Agenda 2: Política Econômica

Na seção sobre Economia, o Plano apresenta como prioridades a geração de crescimento, oportunidade e empregos “retirando enormes contingentes da população da situação precária na qual se encontra” (p. 51). Para alcançar estes objetivos, propõe fazer “ajustes necessários para garantir crescimento com inflação baixa e geração de empregos”.

Do ponto de vista administrativo, propõe a concentração das pastas da Fazenda, Planejamento e Indústria no Ministério da Economia. Apoia-se na redução dos gastos públicos, através de uma “ortodoxia fiscal” (p. 59) e sugere que o Banco Central, muito embora formalmente independente, seja alinhado às diretrizes da pasta econômica.

Na página 54, o plano diz:

¹¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3twV8I4>. Acesso em: 21 jan. 2021.

¹¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3I7X9i0>. Acesso em: 21 jan. 2021.

A administração pública inchou de maneira descontrolada nos últimos anos. Houve uma multiplicação de cargos, benefícios e transferências sem comparação em nossa História. Como resultado, vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios. Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o “Orçamento Base Zero”, além do corte de privilégios.

O plano sugere, entre outras coisas, o “Orçamento Base Zero” como método de contenção de despesas. Este procedimento promove uma espécie de *reset* nas contas públicas e requer levantamentos complexos das receitas e despesas primando por uma suposta eficiência nos gastos públicos.

As privatizações de empresas estatais estão entre as medidas apresentadas com a finalidade de redução do volume da dívida pública. A proposta perpassa não só a venda de estatais como a extinção de outras. Seriam preservadas, de acordo com o Plano, uma minoria de empresas estatais por seu caráter “estratégico” (p. 56). As privatizações também serviriam, juntamente com programas de “desburocratização”, à proposta de uma reforma tributária que unificaria e simplificaria o sistema tributário nacional. Ao mesmo tempo em que o Plano fala de unificação e simplificação de tributos, cita, contraditoriamente, “descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade” (p. 58).

Na parte do Plano especificamente voltada para as privatizações e concessões (p. 61), está disposto que

O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos. No Brasil, esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública.

Há certo reconhecimento de que a questão da privatização perpassa por perspectivas ideológicas. Mas ressalta-se que as privatização das empresas estatais estão relacionadas a, pelo menos, três intentos: 1) a eficiência econômica, presumindo que as estatais geram perdas financeiras em vez de lucros; 2) um

suposto bem-estar da população. O Plano não se aprofunda nos fundamentos da assertiva, nem em justificativas que relacionem melhorias sociais a partir da obtenção privada dos lucros oriundos de empresas cuja existência se deve, em grande medida, aos investimentos públicos; 3) a distribuição de renda. Neste ponto, podemos notar uma exposição ideológica recorrente no pensamento neoliberal, de que a livre iniciativa levaria a uma distribuição de recursos e não à centralização e concentração de capital.

Um aspecto trazido pelo excerto anterior, é o do tratamento dos “pagadores de impostos” como espécie de investidores que devem obter retorno. Assim, o fundo público originado dos impostos deveria ser revertido de forma equilibrada pela administração pública. Além disso, o Plano apresenta uma audaciosa proposta de redução da dívida pública com os recursos obtidos pelas privatizações.

Além disso, o Plano ressalta que

a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o aumento na competição entre empresas. Esse será nosso foco: gerar mais competição. Afinal, com mais empresas concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções, de melhor qualidade e a um preço mais barato (p. 61).

As privatizações, a despeito das interpretações que tratam do aumento dos grandes monopólios, levariam ao aumento da competição entre empresas. Aposta-se em maior pluralidade de empreendimentos que, em última instância, gerariam melhorias dos serviços prestados e redução dos custos para o consumidor final.

Para lidar com possíveis dificuldades encontradas pelo governo no processo de privatizações, sugere-se a introdução de “*golden shares*”¹¹⁹, o que daria certas garantias ao governo em relação à autonomia da parte majoritária dos novos

¹¹⁹ “*Golden Share*” é um tipo especial de ação que possibilita que determinadas decisões possam ser tomadas por apenas um acionista, mesmo que minoritário. Este procedimento já ocorre, por exemplo, na relação do Estado Brasileiro com as privatizadas Vale e Embraer. No caso da empresa Vale, mesmo privatizada, o Governo Brasileiro poderia utilizar sua “*Golden Share*” para impedir alteração de sede, denominação social, liquidação da empresa, além da separação de ativos. Para saber mais, ver “Enciclopédia Jurídica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo” (PUCSP). Disponível em: <https://bit.ly/3zZMhzH>. Acesso em 21 jan. 2021.

proprietários das empresas privatizadas. O BNDES deveria, segundo o Plano, “retornar à centralidade em um processo de desestatização mais ágil e robusto, atuando como um ‘Banco de Investimentos’ da União e garantindo que alcancemos o máximo de valor pelos ativos públicos” (p. 62).

As propostas apresentadas no Plano, de forma geral, se adequam aos ditames neoliberais, em uma de suas características mais visíveis, que é o afastamento do Estado de funções que podem ser gerenciadas por grupos privados.

De acordo com o Plano, o déficit dos regimes de Previdência Social estaria previsto em R\$ 288,3 bilhões em 2019 (p. 14). Daí surgiria, supostamente, a urgência da reforma do sistema previdenciário. O Plano traz a proposta de capitalização, o que significa, sinteticamente, que cada indivíduo contribuiria particularmente para sua previdência. De acordo com a proposta, os novos “participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização *merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas*” (p. 57, grifos nossos). Para lidar com a queda de arrecadação do sistema de repartição, em caso de implementação do sistema de capitalização, seria criado um fundo “para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo” (p. 57). Entretanto, o Plano não expressa as fontes de recursos para a composição desse fundo mas propõe, no âmbito da reforma tributária, discriminar receitas específicas para dar conta da migração do sistema de repartição para o sistema de capitalização.

4.1.1.3 Agenda 3: Combate ao Marxismo Cultural

A página 8 do Plano de Governo de Jair Bolsonaro traz a seguinte afirmação: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”. Esta afirmação junta-se a diversas manifestações públicas similares emitidas pelo ex-capitão, bem como de diversos militares e seguidores do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. A seguir, o plano diz: “Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco” em uma alusão às bandeiras vermelhas relacionadas ao comunismo e ao Partido dos Trabalhadores.

De acordo com o Plano, a “esquerda” corrompeu a democracia e estagnou a economia nos últimos trinta anos. O Plano deixa a entender que o país foi governado pela esquerda desde a redemocratização, ou seja, tanto os governos Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e FHC (1995-2002) quanto os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) compõem o período em que haveria hegemonia do chamado “marxismo cultural”. Como solução para a superação da suposta dominação ideológica marxista-gramsciana estaria, entre outras coisas, uma aliança entre a ordem e o progresso: “um governo Liberal Democrata” (p. 10).

Um dos trechos do Plano em que a questão cultural recebe mais atenção, é na seção relativa à educação. O texto aponta para a necessidade de maior eficiência nos gastos públicos com a educação e prioridade nos anos iniciais da educação, aumentando os investimentos para o ensino básico, fundamental e médio e menos recursos para o ensino superior. Mas também indica uma suposta necessidade de modificação nos conteúdos ministrados em sala de aula. De acordo com o texto: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico” (p. 41) [destaques em caixa alta sempre originais]. Insinua-se, portanto, que a educação brasileira das últimas décadas é doutrinária e promove sexualização precoce - aspectos amplamente difundidos pelo trabalho ideológico de setores da direita. Portanto, para além de uma mudança de gestão, o Plano propõe a revisão dos conteúdos ministrados, nas palavras do Plano, “expurgando a ideologia de Paulo Freire” (p. 46). Em uma caixa de texto vermelha e destacada, o Plano diz: “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação”.

Assim, uma das tarefas as quais o candidato Bolsonaro se propôs a concluir é o combate de uma suposta doutrinação de matriz marxista, que promoveria a degradação dos costumes tradicionais, além de frear o enriquecimento do país.

4.1.1.4 Agenda 4: Combate à corrupção

Um dos *carros-chefe* da campanha bolsonarista foi o “combate à corrupção”. No Plano, o recurso da “corrupção” é utilizado amplamente tanto para adjetivar os

governos anteriores e a “esquerda” quanto como resultado e causador dos problemas do país. Na página 14, está escrito que “O PROBLEMA É O LEGADO DO PT DE INEFICIÊNCIA E CORRUPÇÃO”. Na página seguinte, afirma-se que

O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a “vantagem”, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO (p. 15).

Em determinados momentos, o Plano associa a burocracia estatal à corrupção.

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “tomalá-dá-cá” (sic) (p. 17).

Na citação anterior, vê-se um dos aspectos ideológicos mais recorrentes: apresentar os interesses particulares de uma classe ou fração de classe como os interesses da nação. Um número elevado de ministérios, supostamente, não seria eficiente ao passo que é resultado de governos corruptos e viciados em sistema de trocas de favores. O diagnóstico, sem fundamentação consistente, soma-se a outros de conteúdo similar, como “Chega de carimbos, autorizações e burocracias. A complexidade burocrática alimenta a corrupção” (p. 20). Em um tópico que fala sobre a descoberta do pré-sal, e das intervenções “estatistas” na regulação do petróleo, se diz que “A burocrática exigência de conteúdo local reduz a produtividade e a eficiência, além de ter gerado corrupção” (p. 73).

Em meio aos chavões anticorrupção, observam-se diagnósticos que centralizam a corrupção como um problema a ser extirpado, um sintoma de administrações anteriores, causa e consequência de arranjos culturais da sociedade mas, pouco se diz em relação às medidas que deveriam ser tomadas.

Na seção chamada “MAIS BRASIL E MENOS BRASÍLIA - LINHAS DE AÇÃO” está disposto um tópico que diz: “SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO: enfrentar o crime e cortar a corrupção” (p. 22). No entanto, a única medida de teor

mais concreto na missão de enfrentamento à corrupção está disposta na página 35 em que, após dizer que “Transparência e Combate à Corrupção são metas inegociáveis”, propõe-se “resgatar ‘**As Dez Medidas Contra a Corrupção**’, proposta pelo Ministério Público Federal e apoiadas por milhões de brasileiros, e encaminhá-las para aprovação no Congresso Nacional” (p. 35) [negritos originais].

4.2 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DOS INSTITUTOS LIBERAIS QUANTO ÀS PROPOSTAS DO CANDIDATO BOLSONARO.

Para os fins de nosso exame empírico, que consiste em analisar a relação existente entre o posicionamento adotado por um grupo de institutos liberais e as propostas do então candidato Jair Messias Bolsonaro, procedeu-se com as seguintes etapas:

- 1) Observação das principais propostas referentes às quatro agendas citadas anteriormente. As análises foram feitas a partir de proposições expressas no Programa de Governo de Jair Messias Bolsonaro lançado no período eleitoral de 2018;
- 2) exame dos institutos selecionados a partir de a) estudos atuais acerca do *modus operandi*, características gerais e atuação dos institutos liberais (expostos na seção 3.5 do presente trabalho) e b) observação das informações constantes nos *websites* oficiais das entidades;
- 3) análise de publicações realizadas pelos institutos em seus *websites* e por seus respectivos presidentes (mesmo que em outros meios).

Optou-se por investigar o posicionamento oficial dos institutos a partir de seus *sites* oficiais, pois estes espaços figuram como *locus* de “fala autorizada” (BALDISSERA & SILVA, 2011). Além disso, os *sites* institucionais são espaços privilegiados de alinhamento entre discursos e estratégias. São eles:

Quadro 08 - *Websites* dos institutos liberais analisados

Instituto	Endereço de <i>website</i>
Instituto Liberal (IL)	https://www.institutoliberal.org.br
Instituto de Estudos Empresariais (IEE)	https://www.iee.com.br
Instituto Liberdade (IL-RS)	https://www.institutoliberalidade.com.br
Instituto Millenium (IMIL)	https://www.institutomillenium.org.br
Instituto Mises Brasil (IMB)	https://www.mises.org.br
Students for Liberty Brazil (SFLB)	https://www.studentsforliberty.org/brazil

Fonte: elaborado pelo autor.

Os *sites* institucionais analisados recorrem, por praxe, ao argumento de que as opiniões de seus colaboradores (sejam eles membros ou convidados) não representam, necessariamente, a opinião dos institutos. No entanto, juntamente com BALDISSERA e SILVA, considera-se que

a elaboração de qualquer conteúdo e sua disposição em um site institucional será pautada por intenções, sejam elas as definidas pela organização ou aquelas que o sujeito que elabora/atualiza o site acredita que sejam ou devam ser. Mesmo aqui, trata-se da fala oficial, pois esse sujeito fora legitimado para dizer pela organização, torná-la presente. É algo como um porta-voz autorizado. Caso contrário, o site e o conteúdo não teriam sido aprovados, até porque a responsabilidade legal continua sendo dela (BALDISSERA & SILVA, 2011, p. 06).

A pesquisa, no interior dos *websites*, consistiu na busca por conteúdos que melhor respondessem à seguinte questão: qual o posicionamento tendencial do instituto em relação às ações e propostas do então candidato Jair Messias Bolsonaro relacionadas às seguintes agendas: 1) o respeito de Bolsonaro às instituições democráticas constitucionais; 2) a política econômica do candidato; 3) o combate ao marxismo cultural e 4) o combate à corrupção.

Na fase de coleta de dados foi estabelecido um recorte cronológico que corresponde ao período em que Jair Messias Bolsonaro figurou como candidato a presidente da República. Ou seja, a análise teve por base o período entre **22 de**

julho de 2018 (data da confirmação de Bolsonaro como candidato pelo PSL) e **28 de outubro de 2018** (data do segundo turno das eleições). Para a seleção dos dados a serem analisados, fomos orientados pelo critério de relevância temática, que consistiu na busca, em sessões como “blog” e “artigos” no interior dos *sites*, os textos que melhor respondessem aos questionamentos propostos.

Após a aplicação dos citados critérios na análise dos *sites* selecionados, constatou-se que há particularidades a serem consideradas: dos seis *sites* analisados, três não possuíam seções com textos opinativos ou estas seções não apresentaram qualquer texto relativo ao tema da pesquisa. Foi o caso das páginas do IEE, do IL-RS e do SFLB. Por outro lado, as seções “Artigos” e “Blog” do Instituto Millenium são extremamente profícuas no que tange ao número de publicações. Apenas no período do nosso recorte cronológico, foram publicados mais de 1.100 textos no *site* do IMIL. O Instituto Liberal e o Instituto Mises Brasil apresentaram número mais discreto de publicações no período (219 e 30 respectivamente).

As especificidades apresentadas pelos *sites* suscitaram a necessidade de tratamento qualitativo diferenciado. No início da exposição de cada instituto, doravante, constam breves considerações metodológicas.

4.2.1 Instituto Liberal (IL)

Obedecendo aos critérios temáticos (as quatro agendas) e cronológicos da pesquisa, chegou-se ao número preliminar de 23 publicações no *site* oficial do IL. Com este número de publicações, permitiu-se uma apreciação qualitativa, texto a texto, em busca de conteúdos que melhor representassem a opinião do instituto acerca do candidato Bolsonaro e suas propostas. Os artigos selecionados preliminarmente figuram no quadro abaixo:

Quadro 09: Artigos do Instituto Liberal selecionados para a pesquisa

Título	Autoria	Data de publicação
A chapa Bolsonaro-Mourão: como pegar o touro à unha	Claudir Franciatto	18 set. 2018
A dinastia Bolsonaro - ou o início de um	João Cesar de Melo	09 out. 2018

longo período liberal-conservador		
A reação versus o Establishment: Bolsonaro versus Haddad	Lucas Pagani	09 out. 2018
A volta do PT e a síndrome de Pilatos	Pedro Henrique Alves	02 out. 2018
As trapalhadas de Jair Bolsonaro na articulação política	Luan Sperandio	23 jul. 2018
Bolsonaro e a bolha pseudo moralista dos “politicamente corretos”	Roberto Rachewsky	13 out. 2018
Bolsonaro, Jornalismo e ideologia nas eleições	Thiago Kistenmacher	13 ago. 2018
Bolsonaro, Roda Viva e a revolta contra as máquinas	Antonio Pinho	03 ago. 2018
Bolsonaro: um mal necessário?	Hiago Rebello	07 out. 2018
Brasileiros Enfeitiçados Pelo Dirigismo Estatal	João Luiz Mauad	26 ago. 2018
Correios: a pior das estatais brasileiras	Luan Sperandio	03 set. 2018
Economia brasileira: não dá para comer o bolo e tê-lo	Roberto Rachewsky	12 set. 2018
Eleitores de Amoedo deveriam mudar seu voto para Bolsonaro?	Cibele Bastos	02 out. 2018
Eu apoiava Amoêdo, agora apoio Bolsonaro	João Cesar de Melo	27 set. 2018
Jair Bolsonaro e a esperança de um Brasil de disciplina, ordem e progresso	Júlio César Cardoso	15 out. 2015
Não há ameaça maior à democracia brasileira que a volta do PT	João Paulo Seixas Pereira	04 out. 2018
O messianismo antiliberal em torno de Jair Bolsonaro	Rafael Valladão Rocha	18 set. 2018
Para além das ideologias	Hiago Rebello	11 out. 2018
Por que o único caminho do Brasil agora é eleger Bolsonaro	Lucas Berlanza	08 out. 2018
Por uma educação mais conservadora	Mateus Menezes do Nascimento	27 set. 2018
Porque o #EleNão é ineficaz contra Jair Bolsonaro	Luan Sperandio	25 set. 2018

Propostas para Economia: Bolsonaro X Haddad	Marcel Balassiano	10 out. 2018
“Meus filhos, minhas regras”	Catarina Rochamonte	06 out. 2018

Fonte: elaboração própria. Dados no site do Instituto Liberal: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 16 fev. 2021.

No dia 08 de janeiro de 2018, foi publicado no *site* do Instituto Liberal um texto¹²⁰ assinado por Luan Sperandio - depois reproduzido por Rodrigo Constantino em seu Blog no portal Gazeta do Povo¹²¹ - em que este defende o seguinte ponto: a ida de Bolsonaro para o Partido Social Liberal (PSL) causaria um prejuízo para o sistema partidário brasileiro e para o próprio eleitor. Bolsonaro havia feito um acordo com o Partido Ecológico Nacional (PEN), em novembro de 2017, com a promessa de concorrer à presidência da República por este partido que passaria a se chamar “Patriota”. No entanto, no início de 2018, Bolsonaro anunciou sua filiação ao PSL, presidido por Luciano Bivar, causando uma debandada de integrantes que tentavam reformular o partido em um sentido liberal progressista. Esta mudança, chamada por Sperandio de “movimento de conveniência política de Jair Bolsonaro”, atrapalharia a percepção do eleitorado da diferenciação entre liberalismo e conservadorismo, visto que o PEN, que vinha sendo forjado como um partido “puramente” conservador poderia se enfraquecer com a saída de Bolsonaro, ao passo que o PSL, uma aposta de partido liberal, receberia um candidato não condizente com as mudanças que vinham sendo propostas. Sperandio faz uma crítica ao fisiologismo partidário e aponta no deslocamento do Bolsonaro, uma ação que prejudica a consolidação de partidos ideológicos claros.

Em abril de 2018, Sperandio se comunicava com um tipo mais específico de eleitores: os “investidores [do mercado financeiro]”. As preferências eleitorais deste grupo, diz Sperandio, “apontam para eleger alguém que seja comprometido com reformas econômicas”¹²², ou seja, as *contrarreformas* neoliberais. Bolsonaro, apesar

¹²⁰ SPERANDIO, L. Quem perde com Bolsonaro no PSL? Você. **Instituto Liberal**. 08 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3K9oG4j>. Acesso em 16 fev 2021.

¹²¹ Disponível em <https://bit.ly/3qjD2HB>. Acesso em 16 fev. 2021.

¹²² SPERANDIO, Luan. O mercado deveria tomar cuidado com a Incógnita Bolsonaro. **Terraço Econômico**. 02 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zSHksC>. Acesso em 21 maio 2021.

de possuir, nas palavras de Sperandio, um “grande trunfo”, o então conselheiro econômico Paulo Guedes, ainda levantava certas desconfianças quanto à aplicação das medidas econômicas liberalizantes. Nas palavras de Sperandio,

Bolsonaro é um candidato que, no passado não muito distante, foi contrário a ideias favoráveis ao mercado e, mesmo atualmente, vacila em fazê-las, logo **representa uma enorme matriz de risco**. O candidato pode se destacar junto ao eleitorado em pautas importantes, como segurança pública e corrupção, mas ainda representa uma imensa incógnita para qualquer investidor racional (SPERANDIO, 2018, s.n., grifos do autor).

O posicionamento de Sperandio (em alguns momentos replicados por Constantino), indicam certa desconfiança quanto ao papel que Bolsonaro exerceria em uma eventual vitória eleitoral. Mas, tais desconfianças estão concentradas nas pautas econômicas e na suposta necessidade das chamadas “reformas”.

Com o crescimento de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de votos e, principalmente, após a passagem do candidato para o segundo turno das eleições, nota-se um discurso homogêneo entre os integrantes do IL, em torno da necessidade de não permitir a chegada de Fernando Haddad à presidência. Em setembro de 2018, Luan Sperandio publicou um texto no *site* do Instituto Liberal¹²³ falando sobre a campanha “antibolsonarista” com o tema “#EleNão”. O autor do IL, afirma que a estratégia de atribuir à Bolsonaro a pecha de machista, homofóbico, racista e antidemocrático não surtiria efeito já que, de acordo com o autor, 1) “Os argumentos que sustentam o #EleNão se embasam em restrições morais, mas que politicamente não se sustentam”; 2) “O movimento tende a ser inócuo em desidrar o voto em Bolsonaro, pois muitos de seus eleitores não o enxergam dentro desses rótulos”; 3) “igualmente não faz sentido se opor a um candidato tido como homofóbico, machista e racista e, ao mesmo tempo, apoiar outro que possui declarações tão ou mais preconceituosas”. Destaca-se, neste trecho, a mesma estratégia utilizada por outros APH’s que consiste em identificar determinadas características “negativas” do candidato Bolsonaro em seus concorrentes; 4) “Essa falta de coerência entre divulgadores da hashtag não passa despercebida entre os

¹²³ SPERANDIO, L. Porque o #EleNão é ineficaz contra Jair Bolsonaro. **Instituto Liberal**. 25 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33ummEi>. Acesso em: 25 maio 2021.

eleitores que não decidiram seu voto ainda” e 5) “percebe-se que a manifestação é predominantemente composta por mulheres de esquerda”.

Sperandio, bem como o pensamento hegemônico no interior do IL, se concentra em um discurso fortemente antipetista, facilitando assim a adesão do Instituto à campanha de Jair Messias Bolsonaro. Tal posicionamento se mostra evidente em duas publicações: um artigo de João Cesar de Melo, com o título “Eu apoiava Amoêdo, agora apoio Bolsonaro”, replicado por Rodrigo Constantino em sua coluna no jornal Gazeta do Povo¹²⁴ e outra do presidente do IL, Lucas Berlanza, intitulado “Por que o único caminho do Brasil agora é eleger Bolsonaro”¹²⁵. O primeiro foi publicado poucos dias antes da eleição de primeiro turno e o segundo foi ao ar no dia seguinte às eleições que levaram Bolsonaro e Haddad para o segundo turno.

No texto de Melo, este diz que, em outros momentos, criticou Bolsonaro, mas que, diante da necessidade de vitória contra o PT, passaria a apoiar o ex-capitão. Ressalta que, manter o apoio que vinha dando ao candidato João Amoedo (NOVO), seria fazer, em suas palavras, “o jogo do PT”. Para ele, “um cidadão comum não tem condições de alimentar purismos ideológicos durante uma campanha eleitoral”. O articulista do IL é taxativo: “nosso principal esforço deve ser tirar o PT do poder, não levantar bandeirinhas legais que nos fazem sentir pessoas puras. ESTAMOS NO BRASIL!”. Em meio a afirmações de conteúdo irreal, o autor sinaliza: “Nosso problema é o PT, é o Lula. Eles representam uma organização criminosa que está controlando tudo e todos. A maior recessão e o maior esquema de corrupção da história foram promovidos pelo PT, não por Jair Bolsonaro”. Parece sintomático que, no texto cujo mote central é a justificativa do autor para o apoio à Jair Bolsonaro, a palavra “Bolsonaro” tenha aparecido dezessete vezes, enquanto as palavras “PT” (24), “Lula” (10), “Dilma” (3) e “Haddad” (13) aparecem, somadas, cinquenta vezes.

Na mesma linha, o texto de Lucas Berlanza, direcionado à campanha de segundo turno das eleições, aponta motivos para votar e não votar em Bolsonaro e Haddad. Em síntese, os motivos que Berlanza aponta para “não votar em

¹²⁴ MELO, J. C. Eu apoiava Amoêdo, agora apoio Bolsonaro. **Instituto Liberal**. 27 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3K7J71D>. Acesso em 12 maio 2021.

¹²⁵ BERLANZA, Lucas. Por que o único caminho do Brasil agora é eleger Bolsonaro. Instituto Liberal. 08 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3l4yjiZ>. Acesso em 12 maio 2021.

Bolsonaro”, estão o passado de apoio corporativista aos militares; o apoio à políticas “estatizantes” no passado enquanto deputado; o fato de existirem, entre os apoiadores do Bolsonaro, “figuras de índole questionável” e extremistas, ainda que isso não seja, de acordo com o autor, necessariamente culpa do Bolsonaro e, entre outros problemas, a defesa de Bolsonaro ao AI-5 e à ditadura militar.

Entre os supostos motivos para se votar no candidato Bolsonaro, figuram: a aproximação do candidato ao liberalismo, juntamente com a composição de uma equipe “de teor francamente liberal”, como Paulo Guedes; o suposto fato de que Bolsonaro não possui “histórico de corrupção”; o antipetismo inerente à campanha bolsonarista; uma suposta reorientação da política externa do país; “o comércio mais livre com o mundo inteiro, sem viés ideológico” (por mais problemática que seja esta afirmação); propostas de medidas administrativas como a redução de ministérios e o desaparecimento das estruturas federais. Além disso, Berlanza elenca “o combate à indisciplina em sala de aula, à doutrinação ideológica e uma reforma no currículo, estimulando o empreendedorismo”, ou seja, o presidente do IL apoia a aplicação da ideologia liberal no sistema educacional brasileiro e das políticas liberais sob rótulos como “combate à doutrinação ideológica” e política “sem viés ideológico”. O texto demonstra que há certa instrumentalização no apoio a Bolsonaro. Já que, de acordo com Berlanza,

O presidenciável se tornou um fenômeno de massas, o que lhe garantiu sua competitividade; se por um lado fenômenos de massas oferecem riscos, por outro tudo que sempre quisemos foi um candidato de direita que conseguisse ser nacionalmente popular e rompesse o anteparo hegemônico da social democracia e do socialismo, e se esse homem, com todos os seus defeitos, é Jair Bolsonaro, cabe-nos compreender o fenômeno e procurar aproveitá-lo (BERLANZA, 2018).

Por fim, o texto traz, de maneira irônica, os motivos para não votar em Fernando Haddad: “TODOS” e os motivos para se votar no candidato: “NENHUM” [caixas altas originais]. Olhando mais especificamente para as agendas privilegiadas nesta pesquisa, o Instituto Liberal demonstra seus posicionamentos em relação às propostas do candidato Jair Messias Bolsonaro da seguinte forma:

4.2.1.1 Agenda 1: Respeito às Instituições democráticas constitucionais

Observa-se, neste ponto, uma forte narrativa que atribui à Fernando Haddad, o Partido dos Trabalhadores e Lula, uma caracterização antidemocrática que se manifesta no apoio dado pelo PT ao que os autores do IL chamam de ditaduras na América Latina (em referência aos governos de Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Evo Morales e Fidel Castro, para citar os mais proeminentes). Intelectuais do IL, como o já citado João Cesar de Melo, minimizam as manifestações de Bolsonaro em defesa da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e atribuem à candidatos como Ciro Gomes, Haddad e Guilherme Boulos, o defeito moral de defenderem “a ditadura de Nicolás Maduro”.

Nota-se que o IL não se comprometeu em apoiar integralmente Jair Messias Bolsonaro e o bolsonarismo no período eleitoral, mas se concentrou no fortalecimento do antipetismo. Fato que se mostra de maneira evidente em artigo publicado pelo IL no dia 04 de outubro de 2018 (três dias antes das eleições de primeiro turno), escrito pelo advogado João Paulo Seixas Pereira (que não figura entre os articulistas do Instituto) intitulado: “Não há ameaça maior à democracia brasileira que a volta do PT”¹²⁶. Seu texto cumpre um papel de síntese de diversas teses defendidas por intelectuais liberais e conservadores em relação ao Partido dos Trabalhadores.

O tema principal do texto, que seja, o perfil supostamente antidemocrático do PT, se sustenta a partir de alguns argumentos. Em primeiro lugar, o autor diz que a democracia

pressupõe contraditório, instituições sólidas, uma imprensa livre e independente, mecanismos de controle do poder e responsabilização individual. É necessária a possibilidade de participação popular, igualdade política, transparência e principalmente respeito às regras do jogo. Um sistema democrático é essencialmente conflituoso e se sustenta a partir de uma tensão organizada entre as várias forças políticas que buscam o poder; forma-se como um processo resultante do confronto constante entre ideais, pessoas e instituições.

¹²⁶ PEREIRA, J.P.S. Não há ameaça maior à democracia brasileira que a volta do PT. **Instituto Liberal**. 04 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33Guh1c>. Acesso em 12 maio 2021.

Diante de tal caracterização, na concepção do autor, o “petismo é essencialmente contrário a TODOS os requisitos para se caracterizar como um partido democrático”. Entre os argumentos de Pereira para justificar tal assertiva, estão: 1) o suposto financiamento, via BNDES, de regimes tidos como “genocidas e totalitários” (“Cuba, Venezuela, Nicarágua, Angola e Guiné Equatorial”); 2) a proposta de criação de “conselhos populares” (chamados por Pereira de “verdadeiros soviets”) que pretenderiam gerar “organismos selecionados a dedo para propor e vetar exatamente aquilo que o grande líder desejasse”; 3) “O apoio explícito do Petismo à ditadura genocida de Nicolás Maduro”; 4) supostas defesas do PT à censura da imprensa, controle do Poder Judiciário e a cassação dos poderes do Ministério Público.

Assim, o texto publicado pelo IL faz coro com outros APHs no sentido de apontar Jair Messias Bolsonaro - mesmo fazendo exaltações ao Golpe civil-militar de 1964, apoiando a ditadura de Pinochet no Chile e demonstrando desprezo pelas instituições democráticas - como uma figura mais democrática do que qualquer candidato lançado pelo Partido dos Trabalhadores às eleições.

Cabe notar que estão subjacentes às opiniões emitidas pelo IL uma suposta defesa da democracia, concatenada com seus princípios. O ponto que merece destaque, portanto, é a interpretação que fazem da democracia: governos como os de Cuba, Nicarágua e Venezuela se apresentam como regimes “totalitários”, mesmo que não haja uma fundamentação consistente para se defender tal argumento. A perspectiva do IL acerca da “democracia”, exposta em seu site, diz que esta se trata de liberdade para

escolher as pessoas que irão exercer as funções de governo e que, portanto, irão deter o comando do aparato de coerção e compulsão, apesar de o instituto abrir espaço para a divulgação e discussão de autores críticos ao sistema democrático convencional, como Hayek e Ayn Rand¹²⁷.

Na perspectiva apresentada em sua página de “princípios”, o IL caracteriza a democracia de maneira breve, remetendo a prática democrática à escolha de

¹²⁷ “PRINCÍPIOS”. Instituto Liberal. Disponível em <https://bit.ly/3KgPHTs>. Acesso em 12 maio 2021.

governantes. Uma recorrente argumentação utilizada para caracterizar o governo venezuelano como uma ditadura, é o fato de Nicolás Maduro estar na presidência desde 2013. O mesmo argumento não é utilizado para caracterizar, por exemplo, a Alemanha como um regime autoritário, visto que Angela Merkel ocupa o cargo de chanceler desde o ano 2005.

Uma das principais matrizes teóricas do IL é Friedrich Hayek, citado acima como um dos críticos à “democracia convencional”, que, como cita Ganem (2009, p. 270), “estava interessado não no debate entre totalitarismo versus democracia, mas no confronto entre ordem socialista e ordem social do mercado, ou seja, no confronto em torno de projetos de sociedade”. Assim como Hayek, o IL se mostra mais empenhado na defesa do livre mercado e da redução dos gastos sociais do Estado do que, necessariamente, na garantia da democracia (mesmo a democracia liberal).

4.2.1.2 Agenda 2: Política Econômica

A agenda econômica do candidato Bolsonaro, a partir do que já foi dito, certamente é a sessão com maior engajamento do IL. Três dias após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, Lucas Berlanza publicou um texto¹²⁸ no *site* do IL felicitando os três articulistas do Instituto que poderiam fazer parte da equipe econômica do Governo eleito: Roberto Ellery (professor de Economia da Universidade de Brasília), Rubem Novaes (ex-diretor do BNDES, ex-presidente do SEBRAE e doutor em Economia pela Universidade de Chicago) e Adolfo Sachsida (economista do IPEA e doutor pela Universidade de Brasília e pós-doutor em Economia pela Universidade do Alabama - EUA). No mesmo texto, Berlanza exalta a importância dada por Guedes à Reforma da Previdência e à independência do Banco Central.

¹²⁸ BERLANZA, L. Colunistas do Instituto Liberal na equipe de Paulo Guedes, boa sorte! **Instituto Liberal**. 01 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3rmTgPI>. Acesso em 12 maio 2021.

Em outro texto¹²⁹, já em 03 de dezembro de 2018, ou seja, às vésperas da posse do presidente eleito, Berlanza diz que “Parece inegável que a ‘filosofia Paulo Guedes’ delinea o plano econômico mais liberal da história do Brasil desde a Era Vargas”. Diz que uma “guinada radical” que reduza os gastos do Estado e coloque o país na direção de uma “Liberal Democracia”, o primeiro passo é a Reforma da Previdência.

Demonstrando a importância dada pelo Instituto à pauta da Reforma previdenciária, o IL publicou em 05 de dezembro de 2018 um texto de Luan Sperandio chamado “Governo Bolsonaro não pode vacilar sobre Reforma da Previdência”¹³⁰. Neste, reforça-se a necessidade da Reforma pressionando o presidente eleito a ser mais enérgico na condução do processo e afirma: “Ou a classe política do novo governo passa a sinalizar convicção e aprova logo uma reforma ou a questão fiscal não será resolvida”.

4.2.1.3 Agenda 3 - Combate ao Marxismo Cultural

O Instituto Liberal abriga, entre seus articulistas e colaboradores, uma gama de *intelectuais* conservadores que se opõem ao que definem como “politicamente correto”, “marxismo cultural”, “ideologia de gênero”, entre outros. Entre os textos analisados, destacamos três artigos publicados no blog do instituto que tratam mais diretamente sobre estes temas. Em todos os textos, o posicionamento é similar ao encontrado no discurso de Jair Bolsonaro. O primeiro texto¹³¹, publicado em 27 de setembro de 2018, leva a assinatura do Instituto Liberal, mas foi escrito por Mateus Menezes do Nascimento¹³² e se intitula: “Por uma educação mais conservadora”. No

¹²⁹ BERLANZA, L. A ‘filosofia’ de Paulo Guedes para a economia brasileira. **Instituto Liberal**. 03 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nwTbYn>. Acesso em 12 maio 2021.

¹³⁰ SPERANDIO, L. Governo Bolsonaro não pode vacilar sobre Reforma da Previdência. **Instituto Liberal**. 05 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3A2U7Jb>. Acesso em 12 maio 2021.

¹³¹ NASCIMENTO, M. M. Por uma educação mais conservadora. **Instituto Liberal**. Disponível em <https://bit.ly/3tzj7GM>. Acesso em 12 maio 2021.

¹³² De acordo com o Instituto Liberal, “Mateus Menezes do Nascimento é conservador nos costumes, liberal clássico na economia, antimarxista, graduado em História pela Universidade de Franca, especialista pelo Centro Universitário “Barão de Mauá” e graduado em Geografia pela Universidade de Uberaba. Suas pesquisas e pensamentos se concentram nas áreas de Gestão Pública, ciência política, instituições políticas brasileiras,

texto, Mateus do Nascimento “O marxismo cultural iniciou fortemente a dominação da educação brasileira na década de 1960”. Tal fato teria levado o Brasil a ter décadas de “hegemonia da educação socialista” gerando uma “prisão ideológica” a qual algumas pessoas teriam conseguido superar.

O diagnóstico apresentado por Mateus do Nascimento é a de que a “esquerda conseguiu destruir nossa educação”. Associa uma suposta educação marxista à perda de autoridade do professor em sala de aula e o aumento da violência no ambiente escolar. Para o autor, os docentes

são obrigados pelo sistema educacional marxista a conviver com a cultura da impunidade dos alunos portadores de graves transtornos de conduta, que não deviam frequentar a rede regular de ensino (...) Eu defendo a volta, sim, das punições mais conservadoras e rigorosas, como as expulsões sumárias e redução da maioria penal.

O tom agressivo do texto, que chama estudantes mal-comportados de “delinquentes juvenis” e “bandidos travestidos de estudantes” avança para os estudantes com deficiência: “a pior ‘inclusão’ que estes esquerdopatas fizeram foi inserir todos os tipos de deficientes na rede regular de ensino”. Esta frase é justificada pela falta de “condições de atendimento adequado a casos tão diversos e específicos”.

A solução para a educação brasileira apresentada pelo autor coaduna com pensamentos liberal-conservadores bolsonaristas, entre os quais, a promoção de: 1) respeito às tradições judaico-cristãs brasileiras; 2) autoridade e valorização do professor (embora não se mencione as características desta “valorização”); 3) ordem e disciplina; 4) valorização dos símbolos nacionais; 5) disseminação da crença no liberalismo econômico, na liberdade e responsabilidade individual; 6) descentralização dos poderes na condução da educação nacional; 7) repúdio ao marxismo; 8) “defesa da alta cultura ocidental”, para citar algumas.

O viés segregacionista de teor neofascista do texto supracitado se expressa em outros artigos publicados pelo IL. Um dos *intelectuais orgânicos* que compartilham deste viés, é Roberto Rachewsky. Fundador e ex-presidente do

concepções econômicas da Escola Austríaca, pensamento conservador, liberal e mentalidade revolucionária.”. Disponível em <https://bit.ly/3qx16GT>. Acesso em 16 maio 2021.

Instituto de Estudos Empresariais e presidente do Instituto Liberdade, Rachewsky é um dos integrantes do Instituto Liberal e, em 13 de outubro de 2018, publicou no IL um texto intitulado “Bolsonaro e a bolha pseudo moralista dos ‘politicamente corretos’”¹³³. No artigo, o autor defende a ideia de que os marxistas, e a esquerda em geral, supostamente incutem nos mais jovens “a cultura do ressentimento, que recalca mentes potencialmente sadias, livres e independentes”. Essas ideias levariam os jovens a terem “sentimentos da inveja e/ou de culpa, resultando no ódio enrustido pelos outros, não por eles serem maus, mas exatamente por eles serem bons”. Rachewsky se dirige aos marxistas como aqueles que “justificam o trabalho sujo dos corruptores petistas”. Para ele, “Bolsonaro é tosco, rude, errático, mas a corja que concorre com ele é nociva, é perigosa, é torpe, é letal” (referindo-se ao Partido dos Trabalhadores).

Por fim, destaca-se o texto de Catarina Rochamonte, vice-presidente do Instituto Liberal do Nordeste, sob o título “Meus filhos, minhas regras”, publicado em 06 de outubro de 2018¹³⁴. A primeira frase do texto segue o sentido do que foi mostrado antes: “Não há mais como negar que o sistema educacional brasileiro foi capturado pela mentalidade marxista e progressista em suas várias facetas”. Este fato causaria, na compreensão da autora, uma doutrinação dos mais jovens em torno de ideias imorais, sob a ótica da chamada “ideologia de gênero”. A autora defende que a educação brasileira, a partir do poder do Estado, têm imposto uma agenda ideológica hostil à moral cristã, ferindo o caráter laico do Estado. O texto repete diversas interpretações, muitas das quais baseadas em informações falsas, relativas a uma suposta sexualização infantil que ocorreria nas escolas sob influência do “marxismo cultural”.

Portanto, nota-se que o Instituto Liberal, embora tenha seu foco em aspectos econômicos da sociedade, abre espaço para a disseminação de ideias conservadoras muito aproximadas ao ideário bolsonarista. Demonstra-se que a

¹³³ RACHEWSKY, R. Bolsonaro e a bolha pseudo moralista dos ‘politicamente corretos’. **Instituto Liberal**. 13 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3A33Xuq>. Acesso em: 16 maio 2021.

¹³⁴ ROCHAMONTE, Catarina. “Meus filhos, minhas regras”. **Instituto Liberal**. 06 out. 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/meus-filhos-minhas-regras>. Acesso em: 16 maio 2021.

estrutura ideológica neofascista e neoconservadora se dissemina através do APH fundado em 1983. Durante a pesquisa, não encontramos conteúdos realmente críticos ao conservadorismo entre as publicações do Instituto.

4.2.1.4 Agenda 4 - Combate à Corrupção

Este é um importante ponto de *consenso* no IL e nos demais APHs em análise: que um dos maiores males do país é a corrupção. Soma-se a este ideário, já tratado anteriormente, o elemento “Partido dos Trabalhadores” que, bem como em diversos outros APHs liberais-conservadores, é visto como o partido mais corrupto da História do Brasil. A relação entre Bolsonaro e a corrupção comumente aparece nas manifestações dos *intelectuais* do Instituto em sentido positivo para o ex-capitão. No texto¹³⁵ de Rafael Valadão Rocha, ele diz: “O ‘mito’ caiu nas graças do povo, é o novo herói nacional, o ícone cotado para livrar o Brasil das garras da corrupção e do socialismo”. Uma semana após as eleições de primeiro turno, o Instituto Liberal publicava um texto de Júlio César Cardoso que iniciava com a seguinte frase:

Com 46,03% dos votos válidos, Jair Bolsonaro deixa em pandemônio o PT, que ainda pensava que mandava no país. Tentaram assassiná-lo, mas Bolsonaro se mostrou resistente, deu a volta por cima e ressurgiu mais forte com expressiva votação em primeiro turno. A verdade é que o povo brasileiro não suporta mais ser comandado por governos corruptos.¹³⁶

O texto acima é mais um assinado pelo Instituto Liberal, já que o autor não faz parte do corpo de especialistas do Instituto. Ou seja, é mais um material selecionado pelo seu conteúdo, em defesa de Jair Messias Bolsonaro na campanha eleitoral. Sublinha-se que a pecha da corrupção foi implantada no Partido dos

¹³⁵ ROCHA, R. V. O messianismo antiliberal em torno de Jair Bolsonaro. **Instituto Liberal**. 18 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3lax9T1>. Acesso em 16 maio 2021.

¹³⁶ CARDOSO, J. C. Jair Bolsonaro e a esperança de um Brasil de disciplina, ordem e progresso. **Instituto Liberal**. 15 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3KhI0wA>. Acesso em 16 maio 2021.

Trabalhadores de tal forma que “corrupção”, “PT” e “Lula” são tratados quase como sinônimos entre os pensadores do IL.

4.2.1.5 Considerações

O Instituto Liberal demonstrou, a partir de seu *website*, certa desconfiança em relação à candidatura de Jair Messias Bolsonaro, considerado demasiadamente “estatista” e detentor de posicionamentos contrários ao IL. No entanto, a guinada da família Bolsonaro em defesa das práticas neoliberais e sua aproximação à figuras como Paulo Guedes, serviram como respaldo e uma possível garantia de que o ex-deputado seguiria uma política econômica tida como “liberal”. João Amoêdo era o candidato preferido de diversos articulistas do Instituto, mas seu nanismo eleitoral fez com que o IL passasse a apoiar, através de seus integrantes, Bolsonaro. Importante frisar que, não só o pensamento liberal de Guedes levou os *intelectuais* do Instituto Liberal a demonstrarem apoio a Bolsonaro nas eleições. O pensamento neoconservador do candidato coaduna com uma massa existente no interior do Instituto Liberal. Bolsonaro e determinados *intelectuais* do IL compartilham de ideias muito semelhantes no que diz respeito à chamada “pauta de costumes” e possuem como inimigos comuns o chamado “marxismo cultural”, “ideologia de gênero”, “politicamente correto”, entre outros. Nota-se que a questão das manifestações historicamente antidemocráticas de Bolsonaro e sua defesa da ditadura civil-militar, por exemplo, não pesaram contra o então candidato, mesmo que hegemonicamente o IL se manifeste contra a ditadura inaugurada em 1964. O adjetivo de “antidemocrático” e “autoritário” recaiu sobre o candidato do Partido dos Trabalhadores por sua relação com supostas “ditaduras” na América Latina. Por fim, Bolsonaro apareceu, no discurso do IL, como um agente responsável pelo combate à corrupção que caracterizaria o Partido dos Trabalhadores.

O IL atuou, no período analisado (22 de julho de 2018 a 28 de outubro de 2018) como um *aparelho privado de hegemonia* responsável por difundir, além de seus princípios liberal-conservadores, alinhados ao pensamento neoliberal, uma linha de ataques ao Partido dos Trabalhadores. Atuou diretamente na defesa de Jair

Bolsonaro enquanto candidato a presidente da República com o foco na degradação da imagem do PT.

4.2.2 Instituto De Estudos Empresariais (IEE)

Diferentemente do Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais volta-se, majoritariamente, à formação de lideranças empresariais. Ou seja, o IEE atua na produção de consensos intraclasse, gerando certa homogeneidade estratégica no processo de manutenção da hegemonia neoliberal. Seu *website*¹³⁷ não funciona, necessariamente, como *locus* propagandístico imediatamente voltado para a massa populacional, diferentemente dos *sites* do IL, do IMB ou do IMIL. Na seção intitulada “Artigos”, a página do IEE traz, de maneira discreta, publicações de seus associados em jornais de grande circulação na Região Sul do País. Em sua maioria, estes artigos são publicados originalmente nos jornais “Correio do Povo”, “Jornal do Comércio”, “Zero Hora” e “Jornal O Sul”. O *site* do IEE disponibiliza artigos publicados entre 2015 e 2021 em ordem cronológica mas, curiosamente, não disponibilizam nenhum artigo publicado entre 2017 e 2018.

Após ser constatada a insuficiência de material a ser analisado no site do instituto, procedeu-se a observação do sítio de *internet* do Fórum da Liberdade¹³⁸. Constatou-se que a forma discreta com a qual o IEE se manifesta em sua *webpage* não se repete, no entanto, no *site* do Fórum da Liberdade - uma de suas principais estratégias doutrinárias. Nesta página, encontramos publicações e *links de web* relativos aos encontros anuais e a publicação de cadernos intitulados “Série Pensamentos Liberais”. Portanto, na ausência de conteúdos condizentes com nossos critérios primários, optou-se pela análise da 31ª edição do Fórum da Liberdade, disponível em vídeo disponibilizado pelo instituto e o caderno lançado por ocasião do Fórum da Liberdade de 2018. Registra-se a ausência de conteúdos específicos sobre as propostas e práticas de Jair Bolsonaro no período eleitoral, entretanto, julga-se relevante apresentar alguns dos posicionamentos adotados por figuras importantes do Instituto em relação aos temas propostos pela pesquisa.

¹³⁷ O *website* do IEE é <www.iee.com.br>.

¹³⁸ Disponível em <www.www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em 16 jun. 2021.

A 31ª edição do Fórum, ocorreu nos dias 09 e 10 de abril de 2018 trazendo um sugestivo título: “A Voz da Mudança”¹³⁹. O Fórum foi marcado por ataques aos partidos e movimentos progressistas da América Latina, sob as alcunhas de “esquerdismo”, “bolivarianismo” e “populismo” e, não raro, estes adjetivos vinham acompanhados por expressões como “ditadura” e “corrupção”. Entre os diversos palestrantes do evento, destacamos Miguel Otero (CEO do jornal venezuelano El Nacional), Carlos Mesa (ex-presidente da Bolívia), Ricardo Gomes (vereador de Porto Alegre e Ex-Presidente do IEE), Yaron Brook (presidente do Conselho de Administração do Ayn Rand Institute), Anne Rathbone Bradley (pesquisadora sênior do Acton Institute), além de Rodrigo Constantino, e o Juiz Sérgio Moro, este tratado como uma das estrelas principais do evento.

Um importante momento do fórum foi o painel ocorrido na noite do primeiro dia denominado “Encontro de Presidenciáveis”. O encontro contou com a presença dos então pré-candidatos Marina Silva, Ciro Gomes, João Amoêdo, Flávio Rocha, Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles. Dois dos principais pré-candidatos à presidência naquele momento estavam ausentes: Jair Bolsonaro e Lula - que havia sido preso poucos dias antes pela “Operação Lava-jato”. O painel ocorreu sob mediação do presidente do IEE à época, Júlio César Bratz Lamb. Este proferiu a fala de abertura do evento demonstrando, parcialmente, os rumos pretendidos pelo IEE para a política, a economia e a cultura do Brasil.

Lamb reforçou, em sua fala, o sentido contido no título do Fórum. “A Voz da Mudança”, segundo ele, deveria ser interpretada para além de seu sentido literal, mas “de forma mais ampla, como agente e como meio e atitude que constroem a mudança e, por conseguinte, o país por todos desejado”. Prossegue:

Vozes e atitudes já escreveram e reescreveram a História, já indicaram caminhos, já moldaram nações, já elegeram representantes, já derrubaram governos. Vozes e atitudes, em um período recente do Brasil, mobilizaram milhões às ruas e transformaram o país. E é por isso que é da voz como atitude e de mudanças que o país precisa que pretendemos tratar nesta oportunidade. Buscarei, por esta razão e para esta tarefa guiar-me, daqui em diante, sobre dois pontos de vista complementares: sobre o cenário que vivemos e a **mudança pretendida, quais sejam, ponto**

¹³⁹ Disponível em <<https://www.forumdaliberdade.com.br/edicoes>>. Acesso em 16 jun. 2021.

1) a realidade prática e tácita desnudada diariamente e ponto 2) a realidade filosófica conceitual que sustentará a mudança (FÓRUM DA LIBERDADE, 2018, destaques nossos).

A fala do então presidente do IEE deixa nítida, sobretudo a seus pares de classe, a pretensão de mudanças profundas na sociedade. Cita que há a necessidade de “correções” que precisam ser feitas por consequência de “decisões erradas ao validarmos e cancelarmos, por escolha própria, um **projeto comunista e gramsciano de poder**”. Para Lamb um dos erros foi uma suposta transferência de decisões para a classe política que caberiam “apenas à sociedade civil e aos indivíduos”. De mais a mais, o presidente do IEE fez coro com o discurso que se tornou hegemônico em diversas esferas da direita brasileira que diz que o Partido dos Trabalhadores promoveu “o maior escândalo de corrupção do planeta”. Cada fala dos palestrantes que remetesse ao fato do Lula estar preso era ovacionada pelo público presente.

O discurso de Lamb denota uma visão que, equivocada ou não em suas interpretações teóricas, “eleva” o debate no sentido da *grande política*, para utilizarmos um conceito do próprio Gramsci. As mudanças propostas pelo IEE não se tratam, portanto, de pequenos ajustes na política econômica ou discussões vazias de sentido. Trata-se, sim, de mudanças profundas na sociedade, em diversas dimensões, tendo sempre como limite a manutenção do modo de produção capitalista e a radicalização dos preceitos liberal-conservadores. Fato que se mostra na proposta de criação de uma nova Constituição Federal. O projeto de uma nova Constituição, formulado por integrantes do Instituto, entre eles Júlio César Bratz Lamb e Ricardo Gomes, foi entregue aos participantes do Fórum e, conseqüentemente, aos presidentiáveis que se apresentaram naquela ocasião. Ricardo Gomes, fez uma fala contundente desaprovando a Constituição Federal de 1988 sob os seguintes argumentos:

Não tenho nenhuma dúvida de que o arranjo institucional brasileiro, desde a separação de poderes até as minúcias que a Constituição traz, não é um arranjo constitucional que permita um país crescer e se desenvolver. Do ponto de vista institucional, basicamente na divisão de poderes, o Brasil tem um presidencialismo mal copiado

dos Estados Unidos e isso talvez seja comum a outros países da América Latina (FÓRUM DA LIBERDADE, 2018).

Ricardo Gomes sugere que o arranjo institucional brasileiro “não é um arranjo liberal. É um arranjo que permite concentração de poder político, concentração de poder econômico e assim não vai permitir que o país vença o que tem hoje”. Nas considerações proferidas pelo presidente do IEE e corroborada pelo seu ex-presidente, a Constituição Federal de 1988 é “extensa”, “agigantada” e possui muitos benefícios. A Constituição de 1988 seria a responsável pelo “gigantismo Estatal” que geraria desigualdades no país. Para Ricardo Gomes,

Enquanto a Constituição permitir um Estado gigantesco como este, que atua na atividade privada, que comanda os empregos e os empregadores do país, que faz distribuição de renda, que é patrona das artes [...] enquanto nós esperarmos tudo isso do Estado, nós não teremos uma economia de mercado porque não será possível pagar este mercado (FÓRUM DA LIBERDADE, 2018).

A 31ª edição do Fórum da Liberdade demonstrou o intenso movimento do IEE e seus associados em dois sentidos: 1) avançar com um projeto ultraliberal que tivesse o maior respaldo jurídico possível, ou seja, uma Constituição Federal mínima, calcada nos princípios liberais, com o mínimo de direitos sociais; 2) uma mudança cultural profunda, com bases filosóficas e conceituais consistentes, que fundamentem as mudanças pretendidas para a sociedade.

4.2.2.1 Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas institucionais

A 22ª edição do caderno “Série Pensamentos Liberais” trouxe uma lista de textos produzidos pelos *intelectuais* do IEE com propostas e interpretações sobre variados temas. Entre os quais, os supostos problemas causados pela Constituição Federal de 1988. O advogado Caio Rizk (2018), associado do IEE, diz que “A Constituição Federal brasileira, nos seus 250 artigos, cita 73 vezes a palavra ‘direitos’, ao passo que a palavra ‘deveres’ aparece apenas seis vezes” (RIZK, 2018, p. 34). Outros são os argumentos que identificam no “tamanho do Estado” as

mazelas do país e que um Brasil mais próspero dependeria de um Estado mais enxuto.

Para a associada do IEE Laura Cimenti (2018) a administração brasileira atrapalha o funcionamento da sociedade civil, seja causando entraves na “busca pela eficiência” que seria característica na esfera empresarial ou em ações mais simples como “dividir uma herança”. Estas dificuldades seriam causadas pela “burocracia, desperdício e lentidão” características dos órgãos estatais. Entre as explicações para este fenômeno, a autora cita a Constituição Federal de 1988 “com suas garantias excessivas, previsões econômicas anacrônicas, utopismo jurídico e social, sem falar dos inúmeros direitos sem contrapartida contributiva” (CIMENTI, 2018, p. 146). Em outro momento, diz: “O governo precisa cumprir enorme gama de responsabilidades, já que estão previstas na Constituição. Isso torna o Estado tão grande no Brasil que se caracteriza por ser inchado, mercantilista e interventor” (p. 150).

A narrativa do “gigantismo do Estado brasileiro”, hegemônica no pensamento liberal dos últimos anos, reverberou, conforme visto, na campanha de Jair Messias Bolsonaro. De acordo com intelectuais orgânicos do IEE, como apresentado no Fórum da Liberdade, um dos caminhos para alcançar a economia de mercado e a redução da máquina pública passaria, portanto, por uma mudança constitucional radical. O IEE demonstra-se defensor do Estado Democrático de Direito, mas sob os fundamentos liberais. O discurso proferido por seus associados, via de regra, defendem a democracia liberal e rechaçam supostos autoritarismos que, não raro, são tratados como sinônimo de populismo e socialismo.

A defesa de uma mudança constitucional, mais enxuta e com menos direitos sociais, da forma proposta pelo IEE, foi defendida pelo então candidato à vice-presidência, Hamilton Mourão (como citado no item 4.1 do presente trabalho). No entanto, a proposta de mudança constitucional não ganhou corpo nem durante, nem após as eleições de 2018. Um dos motivos para que liberais brasileiros tenham desistido de seguir com as propostas de uma nova constituinte pode estar no fato de nenhum candidato “organicamente” liberal ter chances de vitória, o que colocaria este processo nas mãos de um presidente não alinhado com os valores liberais. Mesmo que Bolsonaro tenha se manifestado a favor das políticas ultraliberales,

certamente não seria confiável promover uma constituinte tendo à presidência um militar com viés autoritário.

4.2.2.2 Agenda 2 - Política Econômica

O Instituto de Estudos Empresariais alinha-se, em grande medida, às propostas econômicas apresentadas por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro no período eleitoral. A ideia, amplamente defendida pelo IEE, é a de livre mercado, transferindo “poder ao consumidor”. Para Cimenti (2018),

O livre mercado nada mais é do que a lei da oferta e da demanda. É o respeito à vontade do cidadão. Essa é a forma mais simples e eficiente de organizar a economia e fazer com que o país prospere sem burocracias e regras desnecessárias (p. 155).

A postura do IEE é de defesa da radicalização dos princípios liberais. De acordo com este *intelectual coletivo*, o Estado deveria ser limitado às funções básicas de “garantir a vida e a propriedade, fornecendo segurança, física e jurídica, saúde e educação” (ibidem, p.156) interferindo o mínimo possível na economia.

Na obra “Pensamentos Liberais”, as privatizações aparecem como solução para a superação de problemas causados pelos “péssimos serviços” promovidos pelo Estado. Tais como os presídios (NEVES, 2018, p. 180), as estradas (CIMENTI, 2018, p. 147) e os demais setores “que não cabem ao governo e abrir o mercado para a livre concorrência” (MORANDI, 2018, p. 82). As privatizações seriam “essenciais para nos reinventarmos como nação” (ibidem, p. 91). A Reforma da Previdência é outro recurso defendido pelo então candidato Bolsonaro que reverbera entre os associados do IEE. Nas análises das produções do IEE, não foram encontradas quaisquer menções que sugerissem a preservação do sistema previdenciário público e universal.

4.2.2.3 Agenda 3 - Combate ao Marxismo Cultural

Diversos *intelectuais* do IEE corroboram com um discurso que defende a liberdade “em seu mais puro e abrangente sentido (social, político, econômico, ético)” (LAMB, 2018, p. 15). Em certo sentido, alguns dos inimigos teóricos de figuras como Olavo de Carvalho e o Gal. Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, também figuram entre os alvos apontados no IEE. Como, por exemplo, o “marxismo cultural”, o “gramscismo” e o “politicamente correto” além do que chamam “populismo de esquerda”. No Fórum da Liberdade de 2018, o então presidente do IEE Júlio Lamb citou a necessidade de se combater o que chama de “amordaçamento” causado pelo “politicamente correto”.

4.2.2.4 Agenda 4 - Combate à Corrupção

Neste ponto, há uma enorme convergência entre os ideários apresentados por Jair Messias Bolsonaro no período da campanha eleitoral e os associados ao IEE. Todos apontam um suposto “combate à corrupção” como uma das ações mais necessárias no campo político. Durante o Fórum da Liberdade de 2018, esta foi um dos assuntos mais citados. Em sua maioria, as falas que relembavam o fato de Luiz Inácio “Lula” da Silva estar preso geravam salvas de palmas da plateia presente.

Um dos momentos mais celebrados pelos presentes ao Fórum da Liberdade foi o painel denominado “A Lei”, na tarde do segundo dia de Fórum, que contou com a participação de Adriano Gianturco, Professor de Ciência Política do IBMEC-MG e PhD em Teoria Política e Econômica pela Universidade de Gênova-ITA; Antonio Di Pietro, Vice-Procurador no Tribunal de Milão-ITA e promotor da Operação Mãos Limpas (que inspirou os métodos da “Operação Lava-jato”) e o Juiz Sérgio Moro. Este foi apresentado como uma das principais atrações do evento. Ao subir ao palco, foi aplaudido de pé e ovacionado de maneira até então única em relação à receptividade e energia do público. Em partes, a euforia dos presentes se justificou pois aquela era a primeira aparição pública do ex-juiz após a prisão de Lula.

O anúncio posterior de Sérgio Moro como ministro da Justiça em uma eventual vitória de Jair Bolsonaro dava, a exemplo de Guedes, certo respaldo entre os associados do IEE quanto ao apoio dado a Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018.

4.2.2.5 Considerações

Durante o 31º Fórum da Liberdade, uma das falas de Julio Lamb reforçava a ideia de que o IEE seria “apartidário”. Na divisão artificial entre “Estado” e “sociedade civil”, ou entre “partidários” e “apartidários” os signos são frágeis de sentido. Enquanto apresentam a sociedade civil como *locus* da criatividade, do trabalho, das conquistas individuais e do reino da sociedade privada, o Estado é apresentado como âmbito da corrupção, da ineficiência, do roubo em forma de impostos. No entanto, o que não se percebe ou o que se percebe mas não se pronuncia, é a necessária relação entre a *sociedade civil* e a *sociedade política* que, no caso particular do IEE e do Fórum da Liberdade se evidencia desde seus primórdios propondo políticas públicas; convencendo os representantes políticos a tomarem determinadas decisões ou interferindo diretamente na política elegendo seus próprios associados e prepostos. Há uma relação íntima e necessária entre a *sociedade civil* e a *sociedade política*, mediada por *aparelhos privados de hegemonia* como o IEE. O IEE atua como um partido político (em sentido amplo) que não possui legenda eleitoral própria.

E este partido *lato*, que opera nas últimas três décadas na elaboração de políticas e influenciando na prática da *sociedade política*, demonstrou a suposta necessidade de mudança profunda nas relações sociais do Brasil que deveriam estar incorporadas no Governo eleito em 2018, sucedendo anos de hegemonia do Partido dos Trabalhadores. O posicionamento oficial do IEE, no entanto, como nas práticas anteriores do Instituto, não dirige seu apoio diretamente a nenhuma candidatura ou partido (mais um elemento que o diferencia do IL) se colocando como uma entidade “suprapartidária”.

Uma comparação entre o posicionamento do Instituto e do candidato Bolsonaro nos revela a defesa formal da legalidade. O fato do IEE ter proposto a criação de uma nova Constituição Federal não a torna, necessariamente, contrária à defesa do Estado democrático de direito, mas revela sua intenção de modificação dos limites legais. A política econômica defendida pelo IEE dialoga fortemente com as propostas de Paulo Guedes. Quanto à sua visão em relação ao chamado

“marxismo cultural”, há um recorrente discurso entre seus associados que enxergam nesta suposta vertente ideológica um perigo para sociedade e um mal a ser extirpado. Mesmo apresentado de formas diversas, a “esquerda”, o “socialismo” ou qualquer formação que, na prática represente a defesa das classes subalternas, são sistematicamente atacadas, desde a fundação do IEE. Por fim, o discurso de “combate à corrupção” se mostrou amplamente concordante com as propostas apresentadas durante a campanha de Jair Messias Bolsonaro.

4.2.3 Instituto Liberdade (IL-RS)

Durante o ano de 2018, o Instituto Liberdade foi um dos que menos teve protagonismo dentre os APHs analisados no presente trabalho. Das ações públicas do Instituto verifica-se a modesta campanha “Dia da Liberdade de Impostos” que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul e, em sua 14ª edição, em 2018, contou com a participação de 23 postos de combustíveis que venderam gasolina a R\$ 2,50 em um momento que o preço médio da gasolina no país era R\$ 4,89¹⁴⁰. A redução do valor do combustível, disponível para 100 pessoas em cada posto mediante apresentação de senha seria uma forma de protesto contra a elevada carga tributária contida no combustível. Além de postos de gasolina, outros estabelecimentos comerciais também participaram da ação reduzindo os preços de seus produtos representando, simbolicamente, a redução do preço das mercadorias caso não houvesse impostos embutidos no preço.

O *site*¹⁴¹ do IL-RS não disponibiliza textos com opiniões políticas, tais como o IL, o IMB e o IMIL. Também pouco produz em relação a conteúdos disponíveis para apreciação pública. Em sua página da rede social *facebook*¹⁴², durante o período eleitoral de 2018, o IL-RS se limitou a publicações sobre o “Dia da Liberdade de Impostos” e não emitiu, em nome do Instituto, opiniões acerca do candidato Jair Bolsonaro ou qualquer outro. Este fato, por óbvio, se relaciona ao *modus operandi* do Instituto Liberdade, discutido na seção 3.5.3. O Instituto pouco se manifestou

¹⁴⁰ Dado da Agência Nacional do Petróleo. Disponível em <<https://www.gov.br/anp/pt-br>>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴¹ Disponível em <https://institutoliberalidade.com.br/>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴² Disponível em <https://www.facebook.com/institutoliberalidade>. Acesso em 16 jun. 2021.

politicamente mas, entre seus associados, muitos foram os que se manifestaram, em outras redes, sobre os rumos da política nacional. A começar pelo seu presidente Roberto Rachewsky, que no período teve textos publicados pelo Instituto Millenium¹⁴³ e Instituto Liberal¹⁴⁴. Alguns de seus artigos foram publicados em jornais como o “Gazeta do Povo¹⁴⁵” e “Notícias Agrícolas¹⁴⁶”.

Após a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, Rachewsky publicou um texto¹⁴⁷ em que argumenta o fato do presidente eleito se aproximar do liberalismo por conveniência. No entanto, para o presidente do IL-RS, um governo “que adota medidas liberalizantes, seja por conveniência ou convicção, sempre melhorará a vida da sociedade”. Cita o suposto fato de Fernando Henrique Cardoso não ser liberal, mas ainda assim, adotar algumas medidas como as privatizações de empresas públicas e diz: “O presidente eleito Bolsonaro não é um liberal; e daí? Ninguém é dono das ideias liberais para querer monopolizar sua aplicação”.

Rachewsky, que adota um posicionamento político-econômico radicalmente individualista e ultraliberal, celebrou a vitória de Bolsonaro por possuir Paulo Guedes como a pessoa responsável pela pasta da Economia. Diz que a nova equipe econômica, composta por diversos liberais, possui a “incumbência de libertar os brasileiros da mão pesada do estado, entregando-os à benevolente mão invisível do mercado”¹⁴⁸.

Roberto Rachewsky faz uma associação entre Jair Bolsonaro e o Gal. Augusto Pinochet, que chefiou o governo ditatorial no Chile ocorrido entre 1973 a 1990. Rachewsky apresenta Pinochet como uma espécie de “mal necessário” para libertar o Chile do governo de Salvador Allende. De acordo com Rachewsky, Allende

¹⁴³ Ver RACHEWSKY, R. O que devemos fazer com leis inúteis e autoritárias?. **Instituto Millenium**. 19 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3A33Eja>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴⁴ Ver RACHEWSKY, R. Entenda a diferença entre a esquerda e os liberais. **Instituto Liberal**. 15 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GBoWHi>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴⁵ Ver RACHEWSKY, R. A relação de Roberto Marinho com comunistas e militares. **Gazeta do Povo**. 10 ago. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3laWEEn>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴⁶ Ver RACHEWSKY, R. Como acabar com o jogo de cartas marcadas da política brasileira?. **Notícias Agrícolas**. 27 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3lavT2h>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴⁷ RACHEWSKY, R. Liberais por conveniência ou por convicção? **Instituto Liberal**. 08 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GC9j2n>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁴⁸ RACHEWSKY, R. Chile e Brasil entre o socialismo e a prosperidade. **Instituto Liberal**. 08 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qAyXPw>. Acesso em 16 jun. 2021.

“não precisou de muito tempo para destruir a estrutura produtiva chilena e levar o país à falta de bens e serviços indispensáveis para a população com o seu plano de caminhar em direção ao socialismo”. O golpe efetivado por Pinochet, teria feito surgir um governo que tratava os “esquerdistas com o rigor de um tirano totalitário, desconsiderando direitos individuais e o devido processo legal” mas, por outro lado, “no campo econômico, promove a libertação da população da tirania do estado”. Para o então presidente do IL-RS,

Os chilenos, que haviam sido obrigados por Allende a percorrer o trágico caminho para o socialismo, com todos os males que sempre ocorrem quando o socialismo é colocado em prática, retomam suas vidas produtivas, aproveitam o ambiente de maior liberdade, resultado primeiro das políticas do governo, para construir em poucas décadas o país mais rico da América Latina (RACHEWSKY, 2018).

Além de atribuir ao governo chileno liderado por Pinochet e assessorado na pasta econômica pelos “Chicago Boys”, a promoção de um ambiente com maior “liberdade”, Rachewsky diz que houve inúmeros avanços experimentados pela população chilena. O autor faz uma analogia entre o governo chileno em tela e o governo civil-militar iniciado no Brasil em 1964. Entre as diferenças, diz que, a partir de 1967, foi imposta “uma política **tão socialista** quanto aquela que o golpe de 64 quis interromper” [grifos nossos]. Tais considerações nos permitem dizer que há, na interpretação de Rachewsky, uma associação imediata entre socialismo, aumento do Estado e autoritarismo. E o Estado brasileiro teria se aproximado ainda mais do socialismo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, depois ainda mais, após a eleição de Lula em 2002.

Com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, entretanto, a política econômica no Brasil seria conduzida “pela primeira vez nos últimos 50 e tantos anos por economistas que frequentaram a mesma escola daqueles que em 1973 trataram de colocar o Chile no caminho do desenvolvimento”.

Tomando como parâmetro alguns dos posicionamentos adotados por seu presidente no período em que Bolsonaro se candidatou e venceu as eleições presidenciais, o Instituto Liberdade se aproxima do seguinte posicionamento:

4.2.3.1 Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas institucionais

A exemplo do que identificamos entre outros intelectuais orgânicos da burguesia, as políticas sociais, mesmo quando aplicadas por governos liberais, aproximam os governados da possibilidade de viver sob um regime autoritário. Governos autoritários de direita, desde que promovendo determinadas liberdades civis, principalmente vinculadas à defesa da propriedade privada, são apresentados como menos nocivos à sociedade do que qualquer governo “socialista” (independentemente de ser um governo liberal considerado socialista, como o governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002).

Há críticas frontais, por parte de Rachewsky, em relação à Constituição de 1988, como mostrado anteriormente mas, não só. Segundo o autor, o “processo eleitoral e as instituições ditas republicanas servem para manter a sociedade à mercê e a serviço do Estado”¹⁴⁹. E segue: “Cada lei inútil que políticos inúteis impõem à sociedade e é por ela desconsiderada é uma exaltação à desobediência civil”¹⁵⁰. Para ele, ignorar as leis “estúpidas” é pedagógico para os políticos e para a sociedade. Sem especificar claramente as leis que mereceriam ser ignoradas, diz

Leis que violam a nossa liberdade e confiscam a nossa propriedade devem ser combatidas de várias maneiras. Se os políticos que se opõem a elas não conseguem evitar a sua promulgação, cabe à população reagir através da desobediência civil e, se for necessário pelo grau de tirania nelas contida, até com a revolta popular.

O discurso acima, se descontextualizado, poderia, em parte, ser atribuído a um *intelectual* de esquerda revolucionária, não fosse o fato de que o fundamento principal para a não obediência às leis reside na defesa irrestrita à propriedade privada. Além disso, julgando pela recorrente adjetivação do Estado enquanto uma forma tirânica de organizar a sociedade, o grau de “tirania” atribuído por Rachewsky

¹⁴⁹ RACHEWSKY, R. Como acabar com o jogo de cartas marcadas da política brasileira? **Instituto Liberal**. 23 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3quYWaW>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁵⁰ RACHEWSKY, R. O que devemos fazer com leis inúteis e autoritárias? **Instituto Millenium**. 19 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3A33Eja>. Acesso em 24 out. 2020.

para justificar revoltas populares e desobediência civil, pode significar quaisquer leis que impeçam a plenitude do livre-mercado.

4.2.3.2 Agenda 2 - Política Econômica

Para Rachevsky, “Marxismo, nacionalismo desenvolvimentista, fascismo, corporativismo e patrimonialismo fazem parte do pensamento mainstream que gere a política econômica do Brasil há décadas”¹⁵¹. A vitória de Bolsonaro poderia representar uma mudança, mesmo sendo Bolsonaro um “nacionalista desenvolvimentista”. Dependeria, portanto, do sucesso de Paulo Guedes e sua equipe para que “as escolas liberais de pensamento econômico se transformassem em escolas mainstream”.

4.2.3.3 Agenda 3 - Combate ao Marxismo Cultural

Rachevsky agrupa-se aos intelectuais da nova direita brasileira que atacam o chamado “marxismo cultural” com mais veemência. Diz que “Bolsonaro e seu discurso tosco expuseram o que pensam os filhos dessa classe média, amontoado de gente que fez a vida com esforço e hoje sofre depauperada pela má gestão dos governos que ainda por cima os consideram vilões odiados”. O autor refere-se à classe média que vem alimentando ódio contra o Partido dos Trabalhadores e demais conjuntos progressistas e complementa:

Esse é o discurso ensandecido dos intelectuais marxistas, esses que justificam o trabalho sujo dos corruptores petistas. Adolescentes tardios que xingam os pais, chamando-os de fascistas para defenderem os verdadeiros tiranos que posam de benfeitores, monopolistas da virtude, mas que não passam de hipócritas, manipuladores de mentes em formação, treinadas para servirem ao estado e à quadrilha que estiver de plantão – essa que enriquece de tanto explorar cidadãos que empreendem e trabalham, esses sim, escravos modernos, que estão sendo pintados por esses jovens tolos como os feitores do passado (RACHEWSKY, 2018).

¹⁵¹ RACHEWSKY, R. A decadência do keynesianismo e a ascensão das ideias liberais no Brasil”. **Instituto Liberal**. 01 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3rHULIn>. Acesso em 16 jun. 2021.

Na concepção defendida por Rachewsky, qualquer tipo de “coletivismo” é nocivo para a sociedade. Seu discurso amplia os ataques direcionados ao que se convencionou chamar de “esquerda”, como observado anteriormente em sua afirmação de que o Brasil nunca sequer experimentou o capitalismo. Acerca do presidente eleito em 2018, diz que “Bolsonaro é tosco, rude, errático, mas a corja que concorre com ele é nociva, é perigosa, é torpe, é letal”.

4.2.3.4 Agenda 4 - Combate à Corrupção

Por posicionar-se de forma radicalmente contrária à atual organização social e ao Estado, de forma geral, Rachewsky acaba por dar menos importância ao tema “corrupção”. Não foca nas questões relativas à pauta da corrupção, tendendo apenas à se aproximar do *lavajatismo* e outros movimentos anti-corrupção de forma estratégica marginal. Por exemplo, quando afirma que a liberalização da economia, ao reduzir a intervenção do governo, “serviria para reduzir drasticamente a corrupção endêmica que é natural quando o governo e a economia não são separados como deveriam”¹⁵².

4.2.3.5 Considerações

Há certa dificuldade de se extrair posicionamentos oficiais do IL-RS em relação à conjuntura política, visto que atuam de forma mais discreta - ao menos em relação aos outros APHs analisados -. Seu *website*, que é o *locus* privilegiado de análise desta pesquisa, pouco contribui para uma observação mais acurada. Entretanto, observando-se as manifestações de seu presidente, vê-se que há um ataque mais radical ao Estado (*estricto*) como um todo, alimentando, nos alvos ideológicos do Instituto, um sentimento anti-política e anti-governo. O apoio político aparece sempre de forma instrumental, não importando, necessariamente, se o governo é profascista desde que este promova o máximo de “liberalização

¹⁵² RACHEWSKY, R. Chile e Brasil entre o socialismo e a prosperidade. **Instituto Liberal**. 08 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qAyXPw>. Acesso em 16 jun. 2021.

econômica”. Não se nota um alinhamento orgânico a Jair Messias Bolsonaro, mas sim a Paulo Guedes enquanto este se manteve alinhado ao Monetarismo da escola de Chicago e promover a redução do Estado estrito.

4.2.4 Instituto Millenium (IMIL)

Ao buscarmos os artigos publicados pelo Instituto Millenium no recorte proposto (22 de julho de 2018 a 28 de outubro de 2018), chegamos a mais de 1.140 arquivos. As opiniões emitidas pelos intelectuais do IMIL apresentam-se de formas diversas, menos homogêneas que em outros institutos. Sendo assim, buscou-se observar as manifestações emitidas pela sua então presidente, Priscila Pinto. Mas não nos furtamos de apresentar alguns relevantes posicionamentos de associados sobre os temas da pesquisa. Sobretudo, determinados posicionamentos que demonstram uma das principais particularidades do IMIL em relação aos demais institutos: sua relativa heterogeneidade.

A presidente do IMIL em 2018, Priscila Pereira Pinto, publicou apenas dois textos no *site* do Instituto durante o período eleitoral: o primeiro texto dia 8 de outubro de 2018 (dia seguinte às eleições de primeiro turno)¹⁵³ e o segundo dia 29 de outubro (dia seguinte à eleição que consagrou Bolsonaro presidente)¹⁵⁴. Os textos aparecem como editoriais, ou seja, como palavras oficiais do Instituto Millenium diante dos resultados das eleições.

No primeiro artigo, logo após a eleição de primeiro turno, Priscila Pinto focou nos resultados da eleição para os cargos legislativos. Não fez menções aos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, vitoriosos no primeiro turno. No texto, a cientista política fala do número expressivo de eleitores da chamada “classe média” que foram às urnas demonstrando o relacionamento destes com a democracia. Nas palavras da autora,

¹⁵³ PINTO, P. P. Coragem de ser brasileiro. **Instituto Millenium**. 08 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3AdDs5K>. Acesso em 23 jul. 2021.

¹⁵⁴ PINTO, P. P. O que desejamos para o próximo governo”. **Instituto Millenium**. 29 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nzLX5R>. Acesso em 23 jul. 2021.

A população está mais consciente? Ela está mais informada? Eu acho que não. No entanto, o voto contra o roubo de impostos, contra a eliminação de empregos por intervenção estatal e contra a corrupção política que interrompe investimentos básicos no Brasil, levou o eleitor a optar por renovação. Os eleitores cansaram de ser usados como peças de xadrez no “eles” contra “nós”. A renovação dos integrantes dos quadros políticos neste domingo foi claramente um grito de independência (PINTO, 2018).

Priscila Pinto exalta os votantes de classe média que renovaram o Poder Legislativo¹⁵⁵, além dos economistas que se candidataram ou assessoraram candidatos e dos corajosos empresários “que poderiam sair do Brasil, mas preferiram apostar na renovação da política com suas próprias candidaturas e movimentos democráticos sociais”. De fato, houve uma mudança em diversos padrões nas eleições de 2018, desde o elevado número de empresários que se candidataram e conseguiram uma cadeira na Câmara de Deputados¹⁵⁶, até a presença de diversas figuras das polícias e das Forças Armadas entre os eleitos.

A autora fala de um hipotético processo cíclico e natural na política que consistiria em testar a competência dos representantes através de sua reeleição ou não reeleição. Segundo ela, o “Brasil ignorou este processo natural da democracia até o governo Dilma”. “Nas escolas e na mídia”, diz Priscila Pinto, “ouvimos que somos vítimas de lideranças ricas e dominadoras na política, fazendo-nos pensar que votar não faria diferença e que entrar para a política é bobagem”. A presidente do IMIL demonstra apoio à penetração da *sociedade civil* para o interior da *sociedade política*. Este fato demonstra o avanço de setores liberais da sociedade sobre o funcionamento do Estado estrito de forma cada vez mais imediata. Não somente através de representantes, mas sendo, eles mesmos, liberais, empresários, prepostos burgueses, agentes diretos da *sociedade política*, reafirmando o *Estado integral*.

A autora exalta ainda a própria democracia burguesa, ao dizer que, contra os que crêem que votar não faz diferença, “Provamos o contrário ontem no Legislativo!

¹⁵⁵ A Câmara de Deputados teve renovação de 47%, a maior dos últimos 20 anos. Entre os senadores, dos trinta e dois que tentaram reeleição, apenas oito conseguiram.

¹⁵⁶ De acordo com a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESSP-ESP), dos 513 deputados eleitos em 2018, 133 (25,9%) se declararam empresários. Disponível em: <https://bit.ly/3GB5quu>. Acesso em 23 jul. 2021.

Democracia funciona”. Priscila Pinto reafirma a defesa que o Instituto faz da democracia. De forma oficial e legítima, os novos parlamentares deveriam ser responsáveis por reduzir o Estado, por dentro, redefinindo “discussões profundas em torno do que *a sociedade quer* do Estado” (itálicos nossos). Este último excerto demonstra a ação universalizante dos pressupostos de classe e frações de classe. A *sociedade*, genericamente, seria composta por empreendedores, investidores, empresários, ou seja, a sociedade civil representada pela ótica neoliberal. Reafirma-se que caberia à sociedade civil, na perspectiva liberal, a adoção de medidas que não devem caber ao Estado. “O cidadão”, diz Priscila Pinto, “tem que aprender a se defender com inovação, empreendedorismo, pesquisa e cobrando do setor privado”.

O segundo texto, publicado após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, não faz qualquer menção direta ao presidente eleito. Mas deixa sugestões para a próxima gestão do Governo Federal. A ex-presidente do IMIL diz que,

De acordo com alguns especialistas do Instituto Millenium, do ponto de vista econômico, esta foi a eleição mais importante dos últimos anos porque o processo de envelhecimento pelo qual o Brasil está passando representa um dos maiores desafios para o novo governo. Para compensar a perspectiva de uma população economicamente ativa menor e queda na arrecadação, será necessário, além da aprovação da reforma da previdência, a criação de medidas que visem o aumento da competitividade da economia (PINTO, 2018).

O texto inicia deixando claras as expectativas da fração representada pelo IMIL, a de avanço das contrarreformas. Cobra do novo presidente velocidade nas “mudanças” pretendidas, respeito ao “teto dos gastos”¹⁵⁷ e atenção ao relacionamento com os outros países da América Latina. Metade do texto a autora dedica às *fake news* (notícias falsas), marcantes nas eleições de 2018. Diz que notícias falsas já existem na política há muito tempo e que se deve ter atenção e menciona que o cidadão “tem no conteúdo analítico do Instituto Millenium e outras instituições do terceiro setor fontes seguras de informação”.

¹⁵⁷ A autora refere-se à Emenda Constitucional nº 95, que congela por vinte anos o gasto público que se destina a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a assistência social e a educação.

Nota-se que a presidente do instituto manteve certa isenção quanto à eleição para presidente. O IMIL demonstra suas opiniões de forma pulverizada entre seus associados e não se posiciona diretamente em defesa de candidatos. O Instituto Millenium é a organização com maior capilaridade entre as analisadas na presente dissertação, dada a diversidade, quantidade e relevância do seu corpo de intelectuais. Por conta disso, o Instituto apresenta certa diversidade de pensamentos entre seus associados. Sempre nos limites da defesa do livre mercado, da meritocracia e da propriedade privada. O Instituto possui em seu grupo pessoas que podem ser consideradas progressistas, como o jornalista Fernando Gabeira, além de liberais dos mais diversos matizes, conservadores como Rodrigo Constantino e objetivistas como Roberto Rachewsky.

A relativa pluralidade no interior do IMIL e entre seus “especialistas” e “convidados” pode ser vista em discordâncias explícitas, como entre o sociólogo Demétrio Magnoli e o economista Rodrigo Constantino que, como veremos adiante, discordam sobre as teorias defendidas por Olavo de Carvalho.

Enquanto intelectual coletivo, o IMIL não se manifesta abertamente a favor de nenhum partido ou candidato. Por certo, os interesses de classe de seus associados e mantenedores não poderiam, de fato, estar intimamente atrelados a legendas partidárias. Tudo isso faz com que o posicionamento do Instituto em relação ao candidato Bolsonaro não seja tão uníssono quanto em outros institutos.

Enquanto alguns articulistas do IMIL atuaram para demonstrar o quanto uma vitória de Fernando Haddad seria nociva para a sociedade, outros, como Demétrio Magnoli e Fernando Gabeira, preferiram se colocar de forma contrária a ambos os candidatos à presidência. Como de praxe, entre os Institutos que operam de forma mais dinâmica e ampla na naturalização dos preceitos neoliberais no senso comum, o IMIL publicou diversos artigos no período eleitoral dando o tom do que se esperava do novo Governo Federal. Atuando de forma “suprapartidária”, não se manifestou de maneira a defender qualquer candidato diretamente, como fez, por exemplo, o Instituto Liberal, mas reiterou seu posicionamento em defesa das instituições democráticas, da economia de mercado e do combate à corrupção.

4.2.4.1 Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas institucionais

Anteriormente foi dito que a presidente do Instituto Millenium em 2018, Priscila Pereira Pinto, se diz não só defensora da democracia, como alguém que crê que o atual sistema democrático brasileiro propicia possibilidades de conquistas da “sociedade civil”. Em sua apresentação no *site* oficial, o IMIL diz que “promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito”¹⁵⁸. Portanto, oficialmente, o Instituto se coloca a favor do respeito às instituições democráticas constitucionais. Entretanto, atua na defesa ampla dos princípios liberais que, de acordo com alguns de seus especialistas, se chocam com diversos dispositivos da Constituição de 1988, sobretudo, os que garantem a universidade de direitos sociais e regulamentações sociais e econômicas.

Helio Gurovitz, em artigo¹⁵⁹ publicado pelo IMIL em 04 de outubro de 2018, defende seu posicionamento em relação à criação de uma nova Constituição Federal. Para o Jornalista e colunista da revista "Época" e do portal G1, a Constituição Federal de 1988 apresenta motivos sensatos para que se queiram modificações profundas. Porém, para o autor,

É tentadora a noção de que redigir uma nova Carta do zero traga ao país um novo período de bonança e alegria. Tentadora e ilusória. Essa é uma visão utópica que não resiste à realidade. Não passa de uma nova encarnação da fúria legiferante que de tempos em tempos acomete o país, que o economista (e constituinte de 1987) Roberto Campos chamava de “constitucionalite, uma espécie de diarreia constitucional”.

Para Gurovitz, as mazelas brasileiras são frutos, em grande parte, dos direitos inscritos na Constituição. Dos gastos gerados pelo Estado para dar garantias aos direitos constitucionais derivariam a “falência do Estado, nossa crise fiscal crônica e a incapacidade de reação econômica tanto nas crises quanto, igualmente grave, nas

¹⁵⁸ Disponível em <<https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em 04 out. 2018.

¹⁵⁹ GUROVITZ, H. Precisamos de outra Constituição?. **Instituto Millenium**. 04 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nvLTUG>. Acesso em 09 dez. 2020.

oportunidades”. Entretanto, o autor trata como “fantasia” a crença de que uma nova Constituição resolveria os supostos problemas gerados pela Constituição de 1988. “Qualquer que seja o eixo a conduzi-la, acabará por abrir a porteira a novas ‘utopias particulares’” diz Gurovitz que prossegue dizendo que uma nova Constituição, acabaria levando

ao autoritarismo, como ocorreu na Venezuela, na Turquia e em países da Europa Oriental. Todo candidato a autocrata quer mudar a Constituição para ampliar seus poderes. É esse o maior risco embutido em qualquer tentativa de gestão constitucional.

Portanto, por mais que se quisesse, a exemplo dos intelectuais do IEE, uma nova constituinte, o melhor mecanismo seria manter a Constituição atual e ir promovendo as emendas necessárias para a realização dos interesses empresariais contidos nas propostas liberais. Já que a “própria Constituição em vigor dispõe de mecanismos que permitem consertar seus defeitos” e, para o autor, é “perfeitamente possível reformar a política, a Previdência, as leis tributárias e enfrentar todos os nossos dramas sem reescrever o texto constitucional.” Se, por um lado, Gurovitz enxerga na Constituição de 1988 ferramentas próprias para conduzir as políticas neoliberais, Roberto Rachewsky, outro integrante do IMIL, por outro, exalta a desobediência civil¹⁶⁰.

Demétrio Magnoli, sociólogo com amplo trânsito entre grandes veículos de mídia nacionais, foi entrevistado pelo IMIL (sendo ele um dos especialistas do Instituto) sobre o discurso de ódio no Brasil e a importância do pensamento divergente para a democracia. Para Magnoli, a “intolerância política” foi iniciada no país pelos governos do PT, que teriam passado a tachar seus críticos como “inimigos do povo” e atacá-los de “fascistas” e “homofóbicos”. Entretanto, esta suposta estratégia de difamação promovida pelo PT teria ganhado ainda mais intensidade com o bolsonarismo. Para Magnoli, “Estamos num ponto onde o pressuposto da democracia, que é a legitimidade do adversário político, daquele que discorda, passou a ser posta em questão. E isso é preocupante”. O alerta do

¹⁶⁰ ver o item 4.2.3 da presente dissertação.

sociólogo se direciona, portanto, ao nivelamento do petismo e do bolsonarismo como problemas para a saúde da democracia liberal.

4.2.4.2 Agenda 2 - Política Econômica

Se o IMIL não apresenta diretamente apoio ao candidato Bolsonaro, respeitando seu publicizado apartidarismo (relativo ao apoio oficial às legendas eleitorais) devemos lembrar que Paulo Guedes é um dos fundadores do Instituto e, na montagem da sua equipe, convidou integrantes do Millenium para importantes cargos. Ao nos perguntarmos qual teria sido a visão do Instituto em relação à pauta econômica do candidato Bolsonaro, encontraremos amplas convergências. À guisa de exemplo, temos Salim Mattar, conselheiro do IMIL, fundador e presidente do conselho da Localiza¹⁶¹, que, após a vitória de Bolsonaro, foi convidado para a Secretaria de Desestatização do governo. Mattar apoiava o candidato João Amoedo, do Partido Novo¹⁶², mas, ainda antes das eleições de primeiro turno, teria passado a pregar voto útil em Bolsonaro. Em entrevista cedida ao jornal Folha de São Paulo em 4 de outubro de 2018, Mattar afirmaria que “precisamos entender que não podemos pagar a conta de ter o PT no poder”¹⁶³. O papel principal de Salim Mattar seria o de promover as privatizações no Governo Federal. Ao falar de Bolsonaro e Amoedo, Mattar afirma que

Ambos [Amoêdo e Bolsonaro] farão governos disruptivos. Escolhas para ministério e a administração pública serão técnicas e não haverá toma lá dá cá. Ambos são conservadores nos valores da família e liberais na economia, apoiarão a Lava Jato, serão firmes no

¹⁶¹ A Localiza é considerada a maior empresa de locação de veículos da América Latina e figura entre os 200 maiores grupos empresariais. A Localiza já contou com Paulo Guedes como um de seus conselheiros administrativos. Ver “O 200 maiores grupos empresariais em atuação no Brasil”. **Revista Exame**. 16 ago. 2018. Disponível em <<https://exame.com/revista-exame/200-maiores-grupos-2/>>. Acesso em 16 ago. 2021.

¹⁶² Salim Mattar figurou como quarto maior doador na campanha de 2018, aplicando 1,7 milhões de reais dos quais R\$700 mil foram para o candidato do Novo ao Governo de Minas Gerais, Romeu Zema. As informações sobre os doadores da campanha de 2018 podem ser encontradas no site do Tribunal Superior Eleitoral disponível em <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em 16 ago. 2021.

¹⁶³ MATTAR, S. Voto útil em Bolsonaro provoca racha no partido Novo, de João Amoêdo. **Folha de São Paulo**. 04 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3le43Ca>. Acesso em 21 ago. 2021.

combate à criminalidade e favoráveis ao direito do cidadão adquirir e portar armas (MATTAR, 2018).

Para além do grupo próximo a Guedes, há de se destacar outros *intelectuais* que manifestaram suas visões em relação à política econômica proposta pelo candidato Bolsonaro. Julio Hegedus Netto escreveu para o IMIL, em 17 de setembro de 2018, sobre o futuro da economia brasileira e como o mercado estava se comportando com uma eventual vitória de Bolsonaro, Haddad ou Ciro Gomes (os candidatos que lideravam as pesquisas de opinião naquele momento). O economista diz que, naquele período, desenhava-se um pleito indefinido e “aparentemente negativo para os interesses do mercado financeiro”¹⁶⁴. Na interpretação de Julio Netto - mesma interpretação de diversos liberais brasileiros - sendo Bolsonaro, Ciro ou Haddad vencedores das eleições, o próximo presidente seria uma figura *radical*. Ainda assim, Netto aponta Bolsonaro como o mais “simpático” ao mercado. Uma eventual derrota do Bolsonaro abriria as portas “para um dos dois candidatos de esquerda crescer, neste caso, Haddad ou Ciro. O que sairia daí? Ninguém sabe.”

Embora os planos de governo de Haddad e Ciro Gomes fossem claros em relação às propostas econômicas e, após mais de uma década de governos do PT na presidência, Julio Netto reforçava um recorrente discurso que alocava de um lado as propostas de Guedes - mais liberais, prometendo privatizações e “reformas” - e, por outro, Ciro Gomes e Haddad cujas propostas econômicas seriam um mistério. Esta narrativa, podemos supor, favoreceram a disseminação, no *senso comum*, de insegurança quanto a uma possível vitória dos candidatos de centro-esquerda em relação às pautas econômicas.

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, articulista do IMIL e colunista da Revista Veja, apresentou, em artigo publicado na Veja e no site do IMIL¹⁶⁵, um projeto para a nova Previdência Social preparado, segundo ele, por Paulo Tafner (Ipea) e outros especialistas. O projeto aproveitaria parte da proposta que tramitava no Congresso Nacional, mas incorporaria “o regime de capitalização e uma transição

¹⁶⁴ NETTO, J. H. Mercado e Economia. **Instituto Millenium**. 17 set. 2018. Disponível em <<https://www.institutomillenum.org.br/mercado-e-economia/>>. Acesso em 21 ago. 2019.

¹⁶⁵ NÓBREGA, M. Temos um novo e excelente projeto de reforma da Previdência. **Instituto Millenium**. 09 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tyZluY>. Acesso em: 16 jun. 2021.

do regime de repartição para o novo”. De acordo com Nóbrega, a proposta reduziria os custos previdenciários em 885 bilhões de reais em dez anos, mais do que os 689 bilhões da proposta corrente.

No dia 18 de outubro de 2018, o IMIL publicou um artigo¹⁶⁶, sem dar os créditos de autoria (apenas citando a fonte “Estadão”) com duras críticas ao Plano de Governo bolsonarista. O texto, originalmente publicado por Monica de Bolle¹⁶⁷ no dia anterior, afirma, sobre o plano apresentado por Bolsonaro, que

Há uma página dedicada à retomada do crescimento, repleta de clichês. Há uma página dedicada à estabilidade macroeconômica, repleta de clichês. Há uma página dedicada à redução dos ministérios sem esmiuçar como será feita a unificação da Fazenda, do Planejamento, e da indústria e do comércio cujas pautas são bastante complexas. [...] Há uma página sobre juros da dívida e privatizações que contém a seguinte frase: “Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas”. Esse é todo o plano de privatizações de Bolsonaro, cuja frase é um tanto incompreensível (MILLENIUM, 2018).

A autora ainda cita generalidades do Programa de Governo e algumas contradições encontradas. A crítica não se direciona ao conteúdo geral das propostas, pois reafirma a necessidade das “reformas”, mas a autora critica a forma grosseira e simplista com que questões complexas são apresentadas.

4.2.4.3 Agenda 3 - Combate ao Marxismo Cultural

A chamada “pauta de costumes”, tão cara à campanha promovida pelos setores neoconservadores e neofascistas e da direita brasileira, não parece ser uma preocupação do IMIL, enquanto *intelectual coletivo*. Ao menos, são poucos os textos publicados pelo Instituto que se referem diretamente ao tema do “marxismo cultural”, ao “gramscismo” ou ao “politicamente correto”. Ao fazer uma busca avançada no

¹⁶⁶ O CAMINHO da prosperidade?. Instituto Millenium. 18 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GEB624>. Acesso em: 16 jun. 2021.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3FBACSF>. Acesso em 16 jun. 2021.

interior do *website* do Instituto com as aspas anteriores como palavras-chave, são poucas as menções encontradas.

No entanto, reafirmando a relativa heterogeneidade entre os articulistas do Instituto, observamos discordâncias no que se refere ao “olavismo” que permeou a campanha de Bolsonaro. Em sua coluna do Jornal O Globo, Demétrio Magnoli chamou Olavo de Carvalho de “Bruxo da Virgínia, um astrólogo repaginado como filósofo místico”¹⁶⁸. Ao aceitar as indicações de Olavo de Carvalho para assumir as pastas de dois “ministérios estratégicos” (Educação e Relações Internacionais), às vésperas de sua posse, Bolsonaro teria permitido que “a superstição” norteasse “nossas políticas externa e educacional”. De acordo com o sociólogo,

A “confluência entre História e Mito” alardeada por Ernesto Araújo, o combate sem trincheiras à “revolução cultural gramsciana” pregado por Ricardo Vélez são piadas que saltaram de túneis escuros das redes sociais para o aparelho de Estado. Uma festa estranha, com gente esquisita — nisso transformaram-se o Itamaraty e o Ministério da Educação. A Ursal passeia entre nós. Deus não é brasileiro (MAGNOLI, 2018).

Por outro lado, Constantino diz que Olavo de Carvalho “pode ser afeito a umas teses conspiratórias e exageros retóricos, mas isso não invalida a essência do que denuncia”. Para o ex-presidente do IL e fundador do IMIL, não se pode negar a existência de uma guerra cultural que está em curso e que poderosos interesses estariam colocando em risco a civilização ocidental. Em defesa das teorias conspiratórias olavistas e se opondo a Magnoli, Constantino diz:

quem pode seriamente desprezar a guerra cultural em curso, ainda mais vendo os resultados perniciosos nas universidades, na sociedade em geral? Alguém vai mesmo negar que “progressistas” enxergam o poder e as escolas como mecanismos para “fazer cabeças” e “mudar o mundo”, detonando as raízes da civilização? É preciso nunca ter lido nada sobre a Escola de Frankfurt para ridicularizar essa denúncia.¹⁶⁹

¹⁶⁸ MAGNOLI, D. Medo da Ursal. **O Globo**. 03 dez. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3qB0UGV>. Acesso em 16 jun. 2021.

¹⁶⁹ CONSTANTINO, R. Demétrio Magnoli ridiculariza Olavo de Carvalho, o “Bruxo de Virgínia”, mas deveria ler seu próprio livro. **Gazeta do Povo**. 03 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3rsctPR>. Acesso em 20 jun. 2021.

O embate entre os dois intelectuais do IMIL não se deu no espaço midiático do Instituto, outrossim, nos serve como amostra do relativo sortimento de perspectivas teóricas no interior do Instituto sobre o tema “marxismo cultural” e sua órbita.

4.2.4.4 Agenda 4 - Combate à Corrupção

O Instituto Millenium, assim como os grandes meios de comunicação a ele vinculados, ancora-se na retórica “anticorrupção”. Por vezes, promove uma forçosa associação entre “corrupção”, “estatismo” e “socialismo”. Como se observa no texto de Sebastião Ventura da Paixão Jr., publicado no *site* do IMIL em 27 de julho de 2018¹⁷⁰. O autor é defensor da Operação Lava-jato que, em suas palavras, “não deixa de ser uma tentativa de inaugurarmos um novo e autêntico capitalismo no Brasil” e prossegue:

Sem cortinas, a corrupção descontrolada explodiu o preço de determinados contratos públicos, tornando-os um negócio caro e arriscado. Mais uma vez, a liberdade negocial foi sequestrada por um ganancioso estatismo dirigista que, demagogicamente, dizia defender os pobres para promover a riqueza de políticos e empresários despidos de preceitos éticos. Foi socialismo retórico ao som de ilicitudes praticadas.

A corrupção aparece no texto de Paixão Jr. como entrave para o desenvolvimento do capitalismo democrático. Ações como a Operação Lava-jato seriam, portanto, importantes para o desenvolvimento do capitalismo, antagonizado pelo “estatismo” ou pelos “pesados e anacrônicos tentáculos de ingerência estatal”.

4.2.4.5 Considerações

O Instituto Millenium é o mais amplo e importante *think tank* militante liberal brasileiro da atualidade, pois se articula às principais empresas de comunicação do

¹⁷⁰ PAIXÃO Jr. S. V. Capitalismo democrático. **Instituto Millenium**. 27 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qyaDh2>. Acesso em 20 jun. 2021.

país, possui em seu corpo de associados ex-ministros, grandes empresários e professores acadêmicos de diversas universidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, o Instituto abarca representantes de diversos outros APHs de menor envergadura. Estas características tornam o Instituto relativamente heterogêneo em seu corpo, sobretudo em relação a questões culturais - incluindo-se as pautas identitárias e de costumes.

O Instituto não se manifestou em apoio a nenhum candidato ou partido nas eleições, mas comemorou, através de sua presidente, a renovação do legislativo promovida pela classe média brasileira. Comparando o posicionamento do Instituto com o Plano de Governo apresentado por Jair Messias Bolsonaro em 2018, vemos convergências na defesa das instituições democráticas, a despeito de críticas relacionadas a determinadas posturas do candidato Bolsonaro.

Há grande aproximação entre os preceitos econômicos defendidos pelo Instituto e o Programa de Governo. Verificamos críticas à forma, propostas complementares ou divergências modestas mas, no elemento central das propostas, ou seja, a defesa da propriedade privada, da política de privatizações, Reforma da Previdência e redução do papel do Estado na política econômica, há uma ampla convergência.

O Instituto não se manifesta publicamente em relação às questões inerentes ao “marxismo cultural” ou ao “gramscismo” mas, entre seus articulistas, existem *intelectuais* que militam na “guerra cultural” em favor do neoconservadorismo, se valendo de teorias conspiratórias e ideias obscurantistas para atacar as organizações (reais ou fictícias) de esquerda.

O Instituto, enquanto um *intelectual coletivo*, faz coro com o *mainstream* midiático que aponta a corrupção como um dos principais males da sociedade e responsável pelas mazelas da sociedade. Ao lado da corrupção, atuam, nas concepções de diversos *intelectuais* do IMIL, o “populismo” e o suposto “estatismo exacerbado” brasileiro cuja inoperância técnica geraria atraso e prejuízos para a chamada “sociedade civil”.

4.2.5 Instituto von Mises Brasil (IMB)

Observando nosso *locus* privilegiado de análise, ou seja, o *site* oficial do Instituto Mises Brasil, observamos que a seção de Artigos¹⁷¹ apresenta, em nosso recorte (22 de julho a 28 de outubro de 2018), apenas vinte e duas publicações. A seção “Blog” possui quatro textos no período. Este fato nos permite observar a totalidade das publicações do Instituto no período em que Jair Messias Bolsonaro disputou as eleições presidenciais de 2018.

Nas análises não foram encontrados quaisquer artigos que avaliassem diretamente o candidato Bolsonaro. Grande parte das publicações são de *intelectuais* de diversas partes do mundo discutindo, majoritariamente, economia e política. Entre os autores “internacionais” que tiveram textos publicados no IMB no período, encontramos associados da versão norte-americana do Instituto e professores acadêmicos defensores dos preceitos da Escola Austríaca de economia. Muitos dos textos buscam associar crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida em determinados países a ações liberalizantes na economia e na política. Outros, procuram apresentar soluções para problemas atuais através do viés liberal, apontando o intervencionismo estatal, o “populismo”, o socialismo e a burocracia como motivadores das crises em diversos países (com destaque para a Venezuela, que é sempre lembrada por muitos *intelectuais* liberais como exemplo de fracasso do socialismo).

Quadro 10 - Autores estrangeiros com textos publicados no site do IMB entre 22 de julho a 28 de outubro de 2018

Nome	Biografia breve	Título do(s) texto(s) publicado(s)
Ryan McMaken	Editor do <i>Mises Institute</i> norte-americano	“A reforma agrária na África do Sul: o socialismo com outro nome”
Gary North	Ex-membro adjunto do Mises Institute	“A Previdência Social foi uma criação genial - para os políticos”
Juan Ramón Rallo	Diretor do Instituto Juan de Mariana e professor associado de economia aplicada na Universidad Rey Juan Carlos, em Madri	“A democracia é um arranjo contraditório e propício a gerar divisões, conflitos e desastres”
Antony Mueller	Doutor pela Universidade de	“O marxismo cultural e o

¹⁷¹ Disponível em <<https://www.mises.org.br/>>. Acesso em 02 ago. 2021.

	Erlangen-Nuremberg, Alemanha (FAU), fundador do The Continental Economics Institute (CEI), professor de economia na Universidade Federal de Sergipe (UFS).	politicamente correto contra o povo - quem vence?"
Maurice McTigue	Ex-integrante no <i>National Party</i> da Nova Zelândia	"Como a Nova Zelândia reduziu o estado, enriqueceu e virou a terceira economia mais livre do mundo"
Lew Rockwell	Presidente do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama - EUA.	"Que tal nunca mais se preocupar com política e eleições? É só adotar o liberalismo clássico"
Tho Bishop	Diretor das mídias sociais do Mises Institute americano	"O socialismo em sua essência: pobres morrendo de fome e a elite política se esbaldando"
Carmen Elena Dorobat	Professora na Bucharest Academy of Economic Studies	"Políticos mudam e ditadores caem, mas o estamento burocrático sempre se mantém"
Luis Pablo De La Horra	Membro da Foundation for Economic Education e do Institute of Economic Affairs	"Como a Estônia - sim, a Estônia - se tornou um dos mais ricos países do Leste Europeu"
Per Bylund	Consultor de negócios na Suécia, professor de Empreendedorismo e Livre Iniciativa na Escola de Empreendedorismo da Oklahoma State University	"A maioria dos empreendedores é composta de maus empreendedores - eis a sua chance"
Joseph Salerno	Vice-presidente acadêmico do Mises Institute, professor de economia da Pace University	"A mágica do socialismo venezuelano: o país nada em dinheiro, mas ninguém tem dinheiro para nada"
Jesús Huerta de Soto	Professor de economia da Universidade Rey Juan Carlos, em Madri. Considerado pelo IMB como o principal economista austríaco da Espanha	"Por que o intervencionismo estatal é inerentemente imoral"

Elaboração própria. Fonte: <https://www.mises.org.br/>. Acesso em 06 ago. 2021.

Entre as publicações escritas pelos especialistas brasileiros do Instituto, destacamos Leandro Roque, editor e tradutor do IMB que, no período selecionado,

publicou três artigos¹⁷² (todos fazendo análises conjunturais da economia brasileira e norte-americana). Suas análises expressas em artigos publicados no *site* do IMB são mais cuidadosas do ponto de vista acadêmico do que boa parte dos textos analisados nesta pesquisa, sendo amplamente embasada por dados científicos e amparados pelo arcabouço teórico de pesquisadores herdeiros da Escola Austríaca de economia.

Durante as eleições de 2018, o Instituto Mises Brasil não demonstrou apoio oficial a qualquer candidato. Entretanto, seu presidente e figura mais emblemática do Instituto, Hélio Beltrão, publicou um vídeo em apoio a Jair Messias Bolsonaro. O vídeo foi apresentado no canal oficial do Instituto no *site Youtube*, dia 08 de outubro de 2018¹⁷³ (dia seguinte à eleição de primeiro turno). Beltrão sinaliza, logo no início do vídeo que,

[...] o Instituto Mises Brasil é apartidário, não se envolve com política, nem com partidos, mas essa aqui é uma coluna pessoal e os membros do Instituto Mises Brasil podem ter suas opiniões pessoais em relação à política, idéias, políticas públicas. E eu então quero colocar que, a minha posição pessoal - não é a do Instituto Mises Brasil - é de apoio ao Jair Bolsonaro nesse segundo turno das eleições presidenciais (BELTRÃO, 2018).

Beltrão segue justificando seu apoio mencionando que não se trata apenas de uma opção “antipetista” mas, além disso, por identificar qualidades em Jair Messias Bolsonaro e sua equipe. O PT, para ele, é “o maior risco à democracia e ao nosso arcabouço institucional”. Diz que Haddad prometeu modificar a Constituição, ter o controle externo do Supremo Tribunal Federal (STF), dos juízes e da grande mídia, além de pretender acabar com a Operação Lava-jato. Além disso, o Partido dos Trabalhadores teria apoiado sete ditaduras na América Latina, entre elas, a Venezuela, “prestando apoio ao [Nicolás] Maduro”. Beltrão ainda menciona que o PT quer “instalar sovietes para controle da sociedade, suplantar o Congresso Nacional em alguma medida” e, além de serem contra a democracia, o PT seria o organizador

¹⁷² Intitulados, respectivamente, “Afiml, o câmbio está barato ou caro? Eis uma maneira de estimar seu atual ‘valor correto’”; “O que realmente permitiu o grande crescimento econômico brasileiro da última década” e “Como ocorreu a crise financeira americana?”.

¹⁷³ BELTRÃO, H. Eleições: O Brasil Mudou | #019 Carta Semanal. **Canal do Youtube do Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3qxgyTn>. Acesso em 02 ago. 2021.

do Foro de São Paulo, uma organização para que “os representantes de cada país de extrema esquerda apoie uns aos outros para se manter no poder para sempre”.

Beltrão ainda acusa o PT de promover a divisão da sociedade, tanto de classe, quanto entre homens e mulheres e entre negros e brancos. Para ele, “Nós não podemos deixar que a extrema esquerda autoritária, que quer minar a democracia, chegue ao poder”.

Hélio Beltrão exaltou os, segundo ele, quinze liberais/libertários que teriam sido eleitos para o Poder Legislativo. Liberais que estariam em pé de igualdade com os pensamentos mais radicais do liberalismo, de acordo com o próprio Beltrão. Estes liberais teriam a tarefa de ir para Brasília “trabalhar para reduzir a intrusão governamental nas nossas vidas”. Beltrão também menciona a expressiva votação obtida por Eduardo Bolsonaro enquanto ex-aluno da pós-graduação em “Escola Austríaca” pelo Instituto Mises Brasil. Além disso, Beltrão menciona que ajudou Romeu Zema (Novo) a vencer as eleições para o Governo de Minas Gerais, com participação direta, mantendo contatos com o candidato durante as eleições.

4.2.5.1 Agenda 1 - Respeito às instituições democráticas institucionais

No vídeo supracitado, o presidente do IMB, Hélio Beltrão, diz que não possui preocupações com a democracia brasileira caso Bolsonaro chegasse ao poder. Mas, uma suposta vitória eleitoral de Haddad traria sim riscos à democracia e às instituições. De acordo com Beltrão, não existiriam chances de Bolsonaro, se eleito, minar a democracia. Existe sim, nas palavras dele, “o risco de durante o governo do Jair Bolsonaro de haver políticas ruins, gente ruim lá. E é isso que nós liberais queremos tentar evitar”. Beltrão diz que Bolsonaro teve uma “mudança de pensamento”, ou seja, teria passado a defender ideias liberais, com a ajuda de seu filho, Eduardo Bolsonaro, ex-aluno de pós-graduação em “Escola Austríaca” pelo IMB.

Entre os textos analisados na pesquisa, não foram encontradas menções específicas em relação ao posicionamento de Bolsonaro diante do respeito às instituições democráticas. Cabe pontuar que o IMB, diferentemente de outros Institutos, não cita a democracia entre os elementos constituintes de uma sociedade

livre. Enquanto o Instituto Millenium, por exemplo, cita como missão “Promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade”¹⁷⁴, o IMB expõe, na seção “Quem somos” em seu *site*, que: “O IMB acredita que nossa visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental”.

O único texto publicado no período eleitoral contendo a democracia como tema central é intitulado “A democracia é um arranjo contraditório e propício a gerar divisões, conflitos e desastres” e foi escrito por Juan Ramón Rallo em que o autor cita diversos problemas e contradições da democracia. A democracia, diz o autor, “é um arranjo totalmente contraditório e propício a gerar conflitos e resultados desastrosos”.

4.2.5.2 Agenda 2 - Política Econômica

Não há publicações específicas sobre as propostas de Jair Bolsonaro para a Economia. Mas o IMB procura, recorrentemente, demonstrar práticas que solucionariam problemas de ordem política e econômica. Mas também nota-se publicações em que são feitas interpretações sobre a conjuntura econômica sob a lente da Escola Austríaca. Em artigo sobre “política cambial”, Leandro Roque apresenta uma interpretação acerca da política cambial e a relação entre o Real e o Dólar (norte-americano). Indica que os elevados déficits orçamentários do Governo Federal e a falta de capacidade do governo em cortar gastos, fariam com que os investidores estrangeiros começassem “a duvidar da capacidade do governo brasileiro de honrar suas dívidas”. Não cita diretamente, mas há, implicitamente, a sugestão de redução dos gastos públicos no Brasil, sendo necessário ainda um ajuste fiscal. Roque menciona que

a crise política não permitiu que nenhuma reforma (como a da previdência) fosse feita; considerando que os funcionários públicos não abrem mão de mordomias e seguem tendo aumentos salariais; e

¹⁷⁴ Disponível em <<https://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>>. Acesso em 06 ago. 2021.

relembrando que a greve dos caminhoneiros resultou em novos rombos orçamentários, não é de se estranhar a inquietação dos investidores. Não há nenhum sinal de controle de gastos no governo (ROQUE, 2018).

O que pioraria a situação econômica brasileira, segundo o autor, seria uma possível vitória eleitoral da “esquerda mais radicalizada”. Esta possibilidade faria com que investidores retirassem suas economias do país e trocassem o real por dólares, como teria acontecido em 2002, após a eleição de Lula. No entanto, como Roque afirma em outro texto¹⁷⁵, após apostar em uma equipe econômica ortodoxa, o governo do PT conseguiu convencer investidores e pôde ter sucesso econômico durante uma década.

O IMB, enquanto *intelectual coletivo*, se manifesta publicamente de forma a doutrinar uma geração de pessoas em torno das ideias liberais mais radicais. Elas chegam, em alguma medida, a se confrontar com a institucionalidade e quaisquer políticas que interfiram no livre e irrestrito mercado. Como no caso da previdência social. Segundo Gary North¹⁷⁶,

A criação da previdência social estatal solapou a estrutura familiar do Ocidente. Os pais esperam menos de seus filhos. Os filhos esperam gastar menos com a velhice de seus pais. A ampla aceitação da moralidade das pensões distribuídas pelo governo com o dinheiro dos outros aboliu todo o sentimento de obrigação e culpa dos filhos para com os pais (NORTH, 2018).

Pegando esta indicação acerca da previdência social à guisa de exemplo, verifica-se que o trabalho do Instituto Mises na área econômica é menos levado por questões conjunturais e mais alinhadas aos preceitos que sugerem mudanças sociais profundas, ao menos no que condiz com o elemento superestrutural do funcionamento do Estado. Portanto, podemos supor, com base nas observações feitas, que há apoio entre os *intelectuais orgânicos* do Instituto à medidas como a

¹⁷⁵ ROQUE, L. O que realmente permitiu o grande crescimento econômico brasileiro da última década. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em <https://bit.ly/3FzkwPT>. Acesso em 04 ago. 2021.

¹⁷⁶ NORTH, G. A Previdência Social foi uma criação genial - para os políticos. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em www.mises.org.br. Acesso em 04 ago, 2021.

Reforma da Previdência, política de privatizações ou a redução drástica dos gastos sociais para garantir o melhor funcionamento do livre mercado.

4.2.5.3 Agenda 3 - Combate ao Marxismo Cultural

De forma geral, como visto, o IMB não fez publicações que indicassem, diretamente, preferência por qualquer programa de governo nas eleições. No entanto, identifica-se a presença de intelectuais do IMB que se alinham à perspectiva adotada pelo então candidato Bolsonaro em relação ao “marxismo cultural” e o chamado “politicamente correto”. Embora esta não seja uma temática recorrente no *site* do Instituto, houve espaço para as análises de Antony Mueller, em artigo publicado no IMB em 16 de outubro de 2018¹⁷⁷. De acordo com este autor, embora

o marxismo original tenha, ao redor do mundo, praticamente desaparecido dos movimentos trabalhistas, a teoria marxista segue prosperando nas instituições culturais, no mundo acadêmico e na mídia convencional. Mas não se trata da teoria marxista econômica convencional. Trata-se de um novo marxismo, adulterado e sob uma nova roupagem (MUELLER, 2018).

Mueller aponta, entre as mudanças ocorridas no marxismo, o abandono da retórica da luta de classes que tem, em seu lugar, o crescimento das ideias identitárias que teriam dividido a sociedade entre “opressores e oprimidos”. As classes oprimidas conteriam em seu interior, segundo o professor de Economia da Universidade de Sergipe, “os grupos LGBT, os negros, as feministas, os imigrantes, os ‘não-assimilados culturalmente’ e várias outras categorias consideradas mascotes”. Para Mueller, esta suposta “nova luta de classes” seria o cerne do “marxismo cultural”. Diz,

O marxismo cultural nada tem a ver com a liberdade, com o progresso social ou com um suposto esclarecimento cultural. Ao contrário, tem a ver com a criminalização de idéias: qualquer

¹⁷⁷ MUELLER, A. O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence?. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em <https://bit.ly/3fsKEkM>. Acesso em 05 ago. 2021.

pensamento tido como "ofensivo" ou "excludente" — ou seja, qualquer pensamento que não preste reverência aos "grupos oprimidos" — deve ser criminalizado (MUELLER, 2018).

Fazendo uma interpretação particular do pensamento de Antonio Gramsci, Mueller diz que a força motriz da revolução socialista não seria mais o proletariado, mas os intelectuais. O marxismo teria passado e precisar cada vez mais de líderes culturais, afinal, segundo Mueller, “Para Gramsci, a ‘hegemonia cultural’ não apenas é o grande objetivo da batalha, como também é o seu principal instrumento”. A interpretação do pensamento gramsciano apresentada por Antony Mueller, chega a sugerir que “Os escritos de Gramsci contemplam um totalitarismo que elimina a própria possibilidade de uma resistência cultural às idéias progressistas”; “O objetivo supremo (e autodeclarado) deste movimento é estabelecer um governo mundial no qual os intelectuais marxistas teriam a palavra final” ou “O caminho para o poder preconizado pelos marxistas culturais é por meio da corrupção moral das pessoas” (MUELLER, 2018).

As interpretações feitas por Mueller dialogam, em grande medida, com as ideias proferidas por Olavo de Carvalho e o Gal. Sérgio Augusto de Avellar Coutinho. As discussões culturais e de pauta de costumes não são a tônica do trabalho do IMB em seu *website*. Mas o texto de Mueller demonstra a abertura do Instituto ao pensamento neoconservador e se alinha ao pensamento defendido pela campanha bolsonarista. Não encontramos, por exemplo, textos que pretendessem desmentir ou criticar tais posicionamentos.

4.2.5.4 Agenda 4 - Combate à Corrupção

O combate à corrupção aparece de forma marginal nos artigos do IMB e não faz parte das bandeiras levantadas pelo Instituto. Sua preocupação gira mais em torno da corrupção estatal, como ocorre nos outros institutos analisados na pesquisa, e é em grande medida associada a um suposto socialismo existente em países como a Venezuela ou no Brasil no período do PT no poder.

4.2.5.5 Considerações

O Instituto Mises Brasil é um aparelho privado de hegemonia que atua de forma doutrinária e panfletária no sentido da redução radical do Estado. Durante as eleições presidenciais de 2018, não se manifestou publicamente em favor de nenhum partido político. No recorte cronológico analisado, as publicações do Instituto em seu sítio de *internet* não foram utilizadas como canais de divulgação ou defesa de qualquer candidato. As publicações deste período concentraram-se, majoritariamente em análises conjunturais nacionais e internacionais, sobretudo acerca da economia; campanhas contra o socialismo (ou o que consideram como tal) e contra a intervenção do Estado em qualquer área e sugestões de como os governos deveriam atuar (sempre preservando as diretrizes do estado mínimo, da meritocracia, entre outros). Este fato difere o IMB, por exemplo, do Instituto Liberal, visto que este utilizou seu *website* para veicular textos diretamente orientados ao convencimento dos eleitores em torno da votação em Bolsonaro. No IMB, não se viram publicações abertamente propagandísticas em torno do candidato do PSL. Por outro lado, seu presidente utilizou sua coluna no canal de *youtube* do Instituto para demonstrar apoio e angariar votos para Bolsonaro no segundo turno. A postura do presidente do IMB, como visto, difere-se da adotada pela presidente do IMIL, que se manifestou, no *sítio* do Instituto após cada eleição (primeiro e segundo turnos), mas sem demonstrar apoio a qualquer candidato.

O IMB não parece se preocupar tanto com questões atinentes à democracia, a não ser para apontar em países governados por líderes progressistas e nos candidatos do PT supostas ditaduras. Embora não se evidenciem campanhas a favor de uma nova Constituição, como chegou a aventar o IEE no início de 2018, diversos artigos da Constituição de 1988 contrariam fortemente os preceitos do Instituto que se move no sentido de negar qualquer intervenção do Estado nas liberdades individuais. O perfil econômico ultraliberal no Instituto, decerto, possui similaridades com as propostas de Paulo Guedes. Ainda assim, não encontramos publicações direcionadas aos planos econômicos do candidato Bolsonaro. O único texto encontrado no período que tratou objetivamente sobre o chamado “marxismo cultural” concentra as principais teses defendidas pela ala “ideológica” do candidato.

Assim, o IMB contribuiu para a disseminação de interpretações equivocadas e obscurantistas acerca do marxismo, do socialismo e dos movimentos sociais de esquerda. Por fim, o Instituto não se utilizou do seu *site* no período para fazer coro com a campanha *lavajatista* e anticorrupção. Esta não parece ser uma pauta relevante no IMB, até porque, seus intelectuais historicamente criticam o judiciário, de forma geral, como parte integrante do controle do Estado sobre a sociedade.

4.2.6. Students for Liberty Brasil

O SFLB atua operando juntamente aos mais jovens na formação de líderes defensores das ideias neoliberais. Este fato nos permite caracterizar o SFLB como um gerador de consenso intraclasse, não voltado, necessariamente, ao convencimento das massas “populares”, mas à formação educacional. Além disso, o Instituto não possui, entre seus principais articulistas, pessoas de penetração midiática. Assim, não encontramos no *site*¹⁷⁸ do Instituto, no período analisado, um grande volume de publicações para acesso público. Na seção “Blog” do *site* oficial do Instituto, encontramos, atualmente, apenas três artigos no período analisado (22 de julho a 28 de outubro de 2018) e nenhum debatendo política, economia ou cultura. Para o recorte proposto, que visa analisar o posicionamento do Instituto em relação às agendas do candidato Bolsonaro, o *site* oficial do Instituto e a produção intelectual de seus associados mostraram-se insuficientes.

¹⁷⁸ Disponível em <<https://studentsforliberty.org/brazil/blog/>>. Acesso em 12 ago. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as inúmeras contribuições de Antonio Gramsci para a compreensão da sociedade capitalista, está sua acurada análise de como as classes dominantes organizam seus interesses na sociedade. Para este fim, Gramsci desenvolveu uma robusta teorização no que se refere ao movimento de ampliação do Estado. O *Estado integral* é marcado pelo nexos dialético de unidade/distinção, entre a direção hegemônica que se opera na *sociedade civil* a partir de *aparelhos privados de hegemonia* e o exercício da dominação que pressupõe consenso mas, sem deixar de lado a coerção exercida pela *sociedade política*. A separação entre *sociedade civil* e *sociedade política*, diferentemente de como é apresentada nos discursos da ideologia liberal, só pode ocorrer de maneira analítica pois, na realidade social concreta, elas se expressam de forma imbricada.

A análise feita na presente dissertação privilegiou determinadas instituições que, inscritas na *sociedade civil*, denominam-se partidárias. Entretanto, elas operam interferindo na forma como a *sociedade política* atua, oferecendo as modernas “trincheiras” da guerra de posição enquanto partidos da ordem. A partir do que foi exposto alhures, é possível citar formas de interferências e interconexões entre os institutos liberais, seus associados e o Estado estrito, das quais destacamos: 1) a promoção de eventos com a participação de candidatos políticos; 2) a formação intelectual de candidatos através de cursos acadêmicos; 3) a elaboração de propostas de políticas públicas - chegando ao limite de sugerir uma nova Constituição Federal entregue a presidenciáveis¹⁷⁹ -; 4) a apresentação de pareceres técnicos sobre políticas existentes; 5) a propagação ideológica executada a partir de mídias digitais, material impresso, eventos, cursos e programas que contribuem para a geração de consensos em torno do pensamento liberal-conservador gerando engajamento político; 6) a promoção de seus próprios candidatos aos cargos públicos eletivos e 7) a participação direta dos seus associados no assessoramento de candidatos e na composição de equipes técnicas de governos eleitos, ocupando, inclusive, altos cargos governamentais. Outrossim,

¹⁷⁹ Ver a seção 4.2.2 do presente trabalho.

muitas das empresas mantenedoras dos institutos liberais também são responsáveis pela doação de vultosos recursos às campanhas eleitorais.

Em última instância, estes aparelhos ideológicos garantem a manutenção da dominação burguesa no Brasil. Conectados a organizações transnacionais, os APHs servem à reprodução social do capital e possuem, como características fulcrais, a execução de ações doutrinárias que visam a geração de consenso em torno das ideias do livre mercado, da meritocracia, do empreendedorismo e da defesa da propriedade privada dos meios de produção. Agem ministrando cursos e palestras; articulam outros APHs mais dinâmicos - como a grande imprensa -; promovem eventos com poderosos *networks* e contribuem, decisivamente, para a geração, no *sensu comum*, de uma universalização e naturalização de seus pressupostos de classe.

Quadro 11 - Aparelhos privados de hegemonia analisados na pesquisa

Nome	Ano	Sigla	Sede	Principais formas de atuação
Instituto Liberal	1983	IL	RJ	Promoção de cursos e eventos; Formação de grupos de estudos; Publicação de obras próprias em formatos multimídia; Divulgação de obras liberal-conservadoras clássicas.
Instituto de Estudos Empresariais	1984	IEE	RS	Formação de <i>intelectuais orgânicos</i> sob os preceitos da sociedade do livre-mercado; Promoção de <i>networkings</i> ; Realização do maior evento liberal do país, o Fórum da Liberdade.
Instituto Liberdade	1986	IL-RS	RS	Realização de campanhas pedagógicas; Formação de grupos de estudos; Divulgação de obras clássicas do liberalismo.
Instituto Millenium	2005	IMIL	RJ	Elaboração de políticas públicas; Ampla atuação junto aos grandes monopólios de comunicação; Promoção de palestras em universidades; Produção e divulgação de artigos com diagnósticos e propostas, sobretudo nas áreas da política e da economia; Articulação intraclasse.

Instituto Mises Brasil	2010	IMB	RS	Produção e divulgação de artigos; Produção de conteúdo multimídia; Formação acadêmica, com destaque ao Curso de pós-graduação em Escola Austríaca.
Students for Liberty Brazil	2016	SFLB	Virtual	Promoção de eventos, com destaque para o Liberty Con; Realização de campanhas pedagógicas; Formação voltada para os mais jovens.

Fonte: elaboração própria.

Observou-se que os fundamentos teóricos que norteiam estas instituições derivam de pensadores liberais e conservadores, em seus mais diversos matizes - destacando-se o alinhamento às escolas econômicas Austríaca e de Chicago, ao objetivismo e ao libertarianismo. As similaridades teóricas residem na defesa da sociedade de mercado, na proteção aos direitos de propriedade privada, no individualismo e na militância em torno da redução das funções do Estado na sociedade.

A intensa atuação desses APHs na sociedade ressoou nas eleições de 2018. Direta ou indiretamente, estes institutos realizaram estratégias que contribuíram para a vitória eleitoral de *intelectuais orgânicos* liberais e conservadores - sobretudo aos cargos legislativos -, alguns dos quais, associados a esses institutos. Diante da campanha de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, nenhum dos APHs demonstrou apoio *oficial* a nenhuma legenda ou candidato. Entretanto, veículos oficiais de determinados institutos foram utilizados por seus associados para a manifestação pública de apoio à chapa Bolsonaro/Mourão - sobretudo, no segundo turno das eleições.

Quadro 12 - Posicionamento dos institutos em relação à candidatura de Jair Bolsonaro

Instituto	Posicionamento em relação à candidatura de Jair Bolsonaro
IL	Foram publicados, na seção “artigos” do <i>site</i> do instituto, diversos textos em apoio a Jair Messias Bolsonaro, sobretudo no segundo turno das eleições.
IEE	Durante os pleitos eleitorais, não foram observadas manifestações em favor de qualquer candidato na página oficial do Instituto.

IL-RS	O <i>site</i> do Instituto Liberdade não ofereceu publicações em apoio a nenhum candidato nas eleições de 2018.
IMIL	Entre as numerosas publicações realizadas no sítio do Instituto Millenium, encontram-se manifestações de preferência e apoio ao candidato Bolsonaro mas, também verificou-se manifestações em desacordo com o candidato. Sobretudo relacionadas à chamada pauta de costumes e as desconfianças em relação à capacidade técnica do candidato em promover as <i>contrarreformas</i> . Não encontramos manifestações favoráveis ao candidato Fernando Haddad no segundo turno.
IMB	No <i>site</i> do IMB não foi encontrada qualquer manifestação de apoio formal ao candidato. Mas destaca-se o uso feito pelo seu então presidente do canal de <i>youtube</i> do instituto para declarar apoio ao candidato do PSL.
SFLB	O <i>website</i> do instituto não apresentou qualquer tipo de apoio político eleitoral nos pleitos de 2018.

Fonte: elaboração própria.

Na análise da relação entre os APHs em tela e as propostas/ações do então candidato Jair Messias Bolsonaro, foram priorizadas quatro agendas:

- Agenda 1: o respeito de Bolsonaro às instituições democráticas constitucionais;
- Agenda 2: política econômica;
- Agenda 3: combate ao “marxismo cultural”;
- Agenda 4: combate à corrupção.

O recorte cronológico proposto vai do dia 22 de julho de 2018 a 28 de outubro de 2018. Os quadros a seguir buscam demonstrar as tendências atinentes ao posicionamento dos institutos frente às propostas e ações do candidato Bolsonaro em relação às referidas agendas. A categorização foi guiada pela seguinte pergunta: o instituto demonstrou-se **favorável** às propostas e ações apresentadas pelo candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 nas áreas selecionadas? A aferição do nível tendencial de concordância dos institutos com as propostas/ações do candidato é demonstrada com os seguintes valores: **sim** (favorável ao candidato); **não** (desfavorável ao candidato); **parcialmente** (apoio parcial ao candidato na referida agenda) e **não identificável** (quando não foram encontrados elementos suficientes para demonstrar a tendência do instituto).

O quadro 13 demonstra os resultados obtidos a partir de uma busca *restrita*, em que se obedecem todos os seguintes critérios:

- Artigos obtidos nos *sites* oficiais dos institutos;
- Artigos objetivamente relacionados às ações/propostas do candidato Bolsonaro;
- Artigos objetivamente relacionados às referidas agendas;
- Artigos publicados entre 22 de julho e 28 de outubro de 2018.

Quadro 13: Posicionamentos tendenciais dos institutos em relação às ações e propostas do candidato Bolsonaro - busca restrita

Instituto	Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
IL	Sim	Sim	Sim	Não identificável
IEE	Não identificável	Não identificável	Não identificável	Não identificável
IL-RS	Não identificável	Não identificável	Não identificável	Não identificável
IMIL	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim
IMB	Não identificável	Não identificável	Não identificável	Não identificável
SFLB	Não identificável	Não identificável	Não identificável	Não identificável

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que a ausência de publicações específicas que relacionem o candidato Jair Messias Bolsonaro e as agendas selecionadas no recorte proposto reduz, significativamente, a coleta de tendências por parte dos institutos. Evidenciam-se apenas os posicionamentos do IMIL e do IL, visto que foram os únicos canais a publicarem textos analíticos acerca das eleições em seus *sites*. No entanto, quando considerada de forma *ampliada*, a análise evidencia resultados diferentes. Nesta coleta foram levados em conta informações obtidas fora dos *sites* oficiais e/ou fora do recorte proposto, priorizando a fala dos presidentes dos institutos. Os resultados aparecem da seguinte forma:

Quadro 14 - Posicionamentos tendenciais dos institutos em relação às ações e propostas do candidato Bolsonaro - busca ampliada

Instituto	Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
IL	Sim	Sim	Sim	Sim
IEE	Não identificável	Sim	Sim	Sim
IL-RS	Sim	Sim	Sim	Sim
IMIL	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim
IMB	Sim	Sim	Sim	Não identificável
SFLB	Não identificável	Sim	Não identificável	Não identificável

Fonte: elaboração própria.

Na Agenda 1, que tratou do respeito de Bolsonaro às Instituições democráticas constitucionais, constatamos uma recorrente estratégia propagandística que consistiu em relativizar as declarações e atitudes antidemocráticas de Jair Bolsonaro. Isto ocorreu, sobretudo, no segundo turno das eleições, quando se confrontavam Bolsonaro e Haddad. Sobre o último, coube a alcunha de antidemocrático e reforçou-se um discurso em torno da ligação de Haddad a governos supostamente autoritários. Dos quatro institutos em que foi observado este movimento, o IL, o IL-RS e o IMB, através de seus articulistas, foram taxativos em comparar os governos do PT a ditaduras e relativizar o autoritarismo bolsonarista. Entre os especialistas do IMIL, no entanto, foram observados artigos que denotavam o caráter autoritário de Bolsonaro. Deve-se mencionar a ocorrência de citações que alocaram Bolsonaro e Haddad em patamares equivalentes mas, no decorrer das análises, não foram encontrados quaisquer argumentos que indicassem Bolsonaro como mais nocivo ao Estado democrático de direito do que seu concorrente no segundo turno. A grosso modo, a narrativa hegemônica entre os Institutos analisados é a de que a opção eleitoral mais democrática e institucionalmente segura, seria Jair Messias Bolsonaro.

Sobre a visão dos institutos acerca da agenda 2, ou seja, das propostas de política econômica apresentadas por Bolsonaro, notou-se um uníssono apoio. Em que pese uma ou outra sugestão de ajuste, os institutos conferiram apoio às propostas e a seu responsável, o economista Paulo Guedes. Entre as publicações

do Instituto Liberal e do Instituto Millenium foram notadas opiniões que apresentavam dúvidas quanto à capacidade de Bolsonaro em executar as tarefas que lhe caberiam no processo de reforma previdenciária, nas privatizações e na execução das políticas fiscais sugeridas por Guedes. Não foram encontradas, nas análises, quaisquer menções que sugerissem apoio às propostas econômicas de Haddad ou Ciro Gomes (segundo e terceiro colocado nas eleições, respectivamente). O candidato do Partido NOVO, João Amoedo (que ficou com apenas 2,5% dos votos no primeiro turno), foi recorrentemente citado como o que melhor atendia aos anseios dos *intelectuais*. Sendo substituído, em preferência, por Bolsonaro no decorrer da campanha, dado o nanismo da campanha de Amoedo em relação à do candidato do PSL. Não foram encontradas quaisquer sugestões contrárias às políticas de privatização, reforma previdenciária e de ajuste fiscal apresentadas por Jair Bolsonaro.

Em relação à terceira agenda, que consiste no combate ao chamado “marxismo cultural”, nota-se que nenhum dos institutos apresenta, em suas descrições, fundamentos e valores a necessidade objetiva de guerra cultural especificamente às ideias marxistas e gramscianas. Estas questões, no entanto, são citadas em textos opinativos de determinados articulistas, mas não aparecem com o mesmo nível de relevância das pautas econômicas. Mais uma vez, nota-se a ausência de informações públicas sobre o posicionamento do SFLB a respeito e, entre os articulistas do IMIL aparecem os que enxergam a questão de formas bem diferentes do que se propaga nos meios bolsonaristas.

Sobre a agenda 4, corroborando com o pensamento hegemônico que permeia a sociedade, de que a corrupção é um dos maiores problemas do país, os institutos liberais e seus intelectuais demonstraram apoio à Operação Lava-jato e a consequente prisão de Luiz Inácio “Lula” da Silva que tem Moro como personagem central. A pesquisa indica que, no período eleitoral de 2018, havia apoio maciço, entre os institutos, ao ex-juiz Sérgio Moro (o que ficou evidente no Fórum da Liberdade daquele ano). A aproximação de Bolsonaro a Moro, no período eleitoral, era um fator importante e, neste assunto, colocava Bolsonaro e os institutos no mesmo lado da trincheira.

A presente pesquisa indica ainda que, diante das eleições de 2018, mantiveram-se alguns padrões entre os institutos: 1) nenhum *intellectual* demonstrou apoio ao candidato Fernando Haddad no primeiro ou segundo turno das eleições; 2) não foram encontradas quaisquer menções em defesa da ampliação de direitos sociais; 3) entre os campos “economia”, “cultura” e “política”, a primeira possui preponderância sobre as demais; 4) não foram encontradas quaisquer adjetivações ao movimento bolsonarista ou à figura pessoal do ex-capitão vinculando-os ao fascismo ou ao neofascismo; 5) um ponto central defendido pelos institutos é a suposta necessidade de prosseguimento das *contrarreformas*; 6) é praticamente unânime a interpretação que vincula “estatismo”, “socialismo” e “corrupção”.

Há, contudo, diferenças entre estes APHs observáveis nas práticas estratégicas, na envergadura e nos posicionamentos adotados diante de determinadas conjunturas. 1) Nas eleições de 2018, o Instituto Liberal deixou evidente suas expectativas e opções políticas, veiculadas através de seus *intelectuais*. Entre seus associados, o instituto promoveu apoio ao candidato Jair Bolsonaro, publicou diversos textos sobre a conjuntura política, dos quais alguns exaltavam Bolsonaro como um mal menor que o Partido dos Trabalhadores para “sociedade brasileira”. A maior exaltação, como se observou, foi à pasta econômica que, em caso de uma vitória eleitoral, seria chefiada por Paulo Guedes; 2) O Instituto de Estudos Empresariais age de forma mais restrita, promovendo articulações intraclasse, fazendo uso de sua capilaridade entre grandes empresas e organizando o maior evento do pensamento liberal do país; 3) O Instituto Liberdade concentra-se muito mais na Região Sul do País, tendo hoje relevância muito menor, no cenário nacional, do que os outros institutos analisados; 4) Já o Instituto Millenium ocupa, nos últimos anos, o papel de maior Instituto liberal do país. Entre seus fundadores estão integrantes de outras organizações relevantes, economistas de renome, grandes empresários e importantes figuras midiáticas. O IMIL mostra-se, além disso, uma organização com perspectivas teóricas mais elásticas, a julgar pela relativa pluralidade dos seus associados. Relativa pois apoia-se em limites claros, como a defesa da propriedade privada dos meios de produção, do livre mercado e demais preceitos de matriz liberal, ideias que dão a coesão do Instituto o tornando um importante *intellectual coletivo*; 5) Muito mais radical na defesa de seus princípios é o

Instituto Mises Brasil. Que concentra, majoritariamente, *intelectuais* defensores de um ultraliberalismo que pretende uma redução drástica da atuação do Estado na sociedade. Promove cursos, inclusive de pós-graduação, que visa popularizar o pensamento da Escola Austríaca e do economista que dá nome ao Instituto. 6) Por fim, o *modus operandi* do Students for Liberty Brazil consiste, seguindo a forma de atuação de sua matriz estadunidense, em formar jovens com o pensamento do livre mercado. Entre seus cursos encontram-se alguns com conteúdos radicais em torno de ideias liberais/libertárias, como o curso sobre o *objetivismo*. Não atua de forma tão visível, do ponto de vista midiático, mas cumpre um importante papel na difusão da agenda liberal, visto que forma líderes empresariais e acadêmicos.

A existência dos institutos analisados no presente trabalho se articula ao relevante crescimento (em número e importância) de APHs que, na relação entre capital x trabalho, atuam em prol do primeiro. Este crescimento ocorre em várias partes do mundo, não só no Brasil, sinalizando o alto investimento feito por frações da classe dominante internacionalizada em instrumentos que gerem consenso em torno de seu ideário. Seguindo as ideias de Gramsci, acredita-se que a compreensão destes instrumentos de classe é fator indispensável para as lutas em prol da construção de um novo tipo de sociedade, livre das amarras do capital.

Os resultados da pesquisa lançam bases para futuras análises que demonstrem a permanência ou a inflexão dos institutos em seus posicionamentos durante o governo Bolsonaro (2019 - 2022).

REFERÊNCIAS

“A GENTE ajudou na mudança de mentalidade do brasileiro”, diz CEO do Instituto Millenium ao Boletim. **Boletim da Liberdade**. 27 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3I7PsZa>. Acesso em: 13 jan. 2019.

AMARAL, M. A nova roupa da direita. **Agência Pública**. Disponível em: <https://bit.ly/3fwPspb>. Data de acesso: 10 abr. 2018.

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTISSISTEMA, MBL quer até virar partido. Jornal Estadão. Disponível em: <https://bit.ly/327TRfo>. Acesso em 16 jun. 2020.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “mais Mises, menos Marx”. *in* DEMIER, F., HOEVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

AYRES, Marcela. O que pensa Paulo Guedes, o cérebro econômico de Jair Bolsonaro. **Exame**. 28 maio 2018. Disponível em <https://bit.ly/3quNM62>. Acesso em 12 ago. 2021.

BALDISSERA, Rudimar; SILVA, Magno Vieira da. Organizações comunicadas e ethos discursivo: imagens de si ofertadas em sites institucionais. In: **CONGRESSO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS – ABRAPCORP**, 5, São Paulo, 2011. Anais. São Paulo: ABRAPCORP, 2011.

BANCADA evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro. **Estadão**. 04 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qHo3aN>. Acesso em 21 fev. 2021.

BAGGIO, Kátia Gerab. **Conexões ultraliberais nas Américas**: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campo Grande, MS, 2016.

BARBOSA, J. R. **"Movimento Brasil Livre (MBL)" e "Estudantes Pela Liberdade (EPL)":** ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. anais de evento. 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - GT 11 - Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. 23 a 27 de outubro - 2017.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERLANZA, Lucas. **GUIA BIBLIOGRÁFICO DA NOVA DIREITA: 39 LIVROS PARA COMPREENDER O FENÔMENO BRASILEIRO**. 1ª Ed. Resistência Cultural, 2017.

_____. **Lacerda: A Virtude da Polêmica**. LVM: São Paulo, 2019.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci - Filosofia, História e Política**. Campinas: Alameda Editorial, 2008

_____. O Léxico de Gramsci: Hegemonia, Guerra de Posição e Revolução Passiva. *in* **Movimento: Crítica, Teoria e Ação**, ano 3, v.1, nº7-8 - out.2017 - mar.2018. Porto Alegre: Movimento, 2018. pp. 227 a 238.

BOITO Jr. Armando. A Terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **Blog A Terra é Redonda**. 17 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nSvSZp>. Acesso em 20 jul. 2020.

BOLSONARO defende generais em ministérios e diz que presidentes anteriores nomearam terroristas. **Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://bit.ly/3GusdII>. Acesso em 06 ago. 2020.

BOLSONARO diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'. **G1 Política**. 08 nov. 2016. Disponível em <https://glo.bo/3HWGZrI> Acesso em 21 jan. 2020.

BORON, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como "fascista" é um erro grave. **Blog Brasil de Fato**. 02 de janeiro de 2019. Disponível em <https://bit.ly/3A1QF1n>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, F., HOEVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRAGA, Ruy. Os sentidos de junho. **Blog da Boitempo**, 06 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3FttbTG>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRAGON, Ranier et al. No 1º ano de Bolsonaro, educação, saúde e social pioram, criminalidade recua e economia vê equilíbrio. **Jornal Folha de São Paulo**. 16 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://bit.ly/3mugP4r>. Acesso em 21 jun. 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros (1964-1985)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

CANDIDATA a vice na chapa de Filipe Sabará anuncia que desistiu de concorrer à Prefeitura de SP. **Portal G1**. 24 out. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3K9R5XW>. Acesso em 21 dez. 2021.

CARAZZAI, E. e VIZEU, Rodrigo. Bolsonaro e Haddad dizem que vão governar respeitando a Constituição. **O Globo**. 08 out. 2018. Disponível em <https://glo.bo/3qtsUMq>. Acesso em 21 jan. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, v. 21, n. 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

CARVALHO, Olavo. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994.

_____. **O imbecil coletivo**: atualidades inculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade. 1996.

_____. **O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Construção Simbólica do Neoliberalismo no Brasil**: a ação pedagógica do Instituto Liberal (1983-1998). Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2011.

_____. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). - *Tese de Doutorado em História Social*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **Blog A Terra é Redonda**. 06 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34MgwyE>. Acesso em 20 jul. 2020.

CICCARELLI, Roberto. Guerra de Posição. Verbete In: LIGUORI, G. & VOZA, P. (Orgs). **Dicionário Gramsciano**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CIMENTI, Laura. "Simplificar para Evoluir" in RISK, Caio; VARGAS, Felipe Franzon orgs. **Pensamentos liberais**: A voz da mudança; v.22, 1ª ed. - Porto Alegre, RS : Buqui, 2018.

CLEARY, Skye C. A filosofia deu de ombros: ignorar Ayn Rand não a fará ir embora. **Nexo**. Tradução Camilo Rocha. 30 jun. 2028. Disponível em <https://bit.ly/3A83LtR>. Acesso em 16 jun. 2020.

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital – Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História – UFF, Niterói, 2005.

CONSTANTINO, Rodrigo. Afinal, qual é o legado econômico de Michel Temer? Arquivo de vídeo. **Canal Jovem Pan News no Youtube**. 27 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tjLo3J>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. CONSTANTINO, R. Demétrio Magnoli ridiculariza Olavo de Carvalho, o “Bruxo de Virgínia”, mas deveria reler seu próprio livro. **Gazeta do Povo**. 03 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3rsctPR>. Acesso em 20 jun. 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: **Novos Rumos**. Marília, v. 49, n.1, p. 117-126, jan-jun, 2012.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011c.

_____. **De Rousseau a Gramsci**. SP: Boitempo, 2011a.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A Revolução Gramscista no Ocidente: A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci e os Cadernos do Cárcere**. Ombro a ombro, 2002.

_____. **Cadernos da Liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado**. Belo Horizonte: Sografe, 2003.

DEFENSOR da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: ‘o erro foi torturar e não matar’. **Jovem Pan**. 08 jul. 2016. Disponível em <https://bit.ly/3FpLaul>. Acesso em 21 jan. 2020.

DEFESA de Dilma nega crime de responsabilidade – **Bom dia Brasil – G1**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2otvtvk>. Acesso em: 16 ago. 2018.

DEL ROIO, Marcos. A terceira fase do neoliberalismo. **Revista Marxismo 21**. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org>. Acesso em 08 jan. 2020

DELATOR confirma: Lula era o chefe da quadrilha do petróleo”, Revista Veja, 02 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3KhrOLG>. Acesso em 21 fev. 2021.

DEMIER, Felipe. A Revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, F., HOVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

_____. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O Brasil nas trevas (2013-2020): do golpe neoliberal ao neofascismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Jornal GGN**. 24 de dezembro de 2019. Disponível em <https://bit.ly/3tt8g0M>. Acesso em 23 jun. 2020.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA FILHO, Rodrigo. A importância da “política” no pensamento de Gramsci. In: **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS, v.4, nº11, p. 05-20, mai/ago, 2014.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

EPL não virou SFL Brasil, diz Juliano Torres em nota no Facebook. **Boletim da Liberdade**. Disponível em: <https://bit.ly/3nwwELs>. Acesso em 17 jun. 2019.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. In: **The Intercept Brasil**. 11 de agosto de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3FynYKz>. Acesso em 20 mar. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. A Reforma da Previdência é para beneficiar os Bancos. In DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **O Brasil nas trevas (2013-2020)** [recurso eletrônico]: do golpe neoliberal ao neofascismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2006.

_____. **PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL ATUAL.** **Caderno CRH**, Salvador, v. 31 , n. 84 , p. 519-534, Set. / Dez. 2018.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes:** história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. Hegemonismos e Política. in MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

FÓRUM DA LIBERDADE. **Canal do Youtube.** Disponível em: <https://bit.ly/3rlveo8>. Acesso em 07 maio 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório ICJBrasil.** 1º Semestre - 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3I1bMDM>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GANEN, Angela. Crítica à leitura hayekiana da História: a perspectiva da ação política de Hannah Arendt. **Nova Economia.** Belo Horizonte. 19 (2). p. 267-284. mai-ago de 2009.

GASPAR, Danielle Moraes. **Os documentários do IPES e a campanha ideológica:** As práticas audiovisuais e a preparação do golpe de 1964. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

GASPAR, Malu. O Fiador: A trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro. **Revista Piauí.** Ed. 144. Setembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3qApJT2>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Socialismo e Fascismo**. Turim: Einaudi, 1978

GROS, Denise B. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

_____. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [Recurso digital]. 2004, vol.19, n.54, pp.143-159.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Os Fundamentos da Liberdade**. [S.l.]: Editora Visão, 1972.

HOBSBAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, F., HOEVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HOEVELER, Rejane; MELO, Demian. A agenda anticorrupção e as armadilhas da pequena política. *in* DEMIER, F., HOEVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

_____. MUITO ALÉM DA CONSPIRAÇÃO: UMA REAVALIAÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE RENÉ DREIFUSS. **Tempos Históricos**. Volume 18. 1º Semestre de 2014. p. 13-43

JAIR Bolsonaro é o presidente de baixo clero. **Carta Capital**, 14 jul. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3FyJVJm>. Acesso em 21 fev. 2021.

JORNALISTA gaúcha revela como Bolsonaro conheceu Paulo Guedes, tudo providenciado pelo empresário Winston Ling”. **Vide Versus Blog**. 15 de novembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34YoFjN>. Acesso em 06 set. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502.

KLIASS, Paulo. Paulo Guedes, exemplar aprendiz do ultraliberalismo. **Outras Palavras**. 08 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33hs5xm>. Acesso em 02 out. 2021.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?:** questões candentes de nosso movimento. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. [recurso eletrônico]

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. **Revista Novos Rumos**. Ano 21, nº46, 2006.

_____. Ideologia. Verbete Verbete In: LIGUORI, G. & VOZA, P. (Orgs). **Dicionário Gramsciano**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIMA, João Gabriel de. As direitas em choque - O efeito retardado da bomba Bolsonaro sobre as tribos liberais. **Revista Piauí**. Ed. 169. Outubro de 2020. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-direitas-em-choque/>>. Acesso em 01 nov. 2020.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. *in* VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **Blog A Terra é Redonda**. 24 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3twAp7e>. Acesso em 20 jul. 2020.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **A Verdade Vencerá:** o povo sabe por que me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018.

LULA é o chefe do maior esquema corrupto da história da humanidade. **Jovem Pan**, 08 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33hAW2p>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MAGNOLI, D. Medo da Ural. **O Globo**. 03 dez. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3qB0UGV>. Acesso em 16 jun. 2021.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia... [et al]. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência, 1973. in: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgas). **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Rafael moro. COMO A GAZETA DO POVO, DO PARANÁ, DEU UMA GUINADA À DIREITA E VIROU PORTA-VOZ DO BRASIL DE BOLSONARO. **The Intercept Brasil**. 10 dez 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nt17tt>. Acesso em 21 jan. 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital: crítica da economia política**. livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTAR, S. Voto útil em Bolsonaro provoca racha no partido Novo, de João Amoêdo. **Folha de São Paulo**. 04 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3le43Ca>. Acesso em 21 ago. 2021.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. Verbete in: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da crítica conjuntura da política brasileira. *in* DEMIER, F., HOEVELER, R. [orgs]. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian Bezerra de. **A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira**. Trabalho apresentado no evento "Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente" - Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24 ago. 2015 a 28 ago. 2015

_____. **O MBL e sua rede**. Disponível em: <https://bit.ly/3GwTfii>. Publicado em 09 nov. 2017. Acesso em 12 jun. 2019

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana: um tratado de economia** – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010

_____. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto Liberal, 1987.

MORANDI, Felipe. “A privatização como solução para os presídios brasileiros” in RISK, Caio; VARGAS, Felipe Franzon orgs. **Pensamentos liberais: A voz da mudança**; v.22, 1ª ed. - Porto Alegre, RS : Buqui, 2018.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Manual de Instruções para Filiais Municipais**. MBL, 2015.

MÜLLER, Bruno Raphael. **Estudantes Pela Liberdade desafia hegemonia da esquerda**. Jornal Gazeta do Povo. 22 de junho de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3fBux4h>. Acesso em: 12 jun. 2019.

NÃO TENHO dúvidas de que o ex-presidente Lula é corrupto’, afirma Janot. **Revista Veja**. 26 set. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3tCcTpo>. Acesso em 21 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **ELEMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO MANIFESTO COMUNISTA**. s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3ttINEB>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Sillas Battastini. “A privatização como solução para os presídios brasileiros” in RISK, Caio; VARGAS, Felipe Franzon orgs. **Pensamentos liberais: A voz da mudança**; v.22, 1ª ed. - Porto Alegre, RS : Buqui, 2018.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE - Proposta de Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro. Disponível em <https://bit.ly/3KhBYvW>. Acesso em 06 ago. 2020.

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3qwxx8n>. Acesso em: 12 ago. 2014.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. 1 ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. **A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua**. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul, 2016

PASTOR Everaldo e filhos são presos em operação que afastou Witzel do governo de RJ”. **Portal G1**. 28 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3twDzYF>. Acesso em 06 set. 2020.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Revista Aurora**, Marília, v.5, n.2, p. 57-80, jan.-jun., 2012.

PATSCHIKI, Lucas. Organiza-se contra o povo: A criação do Instituto Millenium (2005-2007). In: **Encontro Regional de História da ANPUH-SP**, 23., 2006, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: ANPUH-SP, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3KdTDDEM>. Acesso em: 08 ago. 2018.

_____. **Os litorais da nossa burguesia: mídia sem máscara em atuação partidária (2002-2011)**. *Dissertação de mestrado em História*. Programa de Pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2012.

PEREIRA COUTINHO, João. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

PESTANA, Marco. Por que os recentes protestos de massa no Brasil não devem se transformar em movimentos contra a corrupção? **Blog Esquerda Online**. 20 de junho de 2013. Disponível em <<https://bit.ly/37Ur6T0>>. Acesso em 02 ago. 2018.

PINHEIRO, Vinícius. Os 5 porquês: as razões da preferência do mercado por Bolsonaro. **Seu Dinheiro**. 05 de outubro de 2018. Disponível em <https://bit.ly/3ftVSW7>. Acesso em 21 jun. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015) in ROCHA, Camila e SOLANO, Esther (Orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PINTO, Eduardo Costa. **Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://bit.ly/33j9zoD>. Acesso em 10 ago. 2021.

PONDÉ, L. F. Conservar o quê? **Folha de São Paulo**. 13 out. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3rlzgg9>. Acesso em: 12 jul. 2020.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta E Seus Inimigos**. 2 Volumes. Editora APGIQ, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUEM é Olavo de Carvalho, protagonista de polêmicas do governo Bolsonaro?. **Política - IG**. Disponível em <https://bit.ly/3Kf1MZx>. Acesso em 16 jun. 2020.

QUEM vai ajustar a Previdência? **Isto É Dinheiro**. 01 dez. 2016. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/quem-vai-ajustar-a-previdencia/>>. Acesso em 07 set. 2020.

RACHEWSKY, Roberto. RACHEWSKY, R. A relação de Roberto Marinho com comunistas e militares. **Gazeta do Povo**. 10 ago. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3laWEnn>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Como acabar com o jogo de cartas marcadas da política brasileira? **Notícias Agrícolas**. 27 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3lavT2h>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Discurso de abertura da I Ayn Rand Conference Brasil. **Objetivismo Brasil**. 26 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tyynn9>. Acesso em: 13 out. 2021.

RAND, Ayn. **A revolta de Atlas** [recurso eletrônico]. São Paulo: Arqueiro, 2012.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros. **Liinc em Revista**, v 8, n 1, março, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, Camila. Direita em Rede: *think tanks* de direita na América Latina. in VELASCO e CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs). **Direita, volver!**: o retorno da direita a o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **Menos Marx, Mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

_____. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? in SOLANO, Esther. (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, Camila; PUGLIA, Leo. Olavo de Carvalho e Paulo Guedes - Os ideólogos de Jair Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed. 139. 31 de janeiro de 2019. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/os-ideologos-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 21 set. 2019.

SALDAÑA, Paulo. Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas. **Folha de São Paulo**, 23 de outubro de 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nt3o8k>. Acesso em 13 out. 2020.

SANCHES, Mariana. Por que o Foro de São Paulo é mais importante para a direita do que para a esquerda. **BBC News Brasil**, 24 jul. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49093277>>. Acesso em 21 jan. 2020.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCHWARTSMAN, A. Na Balança. **Jornal Folha de São Paulo**. Edição digital, 26 dez. 2018, disponível em: <https://bit.ly/3tunhzq>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá: O povo sabe por que me condenam** [recurso eletrônico]. Organização Ivana Jinkings; colaboração Gilberto Maringoni, Juca Kfourir, Maria Inês Nassif [et al.]. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SILVEIRA, L. **Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2013.

SOTO, Jesus Huerta de. **A Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SOUZA FILHO, R. de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, G.; SOARES, M.G.M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Revista Ser Social**. nº 44. jan.-jun. 2019.

SPERANDIO, Luan. O mercado deveria tomar cuidado com a Incógnita Bolsonaro. **Terraço Econômico**. 02 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zSHksC>. Acesso em 21 maio 2021.

STOPPINO, Mario. Ideologia. Verbete *in*: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *in* VELASCO e CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs). **Direita, volver!**: o retorno da direita a o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEMER admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara. **Congresso em Foco – UOL**. Disponível em: <https://tinyurl.com/yy86pxvv>. Acesso em: 16 ago. 2018.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

TOLEDO, José Roberto de. MUITO DEUS, POUCA MULHER: Uma análise visual dos programas de governo dos candidatos a presidente. **Revista Piauí/Folha de São Paulo**. 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ttKC4p>. Acesso em 06 ago. 2020.

TROTSKY, Leon. **What Is Fascism**. Extracts From a Letter to a Comrade. Leon Trotsky Internet Archive (www.marxists.org), 2012. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/11/fascism.htm>>. Acesso em 02 nov. 2021.

_____. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VEJA as propostas de Paulo Guedes, assessor econômico da campanha de Jair Bolsonaro. **Portal G1**. 21 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3GBVuRw>. Acesso em 12 ago. 2021.

ZALESKI, Fernanda. 6 motivos pelos quais qualquer pessoa de centro pode votar em Jair Bolsonaro. **Gazeta do Povo**. set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/32238pe>. Acesso em 21 jan. 2020.

FONTES: CONTEÚDOS PUBLICADOS PELOS INSTITUTOS

A REVOLTA de Atlas já é o livro mais vendido da lista de ficção da livraria Cultura. Instituto Millenium. Disponível em <https://bit.ly/3A2NQgq>. Acesso em 21 ago. 2020.

AÇÃO humana em Roraima - uma campanha do IMB - Uma ajuda humanitária às vítimas do socialismo. **Instituto Mises Brasil**. 25 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3I8QUdN>. Acesso em 16 jun. 2019.

ALVES, P. H. A volta do PT e a síndrome de Pilatos. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

BALASSIANO, M. Propostas para Economia: Bolsonaro X Haddad. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

BASTOS, C. Eleitores de Amoedo deveriam mudar seu voto para Bolsonaro? **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

BELTRÃO, H. Eleições: O Brasil Mudou | #019 Carta Semanal. Canal do Youtube do Instituto Mises Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3qxgyTn>. Acesso em 02 ago. 2021.

BERLANZA, L. A 'filosofia' de Paulo Guedes para a economia brasileira. **Instituto Liberal**. 03 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nwTbYn>. Acesso em 12 maio 2021.

_____. Colunistas do Instituto Liberal na equipe de Paulo Guedes, boa sorte! Instituto Liberal. 01 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3rmTgPI>. Acesso em 12 maio 2021.

_____. O lugar de Michel Temer na História. **Instituto Liberal**. 28 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nP1Cyz>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Por que o único caminho do Brasil agora é eleger Bolsonaro. Instituto Liberal. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARDOSO, J. C. Jair Bolsonaro e a esperança de um Brasil de disciplina, ordem e progresso. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

FRANCIATTO, C. A chapa Bolsonaro-Mourão: como pegar o touro à unha. **Instituto Liberal**. 18 set. 2018. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

GUROVITZ, H. Precisamos de outra Constituição?”. Instituto Millenium. 04 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nvLTUG>. Acesso em 09 dez. 2020.

KISTENMACHER, T. Bolsonaro, Jornalismo e ideologia nas eleições. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

MAUAD, João Luiz. Brasileiros Enfeitiçados Pelo Dirigismo Estatal. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. O papel de Lord Acton como herói da liberdade. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://bit.ly/34Y5Xc3>. Acesso em: 16 set. 2019.

MELO, J. C. A dinastia Bolsonaro - ou o início de um longo período liberal-conservador. **Instituto Liberal**. 09. out. 2018. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Eu apoiava Amoêdo, agora apoio Bolsonaro. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

MUELLER, A. O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence?. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em <https://bit.ly/3fsKEkM>. Acesso em 05 ago. 2021.

NASCIMENTO, M. M. Por uma educação mais conservadora. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

NETTO, J. H. Mercado e Economia. **Instituto Millenium**. 17 set. 2018. Disponível em <<https://www.institutomillenium.org.br/mercado-e-economia/>>. Acesso em 21 ago. 2019.

NÓBREGA, M. Temos um novo e excelente projeto de reforma da Previdência. **Instituto Millenium**. 09 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tyZluY>. Acesso em: 16 jun. 2021.

NORTH, G. A Previdência Social foi uma criação genial - para os políticos. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em www.mises.org.br. Acesso em 04 ago, 2021.

O CAMINHO da prosperidade? **Instituto Millenium**. 18 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GEB624>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PAGANI, Lucas. A reação versus o Establishment: Bolsonaro versus Haddad. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

PAIXÃO Jr. S. V. Capitalismo democrático. **Instituto Millenium**. 27 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qyaDh2>. Acesso em 20 jun. 2021.

PEREIRA, J. P. S. Não há ameaça maior à democracia brasileira que a volta do PT. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

PINHO, A. Bolsonaro, Roda Viva e a revolta contra as máquinas. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

PINTO, P. P. Coragem de ser brasileiro. **Instituto Millenium**. 08 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3AdDs5K>. Acesso em 23 jul. 2021.

_____. O que desejamos para o próximo governo”. **Instituto Millenium**. 29 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3nzLX5R>. Acesso em 23 jul. 2021.

RACHEWSKY, R. A decadência do keynesianismo e a ascensão das ideias liberais no Brasil”. **Instituto Liberal**. 01 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3rHULIn>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Bolsonaro e a bolha pseudo moralista dos “politicamente corretos”. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Chile e Brasil entre o socialismo e a prosperidade. **Instituto Liberal**. 08 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3qAyXPw>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Como acabar com o jogo de cartas marcadas da política brasileira? **Instituto Liberal**. 23 jul. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3quYWaW>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Economia brasileira: não dá para comer o bolo e tê-lo. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Entenda a diferença entre a esquerda e os liberais. **Instituto Liberal**. 15 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GBoWHi>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Liberais por conveniência ou por convicção? **Instituto Liberal**. 08 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3GC9j2n>. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. O que devemos fazer com leis inúteis e autoritárias? **Instituto Millenium**. 19 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3A33Eja>. Acesso em 16 jun. 2021.

REBELLO, H. Bolsonaro: um mal necessário? **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Para além das ideologias. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

REVOLUCIONANDO a Agenda Política. **Instituto Millenium**. Disponível em: <https://bit.ly/3I7Jvel>. Acesso em: 13 jan. 2019.

RIZK, Caio. “O tamanho do Estado e a consciência dos indivíduos” in RISK, Caio; VARGAS, Felipe Franzon orgs. **Pensamentos liberais: A voz da mudança**; v.22, 1ª ed. - Porto Alegre, RS : Buqui, 2018.

ROCHA, R. V. O messianismo antiliberal em torno de Jair Bolsonaro. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

ROCHAMONTE, Catarina. “Meus filhos, minhas regras”. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

ROQUE, L. Afinal, o câmbio está barato ou caro? Eis uma maneira de estimar seu atual “valor correto”. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3FzkwPT> Acesso em 02 ago. 2021.

_____. Como ocorreu a crise financeira americana? **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: www.mises.org.br. Acesso em 02 ago. 2021.

_____. O que realmente permitiu o grande crescimento econômico brasileiro da última década. **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: www.mises.org.br. Acesso em 02 ago. 2021.

SPERANDIO, L. As trapalhadas de Jair Bolsonaro na articulação política. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.,

_____. Governo Bolsonaro não pode vacilar sobre Reforma da Previdência. **Instituto Liberal**. 05 dez. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3A2U7Jb>. Acesso em 12 maio 2021.

_____. Correios: a pior das estatais brasileiras. **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Porque o #EleNão é ineficaz contra Jair Bolsonaro: **Instituto Liberal**. Disponível em: www.institutoliberal.org.br. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Quem perde com Bolsonaro no PSL? Você. **Instituto Liberal**. 08 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3K9oG4j>. Acesso em 16 fev 2021.

PÁGINAS DE INTERNET CONSULTADAS

www.atlasnetwork.org.

www.boletimdaliberdade.com.br

www.camara.leg.br

www.divulgacandcontas.tse.jus.br

www.epl.org.br

www.fessp-esp.org.br

www.fgv.br

www.forbes.com

www.forumdaliberdade.com

www.gov.br/anp

www.heritage.org

www.iee.com.br

www.institutoliberal.org.br

www.institutoliberalidade.com.br

www.institutomillennium.org.br

www.learnliberty.org

www.mapaosc.ipea.gov.br

www.mises.org.br

www.pgea.com.br

www.planalto.gov.br

www.pucsp.br

www.sentinelalacerdista.com.br

www.tse.jus.br

www.studentsforliberty.org/brazil

www.summer.mises.org.br

www.winter.mises.org.br

APÊNDICE A - Associados do Instituto de Estudos Empresariais em 2020

Quadro 15 - Associados do Instituto de Estudos Empresariais em 2020

Nome	Empresa
Abraão Algarve	Sunning Energia Solar
Ademar Xavier	Lojas Xavier Tecidos Ltda
Alessandro Gasperin Barreto	Gps – Global Portfolio Strategists
Alessandro Giusepe Da Rocha Pavei	R.A Pavei Construtora Ltda
Anderson Anibal Da Rocha Pavei	R.A Pavei Construtora Ltda
André Bier Johannpeter	Gerdau S/A
André Buneder	Stemac S/A Grupos Geradores
André Deutschendorf Morandi	Jimo Química Industrial Ltda
André Filipe L. M. Marchesi	Só1 Representações
André Gomes Burger	Audaka Consultoria Econômico Financeira
André Loiferman	Brasília Guaíba Obras Públicas S.A.
André Lopes Sant'ana	Elmo Eletro Montagens Ltda.
André Luís Kaercher Piccoli	Safe Park Estacionamentos
André Martins De Lima Zambrano	Nutri + Alimentação Saudavel Ltda-Me
André Meyer Da Silva	Máquinas Condor S/A
André Volkmer	Intelimen Informática Ltda
Angela Francesca Grando Veit	Maxiforja Componentes Automotivos Ltda
Arthur C. Gerdau Johannpeter	Gerdau S/A
Aureo Zanotta Villagra	Villagra Gestão Empresarial
Bárbara De Oliveira Silveira	Kurotel Centro De Longevidade E Spa
Bárbara Isabel Grando Veit	Maxiforja Componentes Automotivos Ltda
Bruno Zaniol Zaffari	Belmondo Empreendimentos E Participações Ltda.
Caio Beltrão Rizk	Rizk Advogados
Carlos Biedermann	Biedermann Consultoria Empresarial Ltda
Carlos De Freitas E C. Smith	A Ciacorp Adm. E Participações Ltda.

Carlos Fernando C. De O. Souto	Souto, Correa, Cesa, Lummertz E Amaral Advogados
Carolina De Oliveira Castro Baia Antunes	Grupo Nae
Carolina Lucas Fuhrmeister	Grou – Inovação Para Gestão De Pessoas
Celso Kiperman	Editora Artes Médicas Sul Ltda.
Clara Lapa	Clínica Lapa
Cláudio Spalter	Clave Incorporações E Construções Ltda.
Claudio Teitelbaum	Escritório De Eng. Joal Teitelbaum
Cristiano Diehl Xavier	Xavier Advogados
Daniel Tevah	Grupo Tevah
Daniela Tumelero	Stare Moveis E Decorações
Dennis Bariani Koch	Koch E Koch, Knijnik Advogados E Consultores S/S.
Diego Albrecht Quites	Nq Engenharia De Solos E Fundações Ltda.
Diego Jardim Carvalho	Koliver Consultoria E Participações Ltda.
Diogo Schroeder Horn	Grupo Imóvelclass
Eduardo Afonso Martins Gonçalves	Emeah Empreendimentos Imobiliários
Eduardo Bratz	Bratz Mercantil
Eduardo Davoglio De Souza	Leonardo Perelló E Eduardo Davoglio Advogados Associados
Eduardo Giez Estima	My Dwalls Corretora De Seguros E Ord. Ltda
Eduardo Krawetz Olivela Fernandez	Galva Indústria E Comércio Ltda.
Eduardo Lucas Fuhrmeister	Metalúrgica Fuhrmeister Ltda.
Eduardo Tellechea Cairoli	Privatto Investimentos
Eduardo Turk	Hands On Solutions
Eduardo Zimmer Dinon	José Dinon E Cia Ltda
Eduardo Zimmer Sampaio	Ams Crossborder Consulting Llc
Erica Kisslinger Da Silva	Fk Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Fabiano Zouvi	Zouvi & Rothfuchs Advogados
Fabio Barqui Steren	Magav Segurança Estratégica
Fábio Maia Ostermann	Ostermann Consultoria

Felipe Dreyer De A. Pozzebon	Paulo Olimpio Gomes De Souza & Fabricio Dreyer Da Avila Pozzebon Advogados Associados
Felipe Franzon Vargas	Exclusive Imoveis
Felipe Gottardo Morandi	Jimo Química Industrial Ltda.
Felipe Guerra Hauck	Origem Coffee Co.
Felipe Quintana Da Rosa	Kolb Quintana Advogados
Felipe Sampaio Goron	Grupo Rbs
Fernanda Estivallet Ritter	Excelsior S.A. Hotéis De Turismo
Fernanda Lacroix Thomasi	
Fernanda Zaniol Zaffari	Belmondo Empreendimentos E Participações Ltda
Fernando Loureiro Ulrich	Uma Incorporações De Imóveis Ltda.
Flávio Do Couto E Silva	Cs Advocacia Empresarial S/C
Flávio Veríssimo Da Fonseca	Indústria Veríssimo Ltda
Frederico Hilzendege	Souto, Correa, Cesa, Lummertz E Amaral Advogados
Frederico Lanz	Profissional Liberal
Gabriel Barbosa	Swg Ações
Gabriel Picavêa Torres	Gpt Informação E Conhecimento
George Lippert Neto	Lippert & Cia Advogados
Giancarlo Mandelli	Dhb Componentes Automotivos
Giovana Stefani	Henrique Stefani Transporte E Logística Ltda.
Guilherme C. G. Johannpeter	Gerdau S/A
Guilherme Francisco Bolognesi Peretti	Escola Mat. E Jardim De Infância Castelinho
Guilherme Ruviano Fração	Centers Empreendimentos Ltda
Gustavo Bahmed	Luxton Excelência Imobiliária
Gustavo Bucker De Souza	Exicom E South Service
Gustavo Leipnitz Ene	Lide
Gustavo Matias Hüning	Hüning Oftalmologia E Pesquisa
Henri Siegert Chazan	Residencial Geriátrico Pedra Redonda Ltda.
Isabelle Ferrarini Bueno	
Joana Kluwe Viegas Damé Sopper	Daterra Filmes
Joanna Maldonado Renner	Inbrape Tecidos Industriais Ltda

João Luiz Bahia Antunes	Centerlab – Central De Artigos Para Laboratórios Ltda
João Paulo Dias	Jopa Comunicação Ltda
Jorge Antônio Dib	Roi Latam
José Antônio P. De Souza	Associados Advocacia Empresarial
José Pedro Block Teixeira	Jmt Administração E Participações Ltda.
Júlia Da Costa Tavares	
Júlio César Bratz Lamb	Lamb Construções E Engenharia Ltda.
Júlio Fortini De Souza	Ecoplan Engenharia Ltda.
Kleber De O. Boelter	Ecotronic Transmissões Automáticas Ltda.
Lars Knorr	Knorr Construções Ltda.
Laura De Oliveira Cimenti	Volare Administração E Participação Ltda.
Lauren Block Teixeira	Planalto Transportes
Leandro Gostisa	Sourcer Consultoria Ltda.
Leonardo Augusto Giehl	Agrocontinental Comércio E Representação Ltda.
Leonardo Salles	Shock Industria E Comercio Ltda
Leônidas Zelmanovitz	Zelmanovitz E Motta Advogados E Empresas Do Grupo
Lucas Cassiano	Cassiano Advogados
Luciano Brochmann	Bronze Participações S/A
Luciano M. Koebe	
Luciano Mandelli	Cmt Indústria E Comércio De Móveis Ltda – Tidelli
Luciano Rocha C. Ribeiro	Cr Corretora De Seguros
Luiz Eduardo Fração	Headclicks Llc
Luiz Felipe Schiavon	Unifertil – Universal De Fertilizantes S/A
Luiz Leonardo Fração	Gestora Nebraska Capital
Marcel Da Silva Laste	Grupo L&S Investimentos
Marcelo Da Silva Corletto	Corletto Advocacia Empresarial
Marcelo Lima Bertuol	Cabanellos Schuh Advogados Associados
Marcelo Müller	Núcleo Rs Arquitetura Ltda.
Marcelo Sanvicente	Imobiliária Sanvicente
Marcelo Schiavon	Unifertil Universal De Fertilizantes S.A.

Marcus Klee Lopes	Cfl – Construção E Incorporação Ltda.
Margaret Tse	Holding Tse Investimentos E Participações Ltda
Mateus Berlt Jarros	Azion Technologies
Mathias Kisslinger Rodrigues	Phorbis Empreendimentos Imobiliários
Maurício Mezacaza Filippon	Done Tecnologia Da Informação
Mauro Zaffari	Belmondo Empreendimentos E Participações Ltda.
Michael Sopper	Cadiz Construções Ltda.
Michel Zavagna Gralha	Zavagna Gralha Advogados
Nina Mazzali Da Costa	
Norton Albrecht Quites	Nq Engenharia De Solos E Fundações Ltda.
Norton M. Cecchini	Luz d Led do Brasil
Odilon Cesário De O. Neto	Plasticase Indústria De Embalagens Ltda.
Otelmo Albino Drebes	Drebes & Cia. Ltda.
Paola Coser Magnani	Nb Steak
Paulo Afonso G. Feijó	Apf Participações
Paulo Antônio Uebel	Galt Educação E Jp Empreendimentos Imobiliários
Paulo Costa Fuchs	Faast Consultoria Inteligente
Paulo José Kolberg Bing	Bing Advogados Associados S/C
Pedro Alberto T. Silber	Construtora Tedesco Ltda.
Pedro D. Chagas	Silveiro Advogados S/C
Pedro De Cesaro	Azimet Wealth
Pedro De Marchi Calazans	Uniagro Indústria E Comércio De Produtos Alimentícios Ltda.
Pedro Echel	Cia. Do Aço
Pedro Madureira Coelho	Cimento Guaíba & Argamassa Quimiflex
Pedro Zanetello	Grupo Lz
Péricles Pereira Druck	Habitasul Florestal S/A
Priscila Drebes Filimberti	Drebes & Cia Ltda.
Rafael Do Prado Colla	Colla Construções Ltda
Rafael Padoin Nenê	Prol Imobiliária – Sistema Integrado De Imóveis
Rafael Taddei Sá	Bh Investimentos E Nebraska Capital

Ramon Bastos Crivellaro	Grupo 051
Raul Lutz Kroeff	Memphis Industrial S/A
Regina Fürst De Souza	Parks Sa Comunicações Digitais
Renato Malcon	Grupo Malcon
René Ormazabal Moura	Brilia Empreendimentos Ltda
Ricardo B. Ranzolin	Silveiro Advogados S/C
Ricardo Boelter	Boelter Suspensão E Companhia
Ricardo D. Chaves Barcellos	Trench, Rossi E Watanabe Advogados
Ricardo Pechansky Heller	Unikowski Advogados S.S.
Ricardo Santos Gomes	Gomes E Takeda Advogados
Ricardo Sondermann	Zagmix
Richard C. Gerdau Johannpeter	Gerdau S/A
Richard Machado	Pense Ltda
Roberto A. Dreifuss	
Roberto Lima De Andrade	Rpm Urbanizadora Ltda.
Roberto Rachewsky	Globalgoods Brasil Comércio Internacional Ltda.
Rochele De Oliveira Silveira	Kurotel – Centro Médico De Longevidade E Spa
Rodrigo De Marchi Calazans	
Rodrigo Grazziotin Silveira	Arquisul Construções E Incorporações Ltda.
Rodrigo Leke Paim	Paim Comunicação
Rodrigo Schwalm Lacroix	Clínica Odontológica Privada
Rodrigo Tellechea Silva	Cassino Administração E Participações Ltda.
Rodrigo Vontobel	Vonpar Refrescos S.A
Ronnye Peterson Baia Antunes	Central De Artigos Para Laboratórios – Centerlab
Rosani Alves Pereira	Aromas E Fragrâncias
Sergio Grinberg Lewin	Silveiro Advogados
Sillas Battastini Neves	Zulmar Neves Advocacia
Sílvia Álvares De Araújo	Drogaria Araújo S.A
Stephania Portella Nunes	Grupo Sultepa
Telmo Netto Costa Júnior	Meta Serviços Em Informática Ltda.
Theodora Cioccarì	Irmãos Cioccarì E Cia Ltda-Fida
Thobias Zamboni	Sleep Design Ltda

Thomas Cesa	Rex Comércio De Alimentos Ltda.
Tiago Tellechea	Tst Participações
Tomás Escosteguy Petter	Galvão E Petter Advogados
Vasco Trindade	Silveiro Advogados
Vicente Altmayer Perrone	Slash Slash
Victoria Pinto Da Silva Jardim	Condominio Agropecuário Itapororó
Wagner Lenhart	2º Tabelionato De Notas De São Leopoldo – Cartório Castellán
Walter Beiser	Ritter Alimentos S.A
William Ling	Évora
Winston Ling	Évora, Fully Strong Ltd, Yicaihe Exciting Ventures Internacionl Ltd.

Fonte: Elaboração própria com informações coletadas de: www.iee.com.br. Acesso em: 07 ago. 2020.

APÊNDICE B - Especialistas do Instituto Millenium em 2020

Quadro 16 - Especialistas do Instituto Millenium em 2020

Nome	Biografia breve
Adriano Pires	É diretor fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Publica artigos sobre energia elétrica, petróleo e gás natural no jornal “Valor Econômico” e nas revistas “Conjuntura Econômica”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e “Brasil Energia”. Foi assessor do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e superintendente da ANP nas áreas de importação, exportação e abastecimento. Pires é economista e mestre em planejamento estratégico pela UFRJ e doutor em economia industrial pela Universidade Paris XIII (França).
Aldo Dorea Mattos	Aldo Dórea Mattos é engenheiro civil e advogado com experiência em grandes projetos de infraestrutura. Consultor nas áreas de engenharia de custos, planejamento, resolução de disputas e gestão de projetos para empresas públicas e privadas. Presidente da seção brasileira da Association for the Advancement of Cost Engineering (AACE).
Alexandre Coutinho Pagliarini	Pós-doutor em direito constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor e mestre em direito do Estado pela PUC-SP. Graduiu-se em direito, em 1992, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), onde também foi professor, chefe do departamento de Direito Público e coordenador de pós-Graduação. Tornou-se, em 1994, mediante concurso público, Procurador do município de Pouso Alegre (MG). Foi também aprovado no concurso para Defensor Público do Estado de Minas Gerais. Diretor de Relações Internacionais do IDCC (Instituto de Direito Constitucional e Cidadania). Ex-membro da banca examinadora de direito internacional para o Exame de Ordem da OAB (MG). Conselheiro e avaliador das editoras Fórum, GZ e de várias revistas jurídicas no Brasil e no exterior. Tem experiência nacional e internacional nas áreas do direito e das relações internacionais. Na Europa, diplomou-se em Língua Inglesa pela Cambridge University (Inglaterra). Autor das editoras Saraiva, Forense, Fórum, GZ e Lumen Juris, e de inúmeros textos científicos publicados no Brasil e no exterior. Atualmente leciona nos cursos de mestrado e graduação em Direito da Uninter (Curitiba-PR), onde é professor titular.
Alexandre Ribenboim	Alexandre Ribenboim é diretor de marketing da Telelaudo, empresa líder em telerradiologia. Alexandre fundou a MLab (1994-2000), na época uma das principais empresas de marketing e consultoria para a internet do Brasil, vendida em 2000 para a Neoris e, em 2006, fundou a Casa do Saber Rio de Janeiro, considerado um importante centro cultural no Rio. Como consultor, Alexandre aconselha empresas em diversos setores, tais como tecnologia da informação, cultura, artes e bens de consumo, em projetos relacionados com a estratégia corporativa, crescimento, marketing, vendas, finanças, operações e processos de mudança. Alexandre é formado em engenharia de computação e é mestre em informática pela PUC-Rio.

Alexandre Schwartzman	Alexandre Schwartzman foi economista-chefe do grupo Santander Brasil e diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) durante o governo Lula. Schwartzman formou-se em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Kursou doutorado em economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Em sua carreira também constam passagens pelo Unibanco e pelo Bankers' Association (BBA).
Alfredo Marcolin Peringer	Professor de economia e finanças, Alfredo Marcolin Peringer também atua como assessor econômico de empresas e partidos políticos. Publicou os livros "Monetarismo vs keynesianismo vs estruturalismo - inflação, desemprego e taxas de Juros" (Editora Globo) e "Economia heterodoxa vs economia ortodoxa - Os planos econômicos brasileiros" (Editora Ortiz). Formado em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O economista é um entusiasta da filosofia econômica e do teórico Ludwig Von Mises, um dos principais mentores da "Escola Austríaca".
Amaury de Souza (in memoriam)	Professor Emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Amaury de Souza formou-se em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cursou doutorado em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology. O cientista político é sócio-diretor das empresas de consultoria Techne e MCM Consultores Associados. Publicou o livro "O Futuro da Democracia: Cenários Político-Institucionais até 2022", em co-autoria com Bolívar Lamounier. Em 1999, recebeu a Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias pela Escola Superior de Guerra (ESG).
Ana Carla Abrão	Ana Carla Abrão Costa é head do escritório da Oliver Wyman no Brasil e sócia nas práticas de Finanças & Risco e Políticas Públicas. Passou grande parte da sua vida profissional na indústria financeira, com reconhecida experiência em serviços e regulação financeira e também no setor público. Com extensa produção acadêmica nas áreas de mercados de crédito, corridas bancárias, regulação e crédito bancário, mercado de crédito imobiliário e spreads bancários e reconhecida contribuição no debate público, Ana Carla é doutora em Economia pela Universidade de São Paulo, mestre pela EPGE/FGV e Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília. Foi consultora no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no Brasil, foi servidora concursada do Banco Central do Brasil, atuando no Departamento de Pesquisa de Economia Bancária, Economista Chefe na Tendências Consultoria Integrada, Diretora da área de controle de riscos do Banco Itaú Unibanco e Secretária de Fazenda do Estado de Goiás até se juntar à Oliver Wyman como sócia em maio de 2017. É colunista do Caderno de Economia do Estadão e atua de forma voluntária na plataforma de educação financeira Por que? e como Conselheira do Civic-Co e do CLP – Centro de Liderança Pública.
André Bolini	André Bolini é formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e estudante de Direito pela USP. Com experiência no mercado financeiro, já trabalhou com a estruturação de títulos e análise de crédito do agronegócio. Sempre em busca de real impacto na sociedade, como ativista político em prol das liberdades econômicas e sociais.

André Naves	André Naves é Defensor Público Federal, formado em Direito (USP), especialista em Direitos Humanos, Direitos Sociais (especialmente, Previdência e Assistência Sociais) e Inclusão Social (especialmente de Pessoas com Deficiência), além de mestrando em Economia pela PUC-SP. É também Comendador Cultural, e acredita na Cultura, Educação e Eficiência das Finanças Públicas como ferramentas essenciais à Emancipação Individual.
Antenor Barros Leal	Atual presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Antenor Leal é especialista nas áreas de alimentos e industrialização. Formado em Direito, Leal é vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O advogado também é vice-presidente do Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro (CIEE-RJ), vice da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e integra a Academia Nacional de Economia (ANE).
Anthony Ling	Fundador e editor do Caos Planejado (caosplanejado.com), uma publicação online sobre urbanismo. Fez MBA na Stanford Graduate School of Business e atualmente é Diretor da Évora S.A. Foi co-fundador da Bora, um startup de mobilidade urbana. Trabalhou com Isay Weinfeld como arquiteto e é formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS.
Antonio Meyer	Sócio-fundador do Machado Meyer, é destaque no cenário jurídico brasileiro, tendo assessorado um grande número de clientes e projetos de alta complexidade na área de infraestrutura. Tem forte atuação junto à administração pública e participa de discussões sobre concessões, PPPs, privatizações e fusões e aquisições no setor regulado, além de participar de arbitragens. Tem profunda experiência em matéria corporativa e tributária, áreas nas quais iniciou suas atividades como advogado, e em projetos e infraestrutura, sobretudo nos setores de energia e óleo e gás.
Antonio P. Mendonca	Professor da Fundação Instituto de Administração, ligada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e colunista de seguros e previdência do jornal "O Estado de S. Paulo", Antonio P. Mendonça é formado em direito pela USP. Mendonça é especialista em direito empresarial e publicou o livro "Temas de seguro" (Roncarati, 2009). O advogado é primeiro-secretário da Academia Paulista de Letras (APL) e Conselheiro da Associação Internacional de Direito do Seguro (AIDA). Mendonça fez especialização e estágio profissional na Alemanha e especialização em seguros pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).
Armando Castelar Pinheiro	É coordenador de economia aplicada do IBRE/FGV e professor do Instituto de Economia da UFRJ. Trabalhou como analista na Gávea Investimento, pesquisador do IPEA e chefe do Departamento Econômico do BNDES. Castelar é Ph.D em economia pela Universidade da Califórnia (Berkeley), mestre em administração pela COPPEAD/UFRJ e em estatística pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), e engenheiro eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Membro do Conselho Superior de Economia da FIESP e colunista dos jornais "Valor Econômico" e "Correio Braziliense". Seus livros mais recentes são "Além da euforia: Riscos e lacunas do modelo brasileiro de desenvolvimento" (Elsevier, 2012), "Rio de Janeiro, um Estado em transição" (Editora FGV, 2012) e "Mobilidade urbana:

	Desafios e perspectivas para as cidades brasileiras" (Campus/Elsevier, 2015).
Arthur Barrionuevo	Professor de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) desde 1987, Arthur Barrionuevo desenvolve pesquisas nas áreas de economia industrial, políticas de competição e regulamentação de monopólios. Em 1999, foi secretário de Desenvolvimento Tecnológico do Ministério de Ciência e Tecnologia. É autor dos artigos "A credibilidade da política antiinflacionária e sua consistência temporal" e "Considerações sobre o debate a respeito da relação entre política comercial e desenvolvimento". Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Barrionuevo é mestre em Economia Aplicada à Administração, pela FGV, e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).
Arthur Rozenblit	Arthur Rozenblit é co-fundador e diretor financeiro da eStoks, start-up do setor de estoques e ativos excedentes. Possui graduação em administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UPE), especialização em controladoria e finanças pela Universidade de São Paulo (USP) e em análise de investimentos e valuation pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Bernardo Bonjean	Fundador e presidente da startup Avante. Participou do programa OPM (Owner/President Management Program) da Harvard Business School. Foi trainee e diretor do banco Pactual e sócio da XP Investimentos CCTVM S.A.
Bernardo Santoro	É coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, em São Paulo. Foi diretor-executivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e atuou como professor de economia política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em teoria e filosofia do direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Conselho Editorial da revista acadêmica Mises. Especialista em políticas públicas.
Bernardo Weaver	Secretário do Comitê de Sanções no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Bernardo Weaver formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Foi orientado por Philip B. Heymann, vice-procurador da república de Bill Clinton, durante o seu mestrado em Direito na Harvard Law School. No BID, o advogado coordena as investigações de fraude corporativa e corrupção em 26 países da América Latina e Caribe. Suas áreas de interesse são: corrupção, fraude corporativa, criminalidade organizada nacional e transnacional e política de drogas.
Bolívar Lamounier	Um dos cientistas políticos mais reconhecidos do Brasil, Bolívar Lamounier é sócio-diretor da Augurium Consultoria. É autor e organizador de diversos livros como "A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedades" (Ed.Campus,2009); "Os Partidos e as Eleições no Brasil" (Editora Paz e Terra,1975), co-autoria com Fernando Henrique Cardoso; e "Brasil e África do Sul : Uma Comparação" (Editora Sumaré, São Paulo,1996). Seu blog é publicado no site da revista "Exame". Foi o primeiro diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). É membro da Academia Paulista de Letras. Bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Bruno Lacerda	Professor Associado da UFJF. Mestre (2003) e Doutor (2007) em Filosofia do Direito pela UFMG. Visiting Scientist (2017) junto à Universidade de Padova, Itália. Pós-Doutorado (2019) pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Autor dos livros "L'idea di giustizia dei giureconsulti romani" (2017), Imagens da justiça (2010), Direito natural em Platão (2009), Teorias esquecidas da justiça (2006) e Raciocínio jurídico (2006).
Bruno Meyerhof Salama	Bruno Meyerhof Salama é professor associado da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde dirige o Núcleo de Direito, Economia e Governança e é conselheiro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN. É mestre e doutor em direito pela Universidade da Califórnia em Berkeley e bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É admitido a praticar direito pela OAB e pelo New York Bar. Também é autor de diversas obras publicadas no Brasil e no exterior, como “O fim da responsabilidade limitada no Brasil” (Malheiros, 2014) e “Direito e economia: textos escolhidos” (Saraiva, 2010).
Carlos Alberto Cinquetti	Economista, professor do Departamento de economia da UNESP e professor visitante nas Universidades do Colorado e Ottawa. Especialista em Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico, é mestre pela PUC-SP e PhD pela New School University, Nova York.
Carlos Henrique Cardoso	Engenheiro Eletricista (FEI), mestre em Análise e Gestão de Políticas Públicas (FGV-EAESP) e mestrando em Inteligência Artificial Aplicada à Automação (FEI). Com experiência nos setores público e privado.
Carlos Pereira	Pós-doutor em ciência política pela Universidade de Oxford, doutor e mestre em ciência política pela New School University (NY). É professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Foi professor titular da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV) e professor do Departamento de Ciência Política da Michigan State University. Teve passagem como professor visitante pelo Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Colby College-Maine, (EUA). Atuou como consultor e pesquisador de agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB), Banco Mundial e Department for International Development (Reino Unido). Tem publicações em periódicos nacionais e internacionais como "Journal of Politics", "Revista Dados", "Revista Brasileira de Economia Política", "Revista Brasileira de Ciências Sociais", entre outras.
Carlos Pio	Professor de economia política internacional no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), professor titular do Instituto Rio Branco, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É autor de “Relações internacionais – economia, política e globalização” (Funag/IBRI, 2001). Seus principais temas de pesquisa são economia política internacional, comércio e desenvolvimento econômico, economia política do ajuste estrutural na América Latina e sustentabilidade da política econômica.

Cauê Bocchi	Cauê Bocchi é advogado formado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), e tem especialização em finanças também pela FGV. Trabalhou por mais de três anos com logística e infraestrutura, além de ter atuado como advogado especializado em direito empresarial, infraestrutura e startups. Foi articulista do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. É filiado ao Partido Novo, e coordenada o núcleo jovem do partido no estado de São Paulo. Além disso, é professor de redação no curso pré-vestibular da FGV-SP, e é coach de startups na aceleradora Inovativa Brasil.
Christiano Arrigoni Coelho	Tornou-se bacharel em economia em 2000, mestre em economia em 2003 e doutor em economia em 2007, todos pela PUC-Rio. Trabalhou como analista no Banco Central do Brasil entre 2003 e 2012. Lecionou na PUC-Rio entre 2008 e 2013. Atualmente é professor titular do Ibmec/RJ, no qual leciona desde 2009 e professor adjunto da UERJ, na qual leciona desde 2013. É pesquisador, com vários artigos publicados em respeitadas revistas acadêmicas nacionais e internacionais na área de economia. Suas principais áreas de pesquisa são política monetária, economia bancária e econometria aplicada.
Claudio Considera	Claudio Considera é professor da faculdade de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador associado do Núcleo de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) e presidente do Conselho Diretor da Proteste - Associação Brasileira de Consumidores. Foi secretário de acompanhamento econômico do governo federal no mandato de Fernando Henrique Cardoso, chefe de contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e diretor de pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
Clóvis Panzarini	Clóvis Panzarini é economista formado pela Universidade de São Paulo (USP), tem curso de especialização em finanças públicas e tributação na Japan International Cooperation Agency (JICA), em Toquio, Japão. Foi coordenador da administração tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, concebeu e implantou Programa de Modernização da Coordenadoria da Administração Tributária (Promocat). É autor de artigos sobre tributação publicados em livros, jornais e revistas especializadas. Atualmente é sócio-administrador da CP Consultores Associados Ltda.
Cristiano Cechella	Possui graduação em administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1996), mestrado em economia empresarial pela Universidade Cândido Mendes (RJ), em 2003, e é doutor em economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Lisboa, Portugal, em 2010, e reconhecido pela Universidade de São Paulo (USP), em março de 2013. Em 2011 publicou o livro "A globalização e a internacionalização das empresas brasileiras em Portugal", pela editora portuguesa Princípia e lançado na Embaixada do Brasil em Lisboa. Tem experiência na área de economia e gestão, com ênfase em economia internacional e as relações internacionais, em especial os investimentos das empresas brasileiras em Portugal e na Europa no contexto mundial. É articulista e especialista do Instituto Millenium, escreve para algumas revistas, como Portugal Digital, Jornal do Comercio do Rio de Janeiro, Embaixada de Portugal no Brasil, entre outros. Também possui publicações acadêmicas nacionais e internacionais, tendo participado de seminários em vários países. Tem pós-doutorado pelo Instituto de Relações

	Internacionais, da Universidade de Brasília (2016), sob o tema "Os investimentos das empresas brasileiras na Europa no contexto comparativo."
Cristiano Rosa de Carvalho	Professor livre-docente de direito tributário da Universidade de São Paulo (USP). É mestre e doutor em direito tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutor em direito e economia pela Universidade de Berkeley, nos EUA. Cristiano Rosa de Carvalho é presidente da Academia Tributária das Américas (ATA) e diretor-fundador da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Em 2008, recebeu o prêmio Microsoft Robert Cooter Berkeley Award pela excelência na pesquisa em direito e economia. É autor dos livros "Teoria do sistema jurídico: direito, economia, tributação" (Quartier Latin, 2005) e "Ficções jurídicas no direito tributário" (Noeses, 2008). Cristiano de Carvalho também é professor convidado na pós-graduação do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da USP.
Daniel Alvão	Daniel Alvão é psicólogo formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). Entre 2003 e 2012 atuou como consultor da Unesco e da Organização Pan-Americana de Saúde. É Analista de Políticas Sociais do governo federal. Foi assessor Parlamentar na Câmara dos Deputados entre 2015 e 2019. Atualmente é Analista de Políticas Sociais no Departamento de Articulação Interfederativa do Ministério da Saúde.
Daniel Fuks	Daniel Fuks é formado em administração pelo IBMEC-RJ. Com cursos de especialização em finanças na Universidade de Chicago e MBA pela Quinlan School of Business também em Chicago. Em 2005, lançou o primeiro fundo de previdência exclusivo (não vinculado a um banco/seguradora) para seus clientes. Em 2008, foi o responsável pela criação e desenvolvimento da área de previdência privada da Gávea Investimentos até a mudança dessa área para o JPMorgan em 12/2013 quando fundou a Skuf. Daniel também realiza desde 2009 o trabalho voluntário de educação financeira a estagiários do programa Jovem Aprendiz através de palestras e desafios.
Denis Alves Guimarães	Doutor em direito econômico e financeiro pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador visitante na Universidade de Michigan. Professor colaborador do mestrado em direito da Universidade Católica de Brasília. Sócio da AGPR, consultoria em políticas públicas e assuntos governamentais, notadamente antitruste, regulação e anticorrupção. É membro da American Bar Association (ABA), da Association for Public Policy Analysis and Management (APPAM), da International Bar Association (IBA), do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumidor e Comércio Internacional (Ibrac) e da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB – SP. Foi assessor técnico do secretário de direito econômico do Ministério da Justiça.
Diogo Ramos Coelho	Diogo Ramos Coelho é diplomata de carreira desde 2010. É formado em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e é mestre em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, em 2012. É professor voluntário da UnB, onde ministrou curso, na graduação de relações internacionais, sobre economia política internacional. É autor do livro "Mundo em crise" (UnB, 2014), que conta a história da crise financeira de 2008 e seus impactos políticos e econômicos internacionais.

Eduardo Chemale Selistre Pena	Advogado, doutor em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em direito pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-graduado pela Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (Ajuris). Autor dos livros "Curso e julgamento dos processos nos tribunais" (Livraria do Advogado, 2010) e "Agravo como meio de impugnação das decisões interlocutórias de primeiro grau" (Livraria do Advogado, 2008). Co-autor dos livros: "Aspectos polêmicos do direito à saúde" (Editora Notadez, 2007) e "A reforma do poder judiciário" (Quartier Latin, 2006).
Eduardo Lemos	Graduado em Administração pela Universidade de Brasília, Eduardo Lemos tem experiência com consultoria focada em soluções para micro e pequenas empresas e gerenciamento de equipes multidisciplinares. Amante de princípios e ideias liberais, atua como assessor parlamentar no Congresso Nacional, concretizando o sonho fazer parte da transformação da realidade política do Brasil.
Eduardo Machado	Empresário/Empreendedor, Mestre em Metrologia, Pós-graduado em Marketing e Graduado em Administração de empresas pela PUC-Rio; MBA Executivo pela Coppead-UFRJ; Lead Assessor pelo Quality Management International (QMI) em convênio com Politécnica da USP; Membro do Conselho Consultivo da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE); Membro do Conselho Fiscal e especialista em empreendedorismo e ambiente de negócios do Instituto Millenium.
Eduardo Salvatore	Eduardo Salvatore Franklin - Carioca nato, Eduardo Salvatore viu na própria cidade a grande assimetria de acesso a produtos e serviços entre as diferentes partes da sociedade. Formado em Engenharia de Produção pela PUC-Rio com MBA pela FIAP na 1ª turma do 1º MBA em Blockchain Development & Technologies do Brasil, foi tomado pelo ideal da descentralização ainda na faculdade, no final de 2015, ao conhecer o universo das criptomoedas. Desde então, é membro atuante do mercado de Blockchain brasileiro, participando de inúmeros projetos realizados pela Finchain, na qual é sócio, que utilizam a tecnologia com o ideal de disruptar modelos e diminuir intermediários ineficientes para benefício do consumidor final. Autor do primeiro livro de Ethereum em português, hoje está a frente do PandaPay, primeira carteira digital do país com Blockchain.
Eduardo Szazi	Doutor em direito internacional (Universiteit Leiden - Países Baixos). Especialista em administração de empresas (FGV/CEAG) e bacharel em direito (USP). Membro do Advisory Board do International Center for Non-for-Profit Law. Membro da International Bar Association e da American Society of International Law . Consultor do PNUD. Sócio de Szazi, Bechara Storto Advogados. Advogado em Curitiba.
Eduardo Viola	Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Foi professor visitante das universidades de Stanford, Colorado, Notre Dame e Amsterdam. Tem orientado dezenas de teses de mestrado e doutorado, é membro de vários comitês científicos nacionais e internacionais e conta com dezenas de artigos publicados em prestigiosos periódicos.

Erica Gorga	<p>Érica Gorga é bacharel em Direito e Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com Pós-Doutoramento pela University of Texas School of Law. Foi Diretora e Pesquisadora Associada do Centro de Direito Empresarial da Yale Law School (2013-2015). Foi Professora Visitante na Vanderbilt Law School (2010, 2012), na Cornell Law School (2007-2008) e na University of Texas School of Law (2006). Foi Pesquisadora Visitante na Stanford Law School (2002-2003). Foi Professora da graduação e da pós-graduação da Escola de Direito de São Paulo e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (2006-2017), onde lecionou as disciplinas de mercado de capitais, fusões e aquisições internacionais, governança corporativa comparada, títulos de crédito e responsabilidade corporativa. É advogada em São Paulo. Recentemente atuou como perita (Expert Witness) junto à corte federal de Nova York (United States District Court Southern District of New York) no caso da Petrobras Class Action (Petrobras Securities Litigation). Proferiu mais de uma centena de palestras em conceituados congressos e universidades internacionais, incluindo Public Funds Forum, Harvard Law School, Columbia Law School, Yale Law School, Yale School of Management, Stanford Law School, Swiss Institute of Technology, Stockholm University, National University of Singapore, Tel Aviv University e University of Toronto. É autora de artigos publicados no Brasil e no exterior, tendo sido agraciada com dois prêmios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e 6 prêmios da FGV por publicações internacionais. É ganhadora da Newton Advanced Fellowship da The British Academy. É autora do livro “Direito Societário Atual”, Elsevier Campus Jurídico, 2013. Publica artigos nos principais jornais do país.</p>
Erick Santos	<p>Bacharel em Marketing e Especializado nas áreas de “Marketing Digital” e “Gerenciamento de Projetos”, Erick Santos atua como CEO da “Agência Nova Era”, da qual é sócio e fundador, e já esteve à frente de campanhas (digitais e tradicionais) de grandes nomes como o Mundo Boa Forma, Instituto Millenium, Casas Pedro, Maizena, Corpo Perfeito, Habib’s e muitos outros.</p>
Fabio Giambiagi	<p>Um dos maiores especialistas brasileiros nas áreas de finanças públicas e previdência social, Fábio Giambiagi faz parte do Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 1996. Entre 1993 e 1994, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Também foi professor de diversas cadeiras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). É mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ e graduado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA/UFRJ). É autor de “Reforma da Previdência” (Editora Campus, 2006), “Brasil – Raízes do atraso” (Editora Campus, 2007) e um dos organizadores de “Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira” (Editora Campus, 2012).</p>
Fabio Pereira Ribeiro	<p>Fábio Pereira Ribeiro é especialista em inteligência estratégica e política internacional, desenvolve negócios nas áreas de educação e inteligência na África, Ásia e Estados Unidos. Já ministrou palestras no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e na Universidade Columbia. É articulista</p>

	do blog "Brasil no Mundo" na revista "Exame", no "Diário da Rússia", no "Jornal da Orla", no jornal "A Tribuna" e na revista "Voto".
Fábio Prieto	Aprovado em concurso público de títulos e provas na magistratura federal, é, desde 1998, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS), no qual foi Presidente, Corregedor e Presidente do Órgão Especial, das 4ª e 5ª Turmas, dos Conselhos de Justiça e Administração e da Banca Examinadora do 14º Concurso Público para Juiz Federal Substituto. Diretor Conselheiro da International Association of Tax Judges (2017/2019). Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2017/2019). Conselheiro do Conselho da Justiça Federal, Brasília (2014/2016). Foi Advogado e Promotor de Justiça de Entrância Especial em São Paulo (1º lugar, Melhor Arrazoado Forense, 1989).
Felipe Quintana	Especialista em Direito do Consumidor, Direito Civil e Direito Empresarial, Felipe Quintana presidiu o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) na gestão 2010/2011 e foi diretor jurídico da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB/RS), entre 2003 e 2004. O advogado formou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 2002 e se especializou em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2006. Quintana tem artigos publicados em importantes meios de comunicação nacionais, como o jornal "Zero Hora", do Rio Grande do Sul, e a revista Leader.
Fernando de Souza	Graduado na Universidade da Califórnia em comunicação, cinema e mídia, começou sua carreira na TV, trabalhando para FOX e CBS. Enquanto vivia em Los Angeles, trabalhou no desenvolvimento de projetos, avaliando e selecionando para financiamento no Sundance Institute e também no desenvolvimento de filmes como "How to train your dragon" and "Percy Jackson". De volta ao Brasil, produziu diversos comerciais e filmes nacionais e internacionais como "Pelé: birth of a legend" e "Twilight: breaking dawn".
Fernando Gabeira	Fernando Gabeira é jornalista e escritor. Foi deputado federal pelo PV e pelo PT. É colunista do jornal "O Globo" e apresenta um programa na Globonews. É autor dos livros "O que é isso, companheiro?" (Codecri, 1979), "Diário da crise" (Rocco, 1984), "Navegação na neblina" (2006) e "Onde está tudo aquilo agora" (Companhia das Letras, 2013).
Fernando Luis Schuler	Professor em tempo integral no Insper, curador do Projeto Fronteiras do Pensamento, articulista, consultor de empresas e organizações civis nas áreas de cultura, ciências políticas, gestão e terceiro setor. Doutor em filosofia e mestre em ciências políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi secretário de estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul. Foi diretor do Ibmec, no Rio de Janeiro.
Fernando Steinbruch	Advogado tributarista, administrador, pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil, professor de Planejamento Tributário, Direito Tributário e de Governança Tributária em cursos de graduação e de pós-graduação, autor de artigos tributários, coautor de estudos tributários e sócio da Steinbruch & Torvaldo Advogados S/S.

Fernando Veloso	Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV/RJ. É pesquisador associado do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV/RJ. Graduado em economia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ) e PhD em economia pela Universidade de Chicago. Foi secretário-executivo da Sociedade Brasileira de Econometria. Participou da organização dos livros "Educação básica no Brasil – construindo o país do futuro" (Editora Campus, 2009) e "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira" (Editora Campus, 2013).
Filipe Brand	Economista, mestrando no IDP e bacharel pela UFRJ, com experiência na iniciativa privada e na administração pública, atuou junto à IBM, Ernst & Young, Vale, Petrobras, Endesa, Monsanto, Oi, Olimpíadas Rio 2016, Presidência da República e Ministério da Infraestrutura. Disclaimer: As opiniões deste autor são de sua exclusiva responsabilidade e não das instituições às quais é vinculado.
Francisco Sátiro Júnior	Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco). Doutor em Direito Comercial pela USP. Visiting Professor no CTLS (Center for Transnational Legal Studies) em Londres. Ex-membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Advogado em São Paulo.
Gabriel Bonela	Gabriel André Bonela tem 21 anos e é graduando em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desenvolve estudos na área de macroeconomia e aplicações da engenharia no âmbito da produtividade. Colabora com diversos jornais desde 2014.
Gil Castello Branco	Gil Castello Branco é fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas, vencedora do Prêmio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2008). Castello Branco foi secretário-executivo do Ministério de Esporte, em 2003, assessor parlamentar na Câmara dos deputados, presidente da Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (GEIPOT) e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU). É economista do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial, associado à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-(FIRJAN).
Gilberto de Mello Kujawski	Formado em Filosofia e Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Gilberto de Mello Kujawski foi colaborador do "Jornal da Tarde" e do "O Estado de S. Paulo" por 36 anos e mantém um site próprio. O filósofo tem diversos títulos publicados como: "Fernando Pessoa, o outro" (Vozes, 1979) e "O Ocidente e sua sombra" (Letrativa, 2002). Kujawski é especialista em cultura, política, literatura, sociologia e história.
Giuliano Miotto	Giuliano Miotto atuou na área de contratos e direito administrativo, trabalhou nas editoras Revista dos Tribunais e Atlas, foi coordenador pedagógico do Sinapse Jurídico. É idealizador e fundador do Instituto Liberdade e Justiça e autor do Projeto Turminha da Liberdade. Possui artigos publicados em vários jornais e revistas do Brasil e da América Latina.
Guilherme Del Zotto	Jornalista (Universidade Anhembi Morumbi), é assessor parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Com experiência em televisão, já atuou como repórter na TV Câmara (São Paulo), e repórter e

	apresentador nas afiliadas da TV Brasil, SBT e Globo, no Paraná. Também presta consultoria em campanhas eleitorais.
Gustavo Binenbojm	Professor da faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), Gustavo Binenbojm é mestre e doutor em direito pela UERJ. Em 2003, obteve o grau de Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School, nos EUA. O advogado é especialista nas áreas de direito constitucional, administrativo e da regulação econômica. Binenbojm é sócio-fundador do escritório Binenbojm, Gama & Carvalho Britto Advocacia e Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Autor de "Estudos do direito público" (Renovar), "Uma teoria do direito administrativo" (Renovar) e "Temas de direito administrativo e constitucional" (Renovar).
Gustavo Grisa	Gustavo Grisa é economista, com MBA e Mestrado em Gestão Internacional pela Thunderbird School of Global Management e membro da Sustainability Network da Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Tem dedicado sua atividade profissional ao tema da inovação pública, como consultor de governos e instituições, coordenador de Programas de Governo e formulador de iniciativas público-privadas, além de experiência com atividade executiva em empresas como Vale e Brasil Telecom nas áreas institucional e de inteligência estratégica e como analista de risco político para o Brasil e América Latina. Está finalizando a redação do livro Inovação Pública.
Gustavo H. B. Franco	Gustavo H.B. Franco é bacharel e mestre em economia pela PUC do Rio de Janeiro e Ph.D (1986) pela Harvard University. É estrategista-chefe da Rio Bravo e presidente do Instituto Millenium. Foi presidente do Banco Central do Brasil, e também diretor da Área Internacional do Banco Central e Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 1993 e 1999. Gustavo Franco participa de diversos conselhos consultivos e de administração e escreve regularmente para jornais e revistas. É professor do Departamento de Economia da PUC desde 1986. Tem 14 livros publicados e mais de uma centena de artigos em revistas acadêmicas.
Gustavo loschpe	Vencedor do Prêmio Jabuti 2005, pelo livro "A ignorância custa um mundo – o valor da educação no desenvolvimento do Brasil", o economista Gustavo loschpe é fundador e presidente da G7 Investimentos, empresa que atua na área de produção de conteúdos, e articulista da revista "Veja". Foi colunista da "Folha de S. Paulo", "Gazeta Vargas" e revista "Educação". É autor dos livros: "Como passar no vestibular da UFRGS" (Artes e Ofícios, 1995) e "Vestibular não é o bicho" (Artes e Ofícios, 1996). Formado em Ciência Política e Administração Estratégica pela Universidade da Pensilvânia, loschpe fez mestrado em Economia Internacional e em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Yale, nos EUA.
Gustavo Kahil	Editor e sócio-fundador do portal "Money Times", Gustavo Kahil tem mais de 10 anos de experiência na cobertura financeira, com passagens pelas redações da "InfoMoney", "Gazeta Mercantil/InvestNews", "Brasil Econômico", "Exame.com" e "O Financista". Também foi colunista do site "EXAME.com" com o blog "Analista de Bar".

Gustavo Leipnitz Ene	Gustavo Leipnitz Ene é Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação no Ministério da Economia. Atualmente é membro dos Conselhos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É associado honorário do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Comitê de Empreendedores da Federação das Indústrias de SP (CJE/FIESP) e do Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças (IBEF-RS), no qual foi premiado como destaque do ano de 2011. Foi CEO do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais; vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Serviços do RS (Federasul) de 2006 a 2016; vice-presidente do Instituto Liberdade (IL-RS) e conselheiro deliberativo do Sebrae-RS de 2010 a 2015, além de membro do Conselho de Economia da Fecomércio-RS. Foi um dos fundadores da Associação Orquestra Jovem do RS. Foi conselheiro do movimento sociocultural Canta Brasil, entidade do terceiro setor voltada à inclusão social de jovens carentes por meio do canto, dança e empreendedorismo. Recebeu os seguintes títulos: “Membro Honorário da Aeronáutica”, pela Força Aérea Brasileira (FAB), em 2010; “Destaque do Ano no Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças” (IBEF), Rio Grande do Sul, em 2011, e “Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera”, pelo Governo de Goiás, em 2017.
Haroldo Monteiro da Silva Filho	Haroldo Monteiro da Silva Filho é formado em administração de empresas e engenharia econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem MBA pela Universidade de Ohio, nos EUA. É doutorando em Business pela Esc Rennes School of Business France. Sócio da Planning & Management, consultoria especializada em gestão e estudos de tendências econômicas para o varejo. Professor convidado do curso de Administração Financeira de Curto Prazo do Coppead e coordenador do MBA de finanças na Universidade Veiga de Almeida (UVA). Atuou como executivo em várias empresas do setor de varejo.
Helio Beltrão	Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da Lab SSJ.
Helio Zylberstajn	É professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) desde 1987, presidente e co-fundador do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (IBRET). É conselheiro da Fecomércio e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Eleito melhor professor da FEA-USP em 2001 e 2002. Tem doutorado em Relações Industriais pela Universidade de Wisconsin, nos EUA, e é livre-docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Henrique Sartori	Chanceler do grupo Estácio. Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudo Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (IREL-UNB) e Bacharel em Direito pela UNIDERP. Foi Ministro da Educação Substituto (MEC), Secretário-Executivo do Ministério da Educação (SE/MEC), Secretário Nacional de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE-MEC). Professor licenciado da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.
Ivan Ervolino	Cofundador e Diretor de Estratégia da Sigalei, plataforma de Inteligência Política e Regulatória. Atua no debate sobre o uso da tecnologia no meio político e como ela pode impactar na melhoria das políticas públicas e na área de relações governamentais. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde também se tornou Mestre e Doutor em Ciência Política. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em análise de risco político, relações governamentais, processo legislativo e teoria das instituições.
Ives Gandra	Prestigiado jurista brasileiro, Ives Gandra da Silva Martins é advogado tributarista, professor emérito da Universidade Mackenzie e professor honoris causa do Centro Universitário FIEO. É membro da Academia Paulista de Letras e da Ordem dos Advogados, secção de São Paulo. Em 2005, protagonizou um documentário dirigido por José Sales Neto. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e fez doutorado também em direito pela Universidade Mackenzie.
Jacques Meir	Jacques Meir, 52 anos, publicitário, provocador e palestrante, é especialista em gestão de marcas e pioneiro no estudo e aplicação das estratégias de gestão de marcas (branding) no Brasil, além de estudioso da evolução do consumidor e da inovação como método de resolução de problemas e geração de valor. Foi fundador da agência branding estratégia e propaganda, que construiu o modelo de comunicação integrada e uma metodologia exclusiva de construção de marcas. Foi professor da ESPM durante 12 anos. Atualmente é o Diretor Executivo de Conhecimento do Grupo Padrão, responsável pela curadoria dos grandes arcos temáticos que envolvem os serviços de informação e os eventos da empresa. É coautor do livro “A Era do Diálogo – reflexões, ideias e propostas para a evolução das relações de consumo no país” e organizador do livro Feitas para o Cliente – as verdadeiras empresas feitas para vencer e durar no Brasil (Alta Books), além de articulista regulador das plataformas de conteúdo do Grupo Padrão e colaborador regular de estudos e livros sobre inovação. Jacques Meir foi também foi um dos mentores de startups do Web Summit em Lisboa, nos anos 2017-18.

Jacques Veloso de Melo	Jacques Veloso de Melo formou-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UnICEUB). É pós-graduado em Direito Tributário pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF/ICAT) e pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), instituição ligada à PUC/SP. Atualmente é mestrando em Direito Internacional Econômico pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Foi membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda e membro da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB. Também fez parte do Conselho da OAB/DF nos triênios 2004/2006 e 2007/2009. Nestes períodos, assumiu presidiu a Comissão de Assuntos Tributários e a OAB Jovem, exerceu a função de examinador em Direito Tributário no exame de admissão nos quadros da Ordem e de membro da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante do Conselho Federal da OAB. De 2013 a 2015, foi novamente conselheiro da OAB/DF e Presidente da Comissão de Assuntos Tributários e, atualmente, é Secretário-Geral da OAB/DF. Como advogado, suas principais atuações são com Planejamento Tributário, Revisão da Apuração de Tributos, Recuperação de Ativos e Defesas Administrativas e Judiciais Tributárias.
João Accioly	Advogado, formado pela PUC-Rio e mestre em Economia pelo IBMEC-RJ, com especialização em Finanças Corporativas. Membro fundador do Instituto Millenium. Sócio fundador de Advocacia Sobrosa & Accioly. Ênfase em direito societário, mercado financeiro e de capitais, e contencioso cível e administrativo ligado a essas áreas (CVM, BC e CRSFN).
João Antonio Wiegerinck	Professor de direito e de filosofia jurídica em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, João Antônio Wiegerinck publica artigos jurídicos em jornais e revistas especializadas. É sócio do escritório Wiegerinck Advogados Associados e Biocon Consultoria em Biodireito e Meio Ambiente. O advogado formou-se no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, fez pós-graduação em direito empresarial ESA/AOB e mestrado em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).
João Batista Araujo e Oliveira	João Batista Araujo Oliveira é referência nacional em educação. Atuou como professor, pesquisador, consultor e ocupou cargos executivos em organismos nacionais e internacionais. É fundador e presidente do Instituto Alfa e Beto, ONG promotora de políticas práticas de educação que priorizam a alfabetização. Foi secretário-executivo do MEC (1995) e idealizou o programa Acelera Brasil, que visa acelerar e corrigir o fluxo escolar com o apoio do Instituto Ayrton Senna. É psicólogo e Ph.D em Educação pela Florida State University (EUA). Já publicou dezenas de livros, entre eles: “A Pedagogia do sucesso” (Saraiva, 2001), “A Escola vista por dentro” (Alfa Educativa, 2002), “ABC do alfabetizador” (Alfa Educativa, 2005), “Aprender e ensinar” (Alfa Educativa, 2006), “Reforma na educação: por onde começar?” (Alfa Educativa, 2006), “Usando textos na sala de aula: tipos e gêneros textuais” (Alfa Educativa, 2006), “Alfabetização de crianças e adultos: novos parâmetros” (Alfa Educativa, 2007).
João Cristofolini	João Cristofolini é autor do livro “O que a escola não nos ensina” (AltaBooks, 2015). Especializado em empreendedorismo – desenvolvimento de novos negócios, aceleração de negócios, startups, inovação e novos modelos de educação.

João Luiz Mauad	Administrador de empresas formado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV-RJ). Foi colaborador eventual dos jornais “O Globo” e “Diário do Comércio”. Escreve regularmente para o site do Instituto Liberal.
João Manoel Pinho de Mello	João Manoel Pinho de Mello é professor titular do Insper. Especialista em organização industrial, antitruste, economia bancária e economia do crime. Foi professor de economia da PUC-Rio. Foi agraciado pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) com o Prêmio Haralambos Simeonidis de melhor artigo acadêmico escrito por um economista brasileiro em 2010. Bacharel em administração pública Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e Ph.D. em economia pela Universidade Stanford.
João Mellão Neto (in memoriam)	Colunista do jornal “Estado de S. Paulo” desde 1987, João Mellão Neto escreve sobre política, economia, costumes, família e religião. É empresário dos setores agropecuário e imobiliário. Atualmente, Mellão ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados de São Paulo. É autor dos livros “Três histórias para uma história” — sobre o ex-presidente Jânio Quadros, “Nu com a mão no bolso”, “Por que sou um liberal” e “Loreley e a condição humana”. Formou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em jornalismo pela Fundação Cásper Líbero.
João Paulo de Lima Braga	Integra o Comitê Executivo da empresa de tecnologia Finxi, trabalhando na área de estratégia e inteligência de negócios. Foi consultor de empresas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e presidente do Conselho Administrativo da RioJunior. Foi bolsista na incubadora tecnológica do Cefet/RJ e é graduando em engenharia de produção na mesma instituição de ensino.
João Victor Guedes	Economista (UFSJ), mestre em gestão pública (Unifal) e em economia pública, direito e política (Leuphana, Alemanha). Atualmente é doutorando em ciência política (University of Pittsburgh). Foi tesoureiro da International Federation of Liberal Youth e diretor de seu Programa para a América Latina, desenvolvendo treinamentos, campanhas e eventos de networking em diversos países da América Latina, Europa e Ásia. Além disso, atuou como consultor de diversos políticos e candidatos no Brasil, e teve artigos e entrevistas publicados por mídias como “Valor econômico”, revista “Exame” e “Estado de Minas”.
Joel Pinheiro da Fonseca	Bacharel em Ciências Econômicas pelo INSPER (antigo Ibmec-SP) e em Filosofia pela FFLCH-USP. Mestrando em Filosofia pela FFLCH-USP. É co-editor da revista Dicta&Contradicta.
Jorge Caldeira	Jorge Caldeira é escritor e doutor em Ciência Política pela USP. É autor dos livros “Mauá, empresário do Império” (Cia. das Letras, 1995), “História do Brasil com empreendedores” (Mameluco, 2010). “Júlio Mesquita e seu tempo” (Mameluco, 2015) e “História da riqueza no Brasil” (Estação Brasil, 2017).
Jorge Maranhão	É publicitário, consultor, escritor, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundador e diretor de criação da Propaganda Professa e especialista em comunicação corporativa. É autor dos livros “A arte da publicidade” (Papyrus, 1988), “Mídia e cidadania” (Topbooks, 1993) e “A voz do cidadão” (Contra Capa, 1995). Colabora com

	artigos de opinião sobre mídia, cidadania, arte, cultura, política e comunicação nos principais jornais do país. Produz e apresenta os boletins "A voz do cidadão" nas rádios Globo e CBN.
José Álvaro Moisés	Professor titular do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), José Álvaro Moisés é formado em Ciências Sociais pela mesma universidade, é mestre em Política e Governo pela Universidade de Essex, na Inglaterra, e doutor em Ciência Política, também pela USP. Moisés foi professor visitante na Universidade de Oxford. Publicou diversos livros de análises políticas como "Os brasileiros e a democracia" (Ed. Ática, SP 1995), "Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?" (edUSP) e "O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão", disponível em e-book. O cientista social é especialista em diversos temas políticos como democratização e cidadania.
José Carlos Cavalcanti	Professor do departamento de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor convidado do departamento de sistemas de informação da mesma UFPE e sócio-fundador da Creativante, empresa de consultoria e assessoramento em economia da tecnologia e da inovação. Foi presidente da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), secretário de Tecnologia, Inovação e Ensino Superior de Pernambuco e conselheiro fundador do Porto Digital. É autor do livro "Effects of IT on Enterprise Architecture, Governance and Growth" (IGI-Global, 2014).
José Eduardo Faria	Professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Direito). Um dos ganhadores do Prêmio Jabuti (área direito), em 2012. Prêmios Esso de Jornalismo (1974 e 1976).
Jose Eduardo Gibello Pastore	Advogado trabalhista, mestre em Direito das Relações Sociais da PUC-SP e autor de livros e artigos na área de relações do trabalho. É consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – Programa de Desenvolvimento Associativo. Autor e membro do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). É sócio da Pastore Advogados.
José Márcio Camargo	Doutor em Economia pela Massachusetts Institute of Technology, atua como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É referência em assuntos como Microeconomia e Economia do Trabalho. É economista da Genial Investimentos.
José Nêumanne Pinto	José Nêumanne Pinto é jornalista, poeta e escritor. Nêumanne tem uma coluna no jornal O Estado de São Paulo, é membro da Academia Paraibana de Letras e curador literário do Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro. Mantém o portal: Estação Nêumanne.
Jose Pio Martins	Economista, desenvolveu sua carreira basicamente no setor privado, com passagem em cargos públicos. Atualmente é Reitor da Universidade Positivo, comentarista econômico da Rádio CBN Curitiba, publica artigos assinados para a Gazeta do Povo, faz parte da equipe de editorialistas desse mesmo jornal e é autor dos livros "Educação Financeira ao Alcance de Todos" (2004) e "Seu Futuro" (2011), ambos da Editora Fundamento, e coautor do livro "Pinceladas de Inovação" (2018), Ed. Vitória Gráfica.

Jose Vicente Santos de Mendonça	Professor de pós-graduação das Universidade Gama Filho (UGV), em de Direito Regulatório, Universidade Cândido Mendes e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É advogado especialista em Direito Regulatório, Direito Administrativo e Direito Constitucional. Além disso, atua como Procurador do Estado do Rio de Janeiro.
Juarez Dietrich	Advogado, master of laws (LL.M) no Insper, pós-graduado em processo civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Fundador das empresas Netset e Hypercom (EUA). Fundou ainda as empresas Habitec e Dietrich Advogados Associados. É membro do banco de conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e membro do European Corporate Governance Institute (ECGI). Foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná. Publicou artigos nos jornais "Folha de S. Paulo" e "O Estado de São Paulo".
Judith Brito	Judith Brito é diretora-superintendente do Grupo Folha, vice-presidente da ANJ e professora da ESPM. Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com mestrado em ciências políticas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Trabalhou como pesquisadora em ciência no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e no extinto Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Lecionou por quatro anos na FGV.
Julio Hegedus Netto	Julio Hegedus Netto é economista-chefe da Lopes Filho & Associados, empresa de consultoria na área de mercado financeiro e de capitais. É bacharel em ciências econômicas pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), tem mestrado em política econômica pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado em estratégia empresarial pela UCAM. É Doutorando do Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia da Universidade de Évora. Suas áreas de interesse são: macroeconomia, economia internacional, conjuntura econômica e mercado financeiro.
Kleber Luiz Zanchim	Especialista em contratos, infraestrutura, imobiliário, agronegócio e operações financeiras. Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Insper Direito, da Fundação Instituto de Administração (FIA) e da GV Direito. Presidente da Comissão de Estudos de Saneamento do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Diretor do Departamento das Indústrias de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).
Leandro Callegari Coelho	Leandro Callegari Coelho é editor do portal Logística Descomplicada. Tem mestrado em engenharia de produção, com foco em logística e transportes pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursa PhD em Administração no HEC Montréal, no Canadá, na área de gestão de operações e logística. Seus artigos são publicados nas principais revistas de logística do Brasil.

Leandro Mello Frota	É politólogo e Advogado especializado em Direito Público. Doutorando em Ciência, Tecnologia, Inovação na Agropecuária na UFRRJ, pesquisador do IVIG (Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas) da COPPE-UFRJ, Presidente da Comissão Especial de Saneamento e Recursos Hídricos da OAB Federal. Secretário Geral da Comissão Especial de Direito Regulatório da OAB Federal. Professor de Direito Ambiental da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Foi diretor de planejamento, administração e logística do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO). Foi Diretor de Administração da Fundação Nacional da Saúde(FUNASA). Foi Diretor da OAB RJ. Foi Diretor do Instituto Liberal, membro das comissões de Direito Administrativo e Energia, Óleo e Gás, Infraestrutura e Minerações e de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros. Coordenou a RT Rio de Janeiro. Membro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG). Especialista em Meio Ambiente e Saneamento.
Leandro Narloch	Jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi repórter de ciência e história da revista "Veja" e editor de "Aventuras da História" e "Superinteressante". É autor dos livros "Guia politicamente incorreto da história do Brasil" (Leya, 2009) e "Guia politicamente incorreto da América Latina" (Leya, 2011). É colunista do jornal "Folha de S. Paulo".
Leandro Piquet Carneiro	Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs) da mesma universidade. Foi pesquisador visitante do Taubman Center da John F. Kennedy School of Government, Harvard University (2006-2007). É economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.
Leonardo Paz Neves	Leonardo Paz é cientista político, analista qualitativo de inteligência no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional (NPIL) da Fundação Getulio Vargas e professor no Departamento de Relações Internacionais na faculdade Ibmec. Além disso, já trabalhou como coordenador de estudos e debates do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e também junto à sessão de assuntos civis do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (Ccopab) e foi coordenador executivo do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon/Ucam). Tem graduação em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em ciência política, e doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor dos livros "Estados fracassados e o eixo do mal na política de segurança norte-americana" (Ed. São Paulo, 2009) e "O Cebri e as relações internacionais no Brasil" (Senac São Paulo, 2014).
Leôncio Martins Rodrigues Netto	Leôncio Martins Rodrigues Netto é professor titular aposentado do departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro da Academia Brasileira de Ciência (ABC). Considerado um dos principais cientistas políticos do país, Leôncio publicou o livro Destinos do sindicalismo (Edusp, 1999) e foi premiado com o Florestan Fernandes, oferecido pela Sociedade Brasileira de Sociologia. O pesquisador é bacharel em Ciências Sociais e possui mestrado, doutorado e livre-docência em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Os

	principais assuntos abordados em sua extensa carreira acadêmica foram o sindicalismo, as classes trabalhadoras e as relações de trabalho.
Lilianne Borges	Lilianne Borges trabalhou nos últimos oito anos com Conselhos de Administração e com a implantação de Governança Corporativa em organizações como Bravante, Leader, BFFC e Pro-Natura Internacional. Com grande experiência no mercado financeiro e em fundos de investimento, atuou anteriormente como Gerente Financeira e de Relação com Investidores. Formada em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui MBA em Gestão pela FGV e especialização em governança corporativa, finanças corporativas e mercado de capitais.
Lourdes Sola	É cientista social e mestre em Sociologia Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduada em Economia Política pela Escola para Graduados em Economia (ESCOLATINA) da Universidade do Chile, doutora em Ciência Política pela Universidade de Oxford, pós-doutora pelo Instituto Kellog de Estudos Internacionais da Universidade de Notre Dame, professora aposentada da USP, conselheira do Núcleo de Políticas Públicas da USP. Foi membro do Conselho da Condição Feminina de São Paulo e uma das diretoras do Programa de Capacitação Solidária. É membro eleito da Academia Brasileira de Ciências e recebeu do governo brasileiro a comenda da Ordem do Mérito Científico. É autora de “Estado, mercado, democracia política e economia comparadas” (Paz e Terra, 1993), “Reforma econômica, democratização e ordem legal no Brasil” (Cepal, 1995) e “Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo” (Edusp, 1998).
Lucas de Aragão	Mestre em Ciência Política pela Fordham University e especialista em Gerenciamento de Crise pelo MIT. É sócio da Arko Advice, a principal empresa de análise de risco político no Brasil. Palestra regularmente em bancos, fundos de investimentos, organismos internacionais, multinacionais e universidades sobre o ambiente político brasileiro.
Lucia Helena Salgado	Economista sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, doutora em Economia Industrial e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora visitante na Universidade da Califórnia, em Berkeley.
Luciana Yeung	É ex-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), professora de economia e coordenadora no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), desde 2002. Foi professora nos programas de pós-graduação da faculdade de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e pesquisadora visitante na Escola de Direito da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Possui graduação em economia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em economia aplicada e em relações industriais pela Universidade de Wisconsin, em Madison, e doutora em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Publicou capítulo nos livros “Direito e Economia no Brasil” (Atlas, 2012), “Direito Econômico e Social” (Revista dos Tribunais, 2012) e “Direito e Economia – 30 anos de Brasil” (Saraiva, 2012). Seu trabalho acadêmico têm foco na eficiência dos poderes Judiciário e Legislativo brasileiros, bem como dos impactos de seu funcionamento na economia.

Luís Eduardo Schoueri	Professor titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Direito pela Universidade de Munique e doutorado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). É sócio do escritório de advocacia Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, atuando principalmente sobre os temas: acordos de bitributação, preços de transferência, direito tributário internacional e imposto de renda.
Luiz Felipe D'Ávila	Luiz Felipe d'Ávila é fundador e presidente do CLP - Centro de Liderança Pública, uma organização sem fins lucrativos dedicada à formação de lideranças públicas engajadas em promover mudanças transformadoras na política brasileira. Antes de criar o CLP, Luiz Felipe fundou a Editora D'Ávila, empresa que criou revistas como República, um título de política, e BRAVO!, a principal revista de arte e cultura do Brasil. Em 2002, a revista BRAVO! foi vendida para a Editora Abril, a maior editora de revistas da América Latina, onde Luiz Felipe tornou-se Diretor Superintendente. Luiz Felipe é membro do Conselho da LASPAU (filiada a Universidade de Harvard), Fundação Fernando Henrique Cardoso, Instituto Millenium e do Tribunal Superior Eleitoral. É também autor de vários livros de história e política, como Dona Veridiana, Os Virtuosos e Caráter e Liderança. É formado em ciências políticas pela Universidade Americana em Paris e tem mestrado em administração pública pela Harvard Kennedy School.
Luiz Fernando Reginato	Economista, especialista em marketing e mestre em sociologia. Conselheiro e consultor em governança corporativa. Sócio diretor da RGM consultoria empresarial. Autor dos livros: Ideias & Ideais para Excelência e integridade, Ed. AGE, 2016 – Capital Humano, vencendo a competição pelos talentos, Ed Sulina, 2003. Palestrante e articulista.
Luiz Roberto Calado	Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Autor de “Imóveis – Seu guia para fazer da compra e venda um grande negócio” (Saraiva, 2010), “Fundos de Investimento – Conheça antes de investir” (Campus, 2010) e “7 passos para o melhor relacionamento bancário – Como aumentar o crédito para as empresas e a segurança para os bancos” (Saraiva, 2011).
Manuel Thedim	Economista, formado na PUC-Rio em 1983, diretor executivo do IETS, trabalha com políticas públicas de desenvolvimento social e urbano desde 1997. Foi subsecretário do trabalho da cidade do Rio de Janeiro, a primeira do país, na sua inceptção, trabalhou por mais de dez anos com políticas de microcrédito e foi fundador da ABCRED e do Fórum de Microcrédito. Foi do conselho da cidade do Rio de Janeiro e participa do Conselho Consultivo da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, do Rio Como Vamos e do LabEdu.

Marcello Averbug	Marcello Averbug é economista e por três décadas lecionou Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante cerca de vinte anos, onde foi chefe dos departamentos de Planejamento, Avaliação de Programas e de Indústria Naval, além de assessorar a presidência. É ex-economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, onde exerceu a função de “Country Economist” para a Argentina, Chile e Paraguai, e foi secretário de planejamento do Estado do Rio de Janeiro. Averbug é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado pelo Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES/CEPAL – Chile) e pela Universidade de Paris. Participou como conferencista nos cursos “Economic Development in Latin America”, na George Washington University e “The Politics of Economic Integration”, na Georgetown University, ambas em Washington. Autor do livro “Escritos Itinerantes - Economia e Política”, editado pela Amazon. Atualmente Marcello é consultor econômico nos EUA e também dedica grande parte do seu tempo à fotografia.
Marcelo Henriques de Brito	Marcelo Henriques de Brito é engenheiro e administrador de empresas. Faz parte da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e é sócio da Probatas Consultoria; profere palestras e leciona em universidades sobre finanças, comércio exterior e relações internacionais. Possui a reconhecida certificação internacional CFP (Certified Financial Planner), como outras certificações profissionais importantes: a CNPI, para o mercado de capitais, a ANBID CPA-20 e CPA-10 para o mercado bancário, e a aprovação no exame de habilitação de corretor de seguros da FUNENSEG, para o mercado de seguros. Marcelo é Ph.D em engenharia química pela Escola Politécnica Federal de Lausanne (Suíça) e também formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em administração, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É autor do livro “Crise e prosperidade comercial, financeira e política” (Probatas, 2004).
Marcelo Mello	Marcelo Mello é professor de economia do Ibmec-Rio. Graduiu-se em economia na PUC-Rio, onde também obteve o título de mestre. É doutor em economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC). Lecionou nos departamentos de economia da UIUC, de Virginia Tech (EUA), e da PUC-Rio. É especialista em macroeconomia, economia internacional e econometria.
Marcio Coimbra	Estrategista Político no Senado Federal, trabalhou no Partido Popular da Espanha e no Hayek Institute na Áustria. Nos Estados Unidos, foi Editor-Chefe no Institute of World Politics e Consultor para a ACG Analytics em Washington. Possui experiência na coordenação de campanhas políticas de diferentes níveis no Brasil, Espanha, França, Áustria e Estados Unidos. Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos, Espanha. Especialista em Política Internacional pelo Institute of World Politics em Washington, pós graduado pela UFRGS, FGV e Harvard Law School. É autor da obra de Direito Comparado "A Recuperação da Empresa, regimes do Brasil e EUA", da série "Pensamentos Liberais" editado pelo Instituto de Estudos Empresariais e coordenador da obra "100 Dias do Governo Temer". Colunista semanal do jornal "O Tempo" desde 2016. Coordenador do MBA em Relações Institucionais e Governamentais do Mackenzie.

Marco Antonio Rocha	Marco Antonio Rocha é bacharel em direito, jornalista especializado em economia e finanças e coordenador do corpo de editorialistas do jornal “O Estado de S. Paulo”. Foi repórter do jornal “Última Hora”, em São Paulo, redator da editora Abril, repórter e redator da revista “Realidade”, editor de economia e finanças da revista “Visão” e colunista do “Jornal da Tarde” e da “Gazeta Mercantil”.
Marcos Sawaya Jank	Especialista em agronegócio e bioenergia, Marcos Sawaya Jank formou-se em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). É mestre em economia agrícola em Montpellier, na França, doutor pela FEA-USP e livre docente pela ESALQ-USP. Já trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e atualmente também atua como palestrante. É colunista da “Folha de S. Paulo”.
Marcos Troyjo	Marcos Troyjo é graduado em ciência política e economia pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em sociologia das relações internacionais pela USP e diplomata. É integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, diretor do BRICLab da Universidade Columbia, pesquisador do Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Universidade Paris-Descartes (Sorbonne), fundador do Centro de Diplomacia Empresarial e conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). É colunista do jornal "Folha de S.Paulo".
Marcus André Melo	Marcus André Melo é professor titular de ciência política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ph.D em ciência política pela Sussex University, no Reino Unido, fez o pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology. Foi professor visitante ocupando a Cátedra Coca-Cola Company na Universidade de Yale. Foi também resident scholar na Rockefeller Foundation, tendo sido premiado com o Guggenheim Award na área de ciência política, na categoria América Latina. Foi consultor do PNUD, BID, Banco Mundial, UNRISD, Unesco e DFID. É autor dos livros “Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório” (Revan, 2002), “Against the odds: politicians, institutions and the fight against poverty” (Columbia University Press, 2012), "Making Brazil work: checking the president in a multiparty system", (Londres: Palgrave/MacMillan, 2013) e "Brazil in transition: beliefs, leadership, and institutional change" (Princeton University Press, 2016). Escreve regularmente nos jornais "O Estado de São Paulo", "Valor econômico" e "Folha de São Paulo".
Margaret Tse	Doutora em Gestão Internacional, Diretora da Holdtse Investimentos e Participações Ltda, Diretora da Mont Pelerin Society e Editora do Newsletter da entidade, Voluntária da Agenda 2020, Membro Honorário do Instituto de Estudos Empresariais, Pesquisadora em políticas públicas (listada na publicação Policy Experts da Heritage Foundation), Membro do Grupo Pensar Mais, Colaboradora do IMIL, Colaboradora para Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade, Colaboradora para Property Rights Alliance, Colaboradora para Atlas Network, Colaboradora para Competitive Enterprise Institute, Colaboradora para Think Tanks and Civil Societies Program/Lauder Institute (UPenn). Foi diretora da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), foi membro da Associação Comercial de Porto Alegre, foi membro do Conselho Deliberativo do Centro

	de Integração Empresa-Escola do RS (CIEE-RS), foi diretora do Instituto Liberal do RS, foi CEO do Instituto Liberdade.
Maria Cristina Bertelli	Zootecnista, graduada pela UNESP de Botucatu, MBA em Gestão de Mercados pela ESPM, Diretora Executiva do Canal Terraviva, Canal de Agronegócio do Grupo Bandeirantes.
Mário Antônio Guerreiro	Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor adjunto do departamento de Filosofia da UFRJ e membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da Universidade. É autor dos livros: “Problemas de filosofia da linguagem” (EDUFF,1985); “O dizível e o indizível” (Papyrus,1989); “Ética mínima para homens práticos” (Instituto Liberal, 1995); “O problema da ficção na filosofia analítica” (Editora UEL, 1999). “Ceticismo ou senso comum?” (EDIPUCRS, 1999); “Deus existe? Uma investigação filosófica” (Editora UEL, 2000) e “Liberdade ou igualdade” (EDIOUCRS, 2002).
Mario Ernesto Humberg	Presidente da CLA Comunicações e coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Mario Ernesto Humberg é membro da International Society of Business, Economics and Ethics. É secretário do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e diretor da Associação de Empresas Brasileiras para Integração de Mercados (ADEBIM). Ex-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comunicação e Relações Públicas (Abert), também foi diretor das editoras Abril, Sorel, Noticiário da Moda, Gazeta Mercantil e CL-Cultural. É autor do livro “Ética na política e na empresa” (CLA, 2002).
Mario Mello	Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Mello acumula mais de 20 anos de experiência na indústria de serviços financeiros, tecnologia e gestão empresarial. Antes de assumir como diretor Geral do PayPal para a América Latina em 2012, foi diretor Geral da companhia no Brasil por dois anos. Além disso, já ocupou a cadeira de vice-presidente executivo da Visa para a América Latina, diretor Estatutário do Banco Real (adquirido pelo Santander) e também foi membro do conselho de administração da Cielo, CBSS e Fidelity Systems. É fundador da Associação Poder do Voto.
Maurício F. Bento	Maurício F. Bento é graduado e mestre em economia. Tem passagens pelo Cato Institute e pelo Charles Koch Institute em Washington, DC. Atualmente, atua na Escola Paulista de Contas Públicas 'Presidente Washington Luís' e na Property Rights Alliance.
Maurício Moura	Economista formado pela USP, especialista em psicologia política pela Universidade de Stanford, mestre em ciências sociais pela Universidade de Chicago e em gerenciamento político pela Universidade George Washington e doutor em economia e Política do Setor Público pela FGV-SP (com doutorado-sanduíche realizado na Universidade George Washington). Atualmente é participante do OPM (Owners/President Management Program) da Harvard Business School. Desde 2011, é CEO e fundador do Ideia Big Data.

Michel Alcoforado	Doutor em Antropologia, Michel Alcoforado se especializou em Antropologia do Consumo pela University of British Columbia, no Canadá, onde trabalhou prestando consultorias para agências especializadas em pesquisa de mercado, comportamento do consumidor e tendências de consumo. No Brasil, fez pesquisas sobre comportamento de consumidor on e off-line, especializou-se em Planejamento Estratégico de Comunicação e trabalhou como estrategista para grandes marcas. É pós-graduado em Comunicação Integrada na ESPM e em Brand Luxury Management na London College of Fashion. Palestrante no Brasil e no Exterior, é membro do Instituto Millenium, um dos maiores think tanks brasileiros, colunista da revista Consumidor Moderno e Sócio-diretor da Consumoteca – uma boutique especializada no consumidor brasileiro. Atualmente, cursa um MBA na Berlin School of Creative Leadership/ Steinbeis University.
Moacyr Góes	Moacyr Góes é diretor de teatro, TV e cinema. Criador da Companhia de Encenação Teatral. Lecionou interpretação no curso de formação de atores da Casa das Artes de Laranjeiras (Cal) durante quatro anos, e foi professor do curso de pós-graduação em Teatro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1993, assumiu a direção artística do Teatro Glória, e em 1997, do Teatro Carlos Gomes. Em 2003, foi diretor da Casa de Cultura Laura Alvim. Góes estreou como cineasta, em 2003, com o filme “Dom”, livremente inspirado na obra “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. É formado em artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e já ganhou três vezes o prêmio Shell de melhor diretor e duas vezes o prêmio Molière.
Murillo de Aragão	É advogado, jornalista, cientista político, presidente da Arko Advice Análise Política e Pesquisas e sócio da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), é mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É autor dos livros: "Grupos de pressão no Congresso Nacional" (Maltese, 1992) e "Reforma política - O debate inadiável" (Civilização brasileira, 2014). É articulista dos jornais "O Estado de São Paulo", "O Globo", "O Tempo" e "O Liberal", além do blog do Noblat.
Murilo Medeiros	Cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e assessor legislativo no Senado Federal. É também consultor político, pós-graduado em Direito Eleitoral e mestrando profissional em Poder Legislativo. É membro do Núcleo da Fundação Estudar e embaixador do Politize, a maior startup de educação política do país. Integra também a RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade), o Livres e a Executiva Nacional da ala jovem do Democratas. Foi embaixador do movimento Mapa Educação, membro do Transformadores Colab e componente do diplomado de liderança pública da Fundação Konrad Adenauer. Já ministrou palestras para instituições do campo liberal, como Instituto Liberdade e Cidadania, Students For Liberty (SFL) e Instituto de Formação de Líderes (IFL). Atualmente desenvolve projetos nas áreas de empreendedorismo, gestão pública e educação.
Nelson Barrizzelli	Nelson Barizzelli é professor da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (USP) desde 1979. Formado em ciências econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre e doutor em administração pela USP, com especialização em finanças e marketing. Sócio da AGC INTL. – Empresa de consultoria

	especializada em aceleração de lucratividade de empresas industriais e comerciais. Co-autor do livro “Lucratividade pela Inovação” (Editora Campus, 2005).
Nicolau da Rocha Cavalcanti	Nicolau da Rocha Cavalcanti é presidente do Centro de Extensão Universitária (CEU), entidade mantenedora do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS). Graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autor do livro: “O Poder Judiciário e o crédito imobiliário: uma defesa do princípio da proporcionalidade econômica” (Instituto Tendências, 2005).
Nuno Coimbra Mesquita	Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em ciência política e em relações internacionais pela Universidade Católica Portuguesa e graduado em ciência política pela Universidade de Brasília. Nuno Coimbra Mesquita fez pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da USP sobre mídia, apoio político e cultura política. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas Nupps da USP. Membro do comitê executivo da Research Committee for Political Communication (RC22) da International Political Science Association (IPSA). Dedicar-se aos estudos de teoria empírica da democracia, tendo se especializado nos temas de meios de comunicação, instituições democráticas e cultura política. Sua pesquisa tem se dedicado a compreender o papel da mídia para a qualidade da democracia.
Odemiro Fonseca	Membro fundador e gestor do Instituto Millenium, Odemiro Fonseca é formado pela Escola de Administração e Economia – AESP da FGV e pós-graduado pela Wharton School (EUA). Trabalhou por 18 anos no mercado financeiro e consultoria. Empresário por 35 anos nas áreas de alimentação e construção civil. É ex-presidente do Instituto Liberal (1993-1997) e ex-membro do Wharton Executive Board (1993-2014).
Patricia Blanco	Patricia Blanco é presidente executiva do Instituto Palavra Aberta.
Patrícia Carlos de Andrade	Patrícia Carlos de Andrade é presidente do Conselho de Governança do Instituto Millenium. Formada em economia, Andrade cursou mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Trabalhou nos bancos Icatu e JPMorgan. É autora do livro “Oriente-se Guia de Profissões e Mercado de Trabalho”, lançado em 2000.
Paula Guedes	Paula é fundadora e CEO da Jobzi, que tem como missão aprender e avançar o trabalho. É membro do conselho do Global Blockchain Business Council, e do comitê de seleção do Future of Computing Academy, da ACM. Fundou o IFL Dialogues, que em 2016 conquistou o compromisso de candidatos a prefeitura do RJ com a simplificação do ambiente empreendedor. Paula atuou no Conselho da Cidade do Rio no grupo "Cidade Competitiva, Inovadora e de Oportunidades". Ela orientou a Secretaria de Ciência e Tecnologia do RJ na criação do "Startup Rio", eleito entre os 5 melhores programas de aceleração do continente pelo Latam Founders Awards. A especialista iniciou sua carreira em Fusões e Aquisições no Citigroup em Nova York, e é Joseph Wharton Scholar pela Wharton School of Business, de onde possui um MBA.

Paulo C. Coimbra	Doutor e mestre em economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV-RJ), Paulo C. Coimbra é professor adjunto na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (FE/UFJF). Coimbra também possui especializações em métodos estatísticos computacionais e em desenvolvimento de sistemas com tecnologia Java (ambas pelo Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora - ICE/UFJF). O economista é formado pela Universidade Santa Úrsula (USU-RJ) e já lecionou em cursos de economia e finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e Ibmec Business School (Ibmec-RJ). Escreveu sobre derivativos no portal de notícias InfoMoney.
Paulo Gontijo	Presidente do Livres e do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Empresário e consultor na área de comunicação com foco em educação e política. Formado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e em Competitividade e Liderança pela Georgetown University, nos Estados Unidos.
Paulo Moura	Cientista social e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e especialista em Educação à Distância do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (SENACRS). É consultor de comunicação e marketing político e digital de campanhas eleitorais, e analista político. É autor de “PT: Comunismo ou Socialdemocracia?” (Soles, 2001), “O gauchismo no marketing de Olívio Dutra” (PGM, 2006). É editor do site de notícias e análises DEXTRA e do canal do YouTube DEXTRA by Paulo Moura e dirige a produtora de conteúdo EMA CONTEÚDO.

Paulo Roberto de Almeida	<p>Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984), mestre em planejamento econômico e economia internacional pelo Colégio dos Países em Desenvolvimento da Universidade de Estado de Antuérpia (1976), formou-se em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1974). Defendeu tese de doutorado em temática de sociologia histórica, sobre as revoluções burguesas e a modernização capitalista do Brasil; elaborou tese de história diplomática no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (1997) sobre a diplomacia econômica do Brasil no século XIX. Desde 2004, é professor no programa de mestrado e doutorado em direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); foi professor orientador no mestrado em diplomacia do Instituto Rio Branco do Itamaraty. Tem sido regularmente convidado para ensinar em universidades brasileiras e estrangeiras. Possui experiência nas áreas de relações internacionais e em sociologia, com ênfase em desenvolvimento comparado, atuando principalmente nos seguintes temas: relações econômicas internacionais, política externa brasileira, história diplomática, desenvolvimento econômico brasileiro, globalização e segurança internacional. Foi professor convidado no Institut de Hautes Etudes de l'Amérique Latine (Sorbonne), Paris, de janeiro a junho de 2012. Diplomata de carreira desde 1977, exerceu diversos cargos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e em embaixadas e delegações do Brasil no exterior. Foi ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington (1999-2003). Trabalhou entre 2003 e 2007 como Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Comissário Geral Adjunto do Pavilhão do Brasil na Shanghai Expo 2010. De janeiro de 2013 a outubro de 2015 serviu como Cônsul Geral Adjunto do Brasil em Hartford, CT, EUA. Desde 3/08/2016, é diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Itamaraty. Publicou mais de uma dezena de livros individuais, organizou diversas outras obras, participou de dezenas de livros coletivos e assinou centenas de artigos em revistas especializadas (ver trabalhos em: www.pralmeida.org; blog: diplomattizzando.blogspot.com).</p>
Paulo Tafner	<p>É economista, doutor em Ciência Política, professor da Universidade Cândido Mendes (1991-2017) e pesquisador da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica, uma das mais importantes instituições brasileiras. Tafner é um dos maiores especialistas em Previdência Social. Foi coordenador do grupo de estudos da Previdência – IPEA/RJ, idealizador e editor da série “Brasil: O Estado de uma Nação”, diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e superintendente de estudos, pesquisas e capacitação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Ele é autor dos livros “Demografia: uma ameaça invisível – o dilema previdenciário que o Brasil se recusa a encarar”, “Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas” (Ipea, 2007). Como co-autor, participou da obra “Reforma da Previdência – a visita da velha senhora”.</p>

Pedro Cavalcanti Ferreira	Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia, Pedro Cavalcanti Ferreira coordena o mestrado em Finanças e Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Em 1993, recebeu o Prêmio Haralambos Simeonides, concedido anualmente pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) as melhores teses, livros e artigos de economia. Ferreira desenvolveu pesquisas sobre os efeitos de barreiras comerciais na produtividade dos países e o impacto da longevidade sobre decisões de educação e trabalho. Publica artigos no jornal "Valor Econômico". O economista é formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e tem mestrado pela mesma universidade. Participou da organização do livro "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva econômica" (Editora Campus, 2012).
Pedro Franco	Formado em Comunicação Social e mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Pesquisador, ensaísta e articulista para os portais do "Estadão", "Terraço Econômico" e "Raciocínio Aberto", escrevendo sobre temas de comunicação, cultura e filosofia política. Atualmente pesquisa iniciativas que buscam fomentar a diversidade ideológica e tolerância política no meio acadêmico.
Pedro Mello	Pedro Mello escreve regularmente para o Blog do Empreendedor, do Portal Exame da Editora Abril, sobre os desafios e recompensas atreladas à escolha de se abrir um negócio próprio. Vídeos seus são encontrados no canal Empreendedorismo, no Youtube. Atua também como diretor do Grupo Quack, a holding das empresas Tribecca e Papaya Filmes.
Pedro Rafael	Graduado em relações internacionais no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). É membro do Conselho de Jovens Empreendedores e Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Foi secretário-geral do Encontro de Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do Cone Sul (Conosur-2014) e presidente da Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (Feneri).
Pedro Trippi	Formado em Relações Internacionais com foco em Relações Governamentais na Escola Superior de Propaganda e Marketing(ESPM-SP). Trabalha como assessor técnico da reforma da previdência e da reforma administrativa no Centro de Liderança Pública(CLP). Também é membro da equipe de competitividade do CLP.
Priscila Pereira Pinto	Priscila é CEO do Instituto Millenium. Cientista política pela Fordham University (Nova Iorque), tem mestrado em Gerenciamento Político pela George Washington University (Washington DC) e é pedagoga. Empresária da consultoria Novas Gestoras.
Rafael Borim	Rafael Borim é comentarista do programa 'Cases de Sucesso' da Record News SC. Atua em consultoria de comércio exterior e em gestão de comércio internacional em indústrias do setor moveleiro e de tecnologia. É formado em relações internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Rafael Gontijo	Rafael Gontijo de Andrade Brasil é especialista em questões políticas e relações governamentais. Prestou consultoria para diversas empresas na seara das relações institucionais e governamentais. Atuou decisivamente, em ambas as Casas do Congresso, para flexibilizar a redação original do controverso PL 5587/16, que regulamentou os serviços de transporte prestados por empresas de aplicativos digitais. Liderou a interlocução político-institucional do Brasil + Competitivo. Além de atuar como especialista na interação entre empresas e entidades privadas com o poder público, é advogado tributarista, possuindo graduação pela Universidade Cândido Mendes. Integrou a Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF. Atualmente, é membro do Movimento Transparência Partidária e desenvolve projeto de pesquisa política na Alemanha, como bolsista do German Chancellor Fellowship, tendo a Universidade de Munique (LMU-Munich) como instituição anfitriã de seu projeto.
Raul Velloso	Raul Velloso é consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. Tem especialização em análise macroeconômica e finanças públicas. É Ph.D em economia pela Universidade de Yale, nos EUA. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e membro do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Renato Pacca	É advogado, mestre em direito, professor universitário e gerente jurídico de um dos maiores fundos de pensão do país. Edita o blog “Traduzindo o Jurídiquês” para a edição on line do jornal “O Globo” e atua como consultor de assuntos relativos a previdência privada e fundos de pensão.
Renato Skaf	Renato Skaf foi consultor de gestão e desenvolvimento de negócios da Booz&Company, executivo da NorskeSkog, gerente de marketing da Liberty (seguros). Implementou o primeiro portal de agrobusiness do Brasil, na Agrosite. É formado em Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA pelo Ibmecc e intercâmbio no MBA da New York University (NYU).
Ricardo Pechansky Heller	Ricardo Pechansky Heller é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e pós-graduação em Marketing de Serviços pela ESPM. Atua como advogado desde 2006, quando passou a integrar a banca Stifelman Advogados, da qual se tornou sócio em 2008, sendo responsável pela área tributária. É Presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) para a gestão 2015/2016 e membro do Conselho Gestor da Rede Liberdade.

Rita Mundim	Rita de Cássia Neves Mundim - Economista com foco no mercado de capitais , professora da Fundação Dom Cabral há mais de 30 anos , com passagem pelas diretorias e conselhos da APIMEC MG e IBEF MG, comentarista de economia com passagens pela Band Minas e Band News e hoje na Rádio Itatiaia , a maior rádio de Minas.Melhor Profissional do Mercado de Capitais , Prêmio APIMEC Nacional 2007/2008, Melhor profissional de Imprensa , Prêmio APIMEC-MG 2000 e 2008, Prêmio Minas de desenvolvimento Econômico 2006 e agraciada com a medalha do Mérito Cooperativista Paulo de Souza Lima 2019.Consultora Econômica da Planner Corretora.Diretora da Aporte Educacional.Publicuei dois livros : Brasil 100 Comentários-Elsevier,2008, e, Mercado Financeiro, uma abordagem prática dos principais produtos e serviços-Elsevier,2008.
Roberta Fragoso	Roberta Fragoso é procuradora do Distrito Federal; mestre em direito do estado pela Universidade de Brasília(UNB); MBA em direito pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e professora de direito constitucional e administrativo na Escola da Magistratura do Distrito Federal e na Escola do Ministério Público. Formada em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tem MBA em direito econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrado em direito e estado pela Universidade de Brasília (UnB). É autora do livro "Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?" (Livraria dos Advogados, 2007).
Roberto Abdenur	Roberto Abdenur iniciou carreira diplomática em 1963. Após atuar em temas administrativos, econômicos e políticos na Secretária do Estado, serviu no consulado em Londres e na embaixada em Washington. Foi coordenador de assuntos econômicos e comerciais na Secretária-Geral e no gabinete do ministro. Embaixador no Equador (1985-1988), China (1989-1993), Alemanha (1995-2001), Áustria e perante as organizações internacionais em Viena (2002-2003) e Estados Unidos (2004-2006). Aposentado em 2007, atuou como consultor sobre assuntos internacionais. Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e membro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).
Roberto DaMatta	Roberto DaMatta é antropólogo e escritor. Tem mais dez livros publicados como "Índios e Castanheiros" (Difusão Européia, 1967), "O que é o Brasil?" (Rocco, 2005) e "Crônicas da vida e da morte" (Rocco, 2009).
Roberto Luis Troster	Sócio da Troster & Associados, bacharel e doutor em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e pós-graduado em banking pela Stonier School of Banking. Foi economista chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e da USP e consultor de empresas, governos e instituições financeiras no Brasil e no exterior, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).
Roberto Meir	Roberto Meir é especialista internacional em relações de consumo e cidadania. Presidente do Grupo Padrão, é fundador da cultuada publicação Consumidor Moderno e de uma série de empreendimentos voltados a estimular o mundo corporativo a inovar e criar ideias fora da caixa. É considerado a principal referência nacional em temas voltados ao conhecimento e comportamento do consumidor e seu impacto nos negócios. Participa com afinco dos principais fóruns e eventos globais, trazendo em

	primeira mão as novidades do mundo do consumo, comportamento, inovação e melhores práticas de varejo. Muito mais que um palestrante, Meir é um provocador emérito, além de criador e precursor dos mais instigantes temas que irão impactar o mundo dos negócios na atualidade.
Roberto Motta	Roberto Motta é engenheiro civil (PUC-Rio) e pós-graduado no Mestrado Executivo em Gestão Empresarial pela FGV-RJ. Tem experiência como executivo de grandes empresas no Brasil e EUA nas áreas de tecnologia da informação, desenvolvimento de negócios e gestão empresarial. Fundador e ex-membro do Partido Novo, mantém o site " https://robertobmotta.com " e é autor de "Ou Ficar a Pátria Livre" (Amora do Leblon, 2016).
Roberto Pereira D'Araujo	Roberto Pereira d'Araujo é engenheiro eletricitista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e mestre em sistemas pela mesma universidade. Ex-chefe de departamento em Furnas Centrais Elétricas. Tem experiência na área de planejamento do setor elétrico. Atualmente é consultor da RCM Consultoria e Projetos LTDA, que prestou assessoria ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Eletrobras, a Petrobras, a Fundação Getulio Vargas (FGV) e a Norske Skog. Também Ocupou o cargo de conselheiro de administração de Furnas, entre 2003 e 2005.
Roberto Rachewsky	Roberto Rachewsky é empresário da área de comércio exterior. Fundador do Instituto Estudos Empresariais (IEE), do qual foi vice-presidente (1984-85) e presidente (1986-87). Também fundou o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, do qual foi vice-presidente na década de 1980. Participou da diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul (ADVB-RS) e da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul). Atualmente, é conselheiro do IEE.
Roberto Salone	Diplomata de carreira, Roberto Salone foi assessor legislativo da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e também Presidente da Comissão de Ex-Presos Políticos do Estado de São Paulo. É mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e também mestre em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Sua dissertação de mestrado, intitulada "Irredutivelmente Liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho", foi publicada pela editora Albatroz em 2009 .
Roberto Schaeffer	Roberto Schaeffer é professor associado do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ. É editor-associado das revistas científicas internacionais "Climate Policy e Energy-The International Journal", e membro do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) da ONU. Foi professor visitante do Centro para Energia e Meio Ambiente, e professor palestrante na Universidade da Pensylvania, EUA. É Ph.D. em política energética pela Universidade da Pensylvania. Em 2008, ocupou a cátedra de professor visitante em estudos brasileiros no Canadá.
Roberto Soares Garcia	Roberto Soares Garcia é professor do curso de pós-graduação da GVLaw - Fundação Getulio Vargas. Formado em Direito Criminal, Garcia foi coordenador da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB/SP, vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), coordenador adjunto da Revista Brasileira de Ciências Criminais do Instituto

	Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e vice-coordenador da Comissão de Crimes na Internet da Associação Brasileira de Direito de Informática.
Rodrigo R. Coutinho	Rodrigo R. Coutinho é mestre em relações internacionais pela Universidade de Nova Iorque (NYU), especialista em relações exteriores e negócios internacionais pela Universidade Candido Mendes (UCAM), e administrador de empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Especialista em ciências políticas e relações internacionais, em temas como globalização, transnacionalização e mercados emergentes. Consultor de gestão e estratégia, assessora, desde 1998, empresas nacionais e multinacionais em processos de planejamento estratégico, desenvolvimento de novos negócios e mercados.
Rodrigo Tellechea Silva	Advogado especializado em direito societário, fusões & aquisições, recuperação de créditos e de empresas. Co-fundador do Instituto de Direito Empresarial Aplicado (Idea), coordenador do mestrado em direito dos negócios da Unisinos. Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) e do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAR). Coautor do livro "Recuperação extrajudicial de empresas" (Quartier Latin, 2013). Formado em ciências jurídicas e sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), doutor em direito comercial pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em direito empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi diretor de formação do Instituto de Estudos Empresariais e vice-presidente do Instituto de Estudos Empresariais.
Rodrigo Tiraboschi	Rodrigo Tiraboschi é diretor de operações na Pagpop, uma empresa acelerada pela 21212. Mestre em gestão e operações pela Universidade Harvard e bacharel em administração de empresas pelo IBMEC. Tem MBA em marketing pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Atuou nos departamentos financeiro e comercial de shopping centers. Possui interesse por tecnologia e internet, tendo atuado em um venture capital do setor.
Rolf Kuntz	Rolf Kuntz é professor titular de Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP) e colunista de economia do jornal "O Estado de S. Paulo". É autor dos livros "François Quesnay: economia" (Atica, 1984), da coleção Grandes Cientistas Sociais, e "Qual o futuro dos direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista" (Max Limonad, 2002). Kuntz é mestre e doutor em Filosofia pela USP. Tem interesse especial pela obra de David Hume, Jean-Jacques Rousseau, John Locke e Adam Smith.
Ronald Otto Hillbrecht	Ronald Otto Hillbrecht é professor do curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre 1994 e 1997, ministrou aulas de Economia, Macroeconomia, Moeda e Bancos e Economia Institucional na Universidade de São Paulo (USP). É autor do livro "Economia Monetária" (Ed. Atlas, 1999). Doutor em Teoria Econômica pela Universidade de Illinois, nos EUA e mestre em Economia pela USP. Tem interesse especial pelas áreas de política monetária e política econômica.
Ronaldo Balassiano	Ronaldo Balassiano é engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em engenharia de transportes e em planejamento energético e ambiental pela COPPE e PhD em engenharia de transportes pela Universidade de Westminster. Atualmente é professor associado da COPPE, vinculado ao Programa de Engenharia de Transportes

	(PET). Pós-doutor pelo Center for Future Urban Transport da Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA.
Rubem de Freitas Novaes	Rubem de Freitas Novaes foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), presidente do SEBRAE e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). É autor do livro "Investimentos Estrangeiros no Brasil: uma Análise Econômica" (Ed. Expressão e Cultura). Novaes tem PhD em Economia pela Universidade de Chicago, nos EUA.
Rubens Barbosa	Rubens Barbosa foi embaixador do Brasil em Washington (1999-2004). É consultor de negócios, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP, presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET). É membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint – USP), presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos (CEBEU) e editor responsável da revista "Interesse Nacional". É autor de "Interesse nacional e visão de futuro" (Sesi SP, 2012), "O Dissenso de Washington" (Agir, 2011) e "Mercosul e a integração regional" (Imprensa oficial - SP, 2009).
Samanta Pineda	Advogada atuante especialista em Direito Socioambiental, habilitada como Coordenadora de Gestão Ambiental pela DGQ da Alemanha, Professora convidada no MBA da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e de Brasília e do INSPER/SP onde ministra aulas de Direito Ambiental. Palestrante requisitada em todo o país sobre temas relacionados à sustentabilidade, possui diversos artigos publicados, é colaboradora da Revista Exame. Colunista do Jornal TerraViva e apresentadora do programa Ação Sustentável no Agromais do Grupo Band. Sócia fundadora do escritório Pineda e Krahn Sociedade de Advogados.
Samuel Kinoshita	Assessor Especial do Ministro da Economia, Samuel Kinoshita é graduado em economia pelo Insper, mestre em economia pela Universitat Pompeu Fabra e mestre em estatística pela Columbia University.
Samuel Pessoa	Samuel de Abreu Pessoa é professor da pós-graduação em economia da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (EPGE/FGV), chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e editor da revista "Pesquisa e Planejamento Econômico". É doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e mestre em física pela mesma universidade. É especialista em crescimento, flutuações e planejamento econômico. Participou da organização do livro "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira" (Editora Campus, 2012).
Sandro Schmitz	Possui graduação em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2003) e diploma de Estudos Aprofundados pela Junta Interamericana de Defesa (OEA). Atua na área de comércio internacional há cinco anos, na qual presta consultoria e assessoria nas operações afetas ao comércio exterior. Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em política internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: direito internacional, direito dos conflitos armados, direito penal, direitos humanos e direito internacional humanitário. Atua como consultor nas áreas empresarial, tributária e societária.

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr	Advogado especializado em Direito do Estado e Previdenciário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Certificado pelo Programa de Negociação de Harvard para Senior Executives. Foi Vice-Presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL. É conselheiro do Instituto Millenium e Cofundador do Instituto Dynamic Mindset, Colaborador do Public Seminar da The New School For Social Research – NYC, além de palestrante. Escreve sobre questões contemporâneas, envolvendo temas políticos, econômicos e constitucionais.
Selene Peres Nunes	Economista e contadora, é Auditora Federal de Finanças e Controle (AFF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) há 23 anos, atualmente licenciada, doutoranda do PPGCONT da FACE/UnB, e professora de finanças públicas, com várias publicações, tendo quatro delas recebido prêmios.
Sergio Lazzarini	É professor titular de organização e estratégia e diretor de pesquisa e pós-graduação do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). É PhD em administração pela Washington University e mestre em administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP). Autor do livro “Capitalismo de Laços” (Campus/Elsevier, 2011) e “Reinventing state capitalism: Leviathan in business, Brazil and beyond” (Harvard University Press, 2014). É articulista da revista “Veja”.
Sergio Lewin	Vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e membro do conselho Institucional da Academia Tributária das Américas (ATA), Sergio Lewin é especialista em direito tributário e constitucional. Atua como conselheiro-julgador do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários de Porto Alegre (TART) e diretor do Instituto de Estudos Tributários de Porto Alegre (IET). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), com especialização em direito da economia e da empresa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), entre 1999 e 2000, e presidente do Instituto Liberdade, de 2004 a 2006.
Sérgio Tostes	Sérgio Tostes é fundador do escritório de advocacia Tostes & Associados. Consultor nas áreas empresarial, de energia, óleo e gás, e no setor tributário e de investimentos estrangeiros. É formado em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara e pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). É mestre em Jurisprudência Comparada pela Universidade de Nova Iorque e também mestre em Direito Tributário pela Universidade de Harvard. Foi professor de Direito Tributário e Direito Comercial na Universidade Cândido Mendes e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Também foi presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) entre 1990-1998.
Sergio Vale	Sergio Vale é economista-chefe da MB Associados, empresa de consultoria em análise macroeconômica e colunista do jornal “Brasil Econômico”. Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP e mestre em Economia pela mesma instituição. Obteve mestrado em economia pela Universidade de Wisconsin Madison EUA. Foi colaborador do jornal "O Estado de São Paulo", colunista do jornal "O Diário de São Paulo" e professor nos cursos de Economia e Administração das faculdades IBMEC-SP.

Sérvulo Dias	Sérvulo Dias é economista pela FEA/USP, administrador de empresas, empreendedor e palestrante.
Silverio Zebral	Silverio Zebral Filho é Chefe da Unidade de Inovação Governamental de Organização dos Estados Americanos (OEA) e professor associado da The Graduate School of Political Management da The George Washington University (GWU) - ambos com sede em Washington-DC, EUA. Fez carreira como economista no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pesquisador na Fundação Getulio Vargas (FGV) e consultor para Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É mestre em Desenvolvimento Internacional pelo The Graduate Institute of International and Development Studies (Genebra, Suíça) e MBA pelo IE Business School (Madrid, Espanha).
Simon Schwartzman	Simon Schwartzman é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) no Rio de Janeiro. Formado em sociologia e ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em sociologia pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO, Chile), e doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia, Berkeley. É especialista em educação, ciência e tecnologia e políticas sociais. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1994 e 1998. Autor de "Brasil: a nova agenda social" (Editores, 2011), "Políticas educacionais e coesão social – uma agenda latino-americana" (Elsevier, 2009) e "Os desafios da educação no Brasil" (Nova Fronteira, 2005).
Solange Srour Chachamovitz	É economista-chefe da ARX Investimentos desde 2008. Antes, foi economista da BNY Mellon (2005-2008), do Banco BBM (2004-2005) e da Nobel Asset Management (2002-2004). Solange tem mestrado pela PUC-Rio e já foi professora do Departamento de Economia na mesma Universidade. Ela escreve com frequência artigos nos principais jornais nacionais e participa de debates e conferências sobre economia e política.
Sueli Angarita	Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis, Sueli Angarita tem extensão em gestão empresarial pelo Centro de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro. Angarita é consultora tributária e atua no mercado prestando serviços a grandes empresas.
Thiago Peixoto	Thiago Sousa Guimarães Peixoto - Thiago Guimarães Peixoto é Mestre em Inovação e Propriedade Intelectual (INPI), Pós-graduado em Dinâmica dos Grupos (SBDG), Especialista em Análise Transacional (UNAT-Brasil) e Bacharel em Ciência da Computação (UFRJ). Atua há mais de 10 anos em projetos de P&D e Inovação em grandes empresas. Na TV Globo conquistou o prêmio SET de Melhor Solução em Integração de Novas Mídias com o BBB12 Mobile e atuou na concepção do VATE, projeto premiado no IBC Innovation Awards na Holanda. Na Estácio foi responsável pela criação do Game Center Estácio, maior plataforma de games educacionais de uma universidade, inventou o Telion®, equipamento patenteado e implantado em mais de 100 salas de aula em todo o Brasil e desenvolveu com o INPI o maior estudo já feito sobre patentes para a área da educação. Captou no mercado mais de R\$100 milhões em recursos para P&D e Inovação. É membro regular do comitê de Fomento em Inovação e líder técnico na ANPEI. Júri no Desafio de Inovação Inclusiva do MIT e tutor do HackBrasil -

	Harvard. Professor contadista e ministra regularmente cursos e disciplinas nas áreas de Psicologia, Direito, Gestão e Tecnologia em programas de pós-graduação e educação corporativa na Eletrobrás, Vale, Correios, SEBRAE, Estácio e na FGV. Em Furnas é Arquiteto de Negócio e Tecnologia e está responsável pelo Programa de Inovação.
Thiago Ramos Dias	Thiago Ramos Dias é advogado, Master of Laws pela Columbia University, e portador do Parker School Certificate in International and Comparative Law. Na academia, dedicou seus estudos a temas ligados à defesa, segurança pública e direitos humanos. Possui experiência nos três níveis da administração pública e no terceiro setor, tendo trabalhado para a organização Human Rights Watch, no Rio de Janeiro e em Nova Iorque.
Thobias Zamboni	Thobias Zamboni é empresário e economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi articulista do livro "Caminhos para a Liberdade", realizado pelo IEE em 2015. Já teve diversos artigos publicados em jornais e revistas eletrônicas como o Fórum da Liberdade Insights. Atualmente é diretor de formação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do qual é associado desde 2012. Tem interesse e conhecimento sobre os temas: empreendedorismo, economia austríaca, gestão de recursos financeiros, a não modelagem da incerteza, malefícios da intervenção estatal e a má-alocação de capital, macroeconomia, economia internacional, sistema monetário mundial e a formação de bolhas e estudos sobre a inflação de ativos nos mercados.
Ubiratan Iorio	É bacharel em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). É professor adjunto do departamento de análise econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Leciona também em cursos de MBA da FGV-RJ e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Trabalhou na faculdade de economia e finanças do Ibmec e na faculdade de ciências econômicas da UERJ. Foi economista do Banco Central do Brasil e do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV-RJ. É autor de "Economia e liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira" (Forense Universitária, 1997), "Uma análise econômica do problema do cheque sem fundos no Brasil" (Ibmec, 1985) e "Macroeconomia e política monetária" (Ibmec, 1984).
Vicente Riccio	Vicente Riccio possui doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2003), mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1997) e graduação em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1995). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, justiça, segurança pública, mídia e direito. Além de atuar como pesquisador e professor universitário, também trabalha como consultor de projetos. Já participou de projetos junto ao Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros.
Vítor Wilher	Bacharel e Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Data Science. Atualmente é sócio-fundador da Análise Macro, empresa especializada em treinamento e consultoria em Data Science.

Wagner Vargas	Comunicador e Cientista de Dados. Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), pós-graduando da primeira turma de Data Science Avançado e Big Data Analytics do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa-SP) e bacharelado em Estatística (Universidade Anhembi Morumbi). Tem MBA em Finanças Públicas (Universidade Cândido Mendes), especialização em Estatística Aplicada (IBMEC-SP) e em Marketing CRM (IBMEC-SP). Consultor, já atuou com Ciência de Dados, Marketing, Comunicação Estratégica e Relações Institucionais nos setores público e privado. Em campanhas eleitorais, já foi conselheiro, Ghost Writer, Gerente e PR Staff.
Zeina Latif	Zeina Latif é doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e consultora econômica. Trabalhou na XP Investimentos, Royal Bank of Scotland (RBS), ING, ABN-Amro Real e HSBC. Escreve colunas semanais para o Estadão.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos de: www.institutomillennium.org.br. Acesso em 23 ago. 2020.

APÊNDICE C - Articulistas convidados do Instituto Millenium em 2020

Quadro 17 - Lista de articulistas convidados do Instituto Millenium em 2020

Nome	Biografia breve
Alvaro Vargas Llosa	Reconhecido internacionalmente, o jornalista e escritor peruano Alvaro Vargas Llosa acumula passagens pelos mais influentes meios de comunicação do mundo e teve seus livros traduzidos em diversos idiomas. Formado em História pela London School of Economics, Llosa é colunista semanal do “Washington Post Writers Group”. Trabalhou no “New York Times”, no “El País”, no “El Mundo”, no “La Nación” e em muitos outros jornais. Também realizou trabalhos em televisão e rádio. Llosa foi premiado com o Sir. Anthony Fisher International Memorial Award pelo livro “Rumbo a la libertad”. Em 2007, foi nomeado Jovem Líder Global pelo Fórum Econômico de Davos. Ao longo de sua carreira, o jornalista recebeu muitos prêmios como o de melhor programa de rádio em questões de atualidade na Flórida em 1998.
Andre Franco Montoro Filho	Professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), André Franco Montoro Filho foi presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O economista também foi secretário de economia e planejamento do Estado de São Paulo nas gestões Mário Covas e Geraldo Alckmin. É autor dos livros “Contabilidade Social – uma introdução à macroeconomia” (Atlas, 1994) e “Corrupção, ética e economia - Reflexões sobre a ética concorrencial em economias de mercado” (Elsevier, 2012). Formado pela USP, Montoro cursou mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e doutorado, na mesma área, pela Universidade de Yale, EUA.
Andrea Faggion	Professora associada do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas e Colorado University at Boulder, nos Estados Unidos.
Carlos Alberto Di Franco	Carlos Alberto Di Franco é advogado e doutor em comunicação pela Universidade de Navarra. Colunista e consultor do “Estado de São Paulo” e da “Rádio Eldorado”. Di Franco também publica artigos em “O Globo” e “Estado de Minas”. Publicou os livros “Jornalismo, Ética e Qualidade” (Editora Vozes, São Paulo) e “Jornalismo como poligrafia” (Porto, Portugal).
Carlos Alberto Sardenberg	Carlos Alberto Sardenberg é âncora do programa “CBN Brasil”, comentarista econômico do “Jornal da Globo” e colunista dos jornais “O Estado de S.Paulo” e “O Globo”. O jornalista tem passagens por uns dos mais importantes meios de comunicação brasileiros como o jornal “Folha de São Paulo” e as revistas “Veja” e “IstoÉ”. Foi diretor da

	sucursal do “Jornal do Brasil” em São Paulo e diretor de jornalismo da Rede Bandeirantes de Televisão. Seu livro mais recente é “O assunto é dinheiro” (Saraiva, 2006), escrito com Mara Luquet. Sardenberg mantém um blog no G1 e o site www.sardenberg.com.br
Carlos Magno Xavier	Carlos Magno da Silva Xavier é doutor em administração de empresas e sócio-diretor da Beware Consultoria e Treinamento. É professor de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Fundação Dom Cabral e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro “Metodologia de gerenciamento de projetos – methodware”.
Claudia Costin	Ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Claudia Costin é especialista em políticas públicas. Costin lecionou em importantes universidades brasileiras, como a Universidade de Campinas (Unicamp). Foi professora-visitante da Escola Nacional de Educação Pública, da Universidade de Quebec, no Canadá. Entre 2003 e 2005, a administradora comandou a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Ela também atuou como consultora dos governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Formou-se em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cursou mestrado em economia e doutorado em administração pública, também pela FGV.
Demétrio Magnoli	Sociólogo, colunista dos jornais “Folha de S. Paulo” e “O Globo”. Magnoli foi colunista da rádio “BandNews FM” e comentarista do “Jornal da Cultura”. Atualmente, é comentarista de política internacional do “Jornal das Dez” da Globo News. É autor de diversos livros como “Uma gota de sangue” (Contexto) e “Liberdade versus Igualdade” (Record). Integra o Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (Gacint) da USP. Magnoli tem doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
Denis Rosenfield	Articulista dos jornais “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” e editor da revista “Filosofia Política”. É professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Rosenfield é graduado em Filosofia na Universidade Nacional Autônoma do México, “Doutor de Estado” pela Universidade de Paris I (Panthéon Sorbonne) e pós-doutor na Ecole Normale Supérieure de Fontenay-St.Cloud. É consultor de análise política para empresas, grupos financeiros, associações empresariais e partidos políticos. É autor dos livros: “Descartes e as peripécias da razão” (Iluminuras, 1996), “Hegel, a moralidade e a religião” (Zahar, 2002), “Retratos do mal” (Jorge Zahar, 2003), “A democracia ameaçada” (Topbooks, 2006), “Reflexões sobre o direito a propriedade” (Campus Jurídico, 2007), “O que é democracia” (Brasiliense, 2009) e “Justiça, democracia e capitalismo (Campus jurídico, 2010).
Eduardo Zimmer	Empresário e associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

Sampaio	
Eugenio Mussak	É professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral, nas áreas de liderança e gestão de pessoas. É o diretor científico da Associação Brasileira de Recursos Humanos e integrante do comitê de criação do Congresso Brasileiro de Recursos Humanos (CONARH). Escreve mensalmente para as revistas "Você S.A.", sobre liderança, e "Vida Simples", sobre comportamento. Tem um programa semanal de entrevistas na rádio Estadão, chamado "Papão de Líder".
Everardo Maciel	É consultor Jurídico e professor do Instituto Brasileiro de Direito Público. Foi Secretário de Fazenda, de Planejamento e de Educação de Pernambuco, Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, Secretário-Executivo dos Ministérios da Educação, da Casa Civil, do Interior (hoje Integração Nacional) e da Fazenda, Secretário da Receita Federal, além de ter ocupado em caráter interino os cargos de Ministro da Educação, Interior e Fazenda. Também lecionou em instituições acadêmicas privadas e participou em missões das Organizações das Nações Unidas.
Gaudencio Torquato	Vencedor do "Prêmio Esso de Jornalismo" na categoria científica, por uma série de reportagens sobre a doença da barriga d'água, Gaudêncio Torquato trabalhou em alguns dos mais importantes meios de comunicação brasileiros como "Jornal do Commercio", "Folha de S.Paulo" e "Correio da Manhã". Atualmente, Torquato presta consultoria em marketing institucional e político, e em comunicação organizacional. Ele também ministra aulas na Universidade de São Paulo (USP) e preside a GT Marketing e Comunicação. É autor de diversos livros como "Marketing Político e Governamental – um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação" (São Paulo, Summus Editora, 1985) e "A velha era do novo" (Cromosete, 2002). Torquato cursou doutorado em Jornalismo Interpretativo pela USP.
Guilherme Fiuza	Jornalista e escritor brasileiro, Guilherme Fiuza mantém uma coluna sobre política na revista "Época" e escreve para o jornal "O Globo". É co-autor da minissérie "O brado retumbante", exibida em 2012 pela TV Globo, e assina o livro "Meu nome não é Johnny" cuja adaptação ao cinema rendeu ao escritor o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro na categoria Melhor Roteiro Adaptado. Além deste, Fiuza escreveu "3.000 dias no bunker", "Amazônia, 20º andar", "Bussunda - A vida do Casseta" e "Giane — Vida, arte e luta".
Helio Gurovitz	Jornalista, colunista da revista "Época" e do portal G1. Foi editor e da "Época", diretor do portal da revista "Exame" até 2005, além de editor-executivo da publicação da editora Abril, responsável pela cobertura das áreas de negócios e tecnologia. Gurovitz também atuou na redação do jornal "Folha de S. Paulo". Formou-se em Jornalismo e Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo e possui

	pós-graduação em Hiperfídia pela Universidade de Westminster, em Londres.
J.R. Guzzo	José Roberto Guzzo é do Conselho Editorial da Abril e colunista das revistas "Exame" e "Veja".
Jose Andres Lopes da Costa	É professor de direito bancário da pós-graduação de direito econômico da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ). Foi diretor jurídico para a área de tributação no mercado financeiro e de capitais do Grupo Bozano, entre 2001 e 2008, e sócio da Rennó, Aragão & Lopes da Costa. Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pós-graduado em direito empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Atua nas áreas de direito societário, mercado de capitais, regulatório e tributário.
Jose Eli da Veiga	É professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), coordenador do Núcleo de Economia Sócio-ambiental (NESA) da USP e colaborador da coluna de opinião do jornal "Valor Econômico". É autor de "O que é reforma agrária" (Brasiliense, 1981), "A reforma que virou suco" (Vozes, 1990), "O desenvolvimento agrícola" (Edusp, 1991), "Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos" (Fapesp/Annablume, 1994), "A face rural do desenvolvimento" (Editora da Universidade, 2000), "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento" (NEAD, 2001), "Cidades imaginárias" (Autores Associados, 2002), "A História não os absolverá" (Autores Associados, 2005), "Do global ao local" (Autores Associados, 2005), "Desenvolvimento sustentável" (Garamond, 2005), "Meio ambiente e desenvolvimento" (Senac, 2006) e "A emergência sócio-ambiental" (Senac, 2007).
José Padilha	Diretor do filme "Tropa de elite", vencedor do Urso de Ouro de melhor filme no Festival de Berlim de 2008, José Padilha é cineasta, roteirista, documentarista e produtor cinematográfico. Formado em Administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Padilha também estudou Economia Política, Literatura Inglesa e Política Internacional em Oxford, na Inglaterra. Fundou em 1997, junto com o fotógrafo e diretor Marcos Prado, a Zazen Produções. Sua estreia como diretor de cinema foi com o documentário "Ônibus 174", de 2002. Em 2008, Padilha foi incluído na lista "10 directors to watch" da revista "Variety".
Luiz Alberto Machado	Economista pelo Mackenzie (1977), com especialização em Criatividade pela Creative Education Foundation e em Aprendizagem Acelerada pela International Alliance for Learning. É vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Eleito para o Conselho Federal de Economia (2002-2004), foi presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (2000-2001). É conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia

	Mundial e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania.
Mailson Ferreira da Nóbrega	O economista Mailson Ferreira de Nóbrega foi Ministro da Fazenda e consultor técnico e chefe da divisão de análise de projetos do Banco do Brasil. Nóbrega é membro de conselhos administrativos de empresas no Brasil e no exterior. Foi diretor-executivo do European Brazilian Bank, Eurobraz, em Londres. Publicou os livros “O Brasil em transformação” e “O futuro chegou”. Em 2013, recebeu o prêmio de Economista do Ano, concedido pela Ordem dos Economistas do Brasil. É colunista da revista "Veja".
Marcelo Côrtes Neri	Marcelo Côrtes Neri é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff. Doutor pela Universidade de Princeton e especialista em relações no mercado de trabalho, política de salários, políticas sociais e distribuição de renda; é autor de "Retratos da deficiência" (FGV, 2003), "Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas" (MPS,2003), "Ensaio sociais" (2003) e "Microcrédito, o mistério nordestino e o grammen brasileiro" (FGV, 2008).
Mario Vargas Llosa	Escritor, jornalista, ensaísta e político. Estudou na Universidade de São Marcos em Lima, é doutor em Filosofia e Letras pela Universidade Complutense de Madrid. Ensinou inglês em Paris e foi redator da "France Presse". Concorreu à presidência do Peru, em 1990 e foi vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 2010. Entre seus livros, destacam-se os autobiográficos "A cidade e os cachorros" (1963), "A Casa Verde" (1966) e "Tia Júlia e o Escrevinhador". Llosa dedicou o ensaio "A Guerra do Fim do Mundo", baseado na Guerra de Canudos, a Euclides da Cunha, autor de "Os Sertões".
Merval Pereira	Colunista do jornal "O Globo", comentarista da TV Globo News e da rádio CBN, é membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do conselho editorial das Organizações Globo. Fez parte do primeiro conselho editorial do jornal "Valor Econômico". Foi diretor de jornalismo de mídia impressa e rádio das Organizações Globo. Trabalhou na revista "Veja", como chefe das sucursais de Brasília e Rio de Janeiro, como editor nacional em São Paulo e foi editor-executivo do "Jornal do Brasil". Em 1979, recebeu o Prêmio Esso de jornalismo pela série de reportagens "A segunda guerra, sucessão de Geisel", publicada no "Jornal de Brasília". Em 2009 ganhou o prêmio Maria Moors Cabot pela Columbia University, EUA. É autor dos livros "A segunda guerra – a sucessão de Geisel" (Brasiliense, 1979) e "O Lulismo no poder" (Record, 2010).

Nelson Motta	Nelson Motta é escritor, letrista, jornalista e produtor musical. Considerado referência em assuntos ligados a história da música popular na formação da sociedade brasileira nos últimos 40 anos. Foi um ativo participante dos principais acontecimentos da história da MPB e hoje ministra palestras sobre o tema. Escreve artigos semanais para os jornais “O Globo”, “Estado de S. Paulo” e “Folha de São Paulo”, além de apresentar uma coluna cultural no “Jornal da Globo” e de comandar o programa radiofônico “Sintonia Fina”. Possui 14 livros publicados, dentre eles, “Noites tropicais” (Objetiva, 2000); “Vale tudo – o som e a fúria de Tim Maia” (Objetiva, 2007); “Brasil F.C.” (Nova Fronteira, 1982) e o mais recente “Força estranha” (Suma de letras, 2009).
Oscar Vilhena	Oscar Vilhena é diretor do curso de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV). Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Direito pela Columbia University, nos EUA, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e PhD pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. Foi Procurador do Estado em São Paulo e Diretor Executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime (ILANUD). É colunista do jornal "Folha de São Paulo". Publicou o livro "Estado de direito e o desafio do desenvolvimento" (Editora Saraiva, 2011).
Paulo Brossard (in memoriam)	Colunista do jornal “Zero Hora”, de Porto Alegre, Paulo Brossard foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o governo de José Sarney. Ao longo de sua carreira política, Brossard também atuou como deputado estadual, deputado federal e senador. É formado pela faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde se especializou em Direito Civil e Constitucional. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e correspondente do jornal “O Estado de S. Paulo”.
Paulo Feldmann	Paulo Feldmann é professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA). Formado em engenharia com mestrado e doutorado em Administração na Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi presidente da Iron Mountain e da Eletropaulo, Sócio da Ernst & Young, diretor da Microsoft e Grupos Sharp e Safra. Foi presidente da Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (Sucesu), diretor e conselheiro do Instituto de Engenharia. É um dos coordenadores Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e atual presidente do conselho da pequena empresa da Federação do Comércio (Fecomércio).
Paulo Kramer	Paulo Kramer é cientista político com doutorado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Kramer atua como professor licenciado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB) e analista da Kramer & Ornelas -

	Consultoria.
Renato Skaf	Renato Skaf foi consultor de gestão e desenvolvimento de negócios da Booz&Company, executivo da NorskeSkog, gerente de marketing da Liberty (seguros). Implementou o primeiro portal de agrobusiness do Brasil, na Agrosite.É formado em Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA pelo Ibmec e intercâmbio no MBA da New York University (NYU).
Vicente de Paulo Barretto	O jurista, um dos mais respeitados pensadores do Direito Brasileiro, é autor de diversos artigos e livros sobre temáticas do Brasil contemporâneo. Coordenador científico do primeiro dicionário de filosofia do Direito em língua portuguesa, Barreto é, atualmente, docente vinculado à UERJ.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos de: www.institutomillennium.org.br. Acesso em 23 ago. 2020.

APÊNDICE D - Equipe econômica do Governo eleito de Jair Messias Bolsonaro

Quadro 18 - Equipe econômica do Governo eleito de Jair Messias Bolsonaro

Nome	Biografia breve	Função
Secretaria-executiva		
Marcelo Guarany	Servidor público do Tesouro Nacional, com formação em economia e direito, e mestrado em direito público. Atuou nas áreas de regulação de infraestrutura e de serviços públicos no Ministério da Fazenda e na Casa Civil da Presidência da República, além de já ter ocupado o cargo de diretor de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de 2007 a 2010.	Secretário-executivo
Secretaria de Fazenda		
Waldery Rodrigues Júnior	Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é graduado em engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1992) e mestre em economia pela University de Michigan e pela Universidade de Brasília (UnB), além de doutor em Economia pela UnB. Atuou também na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.	Secretário-especial
Esteves Colnago	Analista do Banco Central do Brasil desde 1998, é mestre em ciências econômicas pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em contabilidade pública. De 1996 a 1998, desempenhou a função de Analista de Finanças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional. No fim da gestão Temer, ocupou o posto de ministro do Planejamento.	Secretário-adjunto
Adolfo Sachsida	Colaborador de Paulo Guedes desde a campanha eleitoral, é doutor em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Ele fez pós-doutorado com o professor Walter Enders na University of Alabama, lecionou economia na University of Texas-Pan American e foi consultor do Banco Mundial para Angola.	Secretário de Política Econômica
Mansueto Almeida	Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), é formado em economia pela Universidade Federal do Ceará e mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Kursou doutorado em Políticas Públicas no MIT, em Cambridge (EUA), mas não defendeu a tese. Já	Secretário do Tesouro Nacional

	era secretário do Tesouro Nacional no fim da gestão do governo Temer.	
Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital		
Paulo Uebel	Ex-secretário de Gestão do governo João Dória, em São Paulo, é advogado especialista em direito tributário, financeiro e econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em liderança global para a competitividade pela Georgetown University, EUA.	Secretário-especial
Gleisson Cardoso Rubin	Integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), é licenciado em matemática pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em matemática e estatística pela Universidade Federal de Lavras (MG). Atuou, no fim do governo Temer, no Ministério do Planejamento, como secretário de Gestão.	Secretário-adjunto
Caio Mario Paes de Andrade	Com formação em Comunicação Social pela Universidade Paulista em São Paulo, e pós-graduação em Gestão pela Harvard University e Mestrado em Administração de Empresas pela Duke University, Caio Mario é fundador da WebForce Networks.	Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade		
Carlos da Costa	Ex-diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em economia e mestre pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Assumiu o cargo de diretor do BNDES em agosto de 2017. Foi responsável pelas divisões de planejamento e de crédito, tecnologia e informação do banco e pelo departamento de comunicação do banco.	Secretário-especial
Igor Calvet	Pertencente à carreira de Estado de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, é bacharel em relações internacionais, mestre e doutorando em ciência política. Atuou no fim do governo Temer como secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria e Comércio Exterior.	Secretário-adjunto
Caio Megale	Com experiência de décadas no mercado financeiro, se formou em economia pela	Secretário de Indústria, Comércio e

	Universidade de São Paulo (USP), com mestrado na PUC-Rio. Também atuou na área acadêmica, como professor de economia na PUC-Rio e Ibmec-São Paulo. Na gestão João Dória, foi secretário de Fazenda da Prefeitura de São Paulo.	Inovação
César Mattos	Economista formado pela Universidade de Brasília (UNB), mestre em Economia pela PUC Rio e doutor em Economia pela UNB, é consultor legislativo da Câmara dos Deputados, na área de política econômica. Foi Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).	Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade
Diogo Mac Cord	É engenheiro mecânico, mestre em administração pública por Harvard e doutor em sistemas de potência (regulação do mercado de energia) pela USP. Foi coordenador e professor de regulação econômica e tarifas do MBA da FGV Management e diretor das divisões de saneamento básico e logística da Fiesp.	Secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura
Fernando de Holanda Barbosa Filho	É pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV – IBRE) desde 2006. Economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui mestrado em Economia pela Escola da Pós-Graduação de Economia da EPGE-FGV e pela New York University (NYU) e PhD em Economia pela New York University (NYU). Foi secretário Adjunto de Política Econômica do extinto Ministério da Fazenda.	Secretário de Políticas Públicas para o Emprego
Secretaria da Receita Federal		
Marcos Cintra	Tem quatro títulos pela Universidade de Harvard (EUA): bacharel em economia, mestre em planejamento regional, mestre e doutor em economia. Também é professor-titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dava aulas de microeconomia, macroeconomia, finanças públicas, economia agrícola e desenvolvimento econômico nos cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública da FGV.	Secretário-especial
João Paulo Fachada	Funcionário de carreira da Receita Federal, é formado em engenharia mecânica, com mestrado em economia do setor público e em administração tributária da Fazenda Pública.	Secretário-adjunto

Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais		
Marcos Troyjo	Graduado em ciência política e economia pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em sociologia das relações internacionais pela USP, é integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, diretor do BRICLab da Universidade Columbia e pesquisador do Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Universidade Paris-Descartes (Sorbonne).	Secretário-especial
Yana Dumaresq	Servidora da carreira de analista de Comércio Exterior, já exerceu o cargo de Secretária-Executiva do MDIC, onde também foi titular da Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica. Anteriormente, ocupou a função de Diretora Adjunta para América Latina no Fórum Econômico Mundial, em Genebra. É mestre em Comércio Internacional pela University of Cambridge.	Secretária-especial-adjunta
Lucas Ferraz	Engenheiro e mestre em Engenharia pela Escola Politécnica da USP, com Doutorado em Economia pela FGV-EPGE, ele é professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV há mais de 10 anos. Seu trabalho concentra-se nas áreas de Comércio Internacional, Organização Industrial e Teoria dos Contratos.	Secretário de Comércio Exterior
Erivaldo Alfredo Gomes	Servidor da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ele tem mais de 20 anos de experiência em negociações econômicas internacionais. Nos últimos três anos, foi o subsecretário de Instituições Econômico-Financeiras e Cooperação Internacional na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.	Secretário de Assuntos Econômicos Internacionais
Marcos Degaut	Servidor de carreira da Câmara dos Deputados, com 28 anos de experiência no serviço público federal, ele foi Secretário Especial Adjunto de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e integrante do Grupo Executivo de Gestão da CAMEX. É Pesquisador-visitante da University of Central Florida (EUA), onde leciona disciplinas ligadas a comércio e economia política internacional, bem como política externa e segurança internacional.	Secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior
Secretaria de Desestatização		

Salim Mattar	Formado em administração de empresas e conselheiro do Instituto Millenium, de orientação liberal, é entusiasta da redução do tamanho do Estado. Foi fundador e presidente do conselho da Localiza, maior empresa de locação de veículos da América Latina.	Secretário-especial
Secretaria de Previdência		
Rogério Marinho	Relator da nova lei trabalhista, proposta pelo governo Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional, Marinho não se reelegeu para um novo mandato na Câmara dos Deputados. Será o responsável por articular no Congresso Nacional a votação da reforma da Previdência.	Secretário-especial
Leonardo Rolim	Consultor de orçamento, é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), e tem trabalhos publicados nas áreas de previdência e trabalho. Rolim já foi secretário de Políticas de Previdência Social.	Secretário-adjunto
Estatais e bancos públicos		
Roberto Campos Neto	Neto do economista Roberto Campos, expoente do pensamento liberal e defensor do Estado minimalista, é formado em economia pela Universidade da Califórnia, com especialização em economia com ênfase em finanças. Trabalhou no banco Bozano Simonsen de 1996 a 1999.	Presidente do Banco Central
Joaquim Levy	Economista bem avaliado pelo mercado financeiro e dentro do governo, Levy já ocupou o cargo de ministro da Fazenda, na gestão Dilma Rousseff, de secretário do Tesouro, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e estava na diretoria do Banco Mundial, em Washington (Estados Unidos), antes de aceitar o comando do BNDES. Também já foi diretor da administradora de Investimentos Bradesco Asset Management.	Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Pedro Guimarães	PhD em Economia pela Universidade de Rochester, com tese sobre o processo de privatização no Brasil. É atualmente sócio-diretor do banco Brasil Plural, grupo financeiro fundado em 2009 que atua no mercado de capitais.	Presidente da Caixa Econômica Federal
Rubem Novaes	PhD em Economia pela Universidade de Chicago (Estados Unidos), já foi diretor do Banco	Presidente do Banco do Brasil

	Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).	
Carlos von Doellinger	Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é pesquisador aposentado do Ipea. Já foi secretário do Tesouro Nacional e presidiu o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj).	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – Ipea
Roberto Castello Branco	Com pós-doutorado pela Universidade de Chicago, ocupou cargos de direção no Banco Central e na mineradora Vale. Passou pelo Conselho de Administração da Petrobras e é diretor no Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas (FGV).	Presidente da Petrobras

Fonte: elaboração própria com base em levantamento feito por Alexandro Martello, Portal G1. Disponível em: encurtador.com.br/dnrCX. Acesso em: 16 jun. 2020.